

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA**

**ENCONTRO COM A LOUCURA:
TRANSICIONALIDADE E ENSINO DE
PSICOPATOLOGIA**

TANIA MARIA JOSÉ AIELLO VAISBERG

**SÃO PAULO
1999**

FICHA CATALOGRÁFICA

AIELLO VAISBERG, Tânia Maria José

Encontro com a Loucura: Transicionalidade e Ensino de Psicopatologia
São Paulo, 1999.

343f.

Tese de Livre Docência, apresentada ao Instituto de Psicologia / USP-
Linha de Pesquisa – Psicopatologia: Assistência e Prevenção

1. Loucura 2. Psicanálise 3. Transtornos Mentais 4. Medidas de
Personalidade 5. Técnicas Projetivas 6. Psicop

RESUMO

O ensino de psicopatologia é considerado como modalidade de trabalho psicodinâmico de transformação de representações sociais sobre o louco, bem como de mudança do vínculo que é estabelecido com a atividade representacional. Tendo em vista a realização de uma abordagem pedagógica transicional, o uso de procedimentos projetivos é fundamentado teórica e metodologicamente. Apresenta-se uma análise demonstrativa de vinte e um Desenhos-Estórias com Tema, centrada na apreensão do inconsciente relativo representacional.

Abstract: The teaching of psychopathology is a kind of psychodynamic work of transformation of social representations about the mad and the relationship between the subject and the representational activity. The theoretical and methodological bases of Drawing and Telling-Stories Projective Procedure are discussed to realize a transitional pedagogical framework. A demonstrative analysis of 21 drawings is presented in order to demonstrate the deduction of the relative unconscious.

Resumé: L'enseignement de psychopathologie est considéré comme une modalité de travail psychodynamique de transformation des représentations sociales sur le malade mental et sur la relation qu'on établie avec l'activité de représentation elle-même. L'usage des procédés projectifs est fondementée theorique et methodologiquement pour la realization d'une pedagogie transicional. On presente une analyse demonstrative de vingt et un Dessins-Histoires avec un Thème, centrée sur l'apreension de l'inconscient relatif.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. É impossível citar todos, ainda que seja real e verdadeiro o meu reconhecimento. Não posso, entretanto, deixar de mencionar alguns interlocutores próximos.

Fábio Herrmann se dispôs a discutir comigo a concepção geral do trabalho, examinando minha análise do material projetivo em termos da teoria dos campos. O colega Gilberto Safra, por meio de sua leitura respeitosa mas jamais submissa do texto winnicottiano, tem sido um exemplo, que encoraja a busca de uma fidelidade cada vez maior a mim mesma. A amiga Maria Emília Lino da Silva me tem beneficiado com seu profundo conhecimento teórico, sua capacidade de leitura e crítica. A amiga e parceira Maria Christina Lousada Machado, com quem divido as responsabilidades das disciplinas de graduação e a coordenação da “Ser e Fazer”: Oficinas Terapêuticas de Criação, é uma presença afetiva, sensível e agudamente perspicaz. Além de facilitar o cotidiano do ponto de vista prático, leu, criticou e discutiu comigo todos os textos que compõem este trabalho. Minha irmã, a jornalista Thais Regina Aiello foi, como sempre, prestimosa, realizando a revisão do texto e a produção gráfica. Yara Levy Rúscio encarregou-se da criação gráfica e auxiliou na produção. A amiga Yára Bastos Correa manteve-se próxima e incentivadora. Meus filhos, já adultos e envolvidos em projetos próprios, colaboraram mantendo-se próximos mas independentes. Meu marido, além de todo o apoio logístico, tem sido o querido companheiro capaz de me acolher nos momentos difíceis e de compartilhar as alegrias que a produção deste texto tem gerado.

PRÓLOGO

*Se você tem uma idéia incrível
É melhor fazer uma canção*

Caetano Veloso

*Eu hoje fiz uma samba bem prá frente
Dizendo realmente o que é que eu acho*
Chico Buarque

Confesso não ter estado às voltas com idéias incríveis. Tenho, sim, levado uma vida profissional plenamente envolvida com uma prática que entrelaça intimamente o ensino de psicopatologia, a pesquisa psicanalítica de representações sociais e a clínica, socialmente pensada. Neste trabalho quero, portanto, dizer apenas “o que é que eu acho”.

Parto do ponto de vista da teoria dos campos, que reconhece a impossibilidade de acesso direto, imediato e desprotegido ao real. Praticamente durante todo o tempo fazemos uso de representações que, como se fossem superfícies ou anteparos, nos “aproximam / afastam” do real. De um lado da representação, figura a realidade, enquanto construção humana. A identidade está estampada no verso, como construção do si mesmo. Quem dela faz uso, claro está, é o sujeito humano que, em seu mistério, não se reduz ao conjunto de suas representações.

O que ocorre quando se entra desprotegidamente em contato com o real? Perdem-se os contornos, perdem-se os limites. Sobrevêm, em suma, a experiência do enlouquecimento, o mergulho nas agonias impensáveis (Winnicott,1963). O que conhecemos como psicose é um modo de voltar deste mergulho. A representação é uma forma de evitar os abismos do real. Utilizando uma metáfora, pode-se pensar no sol que, mesmo propiciando a vida, não pode ser diretamente focalizado pelo olho humano. No entanto, pode ser observado através de uma chapa radiográfica. A representação é este meio, que, ao afastar, permite o contato.

Existem dois modos de vinculação com a atividade representacional. Um deles é o modo dissociado, que corresponde a uma defesa exagerada e desequilibrada, protegendo o sujeito às custas do afastamento do eu em relação ao que é vivo e humano. Algo bastante diverso é o uso da representação como objeto, no sentido winnicottiano do termo, que consiste na aceitação da impossibilidade de acesso imediato ao real, sem comprometimento da possibilidade de encontro verdadeiro consigo, com o outro e com a vida. Trata-se, neste caso, de um “pensar- sentir” que, como conduta, é um modo de estar plenamente vivo, como ser individual, mas não separado do todo cultural e histórico. Esta forma mais solta e flexível de lidar com as representações pode ser vista como transicional (Winnicott, 1971) . Caracteriza-se como um posicionamento que harmoniza o lúdico ao ético, uma vez que não dissocia pensamento, sentimento e vida, contribuindo para um humanismo que leva em conta o semelhante.

A representação, em geral, defende o homem da loucura. Mas, o que acontece quando a loucura é o objeto da representação? E mais, o

que ocorre com a representação da loucura em formações sociais que podem evoluir para a percepção de que a loucura é assunto de todos, ainda que alguns vivam na própria pele o sofrimento do enlouquecimento pessoal?

Este tem sido o tema das pesquisas que venho desenvolvendo desde meados da década de oitenta. Tenho estudado as representações sobre a loucura em diferentes grupos, entendendo que uma verdadeira transformação das práticas psiquiátricas exige a elaboração das angústias subjacentes ao pensamento social. Concebida como uma modalidade de uso do método psicanalítico, esta pesquisa se constitui como oportunidade para questionamento e elaboração representacional. A dimensão social está presente não apenas porque se faz uso de grupos, mas com certeza porque concebe o homem como essencialmente social.

Tais questões estão profundamente interligadas. Optei por aborda-lás privilegiando a experiência pedagógica, que pode ser vista, em grande parte, como um caso particular de busca de transformação representacional na clínica psicoprofilática . O ensino de psicopatologia psicanalítica, de que me encarrego há vinte e cinco anos, é um trabalho que, de um certo prisma, incide diretamente sobre as representações que os alunos já trazem sobre a loucura. Ainda que englobe outros aspectos, importante parte da tarefa pedagógica é análoga ao trabalho desenvolvido em uma clínica-social que busca transformações representacionais.

No intuito de proporcionar uma visão mais ampla, esta tese convergirá para a exposição de uma experiência que, fazendo uso de

metodologia projetiva em contexto de aprendizagem, permite a elucidação do inconsciente relativo. Neste sentido, o relato da experiência deve ser compreendido com o mesmo espírito que preside a leitura de fragmentos de uma sessão analítica no contexto de sua elaboração compreensiva, isto é, com plena consciência de que ficam sempre aquém da complexidade do vivido.

Dediquei o capítulo inicial ao esclarecimento do enquadre transicional de aprendizagem em psicopatologia. Aí tanto exponho um fazer como sua elaboração teórica. O segundo capítulo discute a articulação do sofrimento psíquico com as condições concretas de vida. Mostro como o interior do discurso psicopatológico pode albergar noções que conspiram no sentido da exclusão social do louco e da escotomização da dimensão social na produção e manutenção da loucura. Realizo, no terceiro capítulo, uma interlocução com autores que têm pesquisado representações sociais em geral e representações sociais da loucura em particular. Trata-se de um texto que expressa como o intercâmbio tem contribuído para que eu assumo, com mais clareza, “o que é que eu acho”. O quarto capítulo fundamenta teoricamente minha visão. Sua base é o reconhecimento do homem como ser sócio-histórico, que tem encontrado em Bleger um apoio importante. Completa-se com uma leitura de Winnicott e com a Teoria dos Campos, de Fábio Herrmann. Minha intenção é demonstrar como esta articulação pode ser usada de modo fecundo. Os capítulos quinto e sexto consistem, respectivamente, na apresentação detalhada do método e na demonstração de seu uso. Apresento vinte e um desenhos-estórias de estudantes sobre o louco, objetivando detectar o campo estruturante ou o inconsciente relativo representacional. Consiste em exercício que retrata o uso do método, ainda que não

reproduza, por razões óbvias, o que acontece quando as produções projetivas são trabalhadas com o próprio grupo. O Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, que desenvolvi a partir do instrumento idealizado por Trinca (1976) para diagnóstico de personalidade, foi escolhido por possibilitar uma clara demonstração do método. O epílogo versará sobre os campos encontrados neste material: doença, isolamento imotivado, paixão violenta e a louca vida urbana. Entende-se que o desvelamento do campo tem o efeito de revelar a montagem representacional e, a partir daí, modificar o tipo de vínculo que se estabelece com a representação.

Em suma, meu objetivo é transmitir a idéia do que ocorre quando se encontra a loucura de uma forma mais protegida no enquadre transicional da aprendizagem. A intenção é promover uma visão mais clara da loucura enquanto potencialidade humana que não é plenamente estranha a ninguém. Não se há que menosprezá-la; não se há que idealizá-la. Mas, também, não se há que temê-la em demasia. Tenho firme convicção de que esta visão pode contribuir tanto para um tratamento mais digno dos psiquiatrizados, como para a consciência de que realidades humanas insuportáveis, criadas a partir da miséria material e moral, facilitam o enlouquecimento e a psicose.

ÍNDICE

Resumo	1
Agradecimentos	3
Prólogo	5
I ENSINO DE PSICOPATOLOGIA	
1. Enquadre Transicional de Aprendizagem	13
2. Limites da Compreensibilidade da Conduta	35
II FUNDAMENTOS TEÓRICOS	
3. Representações Sociais: Interlocação e Crítica	74
4. Sujeito, Conduta e Representação	111
III COMPONDO UMA INTERVENÇÃO INTERSUBJETIVA	
5. Teoria dos Campos e Procedimentos Projetivos	173
6. Desenhos-Estórias e Sentidos Potenciais	201
Epílogo	244
Referências Bibliográficas	253

ENSINO DE PSICOPATOLOGIA

ENQUADRE TRANSICIONAL DE APRENDIZAGEM

Há alguns anos, em visita a um hospital psiquiátrico de São Paulo, um aluno conversava com uma paciente internada quando foi surpreendido:

- *A senhora sabe onde nós estamos?, perguntou ele.*
- *O senhor está em São Paulo. Eu estou tentando, mas ainda não consegui sair de Natal.*

Os dois estavam na mesma sala e ela não se apercebia de que só poderiam estar numa mesma cidade! O aluno considerou-se diante do fenômeno psicopatológico de alteração de orientação espacial. Lamentava, entretanto, não ter tido oportunidade de presenciar um caso de desorientação quanto à própria identidade, como os referidos nos manuais que vinha consultando. O comportamento aparentemente insensível do aluno encobre, de fato, o susto e o medo. Defensivamente, ele tenta transformar em curiosidade científica uma experiência de terrível sofrimento: a possibilidade de alguém deixar de saber quem é e onde se encontra.

Se a psicose já é bastante temível, o fato é que se constitui como defesa contra algo ainda mais apavorante: a loucura, o mergulho nas agonias impensáveis (Winnicott, 1963). A resposta dos alunos à inevitável menção à possibilidade de perda de referenciais identitários, que nos lança nestas profundezas insuportáveis, é de perplexidade. Certamente sofrem certo impacto emocional, em virtude de estar sendo problematizada uma área existencial quase sagrada, que, segundo um consenso tácito, é ignorada para que o cotidiano nos ofereça a sua face de realidade “conhecida”.

Todos vivem, vez por outra, episódios de rompimento com a realidade consensual, ainda que a tendência seja apagá-los rapidamente da memória, em função do desconforto que acarretam. Ogden (1989) nos fornece um relato pessoal:

“Uma noite, após o jantar, ainda sentado à mesa, ocorreu-me subitamente quão estranho era o fato daquela coisa chamada guardanapo ser nomeada pela função de guarda e napo. Comecei a repetir estes dois sons inúmeras vezes, até ser levado ao sentimento apavorante de que não tinham conexão entre si. Eu já não podia alcançar um estado em que esses sons significavam uma coisa, como há minutos antes. A ligação estava quebrada e, para meu horror, não podia ser restabelecida por um ato de vontade. Imaginei que eu podia, se quisesse, destruir o poder de todas as palavras significarem alguma coisa, se pensasse nelas do modo como estava pensando agora. Neste momento, tive o desconfortável sentimento de ter descoberto um jeito de enlouquecer. Imaginei que todas as coisas no mundo podiam ser sentidas tão desconectadas como o guardanapo tinha ficado desde o momento em que tinha sido desligado do resto do mundo porque as outras pessoas ainda compartilhariam naturalmente um sistema de palavras” (Ogden, 1989, pg. 138)

A proposta aqui é exemplificar concretamente o que é a experiência da loucura: a ruptura com o significado, com o mundo humano, com a coexistência. O sujeito é arremessado para um mundo de coisas em si, insuportavelmente desumanizadas. Todos estão virtualmente sujeitos a experiências deste tipo e elas são mais importantes no contexto de uma vida em que a realidade tenha se

tornado insuportável. Sécheraye(1950) nos oferece os relatos sobre vivências de irrealidade de uma paciente diagnosticada como esquizofrênica e que chegou a um estado de completa remissão, graças a uma dedicação que beirou o impraticável:

“Durante toda a visita de minha amiga eu tentava, desesperadamente, entrar em contato com ela, senti-la realmente junto a mim, viva e sensível. Ora, nada disso ocorria. Também ela fazia parte do mundo irreal. No entanto, eu a conhecia bem. Sabia seu nome e tudo o que lhe dizia respeito; mas me parecia estranha, irreal como uma estátua. Via seus olhos, seu nariz, sua boca falante, ouvia o som de sua voz, compreendia perfeitamente o sentido de suas palavras, no entanto, sentia-me frente a frente com uma estranha. Então fazia desesperados esforços para derrubar essa parede invisível que nos separava, para chegar a um contanto entre nós (...) Em torno de nós estendiam-se os campos, cortados por cercas vivas ou maciços de arvoredo, a estrada branca corria diante de nós e o sol no azul do céu resplandecia, esquentando nossas costas. Eu via uma planura imensa, sem limites, no infinito horizonte. As árvores e as cercas eram de papelão, postas ali como acessórios de teatro, e a estrada, ó, - a estrada infinita, branca, brilhante sob os raios do sol, brilhante como uma agulha. Em cima de nós o sol implacável que esmaga com seus raios elétricos as árvores e as casa. Por cima desta imensidade, um silêncio espantoso que os ruídos não rompiam senão para torná-lo ainda mais silenciosa, ainda mais espantoso. E eu, perdida nesse espaço sem fim, com a minha amiga. Mas, era ela mesmo? Uma mulher que fala e gesticula. Percebo seus dentes brancos que brilham, miro seus olhos castanhos que me fitam. E vejo que tenho a meu lado uma estátua, maquete que faz parte do cenário de papelão(...) parece-me mais estátua do que nunca, é um

manequim movido por um mecanismo que age, que fala como um autômato. É assustador, inumado, grotesco” (Sécheraye, 1959, pg. 42).

Novamente repetem-se elementos importantes: perda do significado humano, perda da coexistência, perda da realidade. A simples lembrança da possibilidade de perda de contato significativo com a realidade, ainda que como episódio rápido e isolado, já é assustador. Pensar nisso como uma situação persistente é apavorante. Pode-se querer esquecer que tais situações existem. Uma forma comum de fazer isso é adotar uma postura defensiva e considerar o enlouquecimento algo alheio que pode ser tomado como objeto de estudo como qualquer outro. Entretanto, se se está comprometido com a noção de que tudo o que é humano, por mais bizarro, terrível ou repulsivo, continua sendo tributário de um sentido humano, como quer Politzer (1928), quando aborda entusiasticamente as revolucionárias consequências do pensamento freudiano, a fuga se torna impossível. Green (1992) chegou a enunciar que a tarefa da psicanálise é pensar o impensável. Veremos que esta frase é verdadeira de mais de um ponto de vista.

Ensinar psicopatologia não é uma tarefa inocente. À primeira vista, é lícito pensar que se trate de transmitir informações sobre um setor da realidade, como o fazem, por exemplo, os professores de resistência dos materiais ou de fisiologia. O assunto, entretanto, é a loucura, não apenas como problemática *teórica*, mas como virtualidade do viver. O louco é aquele outro que evidência, com sua própria condição, a possibilidade de perda da sustentação dada pelo binômio identidade / realidade (Herrmann, 1992), descortinando que o enlouquecimento é

potencialidade presente no horizonte de todos. (Paz, 1976). Identidade e realidade constituem um sistema representacional que “invoca-exorciza” os abismos do real, possibilitando que a vida humana não sucumba em meio às angústias que lhe são inerentes.

Bleger (1993) afirma que, ainda que a noção de aprendizagem esteja mais comumente contaminada pelo intelectualismo, é fundamental reconhecer que, no sentido mais amplo e preciso, que aqui nos interessa, corresponde à modificação mais ou menos estável de linhas de conduta. Considero que, quando o ensino faz parte de um processo de formação de profissionais, que devem poder atuar sobre a realidade social, é absurdo ter como meta o mero incremento de informação ou a articulação de um discurso capaz de impressionar, mas que não possua eficácia ou, o que é pior, venha a criticar pomposamente qualquer pretensão no sentido de melhorar a qualidade da vida humana. A aprendizagem voltada para esta meta constitui-se através de envolvimento pleno e integrado de professores e aluno, num processo dialético que bem pode ser designado pelo neologismo “ensinagem” (Bleger, 1993).

Winnicott (1963) tentou comunicar, aproximativamente, no que consistiriam as “agonias impensáveis”: medo de retorno a um estado não integrado, medo de cair para sempre, perda do conluio psicossomático, perda do senso do real, perda da capacidade de se relacionar com os objetos. Essa enunciação discursiva é relativamente tranquila, as experiências a que se referem assustadoras. Ogden (1989), ao propor o conceito de posição autística- contígua, refere-se a estas agonias, salientando a importância de sensações invasivas de estar se rompendo enquanto unidade corporal, ligadas a vivência de

que os esfíncteres e outros meios de contenção dos conteúdos corporais deixem escapar saliva, lágrimas, sangue, urina, fezes e outros fluídos corporais, de modo copioso e sem fim, bem como o medo de cair, numa queda eterna, em um espaço sem limite e sem forma.

Tais experiências são a questão nodal que enfrenta a psicopatologia. Sua importância é tão fundamental, que não é ignorada por nenhum referencial teórico (Ionescu, 1994). O fato é que a estabilidade do sistema identidade/realidade é efetivamente considerada até mesmo pela psiquiatria descritiva e pretensamente atórica que norteia tanto o DSM-IV quanto o CID-10. Deste modo, consta, do Exame Psíquico, instrumento bastante limitado, utilizado para efetuação do diagnóstico, como item denominado orientação, que é considerado sob três aspectos: quanto ao espaço, quanto ao tempo e quanto à pessoa. Este última refere-se tanto ao reconhecimento de identidades e papéis dos demais como de si mesmo, traduzindo-se, ao exame, como conhecimento do nome e outros dados de identificação pessoal (Solomon e Patch, 1975; Gabbard, 1992; Talbott, Hales e Yudofsky, 1992). Neste contexto, a idéia de consciência de si é definida como aquilo que dá, à pessoa normal, o sentimento de individualidade, de unicidade e de auto-orientação (CID-10, pg. 149). Sua perturbação eventual pode ser encontrada em quadros tais como a esquizofrenia, evidenciando-se como profunda perplexidade acerca da própria identidade e do significado da existência, e associando-se frequentemente a delírios específicos que envolvem a noção de controle por entidade ou força aparentemente externa. Ou seja, mesmo um referencial, que opera ao nível de um comportamentalismo superficial, não pode deixar de admitir a centralidade destas

representações na manutenção do estado de funcionamento psíquico isento da possibilidade de atribuição diagnóstica.

O mero fato de lidar com a possibilidade da perda da estabilidade identitária já é, em si, ameaçador, pois esta estabilidade se mantém, em grande parte, através do banimento cotidiano e constante deste tipo de consideração. Não sendo possível ensinar psicopatologia seriamente sem passar por isto, pode ser instrutivo considerar o que ocorre em uma situação que se caracteriza exatamente por conduzir o sujeito a um estado de desacomodação do sistema de representações, que se articula através de identidade/ realidade : a psicanálise clínica. Pode valer a pena examinar, ainda que rapidamente, o que se passa no processo analítico. Uma descrição que lança mão da metáfora de nau à deriva pode explicar tanto o desconforto da desacomodação como o tipo de benefício que pode proporcionar :

“O tempo [de análise] sofrido na deriva, espaço de experiências psíquicas que separa um continente de outro, ainda que não saibamos qual vai ser a próxima parada, é um tempo peculiar, que não é pura espera, nem pura expectativa, embora estes sejam seus principais componentes. A deriva psicanalítica gera um desapego doloroso, é possível, pois cria distâncias entre analisando e aqueles objetos que podem servir de pilstras para a sustentação da identidade. Contudo, o retiro, uma vez assimilado como condição segura, também oferece ao sujeito alguma compensação, decerto. Pode, em retiro, alimentar-se de suas próprias novidades e de novos estados de alma. O tempo da análise trata de amenizar eventuais fantasias de que a viagem

terminará em desgraça. É um tempo que cura ou cuida do sujeito, até porque é permitido sentir medo e é possível ser quem ele é em cada instante (Pinto, 1999, pg 117).

Os conhecimentos oriundos da clínica psicanalítica podem ser usados para pensar a tarefa de ensino de psicopatologia, na medida em que ambas lidam, de uma certa forma, com perda da imobilização defensivamente buscada da representação de si e do mundo. As representações são, essencialmente, criações relativas, mas a admissão deste fato pode ser emocionalmente desestabilizante. Existe uma evidente tendência a excluir do plano representacional os aspectos instáveis da identidade e da realidade, que se ligam à imprevisibilidade inerente ao existir humano. Deste modo se está, durante a maior parte do tempo, empenhado no zelo e manutenção deste sistema bifacetado que trás de um lado a certeza subjetiva de unidade identitária e de outro a crença na existência de uma realidade sustentadora.

Entretanto, um projeto humano de obtenção de repouso psíquico, ou de harmônica estabilidade entre a alma e a vida, supostamente alicerçado sobre uma representação do eu unitária e perene, está sempre em risco. O cumprimento desta aspiração exigiria total imobilização tanto da realidade como da identidade, contra o que conspira o fluxo das acontecimentos. Por outro lado, é possível perceber que o enfrentamento da instabilidade da existência, que se revela com plenitude quando se admite a relatividade do sistema representacional, traz o benefício da ampliação de oportunidades e possibilidades de ser e viver. É por este motivo que pessoas contratam atendimento psicanalítico. Por razões análogas, pode-se conceber que o ensino da

psicopatologia, entendido amplamente não como transmissão de informação correta, mas como problematização e sensibilização para a problemática do sofrimento psíquico, converte-se basicamente em processo de desestabilização de representações sociais sobre a loucura. Deste modo, pode-se alcançar uma abertura para formas mais flexíveis de vinculação com as teorias, na consideração de que a partir daí se descortinem novas possibilidades de lidar com o sofrimento psíquico, próprio e alheio, em suas variadas formas de manifestação.

É amplamente reconhecida a importância de conhecimento psicopatológico na formação do psicólogo, de modo que não surpreende constatar que estes conteúdos figurem em todo currículo de graduação, dentro e fora do país. Em termos de orientação teórica, em que pese a crescente expansão da abordagem multiaxial alegadamente descritiva e atórica, que norteia o DSM-IV, persiste entre nós a adoção do referencial psicanalítico. Tal fato é facilmente entendido, na medida em que psicanálise pode fornecer uma base compreensiva que respalda satisfatoriamente ações psicoterápicas, psicodiagnósticas e psicoprofiláticas. Em contrapartida, é importante salientar que o DSM-IV, que é um sistema classificatório que foi idealizado tendo em vista orientar medicação sintomática, intervenções sócio-comportamentais e levantamentos estatísticos e epidemiológicos, pouco pode oferecer ao psicólogo¹.

¹ De acordo com Lebovici (1992), observou-se, a partir do DSM-III um recuo das perspectivas psicodinâmicas nos Estados Unidos. A ênfase passou a ser colocada sobre dados genéticos, biológicos, neurológicos e provenientes da psicologia experimental, observando-se marcada tendência a condenar toda pesquisa propriamente clínica.

É compreensível que a transmissão de conhecimento psicopatológico segundo orientação psicanalítica apresente desafios peculiares. Entendo, no entanto, que a universidade não deve se furtar ao cumprimento desta tarefa. Laplanche (1978) chegou a comentar que, no que diz respeito à transmissão de conhecimento psicanalítico, a universidade não é um lugar pior do que os outros. De minha parte, discordo deste tipo de colocação. Vejo que o problema deve ser focalizado a partir de duas vertentes: a da análise didática e a da transmissão teórica. Não tenho dúvidas quanto à superioridade da universidade no que se refere ao ensino teórico. De um lado, o docente não tem seu lugar institucional garantido por adesão a posição teórica definida, de modo que pode chegar a criticar e mesmo mudar de referencial teórico sem sofrer penalidades. De outro, fala a platéias que também não estão constrangidas, para manter a inserção universitária, a nenhum tipo de adesão. O ambiente intelectual é predominantemente crítico e a independência de pensamento é um valor. No que diz respeito à análise didática, observa-se que na universidade os professores que adotam o referencial psicanalítico não deixam de insistir na importância da experiência como analisando. Entretanto, esta se faz de modo inteiramente independente, havendo, no máximo, fornecimento informal de indicações. Nas sociedades, ao contrário, são os didatas que autorizam a entrada no curso de formação, o que, evidentemente, só pode ter um efeito de constrangimento à assunção de posturas de adesão. Sem contar o fato óbvio de que o que define a pertença a uma sociedade qualquer é a aceitação da teoria, havendo sempre o risco de contribuições determinadas serem consideradas heréticas.

Retomando a questão do ensino de psicopatologia psicanalítica, como passagem indispensável da formação do psicólogo que virá a utilizar referenciais psicodinâmicos, o ponto mais importante a ser destacado diz respeito ao fato de que a aprendizagem não se limita à familiarização e contato com construções discursivo- conceituais organizadas sistematicamente. Ao contrário, consiste em trabalho fundamentalmente centrado na transformação de representações sociais sobre a loucura, tanto no que se refere ao seu próprio conteúdo, o que inevitavelmente levará à focalização da própria representação enquanto defesa contra as agonias impensáveis, como no que diz respeito ao tipo de vínculo a ser estabelecido com a teoria, enquanto sistema representacional. Pode-se, portanto, distinguir dois diferentes níveis de trabalho. O segundo nível, vale dizer, o que diz respeito ao tipo de vínculo que cada um estabelece com os conhecimentos teóricos, faz parte de toda e qualquer formação que se pretenda crítica e não dogmática, independentemente do objeto de estudo em pauta. Trata-se da busca de um posicionamento intelectualmente condizente com o reconhecimento da complexidade do real (Bleger, 1977) e das limitações inerentes à capacidade humana de conhecer. Por outro lado, o primeiro nível é absolutamente específico, como terei oportunidade de demonstrar quando discorrer acerca do significado das representações, tanto porque lidamos com representações sobre a loucura como também pelo fato da atividade representacional ² tem por função proteger contra a própria loucura.

² Não me refiro à representação, concebida de forma reificada e abstrata, mas à conduta total, na qual a atividade representacional na qual idéia e afeto são indissociáveis.

Pesquisas que venho realizando e orientando, sobre a representação social da loucura, revelam que diferentes grupos elaboram verdadeiras teorias psicopatológicas (Machado, 1995). É, portanto, óbvio, que o aluno não traz, para o curso, um vazio representacional, de modo que é muito importante o questionamento acerca de qual deva ser o projeto pedagógico condizente com os objetivos de formação de profissionais competentes, críticos, reflexivos e capazes de, fazendo um uso coerente do método psicanalítico, estabelecer relações desejáveis com diversas teorias, inclusive não – psicanalíticas (Herrmann, 1991; Lino Silva, 1994).

Não se trata, evidentemente, de substituir as representações do senso comum, consideradas saber de qualidade inferior, por doutrinas científicas, concebidas como conhecimento verdadeiro. O trabalho formador consiste, mais precisamente, em facilitar a percepção de que o conjunto de teorias e modelos, construídos a partir do método psicanalítico, são, como todas as teorias psicológicas e científicas, construções representacionais e não produtos oriundos de algum tipo de contato privilegiado com a verdade. Ainda que a ciência busque precisão e rigor, entende-se que não mantém, em relação às representações sociais, diferenças de ordem essencial, na medida em que ambas são, do mesmo modo, humanamente produzidas. Tenta-se, portanto, superar uma visão idealizada da ciência como conhecimento intrinsecamente superior, ilusão que tem permitido o engendramento de diferentes jogos de poder e dominação (Chauí, 1982). Sobre a posição da ciência no mundo diz Lino Silva (1993):

“ O método científico não foi assim percebido como um refinamento dos processos usuais de perceber, resolver problemas e

articular conhecimento – funções essenciais para o cotidiano de qualquer pessoa. O conhecimento resultante não aparecia como uma representação, isto é, uma transformação mental da realidade, diferenciando-se das habituais por obedecer a critérios racionalmente estabelecidos, e no então sujeitos às mesmas distorções que qualquer percepção humana. ‘Científico’ ficou sendo sinônimo de ‘verdadeiro’. E assim, sub-repticiamente, a ciência quase se converte na religião do século XX” (Silva, 1993, pg. 15).

Não tenho dúvida quanto a afirmar que quando a teoria é concebida como construção representacional, fruto, portanto, de trabalho humano, deixa de ser vista como conhecimento inerentemente superior e pode passar a ser usada de modo mais livre e flexível, colocando-se a serviço do incremento da qualidade da vida humana, eticamente pensada. Conclui-se, a partir deste ponto, que ensinar não é apenas substituir o senso comum por outros sistemas de representação, ainda que mais rigorosos, precisos e capazes de problematizar o que o senso comum toma sem crítica, mas sobretudo trabalhar com a transformação do vínculo que o sujeito estabelece com a teoria.

Assim pensado, permito-me propor que o que se pense o trabalho que se realiza em contexto pedagógico como análogo ao que o psicanalista desenvolve junto ao seu paciente, quando usa o método psicanalítico para propiciar a libertação de adesões a representações restritivas que empobrecem o viver. As diferenças entre estes dois

trabalhos dirão respeito ao enquadre³, que se define, pelo menos de saída, a partir de objetivos formativos de um sujeito coletivo comprometido com seu desenvolvimento profissional o que é, evidentemente, diferente dos objetivos terapêuticos de atendimento do indivíduo que busca ajuda em estado de sofrimento. No contexto analítico, as aderências representacionais são combatidas através do uso de um método de trabalho, ao qual me referirei detidamente no capítulo cinco, que consiste na apreensão da lógica emocional segundo a qual a representação está estruturada. O desvelamento desta lógica emocional tem o dom de revelar que toda representação é montagem, é produção, é trabalho, no sentido forte do termo. O trabalho humano há que ser respeitado, mas seus produtos não hão de ser reverenciados ou idolatrados. Na expressão trabalho humano deve ficar claro que o segundo termo tem precedência ética sobre o primeiro.

Estou convencida de que, se as representações sociais, que os alunos trazem acerca da loucura, não forem objeto de consideração, no sentido de sua identificação, bem como no da captação de seu campo ou inconsciente relativo, vale dizer, da lógica emocional segundo a qual estão estruturadas (Herrmann, 1991), o trabalho didático não ultrapassará uma elaboração meramente intelectualizada, de duvidosa utilidade clínica. Assim, a tarefa didática consistirá numa série de

³ O conceito de enquadre é bastante mais complexo e tem sido objeto de discussão por parte de variados autores. No momento, utilizo-me do termo de um modo bastante amplo, visando assinalar a existência de fortes analogias entre o trabalho pedagógico e o trabalho clínico quando o que está em pauta é a transformação de representações e do vínculo que com elas estabelece o sujeito. Encontramos em Bleger, duas diversas definições de enquadre: o enquadre de estudo (Bleger, 1977), que se faz necessário como recorte diante da complexidade fenomênica, e o enquadre característico da situação clínica psicanalítica (Bleger, 1988), como o que se mantém “fixo e invariante” durante o processo.

atividades capazes de mobilizar os alunos de uma forma que articule o pensar e o viver tendo como foco o interesse no sofrimento psíquico.

Não surpreende constatar que Freud tenha mais de uma vez escrito sobre o complexo problema da formação em psicanálise e, indiretamente, sobre psicologia clínica psicanaliticamente orientada. Médico de profissão e psicólogo de fato, mais do que psicólogo, inventor original do método a partir do qual se pôde constituir este ofício na sociedade contemporânea, Freud é, ainda em nossos tempos, aquele interlocutor privilegiado, em contato com o qual nossos pensamentos podem ser articulados tendo-o como referência fundamental, inclusive para eventual discordância.

Ao que parece, Freud nunca deixou de considerar a universidade como a legítima e genuína instituição voltada à produção do saber. O fato de se ter desenvolvido toda uma organização paralela, voltada para a formação de psicanalistas e intercâmbio de conhecimentos específicos, decorreu da exclusão sofrida, exatamente porque a psicanálise despertara reações verdadeiramente hostis⁴. Sabemos que chegou inclusive a idealizar um currículo voltado ao ensino universitário da psicanálise (Freud, 1926), constituído pela psicologia do inconsciente, ciência da vida sexual, psicopatologia, história da civilização, mitologia, psicologia das religiões, literatura e introdução à biologia. É explícito na consideração de que o conhecimento médico propriamente dito é “perfeitamente inútil” para o psicanalista, tanto no

⁴ Laplanche (1978) observa que a situação atual da psicanálise, em termos de sua difusão, é radicalmente diversa daquela vivida pelos seus pioneiros, do que forneceu uma amostra a pesquisa de Serge Moscovici sobre a representação social da psicanálise.

que diz respeito à cura da neurose, como no que tange ao aperfeiçoamento dos requisitos intelectuais exigidos pela profissão. Percebe-se, nitidamente, que caberia ao psicanalista uma formação psicológica ampla, o que legitima o estabelecimento de um diálogo.

Compreende-se que tinha bons motivos para nutrir uma visão algo cuidadosa e ambivalente⁵ em relação à universidade. Entretanto parece certo lembrar que não a repudiava radicalmente. Deste modo, é sob a motivação emocionalmente complexa que a nomeação de Ferenczi como professor de psicanálise na Universidade de Budapeste, então sob um governo bolchevique (Laplanche, 1978), que vai escrever o texto explicitamente voltado à transmissão de conhecimento psicanalítico na universidade (Freud, 1919).

Aí expõe uma visão segundo a qual a universidade só se poderia encarregar parcialmente da formação, na medida em que se limitaria inevitavelmente ao que denominada “um ensino dogmático- crítico” ministrado através de aulas expositivas. Estaria inviabilizado o fornecimento de campo adequado para a experiência transferencial na qual, mediante a utilização do método psicanalítico, é produzido o conhecimento. Deste modo, deixa visível, nas entrelinhas, certa descrença na possibilidade de formação acadêmica do psicólogo psicanalista, insinuando que nesta instituição só se pode obter conhecimento *sobre* psicanálise. Recomenda, então, de modo curioso, que os docentes, mas não os alunos, busquem complementar seus

⁵ Relata Laplanche (1978) que, alguns meses antes de Ferenczi vir a ser nomeado professor de psicanálise na Universidade de Budapeste, Freud lhe escreveu uma carta recomendando reserva e independência diante da possibilidade da psicanálise vir a adquirir uma “existência oficial”.

conhecimentos acerca da neurose e da psicose trabalhando em ambulatórios e hospitais psiquiátricos. Explicitamente, a questão da análise pessoal está, neste texto, meramente escotomizada.

No que diz respeito ao campo de estágio, a problemática levantada por Freud está, felizmente, ultrapassada. De acordo com o conceito atual de universidade, preconiza-se que se deve assentar sobre três pilares igualmente fundamentais: ensino, pesquisa e prestação de serviços à sociedade civil. Nem sempre, ou melhor, raramente, este ideal é atingido em nosso país, devido a dificuldades de cunho político, social e econômico, que transcendem a própria universidade. Entretanto, parece haver consenso ao redor desta vocação tripla.

Provavelmente, a atribuição de importância aos serviços está associada à mudanças paradigmáticas que, em consonância com transformações históricas e culturais, chegaram a redefinir as relações entre teoria e prática nos diversos campos científicos. Certamente, Freud (1919) refere-se a uma universidade concebida como instituição de produção de saber, caracterizada por uma circulação discursiva tributária da elaboração secundária, enquanto vê os equipamentos de saúde como locais de aplicação. Esta representação do processo de construção do conhecimento relaciona-se a um fenômeno histórico peculiar da sociedade de classes, que consiste na dissociação entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal, que foi básica para o desenvolvimento capitalista. É natural que Freud, como homem de seu tempo, pudesse ter tal visão acerca desta questão. Por outro lado, o

que é verdadeiramente digno de nota é que, malgrado sua representação acerca da produção do conhecimento, ter inventado uma prática pela qual o conhecimento se produz enquanto trabalho que articula indissociavelmente o pensar e o fazer. De fato, a psicanálise é fundamentalmente método⁶ (Green, 1990; Herrmann, 1991), que se faz teoria e terapêutica no mesmo gesto. Assim, pode-se perceber que a dissociação entre teoria e experiência, que Freud parece ver como inevitável, quando aborda o ensino da psicanálise na universidade, é ultrapassada por uma prática que condiz, de modo pioneiro, com contribuições da epistemologia contemporânea que anunciam que o conhecimento pós-moderno tende ao não dualismo e à superação de distinções dicotômicas que tem marcado o pensamento ocidental, entre as quais se inclui a teoria e a aplicação (Santos, 1987;1989).

Assim, na medida em que se vem ganhando, no campo das ciências humanas, progressivo reconhecimento acerca da impossibilidade de dissociar a teoria e a prática, fortalece-se a visão da universidade voltada à integração do ensino, pesquisa e prestação de serviço. Aparentemente, o problema, colocado em 1919, está melhor encaminhado. A ninguém surpreende a notícia de que os departamentos mantêm escolas, hospitais, serviços técnicos que, para além do aspecto do atendimento, são, simultaneamente, campos de pesquisa. A clínica psicológica escola é uma modalidade de instituição universitária onde conhecimento psicológico é gerado, ensinado e socialmente utilizado de modo simultâneo e indissociável. O que de fato acontece é um processo único que, dependendo da perspectiva de

⁶ Diz Green (1990): “Freud queria que a psicanálise fosse um método no qual a terapêutica psicanalítica das neuroses fosse apenas uma das aplicações possíveis.”(Green, 1990, pg. 49)

visão adotada em um dado momento é serviço, pesquisa ou ensino. Evidentemente, a clínica- escola resolve o problema apontado por Freud (1919) na medida em que pode fornecer o ambiente requerido para a experiência clínica transferencial, desde a posição do profissional que receberá supervisão.

Considero, no que diz especificamente ao ensino da psicopatologia, que a idéia de aulas expositivas , como possibilidade única diante da falta de experiência transferencial, é questão que merece reparo. É inteiramente compreensível que, em 1919, às luz tanto das idéias pedagógicas então vigentes como da originalidade do pensamento psicanalítico, muito menos difundido culturalmente do que hoje, Freud considerasse indispensável este tipo de transmissão de conhecimentos. Entretanto, podemos ver hoje que nada é mais antipsicanalítico do que uma exposição, ainda que elegante, de idéias desvinculadas de uma experiência humana, na qual se integram o emocional- afetivo e as idéias. Apesar disso, se raramente se praticam exposições dogmático- críticas abertamente, e ainda menos sejam defendidas como pedagogia adequada, sendo comum a adoção de modalidades de ensino aparentemente não autoritárias, o fato é que nos meios profissionais psicológicos e psicanalíticos o que mais se encontra são adeptos de sistemas escolásticos, muitas vezes incapacitados de manter entre si qualquer tipo de comunicação produtiva. O dogmatismo que foi explicitamente banido mantém, de fato, certo vigor.

Inúmeros autores, como Winnicott (1971) e Herrmann (1991;1992) e Green(1992), tem apresentado formulações que permitem um repensar das questões que aqui nos interessam.

Winnicott apontou seguidas vezes como um ambiente intrusivo e incapaz de permitir a expressão espontânea do sujeito acaba levando à submissão e à adoção de estratégias defensivas diante do mundo. O ponto especialmente importante de sua teorização no tocante a este tema é o reconhecimento da importância do ambiente, o que pode fornecer material importante para detida reflexão do professor. De um certo modo, sua própria biografia, que retrata seu empenho sincero na manutenção de uma posição independente em meio a um ambiente institucional caracterizado por forte pressão no sentido de forçar adesões ao kleinismo ou ao anafreudismo, é uma lição impressionante. Winnicott conseguiu ser original e criativo, sem pagar o preço do banimento e da exclusão.

Green (1992) tem apontado o quanto os estudos teóricos tem sido desconsiderados na formação do futuro psicanalista, assinalando que somente o conhecimento teórico pode garantir um melhor enfrentamento do que a prática oferece, a cada momento, como novo desafio. Salienta, entendendo que a teoria se constrói a partir do uso do método na situação clínica e na consideração de problemas socioculturais, que a questão básica da formação não é o quê ensinar, mas como ensinar. Conclui que será uma transmissão sempre relativa, crítica, conjuntural e capaz de suscitar controvérsias produtivas. O freudismo deverá ser sempre contextualizado no horizonte científico e cultural em que pôde surgir, enquanto, por outro lado, a organização intrínseca de seu texto deve ser desvelada. Além disso, a problematização, “a análise da teoria da teoria da análise” permitirá que os sistemas propostos pelos sucessores sejam vistos em perspectiva. O conjunto destes movimentos terá como norteador básico a idéia de

que propiciar o aparecimento, no jovem analista, de uma “vontade de pensar” (Green, 1992).

Trazendo um ponto de vista relativo à formação que em alguns aspectos concorda com os de Green(1992), Herrmann (1991) fornece elementos que tem permitido o aprofundamento desta discussão, a partir de um estilo que esclarece mais adequadamente uma pragmática capaz de apontar soluções , ao invés de meramente apontar a questão. Entendendo a diversidade teórica no interior da psicanálise como fenômeno salutar, que atesta o vigor deste campo de conhecimento, Herrmann (1991) vai insistir no fato de que todas as formulações teóricas tem como origem comum o uso do método psicanalítico, compartilhando, deste modo, do ponto de vista de Green (1992). Vai entretanto insistir enfaticamente na idéia de que a formação forneça um amplo e profundo conhecimento do método, em seus fundamentos essenciais, o que de fato capacitaria o estudioso a assumir posturas mais livres, soltas e críticas diante das diversas teorias e escolas psicanalíticas. A adoção de um ensino centrado sobre o método teria como efeito liberar o aluno da sempre precoce e discutível opção escolástica, sendo que as diferentes teorias seriam compreendidas à luz das problemáticas clínicas específicas em relação às quais puderam ser concebidas. O ganho imediato, que pode transfigurar todo o campo do exercício profissional, seria a percepção de que as teorias são todas construções oriundas de trabalho humano, de modo que não se diferenciariam, em termos de estatuto ontológico, as formulações clássicas e as teorias já criadas ou por criar no cotidiano da clínica, a partir do manejo do método psicanalítico.

Conforme expus acima, dois níveis, ainda que interligados, podem ser distinguidos no ensino de psicopatologia que tenho desenvolvido: o nível da transformação representacional sobre a loucura e o nível da vinculação com as teorias explicativas.

A questão da transformação representacional em contexto pedagógico é um caso específico de uma problemática sociocultural mais ampla. Uma experiência profissional em trabalho psicoprofilático de pesquisa- intervenção social, na qual tenho trabalhado com representações relativas ao usuário de drogas, ao deficiente físico, ao soropositivo, ao doente mental, à escolha profissional e outras, tem-me convencido de que, contrariamente ao que parecer crer os teóricos das representações sociais, as representações só se modificam quando se rompe sua sustentação lógico- emocional inconsciente. Sem a realização deste trabalho, que tem como efeito uma verdadeira desmontagem, é altamente improvável que se alcancem transformações verdadeiras (Vaisberg e Machado, 1997). Não só é duvidoso que o conhecimento do que é central ou periférico na estrutura cognitiva de uma representação (Abric, 1989) possa desconstruir uma particular representação, como, por outro lado, se isto fosse possível, haver-se-ia de pensar qual seria a representação substituta. Questões éticas relativas a quem influenciaria a constituição da nova representação requereriam amplas discussões. Enfim, o caminho cognitivo parece muitíssimo discutível. Diferentemente, o psicanalista não precisa se preocupar com a nova representação, a não ser quando, não compreendendo suficientemente a importância do método, apressar-se a fornecer elementos para construção de novas representações a partir de suas próprias convicções e crenças teóricas

e pessoais, o que, evidentemente, é violenta negação do próprio espírito psicanalítico.

Todo e qualquer trabalho de desconstrução de representações mediante elucidação do campo ou inconsciente relativo, em enquadre psicoterapêutico, psicoprofilático ou pedagógico, em âmbito individual ou coletivo, tem, como ponto de partida, a expressão subjetiva, potencialmente reveladora das determinações lógico-emocionais estruturantes. Pode-se facilitar esta expressão através de alguns recursos, tais como a livre associação, o relato de sonhos, os procedimentos projetivos e as diversas formas de expressão artística (Freud, 1916), as quais tem sido instrumentalizadas, na clínica psicológica, através das arteterapias e das terapias expressivas (Andrade, 1993). Assim o ensino de psicopatologia, concebido como trabalho de transformação representacional e de modificação do vínculo que o sujeito mantém com a teoria, começa com o estabelecimento de situações que propiciem e facilitem a expressão dos alunos, com a qual se lida no sentido de apreensão da lógica- emocional inconsciente.

Na prática do ensino de psicopatologia, de que me encarrego há bastante tempo, tenho utilizado, inspirada em Winnicott (1971) o tem sido denominado enquadre transicional de aprendizagem (Vaisberg e Machado, 1996), que se concretiza através do uso manejado de improvisações dramáticas⁷ e material ficcional de vários tipos, além da

⁷ Baseada em experiência clínica institucional e privada, dramatizo diferentes pacientes, que tenho conhecido na prática clínica, observando os usuais cuidados éticos no sentido da impossibilidade de seu reconhecimento. Os alunos entrevistam tais “pacientes” e a experiência é objeto de reflexão e elaboração. Trata-se de uma alternativa pedagógica que é praticada e compreendida a partir do uso do método psicanalítico, em enquadre dramático de estudo

proposição de procedimentos projetivos tais como o procedimento de desenhos estórias com tema. Apresentam-se ludicamente situações que podem tocar a sensibilidade e a percepção, facilitando a expressão subjetiva sem provocar um acirramento exagerado de defesas. Esta situação permite que os alunos saiam de uma posição receptiva e manifestem suas representações, ensejando a possibilidade de um trabalho delicado que ultrapassa a exposição das sistematizações teóricas, o que, evidentemente, também ocorre.

As reflexões teóricas acerca deste tipo de prática pedagógica são mais recentes do que seu uso produtivo. As idéias de Winnicott, (1945;1951;1957) referentes à necessidade do lactente de ser delicadamente apresentado à realidade, podem, se metaforicamente usadas, fornecer um modelo aplicável a situações humanas que se caracterizam pelo interesse em introduzir seres humanos ao conhecimento de novas realidades, neste caso, da realidade do sofrimento humano que se expressa psíquica e emocionalmente.

No processo de apresentação do lactente à realidade, Winnicott destaca a absoluta necessidade de lhe ser proporcionada uma experiência onipotente e ilusão, mediante a qual possa “viver” como se fosse o criador do seio materno. Esta vivência é possibilitada pela apresentação do seio no momento em que o bebê está pronto para criá-lo. De acordo com o pensamento winnicottiano, a desilusão, que consiste em conhecer que a realidade tem autonomia em relação ao eu, só pode ser tolerada por quem pôde viver a experiência de onipotência,

(Vaisberg e Machado, 1996). Em comunicação pessoal, a Profa. Dra. Carmita nos relata praticar a mesma estratégia, a partir de seu conhecimento da teoria psicodramática.

de modo que se pode afirmar que a sanidade repousa sobre a onipotência. Percebe-se que o bebê está, nas fases iniciais de sua vida, protegido pela pessoa da mãe. Analogamente, o enquadre transicional de aprendizagem oferece ao aluno uma proteção ilusória que lhe permitirá o enfrentamento do estágio clínico, em momento posterior, tanto porque foi protegido da ansiedade que o contato com o sofrimento psíquico provoca, como também porque pôde elaborar as representações que traz sobre a loucura, iniciando, pelo menos, dentro do possível, uma vinculação menos submissa com o saber teórico. O que se espera é, realmente, que esta aproximação transicional ao fenômeno da loucura possibilite, na medida em que não incorra no acirramento das defesas, uma visão segundo a qual a loucura, em si, é temível, mas não aquele que, em sua humana e universal fragilidade, tenha a ela sucumbido.

É interessante chamar a atenção para o fato de que o enquadre transicional de aprendizagem é protegido e ilusório, mas não é falso. De fato, o que este “brincar de clínica” pretende proporcionar, usando recursos transicionais, é justamente um preparo que permita ao aluno estagiar na clínica escola universitária, ou em diferentes equipamentos de saúde mental, sem que haja necessidade de facilidades artificiais que tem lugar justamente através de sistemas discutíveis e tendenciosos de triagem, que não permitem que certos casos recebam atendimento, o que, evidentemente, é eticamente problemático.

Tanto a delicadeza com que podem ser colocadas as impressões do professor- psicólogo, que visam conduzir à apreensão do inconsciente relativo representacional, como o fato de tudo estar

ocorrendo em campo lúdico, tem um efeito facilitador no sentido de permitir que a ansiedade grupal se mantenha em níveis suportáveis. Os debates e intercâmbios ideo-afetivos surgem espontaneamente, seguindo a direção do questionamento das representações até então vigentes como o da revisão do vínculo mesmo que o grupo vem mantendo com o saber teórico, ainda que todo este processo comece em situação de sala de aula e deva prosseguir ao longo de toda a formação. Ou seja, estaremos trabalhando tanto com uma tentativa de transformação de representações sociais mais ou menos específicas, pois, como abordarei, a representação da loucura está imbricada com a própria capacidade representacional, como também com a vinculação do aluno com o sistema representacional institucionalmente autorizado, que são as teorias transmitidas pela universidade. Já passamos, deste modo, à consideração do que diferenciei como um segundo nível na tarefa pedagógica focalizada.

Tenho fortes razões para supor que a mera substituição de uma representação por outra não corresponda a ganho real, em termos de formação do psicólogo, se for mantido o mesmo tipo de vínculo submisso com a teoria. Evidentemente, não quero negar que as teorias possam e devam ser comparadas, havendo-as melhores e piores, desde diferentes critérios: lógicos, epistemológicos, éticos, pragmáticos, etc.. Entretanto, é fundamental atingir a visão de que a mais adequada teoria, para um dado problema em um dado momento, é ainda nada mais do que uma teoria. O problema vital é a possibilidade de evitar vinculação submissa e neste caso, muitas vezes boas teorias podem ter efeito mais deletério do que más teorias, em relação às quais poucos poderiam pensar em termos de adesão cega.

Didaticamente, podemos, então, distinguir dois tipos de vínculo do estudioso com a teoria. O primeiro deles respalda-se numa visão moderna de ciência. Pretendendo-se racional e objetiva, é, de fato, de índole defensiva, resultando, ironicamente, na adoção de postura reverente e escolástica, conforme a qual a teoria é algo cristalizado, reificado e imutável. É aqui que encontram lugar os fundamentalismos, os argumentos de autoridade, a repetição tediosa que obriga a uma sofisticação expressiva para encobrir uma pobreza de conteúdo. A segunda possibilidade consiste numa visão da teoria como construção coletivamente possibilitada, que se pode constituir numa determinado momento histórico, de acordo com as limitações características do funcionamento psíquico humano, quando se empenha na aquisição de inteligibilidade transformadora acerca da vida e do mundo. É coerente com esta concepção o estabelecimento de uma relação mais solta, inventiva e espontânea com a teoria.

Herrmann (1991) colabora a meu ver decisivamente para a instauração desta segunda possibilidade quando, a partir do que parece uma intuição precoce, constrói toda uma obra para, com rigor e senso crítico, chegar a propor o conhecimento aprofundado do método psicanalítico como a base que vai permitir a inventividade clínica. Convencida de que se trata de uma indicação preciosa em termos de prática clínica e de formação, penso que é adequado comparar este conhecimento com o domínio musical que permite o improviso. Quando ouvimos uma improvisação jazzística, estamos, sem dúvida, diante do novo. O próprio músico não tem idéia de para onde seus dedos o levarão no toque do instrumento. As notas se sucedem numa velocidade espantosa. Entretanto, o que possibilita a criação é um sólido conhecimento musical que permite que, trabalhando em um tom

e modo determinado, ou seja, a partir de uma escala, o músico saiba bem que algumas notas poderão ocorrer e outras não. É a total assimilação da escala que vai permitir um brincar pleno, que pode lembrar uma coreografia ou uma bela jogada de futebol. Ora, o psicanalista que tem o método assimilado manterá a possibilidade de se comportar de modo espontâneo e inventivo, dizendo ou fazendo o que a cada momento lhe soar harmoniosamente fiel ao espírito do método. O filósofo Badiou (1993) tem proposto uma nova definição para o conceito de verdade, como processo de fidelidade, na qual me permito obter certa inspiração, sem aderir às suas teses:

“ Chamamos de ‘verdade’ o processo real de uma fidelidade a um evento. Aquilo que essa fidelidade produz na situação. Como o desenvolvimento da álgebra abstrata, fiel ao conceito de grupos de Galois. Ou a música contemporânea, fiel à invenção de Schoenberg. Ou a organização de uma vida fiel a um encontro amoroso. Ou a busca de uma nova política de emancipação após maio de 68.”

A meu ver, desde que se aceite a anterioridade lógica do método, fica claro que a fidelidade ao método é, em última instância, o que permite, paradoxalmente, o desprendimento de formas literais de pensar a psicanálise, que terão por efeito a estagnação do próprio desenvolvimento deste campo de saber, como trabalho coletivo que é. Por outro lado, creio que certas teorizações de Winnicott (1951,1968) fornecem reflexões que levam a pensar acerca das condições subjetivas de possibilidade de utilização da teoria dos campos. Como é de seu feitio, Winnicott preocupa-se em pensar o sujeito em seu ambiente, de modo que a possibilidade de vir a alcançar uma visão mais lúcida e amadurecida tem sempre a ver com o fato de ter ou não

contado com uma ajuda propícia. Já vimos como a possibilidade de não adotar uma postura submissa liga-se, a seu ver, ao fato de se poder ter contado com um ambiente não invasivo, capaz de respeitar as condições do ser de cada um. No que diz respeito ao vínculo com a teoria, as noções winnicottianas de uso de objeto podem ser bastante sugestivas. A meu ver, a transposição modelar destas idéias para o âmbito do uso da teoria, como construção representacional, pode se revelar bastante produtiva. Reconhecendo a relação de objeto como um processo de cunho eminentemente onipotente, Winnicott (1968) propõe o conceito de “uso de objeto” como uma vinculação do sujeito com um objeto que pertence à realidade externa, compartilhada e que não se reduz, jamais, a um feixe de projeções sob controle onipotente da mente. Confluem, no uso do objeto, a criatividade do sujeito e o ser do objeto. Entende que a passagem da relação de objeto para o uso do objeto corresponde a uma importante conquista de crescimento pessoal, o que não é estranho dada sua marcada preferência por modelos desenvolvimentistas. Em todo o caso, assinala que para que o sujeito possa viver numa posição emocional que lhe permita tolerar que o objeto tenha existência autônoma, vale dizer, seja experienciado como estando fora da possibilidade de seu controle onipotente, uma condição deve ser cumprida: a destruição do objeto. Com esta expressão, Winnicott (1968) quer significar, poeticamente, que a destruição, no plano da fantasia, quando acompanhada da sobrevivência do objeto externo, permitirá a elaboração verdadeira do objeto como inegavelmente outro.

Estas idéias, usadas como modelo para pensar, podem, no contexto da problematização das relações entre teoria e prática, na psicologia clínica, conduzir a considerações acerca da necessidade de

destruição das teorias, enquanto verdades reificadas, na mente do estudioso, para que possa vir a alcançar a capacidade de um uso inventivo. Este movimento destrutivo requer a renúncia ao desejo de que a mente humana possa onipotentemente esgotar o conhecimento do mundo e da vida e vem possibilitar que seja contida uma destrutividade irrefletida que não permite a utilização daquilo que não corresponda ao modismo epistemologicamente mais atual. A destruição da teoria revelada e do controle onipotente torna possível o uso do conhecimento teórico construído, permitindo, ainda, que as teorias cresçam e se transformem continuamente. Chega-se, desta forma, a uma pragmática que, criando condições de possibilidade de um inegável ganho de liberdade de movimentos, vem permitir, segundo acredito, melhor preparo para os questionamentos éticos que serão os balizadores fundamentais da produção do conhecimento.

É interessante notar que a noção de uso de objeto faz apelo a uma dualidade de planos: há destruição na fantasia e sobrevivência na realidade. Nota-se facilmente que estamos novamente no reino do brincar, numa situação bastante semelhante a que encontramos em muitos desenhos animados. Um exemplo são Tom e Jerry, que se impõem mutuamente uma série de ataques físicos para estarem inteiramente reconstituídos na próxima cena, prontos, cada qual, para novo embate. Evidentemente, o que subjaz a ocorrências deste tipo é o brincar. Curiosamente, os segundo e terceiro capítulos da primeira parte do Método da Psicanálise (Herrmann, 1991) tem como título “Do jogo e do jogar” e “O jogo da psicanálise”. No primeiro, o autor lança mão de uma comparação com finalidade didática, usando o pôquer e o xadrez para conduzir o leitor à noção de que o método psicanalítico corresponde às regras do jogo, que presidem todas partidas e todos os

movimentos, sem com elas se confundir. O segundo capítulo, igualmente didático, usa a metáfora para explicar as bases do encontro analítico enquanto “escuta fora do campo proposto como tema”. O uso explicativo de imagens ligadas ao jogar pode indicar que a atividade lúdica possa ter um papel maior no que tange à possibilidade de estabelecer vínculos saudáveis com representações e teorias, e, num sentido mais amplo, com a possibilidade de sustentar uma posição existencial que possa permitir o escape das ortodoxias e fundamentalismos de todo o tipo, sem nos arremessar desprotegidamente no informe, no caótico, no infinito, ou seja, em dimensões nas quais o humano enquanto humano é perdido, ou seja nos abismos das agonias impensáveis e do enlouquecimento (Herrmann, 1991,1992). O estudo da psicopatologia obriga, a meu ver, a uma reflexão diferencia o respeito fundamental a todo ser humano, independentemente de sua condição psíquica, de um eventual enaltecimento da loucura, só preconizado por quem nunca viveu ou nunca teve contato verdadeiro com pessoas que viveram este tipo de sofrimento, que bem merece o termo agonia impensável. Assim como o respeito aos pobres implica repúdio à pobreza, o respeito ao louco torna qualquer idealização da loucura um posicionamento inaceitável.

As idéias até aqui expostas podem se beneficiar do contato com as formulação desenvolvidas por Lino Silva (1994), acerca do processo de formação do psicanalista. A autora identifica três tipos de vinculação com a aprendizagem, que configuram três figuras diversas: o adepto, o rebelde e o aprendiz. O que caracteriza o adepto é uma postura religiosa de busca de um mestre, encarnado por uma pessoa ou uma escola de pensamento, capaz de concentrar em si a verdade da psicanálise. Deste modo, não deixará nunca de ser aquele que pode

aplicar ou sistematizar conhecimento gerado por outros. Tal posição tem, evidentemente, a função de proteger contra a angústia inerente ao contato com a diversidade de teorias e técnicas que obrigariam tanto à responsabilização por uma determinada posição como ao exercício da crítica constante. O rebelde assume uma atitude de crítica generalizada, nada lhe parece digno de valor. Se consideramos que conhecimento é construído coletivamente, torna-se óbvia a percepção de que dificilmente o rebelde pode produzir avanços, na medida em que não é capaz de receber o legado de outros. Finalmente, o aprendiz é aquele que pode metabolizar o que lhe é transmitido, transformando-o e adaptando-o criativa e criticamente. Provavelmente é este quem, apropriando-se da tradição de forma não submissa, pode chegar a elaborar uma contribuição pessoal. Evidentemente, esta posição acarreta algum ônus, uma vez que requer uma certa independência, não incompatível com a pertinência a grupos, e a assunção de responsabilidade pelas escolhas teóricas de suas decorrências. Por outro lado, Lino Silva (1994) também distingue diferentes possibilidades quanto àquele que ensina. Admitindo que muitos estilos podem existir, opta por chamar a atenção para duas variantes, que vai denominar mestre e professor. Enquanto o mestre visa criar escola congregando adeptos ao seu redor, o professor é aquele que tem por meta facilitar o processo de aprendizagem, fazendo vir à tona a crítica e a inventividade dos alunos.

As intenções da autora são declaradamente didáticas, pois, sabedora que é de que toda e qualquer manifestação humana é sustentada por um campo inconsciente, não acredita em nenhum tipo de superioridade moral apologeticamente corretiva. Entretanto, fornece figuras que me parecem úteis na reflexão implícita no presente trabalho.

Afinal de contas, o exercício da psicologia clínica, para a qual a psicopatologia psicanalítica visa contribuir, é ofício e arte que depende, essencialmente, da correta apreensão do método e da conquista de uma independência que permita o improvisado e a invenção. Afinal há que lembrar que se o improvisador jazzístico ignora qual será a próxima nota, não está, de modo algum, percutindo aleatoriamente o piano.

Retomando a questão essencial deste capítulo, é importante lembrar que dois tipos de transformação são simultaneamente trabalhadas: a vincular e a representacional. Busca-se uma modificação do vínculo com a representação – que passa a ser vista como construção humana e não mais como verdade absoluta, o que conseqüentemente auxilia o combate a atitudes submissas. Busca-se igualmente uma mudança da representação do louco e da loucura, transformando-se a relação que se estabelece com estas figuras. Assim, a representação não é vista como algo separado do afeto e da experiência, mas como conduta dramática. O louco pode passar a ser visto como semelhante. A loucura pode ser vista como sofrimento. O real é o mistério cuja face não pode ser contemplada sem proteção.

LIMITES DA COMPREENSIBILIDADE DA CONDUTA:
LOUCURA E SOCIEDADE

Durante mais de vinte anos tenho acompanhado alunos a visitas a hospitais psiquiátricos. Nestas ocasiões, conversam com internados, experiência que via de regra causa impacto emocional. É muito comum que, terminada a tarefa, tenham comentários do seguinte tipo: “Não entendo porque *esta* pessoa está internada!”. Sempre é fácil perceber, quando isto ocorre, que a observação é motivada por sentimentos de solidariedade e empatia, pois as entrevistas giram ao redor dos sofrimentos e da história de vida do paciente. Entretanto, o espanto diante da lamentável situação deste outro, que, ao final do encontro, já é um conhecido, um semelhante, traz em seu bojo uma suposição implícita, vale dizer, a de que existiram *outras* pessoas para as quais a internação seria uma indicação acertada. Que outras pessoas seriam essas? Que tipo de alteridade estaria em jogo?

As histórias relatadas sempre colocam os alunos em contato com condições de vida muito difíceis: problemas de relacionamento, falta de perspectivas e de esperança, miséria e violência. Diversas pesquisas, que tenho realizado, orientado ou supervisionado (Tsu, 1986; Tsu e Machado, 1988; Tsu et al, 1989 ; Tsu e Tofolo, 1990; Tsu e Machado, 1991; Tofolo e Machado, 1993; Machado, 1995; Borges, 1995; Pereira, 1997), indicam, consistentemente, que o usuário da assistência psiquiátrica, em vertente hospitalar ou ambulatorial, é sempre uma pessoa que vive uma vida pontilhada por carências materiais expressivas, que se

articulam de modo complexo com problemáticas psicológicas e emocionais diversas. Quando, apesar da desesperança, a própria capacidade narrativa ainda está preservada, os relatos são uma sucessão de desventuras, que mostram a loucura como desfecho de um cotidiano de sofrimento (Borges, 1995). Pesquisando a vida de empregadas domésticas, Mello (1988) faz sensível referência a relação existente entre o rompimento do que denomina “perfeita submissão” e a descompensação psíquica:

“... nenhuma das mulheres, que me ajudaram a alinhar esta narrativa de suas narrativas, permitir-me-ia supor que elas são cegas ou surdas aos conflitos que dilaceram suas vidas, nem mesmo supor que apenas vivam os conflitos e não reflitam sobre eles, que não saibam onde localizá-los. Se o trabalho é a resposta de que dispõem para enfrentá-los, é porque não se permitem mergulhar na desesperança. Elas conhecem bem demais, porque convivem diariamente com ele, o caminho que pode tomar a desesperança. Acompanharam passo a passo a destruição de seres humanos. Viram o último reduto da dignidade, o orgulho pobre e secreto de ser capaz de vencer as dificuldades, ser invadido pela bebida, pela doença mental, pela violência.”(Mello, 1998, pg. 186-187)

Em outro contexto (Tsu,1986), já tive oportunidade de declarar que a experiência nos hospitais e ambulatórios psiquiátricos, nos oferece a triste visão do que podemos considerar como despojos⁸ de uma batalha social selvagem e violenta, que se trava, em nosso país, na medida em que a expansão capitalista assumiu feições absolutamente radicais e selvagens. Esta tendência vem se agravando, na mesma lamentável direção, de modo que, se o número de leitos psiquiátricos diminuiu, certamente o sofrimento psíquico só veio aumentar. Ser “povo” é, no dizer de Freire (1988) uma experiência trágica, em termos de Brasil:

“Quero me referir à tragicidade que implica ser ou estar sendo povo em nosso país (...) Estou falando deste imenso contingente de explorada gente, enganada gente, iludida, massacrada gente, andarilhando por aí, à procura de um sítio onde parar, trabalhar, descansar o corpo, dormir, sobreviver. É óbvio, então que, dizendo povo, não me acho perdido na vaguidade do conceito. Não estou incluindo nele os donos do mundo, o que, fundados no direito por eles próprios feito, chamam os ‘sem terra’ invasores e os expulsam e os ferem e os matam. Da mesma forma como ferem, reprimem, exploram os trabalhadores do campo e das fábricas.(...) A tragicidade [de ser povo] marcada pela desesperança que se instala no momento em que se perde a

⁸ Evidentemente, não apenas os doentes mentais testemunham a sordidez da exploração e dominação. A mortalidade infantil, as condições de saúde, educação saneamento básico, os baixos níveis salariais, as taxas de desemprego, enfim, uma série de indícios são muito claros no sentido de apontar as precárias condições de vida da maior parte da população brasileira.

hipótese do amanhã, em que o amanhã não é mais do que a repetição, com cadência talvez diferente, mas sempre repetição, de um presente terrível, cuja razão de ser mais profunda não é apreendida.” (Freire, pg.7, 1988)

É claro que a loucura é potencialidade à qual ninguém está completamente alheio (Paz, 1976). Todavia, neste país, a psiquiatrização propriamente dita está claramente relacionada a condições sociais que se caracterizam por desigualdades marcantes. Não há como negar que os usuários são exatamente aqueles cuja dramática de vida se caracteriza por carências radicais, que antes conduziam à internação definitiva e hoje às filas ambulatoriais.

“É impressionante observar como as estruturas perversas da sociedade capitalista, principalmente ao nível da nossa, criam as condições materiais que geram, de um lado, sofrimentos tão profundos, nas classes populares, negando a elas o direito de expressá-los, de outro, nas classes dominantes, a certeza de que aqueles são insensíveis, são gente bruta, que nada sabe, nem mesmo sofrer”. (Freire, 1988, pg. 6)

Borges, (1995), abordando usuárias de um ambulatório de saúde mental da grande São Paulo através do uso do Procedimento de Desenhos Estórias com Tema (Tofolo, 1990), obteve relatos de vida verdadeiramente tocantes. As mulheres enfrentavam condições domésticas altamente tensas pela falta crônica de dinheiro para garantia das

necessidades básicas, o que gerava conflito conjugal de gravidade. A solução psiquiátrica encontrada consistia na administração de ansiolíticos, por longos períodos, além de internação eventual em fases críticas. Ainda que soubessem, com certa clareza, que passavam por dificuldades de vida resultantes do interjogo entre miséria, desentendimentos e falta de perspectivas, aceitavam os remédios para obter alívio provisório.

A relação visivelmente contraditória entre pacientes que se queixam de sua vida material e emocional e as práticas psiquiatrizantes, torna-se mais inteligível à luz de algumas considerações sobre a história da loucura na sociedade ocidental. Com intenção explicitamente didática, Besançon (1993) nos localiza historicamente, distinguindo um período pré-clássico e um período clássico, que antecederiam tanto a instauração da clínica psiquiátrica como os desenvolvimentos mais recentes. Anteriormente ao século XVI, a loucura teria sido pouco diferenciada de outras formas de desvio e bem tolerada socialmente, principalmente no meio rural. Aponta Foucault (1961) que a reutilização dos antigos leprosários, que a erradicação da doença deixara ociosos, permitiu a diferenciação entre bons e maus pobres, dentro de um espírito social que necessitava proscriver o ócio. Colocada, desde então, como problemática moral, a loucura passa a ser vista como oposição à ordem. A nova prática da exclusão implantou-se, segundo os indícios, progressivamente, chegando a ser socialmente vista como medida absolutamente natural e

sensata. Estranheza haveria quando alguém pensasse em solucionar de outro modo um problema psiquiátrico.

Enquanto se dava esta progressiva rotinização do procedimento de segregação manicomial, desenvolveu-se, paralelamente, um corpo de conhecimentos que procedia à inscrição dos sintomas em sistemas classificatórios, de aparência “botânica”, mas curiosamente coerentes com doutrinas morais. Esta foi a era da chamada medicina alienista, da qual veio a surgir a psiquiatria, trazendo em seu bojo a promessa de adoção de um corpo de saber verdadeiramente científico. Os argumentos morais foram substituídos por hipóteses aparentemente mais científicas, que frequentemente invocavam a constituição e a hereditariedade, mas, por outro lado, a prática segregacionista permaneceu intocada. É assim que Swain (1977), estudando uma tese sobre Esquirol escrita em meados do século XIX⁹, encontra citações segundo as quais o manicômio é considerado pelo notável discípulo de Pinel como o mais poderoso instrumento de cura contra as doenças mentais.

São antigas as práticas de exclusão, em diversas variantes, na sociedade ocidental. Analisando discursos sobre a loucura, tal como aparecem desde os textos homéricos até produções da era pineliana, Pessotti (1994)

⁹ Trata-se do seguinte trabalho: Danner, L. Étude sur Esquirol, son influence sur la marche de la pathologie mentale, thèse, Paris, 1858.

mostra que a loucura tem sido sempre considerada “perda do caráter distintivo do humano”, legitimadora de medidas de segregação mais ou menos explícitas. Trata-se, portanto, de uma tendência profundamente arraigada, cuja transformação vai requerer esforço considerável.

Entretanto, outras sociedades tem utilizado soluções alternativas para lidar com a loucura, preservando a possibilidade de inserção social digna. São inúmeros os casos relatados na literatura, mas tenho me interessado sobretudo pelas pesquisas de Devereux (1958) em virtude de sua dupla condição de psicanalista e antropólogo. São trabalhos de campo instigadores, que buscam compreender a articulação entre modelos de “pensamento- sentimento” sobre a loucura com a cosmovisão dos índios californianos Mohave ¹⁰ e dos indochineses Sedang Moi. Devereux (1958) também estudou a relação entre teorias psiquiátricas organicista, adaptativa e do impulso de morte e ideologias ocidentais, demonstrando que as doutrinas explicativas são coerentes com as crenças mais fundamentais acerca da vida e do mundo, estejamos ou não conscientes deste fato, sejamos índios ou cientistas.

Diversas iniciativas contrárias à exclusão social do psiquiatrizado surgiram em vários países, guardando entre si diferenças teóricas, políticas e ideológicas (Fleming, 1976),

¹⁰ Relata Kilborne (1988) que era de tão modo tocado pelo modo de viver deste povo californiano, que, tendo l

a partir do término da segunda guerra mundial. De fato, o saldo terrível deste evento foi um extraordinário incremento de sofrimento psíquico, que exigiu atenção médica e psicossocial. Concomitantemente, começou a aparecer uma produção teórica voltada ao estudo da articulação entre doença mental e sociedade. São clássicas as contribuições de Goffmann (1961;1963) sobre as instituições psiquiátricas e sobre o estigma, bem como as análises historicamente orientadas de Foucault (1967), além de uma farta produção americana, iniciada na década de cinquenta e constituída por pesquisas empíricas que evidenciam a inegável existência de atitudes de rejeição ao doente mental (Miles, 1981). A estes se acrescenta a conhecida veemência de Szasz (1961), que clamou intensamente contra uma psiquiatria que, a seu ver, não fazia mais do que conferir uma fachada científica a práticas inaceitáveis do ponto de vista humano.

Como sabemos, vinha prevalecendo, na sociedade ocidental, a idéia de encarceramento do louco, que atingiu, no século XIX, um auge que se prolongou até meados do século XX (Pessotti, 1996), quando uma significativa mudança de rumo passou a ser notada, de modo que Swain e Gauchet (1980) puderam assinalar que o louco, enquanto objeto de segregação social, passou a ser considerado, em formações sociais de vocação democrática ou igualitária, como o candidato ideal à reintegração. Evidentemente, isto não significa que a implantação de novas práticas seja fácil. Moscovici (1998) tem ressaltado que a sociedade civil se

vê, desde a implantação de políticas sociais afinadas com tais ideais, constantemente pressionada pelo que denomina comunicações paradoxais, encurralada em situações esquizofrenizantes, na medida em que se vê incitada tanto a aprovar a reintegração do doente mental, ao lado de outros excluídos, como amedrontada pela sua periculosidade, na medida em que circulam simultaneamente comunicações que incrementam o temor. Este estado de coisas conduz, a seu ver, à elaboração de representações paradoxais, que se associam a práticas sociais problemáticas. Se anteriormente predominava um tratamento ambivalente dos excluídos, hoje se observa uma “inclusão” forçada, vale dizer, que não se acompanha de uma verdadeira transformação das mentalidades. À violência da segregação se opõe a violência de uma “integração” mal assimilada e mal conduzida.

Parece-me, no entanto, haver um saldo positivo em termo de aumento da sensibilidade social em relação aos doentes mentais. Em setores mais esclarecidos da população já se ultrapassa largamente uma crítica à ineficácia terapêutica da psiquiatria manicomial, entendendo-se que as transformações destas práticas se inserem na problemática mais ampla da exclusão social, fenômeno que abrange um imenso leque constituído por diferentes condições, que podem ir desde à soropositividade até o desemprego, passando pela pobreza, pela homossexualidade, pelas problemáticas étnicas, pelas questões de gênero e muitas outras. Inscrevendo-se,

portanto, em complexas questões socioculturais, faz parte de um amplo movimento, de profundas raízes éticas, que se expressa belamente na escrita de Lévinas (1993) como “o humanismo do outro homem”. Por outro lado, por uma série de motivos, tem-se, entretanto, a impressão de que Jodelet (1996) pode estar certa ao afirmar que o caso do psiquiatrizado tem hoje um valor exemplar nas tentativas de análise e compreensão de processos de inserção e reintegração social, razão pela qual vem afirmar que pode ser visto como uma “figura emblemática da alteridade”.

A alteridade, que sempre foi um organizador da antropologia como disciplina, é, hoje, questão que tem sido abordada por diversas ciências humanas. Em 1996, pesquisadores que participavam da terceira conferência internacional sobre representações sociais, focalizando basicamente os temas da soropositividade e da loucura, entenderam que um eixo temático importante a ser explorado era a questão da alteridade. A partir daí, o termo alteridade vem ganhando um terreno expressivo no contexto das pesquisas sobre representação social, ainda que sua definição ainda não esteja clara. Moscovici (1998) tem debatido a noção, enfatizando a complexidade dos problemas envolvidos. Alerta, deste modo, que uma pseudo-aceitação pode frequentemente encobrir uma verdadeira negação do outro, que é tornado ausente para que o eu nele se projete.

Em função da extensa pesquisa que realizou sobre representação social da loucura, Jodelet (1989^a;1998) ocupa uma posição de destaque em relação ao tema da alteridade, pensando-a como um processo cultural e simbólico de construção e exclusão social. Em todo o caso, preconiza o estudo detalhado das diferenças, patamares e gradações que fazem mediações no estabelecimento de relações com aqueles que não são “nós”.

Jodelet (1998) entende que o outro é sempre definido como contraponto: o “não- eu” de um “eu”, o “outro” de um “mesmo, considerando que a questão da alteridade está inerentemente ligada ao processo de definição identitária. Manifestando-se sob variadas formas, do tipo semelhante/ dessemelhante, autóctone/ estrangeiro, próximo/ distante, amigo/ inimigo, normal/ desviante, a noção de alteridade se contrapõe tanto à identidade quanto à pluralidade.

“No que diz respeito à passagem da diferença à alteridade, sabendo que a diferenciação é um processo de base do funcionamento mental, é possível perguntar-se quando e como a diferença – entendida como oposição distintiva em que os contrários se unem – se transforma em ruptura entre duas entidades distintas (...) Para entender a elaboração da diferença em alteridade convém voltar-se para as relações sociais engendradas pela organização e funcionamento social, mostrando que a produção da

alteridade associa, num mesmo movimento, uma construção e uma exclusão.” (Jodelet, 1998, pg. 52)

Ainda que concorde com Jodelet (1996) quando atribui ao louco um valor emblemático, quero aqui lembrar a problemática do soropositivo, cujo estudo tem contribuído para uma maior compreensão das complexas questões relativas à alteridade¹¹. Refiro-me aos trabalhos de Joffe (1994;1996;1998), que tem se norteado pela idéia de que as representações sociais relativas à aids podem ser compreendidas à luz de vestígios de fantasias primitivas. O cerne de sua argumentação se encontra na idéia de que existe uma verdadeira ponte entre fenômenos psicodinâmicos e sociohistóricos nos processos de pensamento de pessoas que são confrontadas com fenômenos impactantes e ameaçadores como a aids, a loucura, o risco de desastres ambientais e catástrofes econômicas.

Mesmo reconhecendo que os profissionais de saúde desempenham um importante papel mediador entre os cientistas e a população, Joffe (1996) se preocupou em focalizar as relações existentes entre três diferentes grupos: cientistas, jornalistas e público em geral. A seu ver, a peste gay, expressão inicialmente usada pela mídia, teve o poder de ativar tanto memórias relativas à peste negra, que

¹¹ Participei de uma pesquisa que focalizou representações sociais de trabalhadores de saúde mental sobre o paciente psiquiátrico soropositivo, encontrando uma situação interessante (Tsu e Borges,1991^a). Em primeira instância, foi possível perceber nítida rejeição provocada pelo temor do contágio. Em segunda instância ficou claro que este temor variava segundo uma avaliação moral do paciente. Deste modo, os cuidados relativos à possibilidade de

assolou a Europa durante quatro séculos como outras relativas à sífilis. Como demonstram os estudos de Markova e Wilkie (1987) parece haver uma continuidade histórica entre as representações da sífilis e a da aids. Uma e outra foram associadas à imoralidade e à punição por irresponsabilidade sexual, provocando um clamor em prol do “retorno” aos valores familiares tradicionais. Em ambos os casos, estrangeiros foram responsabilizados. No caso da sífilis, esteve associada à idéia de que era disseminada por prostitutas de origem africanas, supostamente dotadas de uma sexualidade desenfreada. Pesquisando representações sobre a origem e propagação da aids, Joffe (1996) tem encontrado associações de idéias que manifestamente aproximam a aids e os estrangeiros, atribuindo a estes comportamentos desregrados e perversos. Uma idéia que circulou com certa intensidade, referia-se a uma origem haitiana da síndrome, secundária à prática do voodoo por ingestão de sangue de animais sacrificados e pela existência de homossexualidade ritual. Hipótese análogas usavam africanos, aos quais se atribui práticas sexuais perversas, incluindo bestialidade como causa primária. Em suma, parece que o medo do contágio acabou se generalizando, de modo a considerar que o infectante é alguém que não pertence ao mesmo grupo que eu. Por outro lado, aparecem também idéias de infecção dentro do mesmo grupo. Por exemplo, circulam idéias conforme as quais a

contaminação eram reforçados quando atendiam homossexuais e prostitutas, e relaxados quando cuidavam de esposas “honestas” contaminadas.

aids decorre de falha ocorrida em um experimento científico ou como arma usada pela CIA ou FBI.

Não é nova a idéia de pesquisar a importância da dimensão emocional em fenômenos coletivos, dada a reconhecida importância dos trabalhos sobre personalidade autoritária e facismo, bem como da relação entre irracionalidade e multidão. Recentemente, alguns autores tem enfatizado a importância do prosseguimento de estudos nesta linha (Kaes 1984; Markova e Wilkie, 1987 e Jodelet, 1989^a), mas poucos avanços tem sido feitos. No entender de Joffe (1996), um caminho promissor consiste no uso do modelo kleiniano, que considera uma ferramenta valiosa para a teorização da resposta emocional à ameaça e temor de contágio. A seu ver, este modelo completaria a teoria do processo de formação de representações sociais diante de fenômenos não apenas novos mas essencialmente ameaçadores.

Apelando exatamente para a escola britânica das relações objetais, entende que possa vir a fornecer elementos para a construção de uma teoria de base emocional e defensiva da representação social, ligando a vivência de ameaça ao tipo de resposta representacional produzida. A seu ver, a teoria das relações objetais, focalizada sobre a intersubjetividade, indica que a acusação é uma técnica primitiva e imatura de defesa da identidade, condizente com um grau de desenvolvimento psíquico que se baseia na divisão fantasiosa do universo entre bons e maus.

Joffe (1996;1998) vai utilizar o conceito de posição esquizoparanóide para explicar a psicodinâmica subjacente à representação social da aids. Trata-se, a seu ver, de constructo altamente relevante para as teorias da psicologia social preocupadas com a locação da ameaça dentro do “outro” através da identificação projetiva, cujo objetivo não seria propriamente livrar-se do mal, mas controlar a fonte do perigo. Ressalta, entretanto, que enquanto o controle é buscado através deste mecanismo, e conseguido em certo grau, o depositário da projeção torna-se perigoso, porque os objetos maus passam a ser vistos como poderosos. Este é o mesmo mecanismos psicodinâmico que explica, a seu ver, a perseguição aos judeus na Alemanha nazista. Os judeus foram usados como depositários de fantasias nazistas. Em termos da aids, o poder consiste na capacidade de contaminar, derrubando as barreiras que separam bons e maus, “nós” e “os outros”.

Repensando os conceitos kleinianos, de que Joffe (1994;1996;1998) faz uso, à luz da dialética (Kojève, 1947), Ogden (1979; 1980;1985;1987;1988;1989; 1996;) veio a propor a existência de três modos de criação de significado psicológico, cuja interrelação dialética determina a matriz psicológica ou o estado básico de ser a partir do qual cada pessoa vive e constrói significados a cada momento. Este pensamento pode ser de alguma utilidade para a pesquisa acerca dos modos como pode ser vivida a alteridade.

De acordo com a organização psicológica de maior desenvolvimento, na qual se pode encontrar maior capacidade de mediação simbólica, observa-se um estado no qual os pensamentos e sentimentos são vivenciados como criações psíquicas próprias, o que significa, primordialmente, que existe a possibilidade de se experimentar como sujeito e de, consonantemente, ver o outro também como sujeito de uma experiência humana. No modo esquizoparanóide encontra-se uma forma de subjetividade na qual existe escasso senso de si como autor dos próprios sentimentos e pensamentos, de modo que estes são vividos como se fossem forças e objetos físicos que atacam ou ocupam o precário senso de integridade pessoal. Nesta posição, observa-se uma forma específica de simbolização, conhecida como equação simbólica, na qual existe pouca capacidade de diferenciar entre símbolo e simbolizado. Assim sendo, não há mais do que rudimentos de um “eu” interpretante interpondo-se entre o self e suas vivências, em decorrência do que o outro é vivenciado de modo similar, ou seja, como um objeto em oposição a um sujeito. Se o outro é objeto, não se verificam condições para desenvolvimento de sentimentos de preocupação e consideração. Entretanto, existe um estado ainda mais imaturo, que é pré- simbólico, o autista- contíguo. Aí a experiência do self está baseada na ordenação da experiência sensorial, com especial ênfase para as sensações na superfície da pele, que constituem uma etapa inicial num processo de estabelecimento de um self coeso, cuja falência seria um cair ou escoar-se aterrorizador num

espaço sem forma e sem fim. Rigorosamente falando o indivíduo ainda não se relaciona com objetos propriamente ditos, mas como formas autistas, vale dizer, com impressões sensoriais deixadas por um objeto que toca a superfície de sua pele.

Assim, é fundamental lembrar que o “outro” que é usado como depositário de aspectos do eu é radicalmente diverso do semelhante, do próximo, que é o outro humano, passível de ser concebido apenas quando a identidade está sendo construída de modo maduro, vale dizer, capaz de conter a humanidade e a imperfeição de cada qual. Entretanto, se é claro que o conceito de mesmo e outro são tributários de uma definição dialética, na medida em que se criam se negam e se preservam um ao outro (Ogden,1988;1996), o ponto verdadeiramente intrigante é o da passagem da noção de outro para a de próximo ou semelhante. Afinal, o termo “outro” faz apelo a diferença e/ou distância social, enquanto o termo próximo supõe comunidade e/ou proximidade social, configurando situações completamente diversas.

A incapacidade de relacionar-se intersubjetivamente, considerando o outro como semelhante ou próximo, é uma questão que tem recebido muita atenção na psicopatologia psicanalítica (Bergeret,1974), no capítulo referente às chamadas estruturas paranóides de personalidade. Tal dificuldade humana pode e deve ser abordada em termos de

sua expressão social, que não é, evidentemente, mera amplificação ou somatória de problemáticas individuais.

Percebe-se, deste modo, que um aparente paradoxo se resolve: é apenas quando o outro é visto como realmente outro, ou seja, dono de uma existência independente da minha própria, que pode ser vivido como um sujeito humano. Quando o eu e o outro ainda se encontram de um certo modo misturados e confundidos, sua condição de sujeito não pode ser experienciada. Deste modo, é o outro na qualidade de objeto, sobre o qual eu projeto aspectos do meu eu, aquele a quem não se pode dar o reconhecimento de sua subjetividade. O perseguidor e seu perseguido estão, ironicamente, numa mistura tão íntima que certamente os horrorizaria.

Lucidamente, Joffe (1996) esclarece não pretender explicar o social de forma reducionista através da utilização de conceitos psicanalíticos oriundos de uma experiência clínica individual. Lembra que os termos de passagem entre os domínios individual e grupal não são conhecidos, recomendando mais estudo e pesquisa. A seu ver, é inegável que eventos sociais ativam ou desativam mecanismos de defesa. A presença de uma doença de massa seria um dos modos pelos quais a ansiedade persecutória é evocada dentro dos membros do grupo. Estas mudanças trazem insegurança e exacerbação de conflitos de identidade não resolvidos.

Concordo inteiramente com suas preocupações no sentido de evitar a psicologização de problemáticas sociais, culturais, políticas e econômicas. Entretanto, tenho a impressão, sobre o que me alongarei no próximo capítulo, que a passagem do individual para o coletivo requer uma discussão prévia acerca do fenômeno da conduta humana, dialeticamente concebida como uma totalidade abordável a partir de diferentes recortes metodológicos. De momento, quero destacar que é evidente que a manutenção de um sistema sócio- econômico que se baseia na exploração e sacrifício de uma maioria *exige* a não percepção da semelhança. As pessoas são o tempo todo instadas a pensar no próximo como um outro diferente, para poder manter a exploração. Loucos, deficientes, desempregados, soropositivos, negros, homossexuais, estas são diferentes categorias de outros não semelhantes do grande contingente que carrega o peso do mundo.

Goffmann (1961;1963) focalizou os processos pelos quais, na sociedade contemporânea, alguém é rotulado, de modo que ficam marcados, a seu ver, os sujeitos que não correspondem às expectativas de normalidade social. A estigmatização é um processo de atribuição social que enfatiza a presença de traços considerados depreciativos e desonrosos, resultando em marcas de deterioração da identidade individual. Dedicou, posteriormente, um estudo específico aos sintomas psiquiátricos como desvio da ordem pública(Goffman,1987), apontando o fato, muitas vezes esquecido, de que antes de chegar diante do psiquiatra, a

loucura foi avaliada pelo entorno social, como tem sido realmente constatado por uma série de pesquisas (Miles 1981; Tsu, 1986). Esta é uma questão verdadeiramente fundamental, na medida em que força o reconhecimento de que a psicopatologia, longe de ser um campo do saber que se constituiu a partir de curiosidade desinteressada por alguns intrigantes fenômenos, como querem fazer crer inúmeros manuais, é antes de mais nada uma reflexão que tem origem em um processo social de atribuição de significação fortemente negativa a determinados comportamentos humanos.

Entre nós, o diagnóstico psiquiátrico, por mais científico que pareça, é, pois, secundário a uma decisão social de entender aquele problema como de alçada psiquiátrica. Miles (1981) mostra como a consulta psiquiátrica é antecedida por um longo processo, que descarta outras possibilidades. De uma certa forma, tem-se encontrado que um primeiro passo diagnóstico é, de fato, dado pelo ambiente social mais imediato (Paz, 1976; Goffman, 1982; Tsu, 1986).

No que diz respeito especificamente às práticas psiquiátricas, devo dizer que, do ponto de vista pessoal, adquiri, através dos anos de contato estreito com a instituição, a convicção de que medidas urgentes deveriam ser tomadas no que se refere tanto à melhoria das condições de tratamento dos pacientes, como às condições concretas de vida da população, que facilitam a descompensação

emocional grave (Miles, 1981)¹². Comecei a realizar uma série de pesquisas, às quais me referirei mais detidamente em momento oportuno, acerca da

representação da loucura e/ou doença mental por diferentes grupos sociais. O primeiro trabalho, que pode ser considerado como pertencente a esta série, foi realizado anteriormente ao meu conhecimento da extensa produção de pesquisa do movimento das representações sociais e apresentado como tese de doutorado, sob a competente orientação do Prof. Dr. Ryad Simon. Na época, constatei a existência de uma fachada que iludia muitos estudiosos respeitáveis e lúcidos, que viam o movimento de desospitalização como resultado de uma conquista heróica que segmentos esclarecidos do setor da saúde mental teriam conseguido vencendo alas de psiquiatras tradicionais¹³. Entretanto, era possível perceber que o movimento, de ares progressistas, também interessava e era ativamente apoiado por empresários do setor psiquiátrico hospitalar, que tentavam baixar os custos de hotelaria através de uma exclusão “soft”, que lhe garantiria maiores ganhos, sem modificações substantivas. Em sua avidez e

¹² Uma revisão de pesquisas mostra que a falta de segurança material, ameaça de perda de emprego e desemprego são condições que facilitam claramente a descompensação emocional (Tsu, 1986).

¹³ Exemplo notável, neste sentido, é o caso de Mary Jane Spink. Responsável pela difusão da teoria das representações sociais entre nós, esta pesquisadora crítica, produtiva, respeitada e reconhecida pelo seu valor, analisa, com simplicidade chocante, a desospitalização brasileira como “... resultado de uma longa batalha entre psiquiatras tradicionais e alternativos, batalha essa que tem suas origens na divulgação do trabalho de Franco Basaglia...” (1992, pg 13). Esta frase, que não é, no seguimento do texto, nem relativizada nem criticada, deixa escotomizada uma importante parte da questão, qual seja, a participação de setores reacionários na implantação das novas práticas.

pressa, tais interesses pretendiam a desospitalização sem cuidar das complexas condições que requer, o que acarretou incontáveis prejuízos do ponto de vista humano. Aliás, não é difícil concluir que a desospitalização, ética e humanamente pensada, não é solução para redução de custos e investimentos, pois, quando decentemente realizada, exige recursos. Deste modo, só é condizente com políticas sociais que valorizem o humano, não sendo dignamente exequível quando a população vive abaixo da linha de miséria. O espírito que, a partir dos anos oitenta, norteou a desospitalização brasileira não fugiu, infelizmente, à diretriz que ainda prevalece neste país: o descaso e desrespeito à sua população.

Não foi suficientemente problematizado, entre os entusiastas desatentos da desospitalização, qual seria o próximo passo. O que se assistiu foi à rápida, violenta e taxativa diminuição do número de leitos hospitalares. Em meu trabalho de doutorado (Tsu, 1986), entrevistando familiares que buscavam o pronto socorro psiquiátrico, presenciei situações dramáticas que envolviam a recusa da internação, a aplicação de um sedativo e o desacomodado retorno à favela com o paciente em surto psicótico. Em inúmeros casos, este paciente ficaria em casa sozinho ou na companhia de crianças, enquanto os demais adultos da família saíam para trabalhar. Os médicos pareciam perplexos. Entendiam que a hospitalização nunca tinha sido, realmente, uma medida terapêutica. No entanto, não deixavam de sentir que não faziam mais do que

impotentemente lavar as mãos diante de situações de grande sofrimento.

A complexidade da desospitalização tem sido focalizada por Jodelet (1996;1989^a), para quem entre a abolição da internação e a integração social existe um longo e difícil processo, que envolve três diferentes dimensões: assimilação, inserção e igualdade. A assimilação diz respeito ao apagamento de distâncias e barreiras de diferenciação social; a inserção refere-se à permissão de participação em atividades sociais e espaços e modos da vida comum, enquanto a igualmente consiste na superação de distinções de lugar e posição no sistema social. Assim, a assimilação e a inserção desaguam na igualdade de direitos e deveres, que encontraria plenitude na integração política e usufruto de cidadania (Jodelet, 1996). Trata-se, como se vê, de todo um trajeto que requer condições sociais e simbólicas específicas.

Entretanto, considerei fundamental que se criticasse o processo de desospitalização, nos termos em que foi inicialmente realizado, na medida em que interesses financeiros foram atendidos em detrimento do total desamparo em que foram deixados usuários e famílias, sob uma fachada humanitária e progressista que iludia a população. O que realizei, na época, pode ser considerado um estudo de representações sociais de familiares sobre o hospital psiquiátrico, mas, naquele momento, não usava este conceito, nem como é utilizado no campo da psicologia

social, nem do modo como vim a propor a partir das formulações de Bleger (1977) e das concepções de Herrmann (1991) acerca da anterioridade lógica do método sobre a teoria psicanalítica e de sua aplicabilidade ampliada para além da situação clínica padrão.

Assim, motivada pelo repúdio a uma situação social inaceitável, que, conjugando miséria e sofrimento psíquico, reduzia os psiquiatrizados brasileiros a condições subhumanas, vim a desenvolver investigações com a finalidade expressa de trazer uma contribuição ao movimento de luta por transformações das práticas psiquiátricas, concebendo a pesquisa-intervenção sobre representações sociais como comprometida com um trabalho maior de desconstrução de representações preconceituosas e estereotipadas. Entendia, como ainda entendo, que as práticas segregadoras e excludentes se fundamentam e se legitimam através de teorizações psicopatológicas (Paz, 1976) e de representações elaboradas e compartilhadas socialmente.

Na década de setenta, foram realizados dois interessantes trabalhos empíricos que focalizaram as concepções de pacientes e normais sobre a doença mental (Weinstein e Brill, 1971; Weinstein, 1974.). No primeiro deles, que se realizou mediante o uso de questionários, os pesquisadores verificaram que as concepções etiológicas de pacientes e não-pacientes eram marcadamente diversas. Os pacientes enfatizavam relações interpessoais tensas e

problemáticas como causas de sua condição, enquanto os normais valorizavam marcadamente fatores hereditários e orgânicos.

Posteriormente, Weinstein (1974) realizou um segundo estudo, com a finalidade de detalhar as percepções dos pacientes, usando um questionário em que abordava os seguintes tópicos: problemas econômicos, familiares e sociais, na infância e na vida adulta. Perguntava aos pacientes se já haviam passado por estes tipos de problemas e em que medida acreditavam que pudessem ter contribuído para o adoecimento. Como resultado, obteve que os pacientes frequentemente viam os problemas familiares e sociais da vida adulta em um contexto etiológico, enquanto não acreditavam que as privações e dificuldades de ordem material pudessem ter efeito prejudicial sobre o equilíbrio mental, malgrado não pertencerem a camadas abastadas da população. Por outro lado, raramente atribuíam aos acontecimentos infantis, mesmo traumáticos, um sentido etiológicamente determinante.

Estes achados coincidem com o que tenho observado no hospital psiquiátrico, tanto quando converso com pacientes, que não desperdiçam a eventual disponibilidade de quem possa ouvir suas histórias de vida, como quando se escutam observações de psiquiatras e enfermeiros, tendentes a desqualificar os problemas relacionais alegados, entendendo que o paciente é, fundamentalmente, um doente, na acepção precisa do termo. É facilmente

observável, entre os profissionais, a crença em que os pacientes enfrentam os problemas que todo mundo enfrenta, mas não conseguem lidar satisfatoriamente com eles, em virtude de serem loucos. Encontrei situações que guardam certa concordância com estes dados, tanto quando pesquisei pacientes psiquiátricas (Tsu e Tofolo, 1990), como quando trabalhei com professores secundários (Tsu, 1988). Estes últimos, que podem ser considerados como um grupo específico de normais, revelaram predominantemente uma visão semelhante àquela encontrada por Weinstein e Brill (1971), enfatizando a hereditariedade. Uma ressalva, entretanto, deve ser feita, no sentido de ter sido encontrada uma diferença significativa no tipo de representação de acordo com a área de ensino e com o tipo de estabelecimento no qual lecionavam. Os professores da área de exatas e biológicas tendiam a valorizar mais enfaticamente as causas genéticas, enquanto os professores da área das ciências humanas tendiam a considerar que as condições de vida, tanto relacional como financeira, tinham expressivo valor etiológico. Por outro lado, constatei que os professores que trabalhavam em escolas particulares tradicionais enfatizavam a hereditariedade, enquanto os professores da escola pública assumiam posições de acordo com as quais eram fatos da vida os que levavam as pessoas à loucura e/ou doença mental. Neste último grupo, chegou-se a admitir explicitamente que a loucura podia acontecer na vida de qualquer pessoa. Resultados coerentes com este quadro geral foram encontrados, entre nós, em pesquisas de representações de pacientes internados (Tsu e Machado,

1988; Machado, 1995, Pereira,1997)e ambulatoriais (Borges, 1995). Na Europa, Morant(1996) encontrou um quadro análogo.

Não é implausível a hipótese de que tanto pacientes como normais estejam assumindo tais representações em virtude de movimentos defensivos. Os não- pacientes apreciariam hipótese organicistas porque associam-nas à apresentação precoce de evidências problemáticas, de modo a entreterem a ilusão de estarem a salvo. Provavelmente aqui se passa algo similar ao que se constata quando é pesquisada a representação da deficiência física (Tofolo e Machado, 1993^a). Ainda que um grande número de deficientes tenha sido, de fato, vítima de acidente automobilístico ou de arma de fogo, é comum a idéia de que a deficiência é hereditária ou congênita. Evidentemente, esta crença é mais confortável, psicologicamente, para habitantes de grandes centros urbanos, que querem utilizar automóveis e estão, de fato, sujeitos à violência. Por outro lado, os pacientes, ao verem a loucura como algo meramente “acontecido” mas de nenhuma forma essencial, estão tanto admitindo a possibilidade de recuperação como, o que é fundamental, posicionando-se contra sua exclusão da comunidade humana. Estão, deste modo, admitindo a loucura como algo humanamente possível. De passagem, vale a pena lembrar a posição dos familiares, que não encontram conforto nem na adesão a um pensamento hereditário e organicista, nem no pensamento que invoca problemas relacionais. Uma curiosa expressão, utilizada por

familiares, acabou sendo usada como título de um trabalho (Tsu et al, 1988^a): “mexericos do sangue”. Trata-se de uma articulação entre idéias referentes às “traições familiares” e a transmissão genética, em tudo semelhantes às antigas teorias degenerativas.

Em contraposição o que tentam dizer os pacientes que temos pesquisado é : “a loucura é algo que pode acontecer com qualquer pessoa” (Tsu e Machado, 1988;Tsu e Tofolo, 1990;Machado, 1995; Pereira, 1997). É interessante ressaltar que, quando se referem à vida, estão abordando exatamente o cotidiano, enquanto experiência dramática, vincular e intersubjetiva, correspondente ao nível especificamente humano de análise das diversas ciências humanas, no qual se configuram propriedades e qualidades da conduta que já não falam do ser e do viver, mas da existência, ou melhor, da coexistência (Todorov1996), como fenômeno absolutamente incomparável ao que se encontra nos níveis inferiores da organização da complexidade fenomênica. É no reino da vida em comum e da vida de todo dia, desta vida que toma tempo, onde se entrecruzam sonhos, esperanças, projetos e dificuldades, desencontros, sofrimentos e traições, que os pacientes localizam acontecimentos que os arremessam nos abismos da perda da identidade/realidade. É predominantemente desde os seus amores infelizes e de seus projetos frustrados, da “vida cruel” e do “coração magoado” (Tsu e Machado, 1988) que vem brotar um sofrimento tão insuportável que pode lançá-los numa louca viagem para fora do cotidiano.

Malgrado a referência a entidades sobrenaturais como responsáveis pelo adoecimento (Tsu, 1986; Machado, 1995), o que inclusive pode se articular com fenômenos orgânicos ou relacionais, pode-se afirmar que o que existe atualmente é uma polarização, em termos de idéias etiológicas, ao redor da hereditariedade/ organicidade, de um lado, e dos acontecimentos da vida relacional. Esta polarização reflete uma questão nuclear do campo psicopatológico, ao redor da qual se mantém um debate atualmente velado, qual seja, a dos limites da compreensibilidade da conduta humana.

Assim, de um lado, autores organicistas defendem a idéia de que a loucura não é passível de ser explicada psicologicamente, exigindo a interpolação de uma explicação biologicamente reducionista. Por outro lado, alinham-se aqueles que acreditam que seja possível manter uma compreensão estritamente psicológica da conduta, mesmo quando disruptiva, a partir do uso de ferramentas conceituais específicas. Desta forma, toda conduta poderia ser abordada como acontecimento de vida, que se articula compreensivelmente com a biografia do sujeito. Esta segunda posição corresponde a uma leitura dialética da psicanálise, que teve em Politzer (1928) seu iniciador.

Evidentemente, aqueles autores que consideram que a possibilidade de articulação compreensiva, em termos de biografia pessoal, cessa a partir de determinado ponto, são os adeptos da idéia de que existem limites à

compreensibilidade da conduta humana. Opõem-se, assim, aos autores que acreditam que a conduta humana é sempre dotada de significado, mesmo quando bizarra e incomum. Jaspers (1987) aborda este problema logo no início daquela que é considerada a obra inaugural e fundante da disciplina psicopatológica:

“A investigação do acontecer biológico básico e do desenvolvimento histórico vital compreensivo culmina em uma diferenciação das espécies de bios, a do desenvolvimento unitário da personalidade, sobre a base de um curso biológico normal das idades e das fases eventuais, do caráter não unitário de uma vida que se descompõe por uma ruptura, em duas partes, porque no acontecer biológico, em determinado momento, se iniciou um processo que, com a interrupção do curso biológico da vida, altera a vida psíquica de modo incurável, irreversivelmente(...).”“Falamos em mudança no desenvolvimento de uma personalidade quando podemos compreender no conjunto das categorias histórico-vitais o que está acontecendo, sob a pressuposição do acontecer biológico fundamental.” (Jaspers 1987, pg. 23)

Nesta linha de raciocínio, alguns sintomas psicóticos, tais como delírios de ciúme e outras formas paranóides, seriam consideradas ainda pertencentes à categoria desenvolvimento, exatamente quando a sintomatologia pudesse ainda ser compreendida *pelo psiquiatra* no contexto da biografia do paciente. O processual, por outro lado,

corresponderia à emergência de um algo radicalmente novo, inevitavelmente tributário de uma irrupção proveniente do corporal, do biológico, com supressão concomitante do que é especificamente humano.

É interessante notar que a idéia de irrupção do corporal aparece não como hipótese comprovada ou a ser devidamente testada, mas como uma premissa, a ser aceita por argumentação discutível. Opera-se, deste modo, um reducionismo apriorístico, com notáveis efeitos clínicos. Se o psiquiatra observa algo que considera incompreensível, porque não se pode imaginar em semelhante condição ou tendo semelhante reação, o diagnóstico se dará em termos processuais. Por outro lado, quando se defronta com situações problemáticas que evocam a fantasia de que poderia, êle mesmo, agir de forma similar, o diagnóstico será feito no sentido de um desenvolvimento. Num certo sentido, o profissional de plantão é a medida dos julgamentos. O fato pode passar despercebido, porque a psiquiatria é uma construção coletiva, de modo que muitos compartilham tais fantasias, o que lhes confere um ar de plausibilidade.

Kurt Schneider (1951) é um autor que acredita na impossibilidade de compreensão significativa de condutas usualmente vinculadas às psicoses desorganizativas e afetivas. Sua notável expressividade merece ser registrada:

“Não conhecemos os processos mórbidos que se encontram na base da ciclotimia e da esquizofrenia. Que se achem fundamentados sobre enfermidades constitui uma conjectura que goza de sólido apoio. A herança frequente, as vinculações com processos genéticos e as alterações somáticas gerais que muitas vezes se encontram presentes não são tão importantes como os seguintes fatos psicopatológicos: que apareçam, entre outros, sintomas tais que não guardam analogia alguma com a vida psíquica normal e com suas variantes anormais. Na grande maioria dos casos não se podem referir estas psicoses e vivências, não se acham motivados por estas. Não são influenciadas de modo apreciável por meio de tratamentos psíquicos e sim por somáticos. Mas, antes de tudo, quebram as leis e normas que regem a continuidade do desenvolvimento vital (...) A interpretação especulativa que os considera como reações a conflitos mascaradas é absolutamente inadmissível. É possível conceber que ‘a alma’ possa se transformar por si mesma de um modo tão grotesco sem que isso seja causado por uma enfermidade do corpo?¹⁴ Muito se fala hoje da origem psíquica das enfermidades, de sua psicogênese. A esse respeito diremos o seguinte: a enfermidade possui, como todas as coisas, não somente uma, mas, de fato, infinitas condições determinantes. Aquele fator, conhecido ou desconhecido, do eixo causal, sem o qual a enfermidade não poderia acontecer, não é, jamais, de natureza psíquica (Schneider, 1951, pg 23).

¹⁴ Os grifos são meus.

A nitidez da citação praticamente dispensa comentários. Basta salientar que, no contexto do seu pensamento, a adoção de um modelo organicista é antes um imperativo emocional, decorrente da concepção que quer manter acerca do ser humano, e de nenhum modo produto de investigação isenta da realidade, que um professado cientificismo exigiria.

Bleger (1958; 1977) desenvolve de modo instrutivo uma posição oposta. Tendo sempre entendido que a psicanálise é uma psicologia, trabalhou na reflexão acerca dos fundamentos e implicações deste fato. Baseando-se em Politzer (1928), segundo o qual a verdadeira revolução freudiana é a descoberta acerca da inexistência de fenômenos psicológicos desprovidos de sentido, tudo remetendo à biografia, ao drama vital de cada um, mesmo o sonho, conclui que o determinismo se expressa na psicologia como motivação. Todo ato é motivado, ou seja, tem significado humano e deve ser estudado a partir daí:

“O fato psicológico não é o comportamento simples, mas precisamente o humano, ou seja, o comportamento na medida em que se relaciona com os acontecimentos entre os que se desenvolve a vida humana, por uma parte, e com o indivíduo como sujeito de tal vida por outra. Em uma

palavra, o fato psicológico é o comportamento que tem sentido humano” (Politzer, 1972, pg.209)

Segundo Voutsinas (1992) é sempre fundamental ressaltar que o termo “drama” está, na teorização politzeriana, totalmente isento de ressonâncias românticas ou de significação sentimentalista. Drama é a própria vida humana, na qual o sujeito está concretamente em contato com os demais indivíduos, com grupos e coletividades, vivendo sempre “em situação”.

Filósofo que se voltou para o estudo da psicologia, particularmente interessado na psicanálise, Politzer veio posteriormente a aderir ao marxismo, a partir do qual criticou a psicologia não psicanalítica. Entendeu o materialismo dialético como uma teoria geral que transformava radicalmente toda a psicologia (Voutsinas, 1992). É possível distinguir em seus escritos propriamente psicológicos três etapas: a da defesa da psicanálise, da qual a obra de 1928 é o produto principal, a segunda fase, de defesa de uma psicologia concreta, cujo marco é publicado em 1929, e a terceira, de condenação aos rumos concretos da psicanálise, que vai de 1933 a 1939. São três diferentes fases, mas guardam em comum a fidelidade a um mesmo tipo de pensamento. O elogio e a crítica à psicanálise se referem a distinção que foi capaz de fazer entre um aspecto verdadeiramente revolucionário e humanitário e uma face conservadora, que invadiu o exercício profissional e parte da elaboração teórico- discursiva. Nunca condena o método

psicanalítico, mas um específico tipo de uso, que não lhe é intrínseco, mas que é facilitado pela abstração de uma metapsicologia fisicalista, que nega radicalmente as condições socioculturais concretas.

A questão da relação entre formulações teóricas e seu uso é bastante complexa, se bem se possa entender que certas formulações possam facilitar certas práticas, sem descartar a enorme e fundamental importância do contexto sociocultural. Para ilustrar sua visão, Voutsinas (1992), sem dúvida inspirado pelo fato de Politzer ter morrido heroicamente como herói da Resistência, em 1942, apela para o polêmico caso de Heidegger, colocando não propriamente a questão da adesão pessoal do filósofo ao nacional socialismo, que parece suficientemente respondida, do ponto de vista histórico (Ettinger, 1996), mas a das ligações existentes entre sua obra e o pensamento nazista. Voutsinas (1992) parte da admissão de que obviamente a filosofia de Heidegger não é o nazismo. Contudo, considera que existem, de fato, laços visíveis entre esta filosofia e o movimento geral das idéias e acontecimentos que contribuiu para a emergência do nazismo. A seu ver, o modo abstrato e hermético como aborda a problemática do ser, considerando que é o nada aquilo que funda o movimento ontológico próprio da existência, de modo que existir seria repetir indefinidamente o ato pelo qual estamos destinados à morte, não é exatamente uma visão que estimuladora de respeito à vida e ao homem. Terão, de fato, como quer Voutsinas (1992), tais

considerações ressonâncias harmônicas com idéias que puderam se materializar no horror dos campos de extermínio (Levi,1989)?

Evidentemente, o trabalho coletivo de construção do conhecimento não é estático, e autores como Marcuse, Sartre e Lévinas foram reconhecidamente influenciados por Heidegger. Entretanto, parece ser importante não negar o perigo potencial de certas idéias, porque estas nunca ficam pairando acima da vida dos homens. Aí coloco não só idéias filosóficas, como sistemas teóricos psicológicos. O ponto é, segundo Voutsinas (1992) não deixar de reconhecer que teses teóricas, sem nem sequer se considerar a moralidade pessoal de seus autores, podem servir a orientações bastante ambivalentes.

Quem é o outro, não em sentido abstrato, mas como o próximo e o semelhante, é o ponto que Voutsinas (1992) aponta como fundamental no pensamento de Politzer. A subjetividade pode parecer um evento “partenogênico” e assim é tratada em muitas filosofias e psicologias, mas tem sua origem nas relações socioculturais, não sendo nunca um processo de reprodução mecânica. O ponto não é apenas perguntar qual é a motivação pessoal das idéias de um autor, mas qual a repercussão de suas idéias, que tipo de impulso promovem no movimento social.

Trabalhando a partir de Politzer, Bleger(1958) escreveu uma série de artigos que posteriormente compilou num

livro, em que foi bastante claro na defesa de uma posição que vê na dramática da vida o objeto verdadeiro de toda psicologia, aí incluída psicanálise. Deste ponto de vista, as propostas positivistas de busca de objetividade às custas do reducionismo e de um estudo da conduta abstraída do contexto dramático são inteiramente inaceitáveis. A conduta abstraída guarda, curiosamente, certa semelhança com os objetos recortados, frios, desvinculados e deprovidos de significação que povoam o universo da irrealidade esquizofrênica (Secheraye, 1950).

“Ao querer estudar a conduta de uma pessoa, a primeira aproximação da psicologia foi totalmente formal, classificando as características da atenção, memória, juízo, vontade, etc., mas com isso se reduz o fenômeno psicológico a seus elementos formais e se descarna a conduta de seus elementos vitais humanos, como parte do decurso de uma vida. Freud se coloca desde o começo de maneira totalmente diferente porque estuda o sintoma em relação com a vida do paciente. A informação vinda de fora dos acontecimentos da vida não dá totalmente o sentido e a compreensão do sintoma. Só se consegue isso quando o sintoma é relacionado com os fatos tal como foram subjetivamente vividos, vivenciados pelo paciente, e o sintoma fica assim explicado em função e como parte da conduta humana. É a isso que chamamos dramática que é, em última instância, a descrição, compreensão e explicação da conduta em função da vida do paciente, em função de

toda sua história. No estudo sobre Gradiva, diz Freud – todo aquele que quiser interpretar o sonhado por outra pessoa, não pode menos que ocupar-se com o maior detalhe possível dos acontecimentos vividos pela mesma, tanto em sua vida interior como na relação social .” (Bleger, 1958, pg. 112-113)

A firmeza e convicção de Bleger (1958;1977) acerca da inexistência de limites de compreensibilidade da conduta humana não o leva, de modo algum, a desconsiderar a importância de dimensões orgânicas. Pensa, coerentemente, que na medida em que, dada a complexidade do real, os fenômenos se articulam em diferentes níveis de organização, estruturação e complexidade, tem sentido a proposta de perspectivas de análise que privilegiem níveis infra-humanos. Fornece um exemplo claro quando diz que um movimento muscular pode ser estudado desde o nível da química, da física e da biologia até o nível propriamente humano, onde em função da complexidade, pode ser abordado desde perspectivas psicológicas, antropológicas, econômicas, sociológicas, históricas, etc.. Os diferentes níveis e perspectivas de análise decorrem da complexidade fenomênica e da impossibilidade humana de abarcar a totalidade. Vale, no entanto, destacar, que os níveis infra-humanos de análise requerem uma maior abstração, distanciando-se artificialmente da concretude da vida.

“É entretanto, bastante frequente encontrar que se discuta se uma conduta, um sintoma, é psicológico ou orgânico; não pode deixar de ser as duas coisas ao mesmo tempo, porque tudo o que se manifesta no homem não pode deixar de ser psicológico e porque esse nível de integração não pode dar-se jamais sem os níveis precedentes.”(Bleger, 1977, pg. 81).

É interessante notar que diferencia a biologia, que estudaria a organização do real segundo leis que são universais para todos os seres vivos, aí incluídos os humanos, da biologia humana, que já não seria um nível e sim uma perspectiva ao nível humano de integração. Desde tal perspectiva, o modelo psiquiátrico organicista, fundando-se na crença dos limites da compreensibilidade, opera ao nível biológico não- humano de integração e estruturação fenomênica.

Em outros termos, o trabalho intelectual ao nível da explicação biológica, demanda uma abstração maior no sentido de um maior distanciamento do vivido da experiência humana. Assim, o objeto de estudo ao nível biológico de integração é o ser vivo enquanto um outro não assimilável à própria experiência do sujeito. O corpo biológico é o organismo na melhor hipótese, e uma máquina na pior, mas nunca o corpo vivido.

É obvio que o conhecimento biológico cobra um preço em termos de abstração, que pode ser compensado por uma visão de que este nível faz parte de uma totalidade fenomênica infinitamente mais complexa. Entretanto, este distanciamento e abstração são improdutivos e nefastos quando se está empenha na aquisição do conhecimento psicológico. O organicismo, quando equivale não se acompanha de um correto dimensionamento do operar abstratamente, correspondendo a simples adesão ao princípio dos limites da compreensibilidade, é um instrumento ideológico que possibilita ver a loucura como alteridade absoluta. Contrariamente, vê-la como fenômeno compreensível ao nível humano implica a consideração de que a loucura é assunto próprio, assunto humano, conduzindo cada qual a uma posição menos confortável, mas mais comprometida.

O ponto a ser ressaltado é o da absoluta e imperiosa necessidade de não confundir planos analíticos, considerando erroneamente que uma maior precisão ou confiabilidade de conhecimento é obtida pela via do reducionismo. Herrmann (1991) consegue contribuir eficientemente quando diz:

“Apenas um equívoco fez- nos confundir a psique com uma espécie de cérebro metafórico, o aparelho psíquico individual. O cérebro é um só, feito de neurônios e correntes eletroquímicas; a psique é produção de sentido. Em si mesma, não é ela individual ou social, contanto seja

interiramente real. A psique não é todo o real, bem entendido, mas um de seus extratos” (Herrmann, 1991, pg 45).

Entretanto, uma questão muito importante, a ser lembrada, diz respeito à consideração de que é a hipótese da imprescindibilidade do reducionismo biológico, como condição de explicação da loucura, é a operação básica a sustentar toda a segregação, tanto quando se dá de forma grosseira, através do aprisionamento institucional, como quando se dá através de modalidades mais sutis de exclusão. Evidentemente, a explicação biológica adquire este poder ideológico exatamente na medida em que a dimensão corporal pode ser tomada, pelo imaginário ocidental, de forma absolutamente dissociada do psíquico. É o corpo- máquina aquele que, tornando-se atingindo, simplesmente anula a personalidade do psiquiatrizado.

Outro lado da questão tem a ver com a escotomização do social que pode ser feita inclusive por psicanalistas. Mello (1997) aponta, com pertinência, como estudos psicanalíticos acerca da tendência anti-social, inspirados nas contribuições de Winnicott, podem ser feitos a partir da negação da problemática socioeconômica que caracteriza a sociedade de classes, da violência, da exploração e da necessidade de manter contingentes populacionais vivendo abaixo da linha de miséria. Se a contextualização social não for devidamente pensada, corre-se o risco de aplicar esquemas de entendimento que obstruam a possibilidade de uma apreensão mais lúcida da realidade. Mesmo

concepções que visam a defesa dos menores, correm o risco de impedir uma apreensão mais lúcida dos problemas, na medida em que um excesso de “psicologização” motiva a desconsideração das condições concretas de vida.

Percebe-se portanto como as teorizações de alto nível de abstração, abandonando a dramática e a contextualização social do sofrimento humano permitem a divisão dos humanos em dois grupos: aqueles cujo comportamento, mesmo quando desviante, ainda está dotado de significado e aqueles que deixam de ser humanos e transformam-se em corpos- máquinas danificados. Opera-se, deste modo, uma diferenciação competente (Chauí, 1982) que é a expressão teórico-discursiva que corresponde à segregação manicomial ou às suas formas atenuadas. Enquanto os povos estudados por Devereux (1958;1963) são exemplos de como os desviantes podem ocupar posições socialmente úteis, outro tem sido o caminho da sociedade ocidental, tendente sempre à exclusão. Se não há, evidentemente, como negar que o fechamento do manicômio é o mínimo que se pode esperar da sociedade contemporânea, vale a pena repetir: isto é o mínimo. A persistências de modalidades mais refinadas de exclusão e banimento do todo social, que não implique a manutenção de espaços fisicamente separados, está, todavia, bastante longe do minimamente aceitável. Vale, no entanto, notar, que parece ser justamente o que está ocorrendo atualmente : uma substituição de práticas grosseiras e descaradas por

outras, mais sutis e disfarçadas, e, em certo sentido, mais perigosas.

Este quadro geral me leva a reafirmar minha concordância com Bleger (1958) quando, coerentemente, assinada que as diferenças importantes, no campo da psicologia, não se fazem como domínios distintos, em termos da existência de uma psicologia clínica e outra social, e sim em termos de opção filosófica, que direcionará o estudioso para uma abordagem concreta ou abstrata do ser humano.

A abordagem concreta parte do reconhecimento do homem como ser social, impedindo a cisão entre uma psicologia individual e outra coletiva. Mesmo quando o foco do estudo é o indivíduo, como ocorre na psicanálise clínica, não se perde de vista esta dimensão essencial. Creio que o equívoco de atribuir a uma área o que de fato tem a ver com a adoção de uma determinada concepção do sujeito humano pode ter consequências indesejáveis exatamente para aqueles autores que reconhecem a importância da dimensão sociocultural humana. Por exemplo, Pichon – Rivière é considerado fundador da psicologia social argentina (Quiroga, 1987), na medida em que teria feito surgir esta disciplina no interior da instituição manicomial, como tentativa de romper com modalidades instituídas de explicação e abordagem da doença mental que não levavam em conta a determinação social do sofrimento psíquico. Certamente, sua ruptura com modelos psicanalíticos limitados à consideração de uma dimensão

intrapésica abstrata, bem como sua apaixonada defesa de uma concepção de sujeito como ser socialmente determinado emergente de uma complexa rede de vínculos e relações sociais, corresponde a um posicionamento marcado por profunda lucidez. Suas consequências são importantíssimas, nos planos teórico, ético e político, na medida em que o exercício de uma clínica não social alinha-se a interesses próprios de uma sociedade que se estrutura sobre desigualdades entre as classes. Entretanto, entender a relevância de seu posicionamento em sentido disciplinar é uma interpretação que se vincula a uma visão das diversas áreas do saber como domínios coloniais da complexidade fenomênica. Trata-se de um evidente equívoco rançosamente positivista (Bleger, 1977), cuja superação vem anunciando a epistemologia pós-moderna (Santos, 1987;1989).

Deste modo, creio ser fundamental responder a autores lúcidos como Gonçalves Filho (1998) que aquilo que atribui apenas à psicologia social são requisitos que devem ser respeitados por toda a psicologia, aí incluído o fazer clínico. Vale a pena reproduzir esta bela citação, que deixa claro que uma clínica que não possa aí se reconhecer não se sustenta epistemológica e eticamente.

“Esta disciplina de fronteira, a psicologia social, caracteriza-se não pela consideração do indivíduo, pela focalização da subjetividade do homem separado, mas pela

exigência de encontrar o homem na cidade, o homem no meio dos homens, a subjetividade como aparição singular, vertical, no campo intersubjetivo e horizontal das experiências. Não o homem separado, o indivíduo, mas sempre um homem: a subjetividade realizando-se intersubjetivamente, uma revelação - trata-se sempre do modo mais ou menos singular por que um homem aparece em companhia de outros. A pessoa sofre e habita a experiência em comum: em alguma medida, sofrendo-a, vem afetá-la por traços originais, por qualidades surpreendentes que tornam irreduzível a fisionomia de cada homem. Impossível tomar o rosto e a voz de um homem como expressões sob perfeito condicionamento” (Gonçalves Filho, 1998, pg. 14).

Ora, o que o autor usa para definir o campo da psicologia social é o que eu considero como a única possibilidade de uma psicologia decente, lúcida e ética. Em psicologia, a desconsideração do homem enquanto ser sociohistórico não é uma opção epistemológica, é um posicionamento inaceitável. O indivíduo isolado e abstraído de suas condições concretas de vida não é o objeto da clínica. É uma criação monstruosa, a serviço de um alheamento francamente esquizóide de uma psicologia que auferir dividendos espúrios no atendimento de interesses que visam a escotomização das ligações entre as condições sociais de vida e o sofrimento humano.

Entendo, com Santos (1987;1989) que o campo das ciências humanas deva sofrer profundas modificações nos próximos tempos, possivelmente abandonando a organização disciplinar em favor de eixos temáticos. Penso que muitas atividades que hoje se conjugam sob o rótulo de psicologia clínica são, entre si, absolutamente incompatíveis. O mesmo deve acontecer com outras áreas. Em todo o caso, não tenho dúvidas em afirmar que, por exemplo, o trabalho de Mello (1988), que é uma escuta atenta e delicada de mulheres em seu cotidiano pessoal e de trabalho está muito mais perto do que entendo como verdadeiro espírito de uma clínica social, como abertura para a compreensão do semelhante, sem abrir mão da lúcida percepção acerca das condições concretas da vida, do que muito do que se faz a partir do uso dos chamados dispositivos psicoterapêuticos de trabalho. Formas aparentemente muito semelhantes podem encobrir concepções e vínculos absolutamente diversos. As palavras de Mello (1988) podem muito bem ser compreendidas por aqueles clínicos que não abrem mão de uma visão não abstraída do humano:

“ Hesito, por isso, em chamar de entrevistas aquilo que foi se transformando em conversas, uma interação de amizade e de aprendizagem para ambas. Pesquisadora e pesquisada falam e escutam, invertem posturas e situações, passam a compor juntas um mesmo trabalho(...) O trabalho já é coletivo; recuperamos lembranças esquecidas ou desdenhadas, modos de viver abandonados e fixamos suas

dificuldades atuais. Estranha posição a minha, a de quem já possuía o conhecimento e foi apenas confirmá-lo!” (Mello, 1988, pg. 21)

Um clínico que mantenha uma visão que corretamente não negue as condições concretas da vida humana, busca exatamente isto e tem que se a haver precisamente com o abandono da ilusão de deter um saber técnico. O saber clínico se faz no próprio fazer, a partir de uma formação que consiste, na adoção de um referencial teórico, epistemológica e eticamente fundamentado, e no domínio de um método, que permita soltura e inventividade.

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: INTERLOCUÇÃO
E CRÍTICA

Como construção coletiva, o trabalho científico requer interlocutores. Dentro desse espírito, meu interesse por práticas psiquiátricas e pensamento social motivou uma aproximação ao movimento das representações sociais organizado sob a liderança de Moscovici (1961). Comprometido com a idealização e uso de uma ferramenta conceitual que visa análise e intervenção sobre realidade social, tal movimento originou uma vasta produção sobre a exclusão (Abric,1996), que abrange estudos relativos aos atores e vítimas da exclusão, tais como ciganos, migrantes, soropositivos, homossexuais, desempregados, delinquentes, meninos de rua, etc., além de alguns que abordam especificamente a questão da loucura (Jodelet, 1989^a1998; Da Rosa, 1985,1987,1988,1994;Da Rosa e Iaculo,1988; Morant,1996; Rose,1996; Rose e Morant,1998).

Esta interlocução pareceu, a princípio, bastante promissora, por vários motivos. Em primeiro lugar, animava-me o fato de entrar em contato com uma teoria que, à primeira vista, prometia articular satisfatoriamente uma posição socialmente construtivista com a consideração de dimensões cognitivas e afetivas. Por outro , o uso de variados procedimentos de coleta e análise de dados parecia atestar uma certa flexibilidade. Além disso, a colocação de Moscovici (1961), referente à idéia de que uma função básica da representação era justamente tornar o desconhecido familiar, no sentido de diminuir a angústia existencial inerente à condição humana, aumentou meu interesse. Deste modo, busquei focalizar as possíveis relações entre a elaboração das representações sociais e a tentativa de domínio da angústia, considerando, em consonância com Freud (1911) e Bion

(1973), que todo pensamento se origina na tentativa de organizar a experiência emocional. Entendo, esta linha, que o pensar visaria o conhecimento do mundo para, em um registro primordial da existência, diminuir a angústia, enquanto, em um segundo registro, facilitaria a obtenção de informações que possibilitam o intercâmbio com a realidade.

A constatação de que uma crescente adesão ao estudo da teoria das representações sociais, entre pesquisadores brasileiros, teve o efeito de um incentivo na medida em que acenava com a possibilidade de trocas dotadas de vitalidade e interesse. A teoria, estimulando uma abordagem de análise do conhecimento produzido no cotidiano (Spink,1993), veio a atrair pesquisadores de diferentes áreas, principalmente a partir dos anos oitenta, quando Denise Jodelet , principal colaboradora de Moscovici, passou a visitar o Brasil com regularidade, ensinando e orientando pesquisas. Atualmente, a produção nacional é pujante e marcada por inegável criatividade, principalmente no que diz respeito aos chamados campos de aplicação, abrangendo o estudo de representações sociais e meio ambiente, saúde, educação, comunicação e divulgação científica, política, movimento sociais, gênero e memória social, justificando que o país tenha sido escolhido como sede de uma primeira jornada internacional sobre representações sociais especificamente voltada para a divulgação de pesquisas aplicadas (Madeira e Gomes, 1998).

Como aponta Santos (1998), os pesquisadores se entusiasmaram com colocações de Moscovici, segundo as quais se descortina a possibilidade de estudar o conhecimento do senso comum a partir de uma perspectiva que não consideraria o sujeito como ser puramente

racional ou como uma máquina de processamento “a frio” de informação. Ao contrário, o conhecimento socialmente elaborado é visto segundo uma ótica que integraria aspectos cognitivos, emocionais e sociais, de modo a não dissociar sujeito, objeto e sociedade, na busca de compreensão de processos intra e interindividuais que são contextualizados histórica e socioculturalmente. Desta forma, Moscovici (1961) provocava um debate sobre a articulação de dimensões coletivas e individuais da produção do conhecimento social, alinhando-se de modo explícito com perspectivas que consideram que a realidade é socialmente construída. É exatamente essa articulação individual/coletivo o que, a seu ver, instaura a possibilidade de uma verdadeira psicologia social, que se contraporá radicalmente ao behaviorismo dominante.

O conceito de representação social foi usado pela primeira vez nos anos sessenta, no intuito de estudar a apreensão e elaboração que a sociedade francesa realizava acerca do conhecimento psicanalítico, aparecendo timidamente no cenário da psicologia social para, em algumas décadas, ganhar notória projeção, na medida em que, ao seu redor, inúmeros trabalhos de pesquisa vieram a se desenvolver. O propósito de Moscovici (1961) era pesquisar como uma nova teoria científica ou política é difundida em uma dada cultura, como vem a ser transformada e como ver, por seu turno, a modificar a visão que as pessoas tem de si mesmas e do mundo em que vivem. Escolheu a psicanálise como objeto por ser uma teoria “nova” sobre o comportamento humano, que vinha penetrando a sociedade francesa no pós-guerra, e da qual se poderiam apreender vestígios na vida cotidiana. Entendia que, uma vez difundida, uma nova teoria científica torna-se parte integrante da realidade, e, assim, objeto de legítimo

interesse da psicologia social. Entretanto, a divulgação científica ensejaria transformação da informação em representação social autônoma, que pode guardar pequena semelhança com a teoria original. De acordo com Farr (1984), Moscovici considerou que exatamente sua condição de conhecimento amplamente difundido, sua novidade e sua importância na compreensão do comportamento humano, tornavam a psicanálise um objeto de pesquisa particularmente interessante, se comparado, por exemplo, ao behaviorismo ou à teoria da relatividade. A psicanálise era, a seu ver, radicalmente inovadora, na medida em que sua teoria do inconsciente era um desafio à opinião do homem comum de que pode adquirir conhecimento pleno acerca de si mesmo. Analogamente, a teoria da sexualidade infantil se chocava com a idéia do senso comum acerca da inocência infantil. Mais tarde, em Age de Foules (1981), Moscovici faz uma discutível distinção entre ciências determinadas pela história e outras que, uma vez colocadas em prática, determinam a história, incluindo a psicanálise entre estas últimas. Sem entrarmos no mérito desta colocação, fica óbvia sua visão acerca das importantes repercussões socioculturais que atribuiu ao pensamento psicanalítico.

Considerando que a especificidade da sociedade contemporânea, caracterizada por extrema mobilidade, pluralismo e rápida difusão de informação, justificava a cunhagem de um novo conceito no campo da psicologia social, Moscovici retomou o conceito de representações coletivas, que fora usado por Durkheim (1898) para definir um campo específico de saber para a sociologia. O que Moscovici buscava era focalizar como a difusão do conhecimento, via meios de comunicação de massa, interferia na criação de um novo senso comum. A

psicanálise seria um caso, específico, estrategicamente escolhido, no sentido de atender o objetivo de pesquisa do senso comum.

Na primeira parte de seu trabalho inaugural, Moscovici (1961) utilizou questionários convencionais para avaliar os conhecimentos que diversos setores da população francesa tinham sobre a psicanálise, seu fundador, suas formas e utilizações contemporâneas. Os procedimentos de pesquisa eram menos tradicionais na segunda parte, baseando-se na análise de conteúdo de todos os artigos direta ou indiretamente referentes à psicanálise, publicados entre janeiro e 1952 e julho de 1956, em revistas e jornais franceses. Deste modo, colecionou um acervo que testemunhava a difusão deste saber em diferentes meios socioculturais. A partir do estudo inicial, tornou-se habitual, neste campo, a adoção de variados procedimentos de análise e coleta, entendendo-se que tal prática poderia facilitar a superação da frequente dissociação entre o individual e o coletivo, entre o psíquico e o social (Andrade, 1998).

Atualmente, é possível distinguir, com clareza, (Spink, 1996) que o movimento da teoria das representações sociais atravessou três diferentes fases, desde o trabalho inicial sobre a psicanálise: o momento de delineamento da teoria, o período da difusão e o da consolidação. A primeira fase corresponde à produção de trabalhos que não ultrapassam o território francês, durante o qual o conceito é criado e utilizado por Moscovici (1961) e Herzlich (1969). A inspiração de Moscovici é evidentemente uma tentativa de opor-se à psicologia social americana, então hegemônica, cuja principal característica é uma conjunção fortemente marcada entre individualismo e cognitivismo, sendo a dimensão social um mero acréscimo sem maiores

consequencias (Farr, 1994;1996). O segundo período parece ter-se iniciado com a visita de Farr à École des Hautes Études en Sciences Sociales, ocorrida em 1977. Um momento certamente importante, em termos do Brasil, foi a visita que Silvia Lane realizou à mesma instituição em 1985, bem como as visitas que Jodelet, principal colaboradora nesta fase, passou a fazer a universidades do nordeste. Esta difusão, compreensivelmente, se fez e continua sendo feito no âmbito da Europa e da América Latina, tanto que Farr (1994;1998) vai explicá-la em termos das afinidades culturais existentes entre o sul da Europa e o continente latino-americano, onde o catolicismo, em contraposição ao protestantismo anglo-saxão, poderia expressar-se no sentido de um interesse verdadeiramente maior por dimensões e valores coletivos. Finalmente, a terceira fase corresponderia à década de noventa, marcada pela instituição das conferências internacionais, caracterizadas por um grande afluxo de pesquisadores, pela organização dos pesquisadores em uma rede internacional e pelo aparecimento de revista própria. Como movimento científico, alcança, pois, uma posição respeitável.

Durante estas décadas, a teoria tem sido utilizada na compreensão de variados fenômenos, que podem ser agrupados, de acordo com Spink (1966), ao redor dos seguintes eixos temáticos: difusão do saber científico pelo senso comum, de que o trabalho seminal de Moscovici (1961) é o paradigma, e estudo de processos de compartilhamento de idéias por grupos, de que o trabalho de Jodelet (1989^a) sobre a representação da loucura é a unidade exemplar. Ainda é possível discernir, no interior deste segundo eixo, a existência de duas diferentes tendências: aquela constituída por estudos de

comunicação e interação social e outra que consiste na pesquisa de identidades sociais ou coletivas.

A consideração destes eixos temáticos deve, todavia, ser também analisada a partir de um outro ângulo e observação. Aqueles que tem participado das conferências internacionais e dos encontros regionais, além de se manter a par da literatura, não podem deixar de observar uma expressiva proliferação de estudos provenientes de campos outros que não a psicologia social. É, todavia, importante, salientar que raramente tais pesquisas deixam de seguir o seguinte paradigma: articulação das formulações teóricas francesas com campos específicos de aplicação. A teorização propriamente dita segue sendo ofício predominantemente europeu, avançando principalmente no sentido de estruturalismo cognitivista e evoluindo pouco no que tange à consideração de dimensões socioculturais, enquanto os latino-americanos¹⁵ produzem febrilmente estudos de boa qualidade, aplicando a teoria a áreas específicas da realidade social. As conclusões das pesquisas latino-americanas, entre as quais as brasileiras representam um expressivo contingente, abordam sempre questões relativas às realidades estudadas, não chegando a questionar a fragilidade da teoria nem a problematizam epistemologicamente (Markova,1996;Wagner,1996; Jovchelovith, 1996; Lahlou,1996). . A exceção que, entre nós, merece ser registrada, é Mary Jane Spink (1996), que não se tem furtado a problematizar os fundamentos filosóficos da teoria.

¹⁵ Os pesquisadores norte-americanos praticamente não usam a teoria das representações sociais.

Encontra-se, na produção de pesquisa de representações sociais, trabalhos bastante interessantes sobre a questão da loucura e/ou doença mental, entre os quais se deve citar Ayesteram e Paex (1986); De Rosa (1985;1987); De Rosa e Iaculo (1988); Jodelet (1989^a); Raty (1990); Zani(1995); Maudinet (1996); Morant (1996) e Rose (1997).

Com relação a De Rosa (1985;1987) e De Rosa e Iaculo (1988), há que se comentar a aparente semelhança com trabalhos que tenho desenvolvido e orientado, referente ao uso de desenhos. Entretanto, o modo como este material é analisado dista bastante do que tenho proposto e utilizado a partir do método psicanalítico, tal como é concebido pela teoria dos campos. A pesquisa de Jodelet (1989^a), que focaliza articulação entre representações e práticas, traz informações bastante interessantes. Esse estudo foi realizado a partir do aproveitamento de uma situação singular, na qual os habitantes de uma cidadezinha interiorana passaram a ser remunerados para albergar domesticamente egressos do hospital psiquiátrico. Cedo apareceram questões relativas à inserção laboral dos hóspedes. A grande maioria ocupava-se domesticamente, enquanto apenas uma porcentagem insignificante trabalhava na lavoura. Curiosamente, apesar de apenas 57% dos egressos efetivamente trabalhar, sendo que apenas 9% de modo regular, a comunidade tendia a percebê-los como mais inseridos no universo do trabalho. Coincidentemente, era exatamente a parcela que trabalhava regularmente aquela que chegava realmente a conviver com os hospedeiros no dia a dia, participando de momentos de lazer e festa, estabelecendo relações pessoais com os membros da família. Entretanto, aqueles, que vieram a se desenvolver profissionalmente ou a estabelecer laços de casamento com pessoas da comunidade, tiveram que deixar a cidade (Jodelet, 1989^a). A pesquisadora observou

a concomitância de práticas contraditórias: enquanto coabitavam, sob o mesmo teto, com egressos, as famílias adotam práticas de separação de louças e roupas como se estivessem lidando com uma condição contagiosa. A seu ver, era nítido o sentimento de medo subjacente a tais comportamentos. Vale a pena reproduzir alguns de seus comentários:

“Este medo [do doente mental], no qual se originam tanto a rejeição como a exclusão, sempre está presente na sociedade civil, mesmo entre aqueles que fazem a experiência do convívio próximo com pessoas acometidas. Que seja suficiente dizer que este medo apareceu constantemente no decorrer da pesquisa, menos em razão dos perigos geralmente atribuídos aos doentes mentais, do que em razão do receio de uma contaminação pela loucura. Este temor relativo aos efeitos deletérios de uma proximidade muito grande com os doentes encontrou expressão na crença de que a doença se transfere através de líquidos corporais (suor, saliva, etc.) e provoca condutas rígidas de proteção e evitação de contato. Foi possível mostrar que: de uma parte, este tipo de representação é largamente compartilhada; de outra parte, é reativada toda vez que uma comunidade se sente ameaçada pela intrusão de um grupo que lhe é estranho. Deve-se levar em consideração que todos os casos em que esteja em questão a integração de uma população exógena (Jodelet, 1996, pg. 110).

Sob orientação de Jodelet, Maudinet (1996) apresentou uma tese de doutorado que focalizou representações sociais do doente mental através da utilização de um teste de associação de palavras, que

apresentou a egressos, trabalhadores sociais e empregadores, usando as seguintes palavras- estímulo: loucura, deficiência, marginalidade, assistência, trabalho, inserção, integração, cidadania. Encontrou que loucura, dificuldade e marginalidade se situavam no mesmo espaço semântico, mantendo relações de distância variável com os termos que se referem à participação social. As três categorias de atores pesquisados apresentam posições específicas no que tange ao tratamento da noção de loucura sob as seguintes formas: distanciamento, indiferenciação e naturalização. Assim, os egressos posicionam-se fazendo apelo a categorias psiquiátricas de grande severidade, tais como idiotia e demência, das quais estariam, eles próprios, isentos. Diferenciam-se, deste modo, daqueles que seriam “os verdadeiros loucos”. Os assistentes sociais não fazem referências a patologias específicas, tendendo a banalizar a loucura como um “desequilíbrio”, enquanto os empresários consideram-na como doença, referindo-se tanto ao medo que sentem do doente como ao reconhecimento de seu sofrimento.

Rose (1997), seguindo a tendência inaugurada pelo próprio Moscovici (1961), no estudo da psicanálise, ao usar a imprensa como fonte de dados, decidiu estudar a representação social da loucura analisando programas da televisão britânica. Mostra que a violência é amplificada quando o personagem é um suposto doente mental e que diferentes recursos técnicos são utilizados para passar a impressão de isolamento, estranheza e dificuldade de comunicação. Morant (1996) estudou representações de profissionais de saúde, os quais, considerando a experiência da loucura como absolutamente radical e diversa e assumindo posições acentuadamente céticas quanto à possibilidade de remissão, acabam vendo a doença como alteridade

incompreensível. A autora considera que o fato de pessoas que convivem diariamente com os pacientes elaborarem este tipo de representação vir a influenciar outros segmentos sociais num sentido de aumento do medo e da hostilidade.

Merece especial atenção, entre os estudos de representação social da loucura, a elaboração teórica conjunta de Morant e Rose (1998), as quais, a partir de um reexame das posições próprias e alheias, chegam a questionar de modo interessante a própria teoria das representação do doente mental como um “outro” desafia as premissas básicas relativas à função de transformação do estranho em familiar, na busca de diminuição de angústia. Essa questão já havia sido apontada pelo próprio Moscovici (1984) ao comentar a pesquisa, então em curso, de Jodelet. Constatando, através de trabalhos empíricos, que as representações da loucura são fluidas, múltiplas e incertas, apelando, fundamentalmente, para o estranho, o não-familiar, o perigoso e o incompreensível, integram-se num grupo de pesquisadores que vem tentando articulam a teoria das representações sociais a questão da alteridade (Arruda,1998).

“... [a noção de alteridade] possui também implicações práticas, ao enfatizar as incompatibilidades potenciais e as tensões entre as compressões consensuais do senso comum sobre a doença mental e as políticas recentemente implementadas sobre o fechamento das grandes instituições psiquiátricas, substituindo-as por serviços comunitários de saúde mental. Colocada diante do contexto de muitos séculos de marginalização e institucionalização, a introdução de serviços comunitários na última década passa a constituir uma rápida e

radical 'mudança de paradigma' no sentido de Kuhn, e uma mudança que está ainda em processo de formação. É aqui que começamos a encontrar as ambiguidades, tensões e incertezas que caracterizam as reações e as explicações da sociedade civil contemporânea sobre o que seja doença ou saúde mental. Tentativas de reintegrar as pessoas com pouca saúde mental na comunidade representam uma mudança radical nas representações sociais, historicamente fundamentadas, da doença mental como uma forma perigosa de 'alteridade'. Como pode uma comunidade aceitar em suas fileiras pessoas que são consideradas imprevisíveis, incompreensíveis, perigosas, mesmo por profissionais de saúde mental, aqueles mesmos de que a sociedade espera o conhecimento especializado e as soluções práticas para estas pessoas problemáticas?" (Morant e Rose, 1998, pg. 135-136).

Assim, na medida em que se vive um período caracterizado por mudanças rápidas nas políticas de assistência, as reações psicossociais ficariam marcadas por extrema fluidez, multiplicidade e ambiguidade, enquanto as antigas representações, decididamente mais rejeitantes, ainda exercem um certo poder, configurando o que Moscovici (1996) denominou comunicação social paradoxal. Entretanto, consideram, refletindo sobre seus resultados de pesquisa, que:

“... existe algo essencialmente intangível e impossível de ser compreendido sobre a doença mental, que escapa a uma ancoragem

definitiva e gera um sentimento massivo de incerteza individual e coletiva” (Morant e Rose, 1998, pg. 136).

Representações sociais de profissionais de saúde mental (Morant e Rose, 1998), tem apresentado rupturas nas diferenciações mais rígidas entre sanidade e loucura, de modo a deixar surgir menção a diferenças de ordem meramente quantitativa. Por outro lado, a idéia de sofrimento passa a surgir, o que, provocando empatia, conspira contra a manutenção de posições que negam de forma radical a possibilidade de qualquer tipo de compreensão. Começam a aparecer incertezas e ambiguidades, sendo que 38% das pessoas admite desconhecer as causas da doença mental. Deste modo, as autoras afirmam não ter encontrado uma representação única e categórica entre os profissionais. Por outro lado, as diversas representações encontradas – entre as quais podem aparecer figuras mais positivas como palhaços, comediantes e artistas (De Rosa, 1987) - colocam dilemas relativos à busca de maneiras adequadas de gerenciamento da alteridade no seio da vida comunitária.

O que, entretanto, parece mais interessante é que as autoras puderam, a partir da reflexão sobre os trabalhos de campo, chegar à percepção de que a loucura, enquanto objeto social, mantém relações bastante singulares e especiais com a atividade representacional, principalmente quando o louco deixa de poder ser representado de modo unitário, observando-se, assim, representações fluidas e múltiplas.

“Através de sua representação como outro, a doença mental retém níveis de perturbação, ameaça e não- familiaridade que são realçados pelas ambiguidades e incertezas de sua representação múltipla (...) A não – familiaridade da doença mental não se torna familiar, como a teoria das representações sociais exigiria. Nós estamos interessados em encontrar maneiras de compreender isso, sem necessariamente abandonar os poderosos conceitos trazidos por esta teoria. Para isso, propomos duas maneiras possíveis de conceituar essa situação dentro do referencial da teoria. Na primeira delas, a ‘alteridade’ é pensada como uma categoria familiar, uma das muitas maneiras como a doença mental é representada. Dentro desta perspectiva, a não- familiaridade é conceituada como ‘conteúdo’. Na segunda proposição, mais radical, a ‘alteridade’ é conceituada como um caos de sentidos e não – representabilidade, e a não – familiaridade é associada com a estrutura e não com a substância.”. (Morant e Rose, 1998, pg. 140)

A partir deste ponto, encaminham suas reflexões para a consideração de que a noção de não- familiaridade é bastante mais complexa do que se pode supor à primeira vista. Questionam, pertinentemente, se a noção de não- familiaridade significa construção social da alteridade ou se implica em desafio mais fundamental ao próprio processo de constituição da representação. Se se pensar que a noção de familiaridade diz respeito, antes de mais nada, à construção social da alteridade, o ‘outro’ será compreendido como categoria social familiar, que inspirará sentimentos ambivalentes que vão do temor ao fascínio. Fazem aqui pelo a uma teorização psicanalítica segundo a qual as representações da alteridade revelariam processos

psicodinâmicos coletivos de tipo esquizoparanóide, de acordo com os quais as experiências produtoras de ansiedade seriam projetadas nos 'outros' definidos como diferentes de nós. Nesta perspectiva, a não-familiaridade seria fruto de construção social tal como a familiaridade. Conforme este modelo, a representação do louco como alter se daria de modo socialmente seguro, na medida em que deixaria uma linha divisória nitidamente marcada entre sanidade e loucura, entre o eu e o outro. A imprevisibilidade, a estranheza e o perigo pertenceriam aos outros. Entretanto, apontam as autoras que quando o louco deixa de ser representado como alter, novos problemas começam a existir, porque a barreira de separação entre o sujeito e o louco desaparece. Ou seja, se a categoria do outro não pode

ser aplicada sem ambiguidades, desaparecem as diferenças e pode surgir identificação que carrega consigo, como consequência, a perda da imunidade.

Levantam, por outro lado, a possibilidade de que a alteridade que se encontra em questão não é mais aquela socialmente construída. Atualmente, a alteridade seria produto da multiplicidade e das ameaças à estrutura da representação, uma verdadeira 'ameaça semiótica' :

“A multiplicidade e a diversidade de significação querem dizer que as representações da doença mental não possuem âncoras e que o processo de classificação foi rompido. A classificação requer limites, ela requer que o não familiar se ligue, ele próprio, a uma determinada categoria e a um nome. Se houver um excesso de significados e uma confusão de significação, então a representação é fatalmente fraturada.

A loucura, então, se torna resistente à classificação. Ela se torna também resistente a uma classificação segura, pois o conteúdo contém uma ameaça e um perigo, e não só ele, mas também a forma. O perigo aqui é semiótico e representacional. Devido ao fato de a loucura ser assim resistente a uma classificação segura, ela constitui uma forma particularmente forte de alteridade. Ela permanece radicalmente diferente de outros objetos sociais (...) a loucura permanece ameaçadora e imprevisível, tanto em nível estrutural como em nível substantivo. Ela continua a ameaçar, e a distância, ou seu afastamento, não a torna segura, pois o significado instável não pode ser psíquica ou socialmente ignorado” (Morant e Rose, 1998, pg. 143).

Este trabalho, que me parece o mais detido entre aqueles realizados a partir da perspectiva da teoria das representações sociais, beneficiou-se de uma certa incursão no pensamento psicanalítico (Gillman, 1988). Traz elementos interessantes para uma reflexão mais profunda acerca da loucura enquanto objeto social bastante específico. As autoras parecem considerar que esta especificidade se deve a um fenômeno mais atual e superficial, ou seja, no fato de proliferarem, no momento presente, representações variadas, fluidas e diferentes, substituindo representações mais unitárias. Apoiada nas concepções de Herrmann (1992), sobre a representação, tenho chegado a uma elaboração um pouco diversa. Na minha opinião, que será mais detalhadamente enunciado no próximo capítulo, quando diz que a representação visa transformar o estranho em familiar, Moscovici (1961) está, inadvertidamente, concordando com uma posição que vê a representação como defesa contra o enlouquecimento. Então, quando o que está em pauta é exatamente o pavor que ela tenta esconjur,

podem aparecer aspectos diversos daqueles encontrados quando se pesquisa, por exemplo, a representação social da caça, do desemprego ou dos meninos de rua. Como temas humanos, uns são mais e outros são menos ansiogênicos, não há dúvida. Entretanto, a loucura não é apenas mais um tema angustiante: ela é exatamente o perigo que a representação visa combater. Se o consegue ou se além dessa, existem outras formas de proteção, é uma questão mais complexa que será examinada mais adiante.

Entretanto, retomando o fio desta exposição, espero ter demonstrado que a escolha dos teóricos e pesquisadores de representações sociais como interlocutores é justificável, tanto do ponto de vista das ferramentas teóricas que

anunciavam uma articulação do psíquico com o social, como em função da produção especificamente voltada para a questão da loucura. No entanto, algumas insatisfações logo se fizeram claras, motivo pelo qual vim a apresentar algumas críticas e a propor uma nova perspectiva analítica (Vaisberg, 1995;1996;1997), no espaço que o próprio movimento moscoviciano tem aberto para a transdisciplinaridade (Jodelet, 1989b;Spink,1989;1994). Há que registrar que tenho conseguido espaço nos encontros internacionais, que atestam alguma receptividade e interesse. Minhas críticas se referem basicamente à imprecisão da definição de representação social, à insuficiente consideração da dimensão social e da dimensão afetivo- emocional. Esses problemas são, de fato, intimamente interligados, mas, a bem da clareza, devem ser abordados separadamente.

Começando pelo problema da definição, é importante lembrar que o conceito foi apresentado, no campo da psicologia social, no intuito de

resolver insuficiências que tornavam inaceitável o modelo behaviorista, então hegemônico (Farr 1994; 1998). Esta iniciativa foi considerada plenamente exitosa, na medida em que a partir de um conceito ter-se-ia chegado à concepção de uma verdadeira teoria das representações sociais (Jodelet, 1984). De acordo com esta autora, hoje se configura um campo de pesquisa empírica, no interior do qual se delimitam áreas diversas de interesse : estudo da atividade puramente cognitiva pela qual o sujeito constrói a representação ; estudo de aspectos significativos da atividade representativa; estudo da representação como forma de discurso; estudo da representação em sua ligação com a prática social; estudo das relações intergrupos que determinam a dinâmica das representações; e , por fim, estudos sob perspectiva mais sociologizante, que focalizam a reprodução de esquemas de pensamento socialmente estabelecido (Jodelet, 1989b).

Percebe-se que é ampla a utilização de um conceito que, entretanto, nunca recebeu uma definição verdadeiramente precisa e rigorosa. Ao contrário, a idéia de deixar pairar uma certa indefinição foi claramente defendida por Moscovici (1988) como forma de garantia de um poder heurístico, que viria facilitar fecundas apropriações da teoria por outros referenciais teóricos, dentro e fora da psicologia social (Farr, 1992;1993; Allandottir, Jochelovitch e Satatapolou, 1993). Entretanto, o fato é que a falta de uma definição de contornos mais claro tem incomodado alguns (Jahoda, 1988; Ibanez Gracia, 1990, Da Rosa, 1995; Crochik, 1995 e Spink,1996), entre os quais me incluo, considerando que a imprecisão, ao gerar insegurança, pode fomentar rigidez como tentativa de defesa, de modo que se chega a um resultado que é exatamente o contrário do pretendido. A posição de Moscovici parece ter tido o efeito de desencorajar o trabalho de aprimoramento

conceitual, de modo que tem surgido variadas definições enunciadas sem firmeza nem convicção. Daí decorre frequente ruído na comunicação entre os pesquisadores, bem como a coexistência de visões bastante distanciadas entre si, algumas das quais com nítido parentesco exatamente com a visão cognitivista e individualista que Moscovici objetivava, inicialmente, combater. Numa tentativa de facilitar a comunicação, Wagner (1994) propôs um resgate do que seria consensual entre os pesquisadores, estabelecendo como denominador comum a idéia de que as representações sociais correspondem ao conjunto de imagens, crenças e símbolos compartilhados por formações coletivas, tais como grupos, comunidades, sociedades e culturas. Entretanto, esta proposta não parece ter tido efeito de satisfazer seus pares, pois segue muito genérica e pouco informativa.

Cabe, entretanto, perguntar se, apesar das reticências de Moscovici (1961;1988), alguma definição chegou a alcançar um uso consagrado. A resposta é afirmativa, principalmente quando se consulta a literatura produzida por pesquisadores brasileiros e latino-americanos, que tem adotado uma formulação apresentada por Jodelet (1984):

“O conceito de representação social designa uma forma de conhecimento específica, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos gerativos e funcionais socialmente marcados. Mais largamente, designa uma forma de pensamento social. As representações sociais são modalidades de pensamento prático, orientadas para a comunicação, compreensão e domínio do ambiente social, material e ideal. Como tais, apresentam

características específicas no plano da organização de seus conteúdos, das operações mentais e da lógica. A marcação social dos conteúdos ou dos processos de representação refere-se às condições e aos contextos nos quais emergem as representações, as comunicações pelas quais circulam e às funções que elas servem na interação com o mundo e com os outros (...). Toda representação é de alguém sobre alguma coisa. Define-se por um lado por seu conteúdo (informações, imagens, opiniões, atitudes) em relação a um objeto, por um sujeito (indivíduo, família, grupo, classe) em relação a outro sujeito. A representação não é uma duplicação do real, nem duplicação da idéia, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito. É o processo pelo qual se estabelece sua relação. No fundo de toda representação devemos buscar esta relação com o mundo e com as coisas” (Jodelet, 1984, pg. 361).

Compreende-se, portanto, que, a partir desta perspectiva, as representações sociais são conceituadas como forma que indivíduos e grupos usam para interpretar e pensar a realidade cotidiana, na sociedade contemporânea, que se caracteriza pela rápida difusão, pelos meios de comunicação, de conhecimentos oriundos do trabalho científico. A dimensão social do conhecimento do senso comum intervém de vários modos: através do contexto concreto em que se situam pessoas e grupos, através da comunicação que se estabelece entre eles, através dos quadros de apreensão que são fornecidos pela cultura, por códigos, valores e ideologias. Refere-se, basicamente, ao modo como os sujeitos sociais apreendem os acontecimentos da vida corrente e as informações circulantes. O campo se constitui porque na sociedade contemporânea o conhecimento leigo se desenvolve tanto a

partir de experiências próprias como através da elaboração de informações, conhecimentos e modelos de pensamento que são recebidos não apenas através da tradição, mas também pela comunicação do pensamento científico. Trata-se, portanto, de conhecimento destinado a habilitar indivíduos e grupos a lidar com a vida prática no mundo atual.

A representação social deve ser vista, deste modo, como “produção mental social”, tal como a ciência, o mito, a religião e a ideologia. Delas difere, entretanto, em razão do fato de ocorrerem em sociedades complexas, marcadas por um pluralismo de doutrinas e idéias, mobilidade social e avanço tecnológico capaz de permitir a rápida difusão de um tipo de conhecimento que anteriormente permanecia isolado, o científico. As representações sociais definiriam, assim, um campo de pesquisa que se caracterizaria por uma tensão perpétua entre o psicológico e o social, as pesquisas experimentais e os trabalhos de campo. Os fenômenos investigados e as explicações desenvolvidas se situam em níveis diversos entre o individual e o coletivo, e uma situação difícil se mantém: de um lado, como formas de conhecimento, os estudos se deixam atrair para a redução do fenômeno a evento intraindividual, secundariamente influenciados por fatores ou variáveis sociais. De outro lado, a dimensão social é eventualmente tão dominante que as representações parecem não se distinguir de outros fenômenos culturais ou ideológicos.

Há um acordo entre os pesquisadores, explicitado por Jodelet (1984), no sentido de que as representações sociais devem ser abordadas como produto e processo de uma elaboração psicológica e

social do real. Uma expressão, sobretudo, é várias vezes repetida por diferentes pesquisadores a partir da formulação desta autora:

“... é na interface do psicológico com o social que nos coloca a noção de representação social” (Jodelet, 1984, pg. 360).

A idéia de interface é, sem dúvida, evocativa, mas não é bem explicada. De que interface se trata? E ligação entre o individual e o social se faz como a de dois territórios vizinhos? Trata-se de um modelo discutível, a meu ver visivelmente tributário de uma visão ainda positivista e mecanicista, que Bleger (1977) denunciou rigorosamente. O mito do homem individual, que a custa de muito esforço e somente premido pela necessidade de sobreviver saíria de sua mônada existencial para entrar em contato com o outro, parece presidir a idéia de um território individual vizinho a um território social. Trata-se, aliás, da mesma idéia que presidiu o tipo de questões que a teoria freudiana da libido pretendia resolver, alinhada, como era, ao pensamento do século XIX.

O fato é que a idéia do homem isolado que vem a se socializar, articulando-se com a noção positivista, de claras ressonâncias colonialistas, segundo a qual cada campo do saber se definiria em função do domínio e posse de um objeto específico de estudo, acaba por incentivar a idéia de existência natural de diferentes territórios disciplinares . Nesta linha, as representações sociais, como herdeiras das representações coletivas, que teriam legitimado o estabelecimento do território sociológico, corresponderiam à legitimação da psicologia

social como área específica de conhecimento e pesquisa. Por mais estranha que possa parecer esta idéia a quem não abre mão da consideração de que o homem é essencialmente um ser sociocultural (Bleger, 1977), o fato é que parece nortear implicitamente os teóricos da representação social. Um exemplo bastante claro deste modo de organizar domínios e direitos é fornecido por Spink (1992) quando lança a proposta de estruturação de um novo campo do saber, a psicologia social da saúde, que estabelece preocupando-se em diferenciá-la da psicologia clínica que se vai desenvolvendo em equipamentos de saúde e saúde mental:

“Aos poucos, entretanto, o saber acumulado na prática e a própria ampliação do número de psicólogos envolvidos nesta área determinam o surgimento de condições apropriadas para a estruturação de uma Psicologia da Saúde. Campo esse que, por situar as questões da saúde na interface entre o individual e o social, configura-se como uma área de especialização da Psicologia Social” (Spink, 1992, pg.11)

Nesta linha, Spink (1992) se mantém fiel ao posicionamento de Moscovici (1969) quando diz que enquanto a religião e os mitos são representações coletivas, que corretamente Durkheim teria oposto às individuais, estas últimas permaneceriam sob o domínio dos psicólogos e seriam manifestações puramente cognitivas (!) , claramente diferenciadas. Por outro lado, mais sociais do que individuais, mas menos globais que os mitos e fenômenos análogos estudados pelos sociólogos e antropólogos, as representações sociais, em sua

concepção atual, permitiriam aos indivíduos se orientar no meio ambiente social e material, dominando- o.

De um certo modo, criam-se tipos diversos de representação para justificar a inauguração de campos específicos de saber. Esta situação pode ficar mais clara quando se examina, por exemplo, as contribuições de um antropólogo ao campo das representações sociais. Nesta qualidade, Sperber (1989) distingue a existência de três tipos de representação: as mentais, as públicas e as culturais, também denominadas coletivas, sociais ou simbólicas. Baseia esta distinção na idéia de que toda representação põe em jogo pelo menos quatro termos: a representação, seu conteúdo, seu utilizador e seu produtor. Quando o utilizador e o produtor coincidem, temos uma representação mental. Uma representação pública é um meio de comunicação entre um produtor e um utilizador distintos um do outro. Quando às representações sociais ou culturais, diz:

“Entre as representações comunicadas, certas - uma proporção muito pequena, são comunicadas de modo repetido e podem mesmo acabar por ser distribuídas no grupo inteiro, quer dizer, ser o objeto de uma versão mental em cada um de seus membros. As representações que estão assim largamente distribuídas entre um grupo social e habitam-no de modo durável são as representações culturais. As representações culturais assim concebidas são um subconjunto de contornos frouxos do conjunto das representações mentais e públicas que habitam um grupo social” (Sperber, 1989, pg. 116)

Não surpreende saber que este autor veio a propor uma abordagem epidemiológica das representações, de acordo com a qual um aspecto fundamental da pesquisa é a determinação dos modos de propagação representacional, considerando-se que a propagação rápida e intensa tende a produzir efeitos menos duradouros, como é o caso da moda, enquanto uma propagação lenta e persistente pode produzir resultados duráveis, como se constata no estudo das tradições. Deste modo, sociais são aquelas representações que estão largamente distribuídas em um dado grupo social, de modo mais ou menos durável. Assim, curiosamente, o caráter social de uma representação depende da sua distribuição. Sperber (1989) vai assim admitir a possibilidade de representações mais ou menos sociais, na medida em que mais ou menos contagiosas !

Proponho-me, entretanto, retomar a consagrada definição de Jodelet (1984) que situa a teoria das representações sociais no estudo de fenômenos que se situam na interface do psíquico e do social. A pergunta que surge é a seguinte: quer dizer que as representações sociais correspondem a um grupo específico de fenômenos alocados numa região fronteira, entre os domínios científico- cartorários da psicologia e a sociologia? A meu ver, este modo de colocar as coisas choca-se frontalmente com uma visão que dialeticamente repudia o positivismo mecanicista como princípio regulador do campo epistemológico das ciências humanas.

Ora, a idéia de fronteira, fazendo apelo a uma metáfora cartográfica ou territorial, não parece ter sentido quando se concebe que toda e qualquer situação humana contém inextricável e concomitantemente, as dimensões individual e social. Aliás, o indivíduo

é produto de um processo de caráter essencialmente social de constituição da subjetividade . Acreditam estes autores que exista um domínio individual ontologicamente diferenciado do domínio social? Um oportunismo de momento esconde, a meu ver, uma posição intelectualmente confusa. É claro, como mostra Bleger (1977) que a complexidade do fenômeno humano não pode dispensar, no atual estágio do desenvolvimento do conhecimento, recortes metodológicos. Em nenhum momento, no entanto, a construção de objetos teóricos específicos deve ser confundida com a negação de uma unidade ontológica subjacente ao fenômeno humano. Quando se deixa de perceber que tais objetos não passam de efeitos de operações metodológicas, pode-se chegar a assumir crenças bastante discutíveis. Até Freud, que muitas vezes parece ter sido vítima da herança oitocentista, chegando às teorizações de alto grau de abstração que compõem a metapsicologia (Poltzer, 1928), realizou análises de fenômenos culturais admitindo a necessidade de evitar o divórcio entre as dimensões individual e social:

“A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou coletiva, que a primeira vista pode parecer-nos muito profunda, perde grande parte de seu significado na medida em que a submetemos a um exame mais detido. A psicologia individual se limita, certamente, em relação ao homem isolado e investiga os caminhos pelos quais intenta alcançar a satisfação de suas pulsões, mas só poucas vezes e sob determinadas condições excepcionais lhe é dado prescindir das relações do indivíduo com seus semelhantes. Na vida anímica individual aparece integrado, sempre, efetivamente, o ‘outro’, como modelo, objeto, auxiliar ou adversário, e deste modo, a psicologia

individual é ao mesmo tempo e desde o princípio, psicologia social, em um sentido amplo, mas plenamente justificado” (Freud, 1921, pg. 1141)

Penso que a estrita observação das ponderações de Bleger (1977), que focalizarei detidamente no próximo capítulo, na medida em que não confundem o objeto de estudo, que surge como produto de um recorte epistêmico- metodológico, com uma visão ontologizante, segundo a qual existiria um grupo separado de fenômenos, cujo estudo poderia ser reivindicado por uma disciplina específica, corresponde a uma perspectiva mais lúcida em relação ao problema.

Como , na verdade, parecem acreditar na existência de mais de um tipo de representação, os teóricos das representações sociais acabam tendo que enfrentar alguns problemas . Deste modo, Wagner (1994) realizou um estudo em que se propôs analisar o conjunto das produções empíricas deste campo, distinguindo dois níveis de avaliação dos dados: o individual e o social. Considerou que a pesquisa teria sido realizada no primeiro níveis quando tivesse operado a partir de conceitos da psicologia social que são compreendidos em um “registro subjetivo”, tais como percepções, memórias, atitudes, intenções, pensamentos, emoções, afetos, crenças e comportamento. Nestes casos, mesmo quando reconhecidamente compartilhados por atores e grupos sociais, estes conceitos seriam sempre apreendidos através do estudo do indivíduo. As variáveis e conceitos do nível de avaliação social, cultural ou de grupo abrangeriam fatos que são fenômenos sociais, culturais ou da “ecologia sócio- mental “ (?) que escapam ao controle dos indivíduos enquanto tais. Exemplo deste nível de avaliação seriam instituições sociais, fenômenos econômicos ou sistemas

coletivos simbólicos. O que é bastante claro é que conceitos de nível social nunca expressariam propriedades que possam ser atribuídas a um indivíduo específico, mas somente a agregados de indivíduos com propriedades próprias. Tais propriedades ficariam fora do alcance dos procedimentos psicológicos de coletas individuais, usando outros provenientes da psicologia social, sociologia, economia e antropologia.

Em função da distinção destes dois níveis e avaliação dos dados, Wagner (1994) vai afirmar que se constata a existência de dois usos distintos do conceito de representação social, que dependem do que se pretende explicar bem como dos procedimentos de avaliação do pesquisador. Um uso diz respeito ao sistema de conhecimento de indivíduos enquanto representativos de grupos específicos, enquanto o outro se refere aos atributos das unidades sociais consideradas em si mesmas. Enquanto o primeiro uso estaria voltado para as características das representações sociais distribuídas entre os indivíduos, o segundo se interessaria pelo processo coletivo e pelo produto social do discurso e da comunicação.

Wagner (1994) vai se deter na consideração de pesquisas estruturadas a partir de avaliação individual, que, predominantemente, envolvem uma amostra de vários indivíduos. Entendendo que só se pode identificar os elementos constituintes de uma representação social através do estudo de vários indivíduos, os dados são coletados a partir de uma amostra em algum sentido homogênea, sendo que se considerará como representação aqueles elementos comuns de conhecimento produzidos pelas pessoas estudadas. Diz assim que "... a representação resultante será então a representação prototípica individualmente distribuída de elementos comuns" (Wagner, 1994, pg.

165), que tem sido comumente designada como núcleo central. A maioria das pesquisas usa este modelo. Para ilustrar, Wagner (1994) usa o conhecido trabalho de Jodelet (1989^a) sobre representação social da loucura. A comunidade estudada deve ser vista, neste caso, como um subgrupo representativo das comunidades rurais da França, as quais teriam em comum o fato de receber em suas casas, para cuidado, doentes mentais. Este contato próximo com o psiquiatrizado teria possibilitado a elaboração de uma representação social diferente daquela encontrada em outros segmentos da sociedade francesa. Não é de modo nenhum espantoso que se tenha concluído que cada habitante é uma espécie de “portador exemplar” da específica representação social da comunidade.

Quando, entretanto, o pesquisador quer abordar as características coletivas de uma representação social, vai avaliar a representação de segmentos sociais mediante a realização de sondagens, análise de documentos ou de produções da mídia. Entende-se, de acordo com Wagner (1994) que disto resultará uma visão coletiva da representação social, contendo não apenas as opiniões de subgrupos, mas levando em consideração as diferentes versões, pontos de vista e profundidade de elaboração de um único e mesmo objeto por um grupo social mais abrangente. Este tipo de pesquisa permite que as representações acerca de um mesmo objeto social sejam apreendidas em diferentes estados de elaboração por diferentes subgrupos. A representação global resultante seria a representação coletiva completa, abrangendo, segundo o autor, elementos que não são necessariamente comuns a todos os grupos estudados, mas, em alguns aspectos, apenas típicos e relevantes para um ou outro segmento social. Aqui se trabalha, a seu ver, com avaliação grupal e não individual. De fato, a representação

conterá elementos não encontráveis em indivíduos, mas apenas no grupo como um todo. Não se tratará de um resultado modal, mas de uma representação que pode ter uma macroestrutura própria que não é encontrável em indivíduos.

Exemplo deste tipo de abordagem é o próprio trabalho inicial de Moscovici (1961), na medida em que demonstra que diferentes grupos da sociedade francesa desenvolveram um entendimento típico da psicanálise que dependia de interesses e ideologias. A mídia liberal focalizava a psicanálise de modo bastante diverso do da mídia católica ou daquele da mídia de extrema esquerda. Por outro lado, a união destas subrepresentações permitia que se chegasse à representação social da sociedade francesa, que seria constituída pela totalidade das subrepresentações que incluía o grupo dos próprios psicanalistas.

Partindo da constatação de que os indivíduos dispõem e conhecimentos implícitos e explícitos que de alguma forma se articulam com o social, Harré (1984,1985) vai estudar a relação entre macro-condição social e micro- fenômeno individual, definindo uma tese de “prioridade taxonômica” , de acordo com a qual condições, processos, produtos e estruturas, que pertencem a um nível inferior de avaliação, ou agregação, podem ser classificadas corretamente apenas se partirmos de um nível supra-ordenado. Cada condição do nível superior corresponde a uma condição específica do nível subordinando, enquanto que a afirmação contrária não é verdadeira, de modo que uma condição específica de nível inferior é compatível com várias condições do nível superior. Desta feita, esta tese nega explicações micro- redutivas, e, por outro lado, exige um enfoque macro –reduutivo para a descrição e explicação de fenômenos individuais. Assim, o

comportamento e o pensamento de indivíduos só fazem sentido quando vistos no contexto dos limites impostos por suas condições sociais. Entretanto, o padrão modal de comportamento individual não determina uma condição social específica, de modo que a relação entre o superior e o inferior não é simétrica.

A mera pertença de um indivíduo a um determinado grupo não determina rigidamente seu comportamento e sim sua representação mental dos fatos sociais, de modo que a proposição segundo a qual o fato social explica o comportamento individual é incompleta quando falta a tradução do fato social como fato mental acessível ao indivíduo. Somente a proposição em três etapas seria completa: o fato social explicaria a representação mental e esta explicaria o comportamento individual. Esta tradução seria necessária como pré-requisito para a explicação social do fenômeno mental e do comportamento dos indivíduos. Esse é um pressuposto implícito da teoria das representações sociais.

Se certas imagens vão ou não atrair os membros concretos de um subgrupo específico, e portanto vão ser integradas em uma representação distribuída dentro do grupo, vai depender de vários aspectos, tais como orientação política ou cultural pré-existente, papel funcional do grupo no sistema social e acesso aos meios de comunicação. Sempre ocorreria um processo de transformação dos atributos de uma coletividade em atributos compartilhados por indivíduos sociais. Este processo de transformação explicaria o surgimento do conhecimento e das representações sociais dos indivíduos porque forneceria os detalhes de sua ecologia coletiva. Já que os estado mentais e comportamentais dos indivíduos representam

um nível diferente de avaliação, em relação às condições de uma coletividade, essa explicação pode ser chamada macro-reduativa, fazendo a ponte entre dois níveis diferentes de avaliação.

Todas estas questões são, segundo penso, decorrentes da consideração da existência de diferentes tipos de representações, o que faz surgir indagações acerca dos modos como se transformam umas nas outras. O que parece faltar é a noção de conduta humana como totalidade complexa, diretamente inapreensível, a requerer recortes metodológicos. As formas de passagem parecem, muitas vezes, respostas a questões equivocadamente formuladas. Em todo o caso, acredito que a imprecisão conceitual característica da abordagem moscoviciana, bem como as dificuldades inerentes à falta de definição quanto às formas de articulação entre o que se parece conceber como dois domínios, o individual e o coletivo, podem ser suficientemente resolvidos pelo conceito de conduta proposto por Bleger (1977) que, por seu turno, vai permitir a eleição de diversas perspectivas de análise de representações sociais, tais como a sociológica, a antropológica, a econômica, a histórica, a cognitiva, a semiótica, a cognitiva, a psicossociológica, a psicodinâmica, etc..

A meu ver, é fundamental ressaltar que a idéia de representação social como “conceito misto” (Crochik, 1994), situado em zona fronteira, tem como contrapartida lógica a crença na possibilidade de existência de representações não-sociais! Ou seja, os teóricos das representações sociais admitem e inclusive parecem definir seu campo de identidade acadêmica e disciplinar baseados na noção de que possa existir trabalho representacional desvinculado da realidade sociocultural. Ou, dito de outro modo, que possa haver alguma forma de subjetividade que não seja intersubjetividade. Meu modo de pensar é

bastante diferente. Segundo entendo, não se sustenta a idéia de representações ontologicamente diversas que pertenceriam a domínios científicos, mas sim o fenômeno representacional, em sua inerente complexidade, que pode ser focalizado a partir das diferentes perspectivas que caracterizam as ciências humanas. Concordo, assim, com Bleger (1977) quando afirma que o que existe é a totalidade do fenômeno humano, do qual podemos recordar, por exemplo, o trabalho representacional que pode, segundo os interesses de pesquisa-intervenção, ser abordado nos âmbitos individual, grupal e institucional. O que cada recorte metodológico pode fornecer é a visão um grupo, classe ou nível de qualidades da conduta que, em si mesma, é unitária e total.

Em relação ao modo como a dimensão social tem sido tratada, existem algumas reservas a fazer à teoria das representações sociais. Caracterizando, imprecisamente, a sociedade contemporânea como pluralista, multifacetada, consumista e veloz na circulação de uma massa assombrosa de informações, não consideram suficientemente as condições sócio-econômicas estruturantes da sociedades contemporânea. É como se o mundo atual fluido, múltiplo e cambiante não guardasse qualquer relação com a persistência do modo básico de divisão entre trabalho e capital, que repercute sobre toda a vida social e cultural. Tem-se, deste modo, a impressão de que a herança positivista, que considerava o homem e a sociedade como objetos naturais, a serem entendidos por leis imanentes, deixaram suas marcas sobre a teorização moscoviciana, que seus seguidores deixam de problematizar suficientemente. Os mitos do homem abstrato, isolado e universal (Bleger, 1977) prevalecem nas teorizações, malgrado as

declarações manifestas de intenção de reconhecimento da dimensão social.

Nos estudos experimentais, realizados a partir do referencial moscoviciano, o social comparece como “variável”, de modo bastante semelhante ao behaviorismo que pensam combater. Se tais estudos impressionam pela sua pobreza, outros, realizados em campo, chegam, ao contrário, a chocar pelo modo como articulam suas concepções. Um exemplo bastante criticável é o recente trabalho de Da Rosa e Smith (1998), que se propuseram a estudar o papel das minorias ativas em processos de mudança de representações sociais, tomando como caso típico o grupo dirigente da Benetton. Como todos sabem, esta empresa tem realizado campanhas publicitárias concebidas de modo a gerar forte impacto emocional, veiculando, pela mídia impressa, fotos tais como a de um paciente terminal de aids assistido por familiares, um cemitério de guerra, um delito da Máfia, um soldado negro portando uma metralhadora e um troféu de ossos, evidentemente brancos, e assim por diante. Os responsáveis apareceram, também, numa foto, sorridentes e abraçados em camisas de força. Ora, considerando que são um grupo pequeno, que conseguiu produzir um animado debate social, provocando críticas mas aumentando vendas, os autores entenderam que estariam diante de um caso “espontâneo” de minoria ativa! O fato de serem um grupo de profissionais realizando um trabalho para aumentar o consumo destes produtos não me parece ter sido devidamente levado em conta. Afinal, trata-se de comparar movimentos de negros, deficientes, mulheres, homossexuais, sem – terra, que, evidentemente, estão diferentemente posicionados na sociedade de classes, com um grupo de publicitários! Ora, é bastante evidente que, ainda que não se reduzam a questões

socioeconômicas, esta não são, evidentemente, desprezíveis no que diz respeito às reivindicações e lutas das minorias. Enfim, abordar uma estratégia publicitária como representativa da conduta de minorias ativas me parece, no mínimo, discutível.

Outro aspecto que merece crítica é o modo como a dimensão afetivo- emocional vem sendo desconsiderada. Já nos anos noventa, Moscovici (1993) referiu-se, de modo explícito, à oportunidade e interesse no intercâmbio com formulações psicanalíticas, o que, a ser ver, teria efeito fecundante e renovador no campo das pesquisas das representações sociais, principalmente em função do fato de existir uma forte teoria psicanalítica da representação que inclui dimensões afetivas inconscientes. No ano seguinte, a cidade do Rio de Janeiro sediou a Segunda Conferencia Internacional das Representações Sociais, e, nesta ocasião, um razoável número de pesquisadores se reuniu para debater a possibilidade de articulação teórica entre estes dois campos. Durante o debate, Moscovici fez uma aparição, encorajando discretamente o grupo reunidos. Entretanto, na Conferencia Internacional de 1996, que ocorreu na França, o número de trabalhos que fazia esta articulação diminuiu sensivelmente, tendência essa que se vem mantendo, apesar da sempre renovada afirmação de que o conhecimento e a pesquisa do substrato afetivo- emocional das representações é muitíssimo importante. Mais recentemente, Jodelet (1998), sem sombra de dúvida o segundo nome do movimento, afirmou, no contexto da discussão da alteridade como produto e processo social, que é extremamente desejável a interlocução com o saber psicanalítico. Esta posição está, em seu discurso, intimamente relacionada à percepção de que as emoções e o medo em particular, desempenham papel fundamental na elaboração das representações que legitimam

práticas discriminatórias mais ou menos explícitas em relação ao psiquiatrizado.

“Este medo [suscitado pela doença mental] no qual se originam tanto a rejeição como a exclusão, sempre está presente na sociedade civil, mesmo entre aqueles que fazem a experiência do convívio próximo com pessoas acometidas. Que seja suficiente dizer que este medo apareceu constantemente no decorrer da pesquisa, menos em razão dos perigos geralmente atribuídos aos doentes mentais, do que em razão do receio de uma contaminação pela loucura. Este temor relativo aos efeitos deletérios de uma proximidade muito grande com os doentes encontrou expressão na crença de que a doença se transfere através de líquidos corporais (suor, saliva, etc) e provoca condutas rígidas de proteção e evitação do contato. Foi possível mostrar que, de uma parte, este tipo de representação é largamente compartilhada; de outra parte, é reativada toda vez que uma comunidade se sente ameaçada pela intrusão de um grupo que lhe é estranho” (Jodelet, 1996, pg. 110).

A importância das dimensões afetivas fica muito evidente quando lembramos que são justamente o que está em jogo quando se trata ,como é quase sempre o caso, de lidar com transformação de representações sociais. Entretanto, o que mais se observa é a proliferação de estudos cognitivistas que pensam modificar práticas e comportamentos pela via da alteração intelectual da representação. Tais trabalhos focalizam o que denominam estrutura da representação social, distinguindo a presença de um núcleo, que se refere a aspectos

que definem a própria representação, e de uma periferia, cujos elementos são passíveis de mudanças mais ou menos superficiais que, no final das contas, mantém a mesma situação. Abric (1971;1972;1989;1994) é um dos mais proeminentes representantes desta linha de trabalho. Em nosso meio, Sá (1993^a; 1993b; 1994;1996) tem-se destacado pelo desenvolvimento do mesmo tipo de abordagem. Ilustram este tipo de trabalho as chamadas produções estruturais (Abric, 1994;Flament, 1994; Moliner, 1994; Verges,1994) , ou ainda aqueles que trabalham com esquemas cognitivos de base (Rouquette, 1994l Guimelli, 1994; Rouquette e Guimelli, 1994) . Não critico, de modo algum, a realização de estudos voltados à análise cognitiva das representações sociais, mas o modo abstraído como o fazem.

Evidentemente, os estudiosos das representações sociais como conjunto, aqui incluídos os cognitivistas, preocupam-se com a possibilidade de transformação das representações sociais. Assim, alguns acreditam que as representações sociais determinam diretamente o comportamento de indivíduos e grupos (Abric, 1989), o que justifica, a seu ver, o incremento de estudos cognitivamente orientados, que buscam apreender que mudanças estruturais são realmente transformadoras e que mudanças apenas conferem nova fachada sem alterar verdadeiramente o comportamento. Outros pesquisadores, entre os quais há que citar Herzlich (1972), descrêem deste determinismo direto, enfatizando a existência de mediações entre as representações e as práticas sociais. Por outro lado, um interessante tópico de discussão são os eventuais efeitos de modificações de práticas sociais sobre o conteúdo representacional. De acordo com Andrade (1998), as pesquisas, em conjunto, apontam consistentemente que modificações de práticas, mesmo quando

impostas, vem progressivamente alterar a visão de mundo de diferentes grupos sociais. Como ilustração, comenta que uma visão democrática de mundo pode ir pouco a pouco se construindo em uma sociedade a partir de práticas que enfatizem solidariedade, colaboração, diálogo e respeito¹⁶. Por outro lado, bem proximamente às minhas preocupações, é bastante interessante o estudo de Jodelet (1989^a) , que atesta que uma representação temerosa, que vê o louco como perigoso e contagioso, persistiu apesar da experiência de convívio próximo. Deste modo, é lícito supor que as práticas possam ter maior ou menor poder de transformação de acordo com o objeto social considerado, havendo alguns, a meu ver os mais ansiogênicos, em relação aos quais possa ser difícil chegar a uma transformação consistente quando não se focaliza e rompe o inconsciente relativo, isto é, a lógica emocional sobre a qual a representação se estrutura. Por outro lado, é lícito pensar que um trabalho clínico-social que lide diretamente com a experiência dramática de convívio poderia facilitar a elaboração vivencial de uma verdadeira mudança.

O descaso às dimensões afetivas, que são insuficientemente consideradas, é combatido, pode-se dizer, pelos argumentos básicos contidos neste trabalho. Vale enfatizar que os descaminhos referentes às possibilidades de transformação das representações estão diretamente ligados à desconsideração do substrato afetivo-emocional. A idéia de mudança pela via cognitiva é, obviamente, absolutamente superficial. Aliás, a própria psicanálise não existiria, como caminho árduo que é, se as coisas pudessem se passar de modo tão fácil.

¹⁶ A idéia de acordo com a qual práticas sociais, mesmo quando forçadas, podem modificar a sociedade é extremamente preocupante, porque pode se prestar a transformações em direção à divulgação de ideologias totalitárias.

Evidentemente, não quero insinuar que os teóricos da representação social patinam sobre um problema simples. Creio, entretanto, importante chamar a atenção para o fato porque certamente o investimento de esforços numa direção incorreta não pode ser desejável. Em defesa, quero, inclusive, apontar como outros também tem – se confundido, mesmo gozando de sólido embasamento teórico. Um exemplo é o trabalho de Crochik (1995) sobre o preconceito, no qual figura um capítulo final sob o título “Ações sobre o preconceito”. Partindo da consideração de que os preconceitos atendem a conflitos psíquicos inconscientes, este autor admite que nem argumentação racional nem exposição a experiências podem levar a modificações consistentes e duradouras. No entanto, levanta as seguintes possibilidades de combate: atenção à educação infantil no seio da família, propaganda construtiva, cuidado com mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa, reformulação da escola no sentido de passar não apenas conteúdos voltados à formação técnica como também à aquisição da cidadania, encorajamento, em vários âmbitos, à expressão do próprio pensamento como condição prévia da ocorrência de reflexão e diálogo. Tais noções são inteiramente coerentes com a idéia de esclarecimento (Adorno e Horkheimer, 1986), que, em seus fundamentos éticos, todos respeitamos. Deve-se, claro está, apoiar ativamente todas estas sugestões. Entretanto, talvez por estar muito vinculado a uma psicanálise estritamente freudiana, Crochik (1995) é levado a mencionar a possibilidade de contribuição clínica muito rapidamente e de modo completamente atrelado à idéia tradicional de psicoterapia, que avanços significativos já permitiram reformular :

“Se existem indivíduos livres de preconceitos, e se aqueles que não o são, adquirem-nos durante a vida como fruto de suas necessidades psíquicas, isto implica que eles podem ser evitáveis. Colocado desta forma, pareceria que os psicoterapeutas poderiam resolver a questão. No entanto deve-se lembrar que os indivíduos predispostos ao preconceito são pouco afeito àquilo que é subjetivo, e em geral, consideram este interesse como prova de fragilidade, e como ninguém pode ser forçado a fazer psicoterapia, quer por motivos éticos, quer pelas próprias exigências das técnicas psicológicas, que não podem prescindir da vontade do indivíduo para delas participar, encontramos um novo impasse. Além do que, como o problema não é meramente individual, mesmo o indivíduo tratado voltaria para a cultura que o levou a adoecer, que, por sua vez, continuaria a solicitar a necessidade de se defender psiquicamente que o levou ao tratamento” (Crochik, 1995, pg. 200).

A afirmação relativa à volta do indivíduo à cultura parece significar que o próprio consultório psicanalítico é concebido esquizoidemente dissociado do mundo, uma total impossibilidade, mesmo se considerássemos, como o autor, que a psicanálise estivesse essencialmente restrita à psicoterapia individual. Esta parece ser sua suposição, a qual, ao lado do pressuposto de que o efeito terapêutico consiste em propiciar a expressão para ocorrer reflexão e esclarecimento, indicam uma visão um tanto obsoleta e desinformada dos desenvolvimentos clínicos mais recentes. A articulação das idéias psicoprofiláticas (Bleger, 1966; Vaisberg e Machado, 1997) com a utilização consciente da teoria dos campos, enquanto depuração do método psicanalítico, que permite seu uso rigoroso fora da psicoterapia

psicanalítica padrão, permitem pensar uma modalidade de prática eminentemente clínico- social, passível de ser utilizada em diversos contextos institucionais, como tem mostrado a experiência. Evidentemente, a clínica social enfrenta obstáculos oriundos de interesses contrários a transformações sociais que visam a emancipação e a dignidade humanas, mas espaços vem sendo progressivamente conquistados pela sociedade civil e é nesta direção que se deve seguir.

Reconheço que as ponderações de Crochik (1995) estão muito melhor fundamentas, teórica e eticamente, do que um grande número de teóricos das representações sociais, que trabalham a partir de um cognitivismo comportamentalista. Entretanto, penso poder afirmar que as objeções que faço ao primeiro também cabe aos segundos. A via cognitiva, abstraída das condições concretas de vida, que necessariamente incluem a dimensão emocional humana, não garante mudanças por desconhecer o campo estruturante da representação. Por outro lado, a Crochik (1995) quero lembrar que o inconsciente não precisa ser visto, necessariamente, como instância intrapsíquica, um “caixa dois” de um cérebro metafórico, mas pode ser concebido como campo ou inconsciente relativo (Herrmann, 1992).

Deste modo, parece correto afirmar que as dificuldades relativas às possibilidades de transformação de representações sociais está intrinsecamente ligada à desconsideração dos fatores afetivo-emocionais, principalmente no que tange aos seus aspectos inconscientes. A psicanálise, em suas vertentes estruturais- relacionais (Greenberg e Mitchell, 1994), que não se deixam aprisionar por teorizações metapsicológicas abstratas, é exatamente um campo do

saber que lida com representações como conduta humana, vale dizer, como experiência de vida, na qual afeto e cognição não se dissociam. Desta feita, parece interessante a idéia, que desenvolverei no próximo capítulo, segundo a qual a psicanálise pode se tornar algo mais do que objeto social de pesquisa. Neste sentido, parece oportuna a recomendação que Crochik (1994) faz, a partir de suas críticas, a Moscovici, no sentido de que teria feito melhor se, em vez de apenas tomar a psicanálise como objeto de estudo de representação, tivesse sido usada como instrumento de trabalho.

A finalização deste capítulo requer o preenchimento de uma última exigência, qual seja a da menção a uma série de críticas que vem sendo feitas ao representacionismo a partir de alguns estudiosos de representações sociais bastante respeitados. Passado um período de confessado entusiasmo, pesquisadores como Spink (1996) e Ibanez Gracia (1990) tem externado críticas baseadas em reflexões epistemológicas que, por seu turno, tem provocado respostas defensivas (Jovechelovitch, 1996), configurando um interessante debate. Trata-se de um assunto curioso, principalmente se considerado a partir de um referencial psicanalítico.

Notoriamente impressionados com o debate filosófico que questiona a idéia de conhecimento como cópia do real, idéia que não é nova nem original, fazendo parte do cotidiano do psicanalista, mas que tem sido divulgada e mais amplamente discutida através do trabalho de Rorty (1984), esses autores passaram a entender como não mais aceitável o conceito de um mimetismo entre a interioridade do sujeito e o objeto do seu conhecimento. A produção do conhecimento não se deverá nortear, doravante, pela busca da mais perfeita cópia do real

externo e independente do sujeito, de modo que caducam os antigos critérios veritativos, vindo a se impor uma concepção do conhecimento como atividade construtiva. Spink (1996) explicita a acusação, aos teóricos e pesquisadores de representações sociais, de nunca se terem verdadeiramente detido na consideração das críticas epistemológicas ao representacionismo, uma vez que se tem instalado confortavelmente numa posição de defesa de pressupostos meramente construtivistas. Ou seja, ao invés de enfrentarem o construcionismo, em sua radicalidade anti-representacionista pós-moderna, estariam nada mais do que estacionados acriticamente na aceitação de um construtivismo que, a seu ver, consiste em nada mais nada menos do que uma articulação duvidosa entre anti-determinismo, enquanto crença na atividade construtiva do sujeito, e historicismo, como crença na essência sociohistórica dos fenômenos sociais. Buscando enfrentar as últimas consequências do debate epistemológico, Ibanez Gracia (1990) declara-se favorável ao abandono de três princípios centrais: o internalismo, a essencialização e o universalismo da cognição. Ou seja, acredita que os estudiosos das representações sociais devem abrir mão da crença de que os processos cognitivos se dão na interioridade neurofisiológica do indivíduo, de sua crença em que a cognição seja um fenômeno universal, estável e invariante e de que a forma de pensar do homem seja universal.

Estas críticas levaram seus autores à conclusão de que uma de duas posições deve ser assumida: ou se crê que a representação é um fundamento adequado para o pensamento, a ciência e a organização social ou se admite que já não é mais possível ter confiança nas representações do mundo, de modo que se faz necessária a busca de formas alternativas de discurso. Ora, psicanaliticamente falando, parece

que encontramos nesta discussão intelectual uma configuração análoga àquela, que tantas vezes ocorre na clínica, quando o analisando se apercebe de que sua mente trabalha com representações, que lhe facultam, como diriam Herrmann (1992) “invocar e exorcizar o real”, com o qual não podemos manter contato direto, a não ser em condições essencialmente transitórias tais como a paixão, o êxtase e a loucura. Perplexos diante da revelação de que representações são o que são, qual crianças desapontadas, estes estudiosos parecem mal conter a desilusão. De um modo, a meu ver ingênuo, propõem alternativas, tais como o estudo do discurso como elemento constitutivo da realidade (Spink, 1996), sem atentar para o fato de que o discurso nada mais é do que representação. O que realmente parece faltar é um conhecimento acerca de formulações psicanalíticas que, desde a perspectiva psicológica de análise, podem simultaneamente entender a representação como construção e como ilusão necessária à defesa contra a loucura (Herrmann, 1991;1992). Quando as representações são definidas como condutas, vale dizer, como manifestação de um sujeito humano, que vive sua experiência dramática desde a condição de ser concreto e sociocultural, desaparecem tanto os motivos para idealização ingênuo como aqueles para repúdio ressentido contra a atividade representacional.

SUJEITO, CONDUTA E REPRESENTAÇÃO

No trabalho clássico de Laplanche e Pontalis (1967), a teorização freudiana da representação, que pode ser considerada como um uso bastante peculiar e original do conceito filosófico (Lalande, 1993), no contexto de construção de um modelo do psiquismo humano, é objeto de tratamento direto em seis verbetes: representação, representação de coisa/ representação de palavra, representação-meta, representante ideativo, representante psíquico e representante pulsional¹⁷. O uso do conceito se insere no contexto metapsicológico, que se define a partir de esforços de teorização que visaram a construção de um modelo explicativo analógico ou isomórfico (Kusnetzoff, 1982) do psiquismo. Os modelos analógicos são definidos como elaboração da reprodução de um sistema interligado de funções, que imitaria a mesma configuração relacional de um original inspirador, sem haver, contudo, pretensão de alcançar uma réplica absolutamente correspondente, seja pontual ou proporcionalmente. O modelo tem natureza eminentemente hipotética, de modo que deve atender exigências de coerência, consistência e plausibilidade, enquanto, por outro lado, desobriga-se de qualquer comprovação empírica. Não tem que se provar verdadeiro,

¹⁷ Kaes (1989) chama a atenção para o fato de que três diferentes palavras alemãs, usadas no texto freudiano, são igualmente traduzidas como representação: “vortellung”, “darstellung” e “vorstellungrepräsentanz”. “Vortellung” diz respeito ao conteúdo de um processo de atividade de pensamento. Neste sentido, pode-se tanto falar de representar algo que se opõe a descarregar motora ou somaticamente, como em representar algo ou representar a si mesmo. Esta acepção está inerentemente ligada ao aparecimento de um espaço psíquico, que é construído a partir da representação de um objeto ausente. É um movimento do desejo o que preside a re-apresentação do objeto ausente no espaço psíquico. Esta palavra designa, precisamente, a inscrição de um objeto, no sentido psicanalítico preciso de correlato da pulsão, nos sistemas mnésicos. Por outro lado, “darstellung” refere-se à figuração visual de um objeto ou à apresentação de um sujeito para outro. A dimensão imagética é, aqui, essencial. O terceiro termo alemão, “vorstellungrepräsentanz” define a representação ou grupo de representações sobre as quais a pulsão se fixa, fazendo-se representar no psiquismo. Distinguem-se, deste modo, dois elementos no conceito de representante psíquico da pulsão: um aspecto figurativo, ideativo ou conceitual, que seria a representação propriamente dita, e de outro uma expressão psíquica da quantidade de energia pulsional e suas variações.

mas útil, na medida em que puder iluminar e sugerir modos de pensar e operar sobre alguma área da vida humana¹⁸.

A primeira tópica freudiana é um excelente exemplo de modelo analógico. Trata-se de um conjunto disposto em sistemas ou instâncias, articuladas como lugares virtuais, semelhante a um aparelho óptico. Uma primeira representação gráfica deste modelo apareceu no sétimo capítulo da “Interpretação dos sonhos” (Freud, 1900) e tem sido seguidamente usada como ilustração. Este aparelho teórico demonstra o quanto a criatividade de Freud estava compreensivelmente influenciada por uma neurofisiologia que, na época, era favorável à idéia de localizações cerebrais¹⁹, ainda que tenha vindo a abandonar esta idéia, de modo que o seu modelo visa explicar tanto o inconsciente como o fenômeno de recepção, processamento e arquivamento dos estímulos provenientes do mundo exterior.

De acordo com o modelo óptico do aparelho psíquico, representação é tanto processo como produto de um trabalho. Enquanto produto de trabalho, corresponde aos conteúdos das diferentes instâncias. Deste modo, entende-se que as representações de coisa aparecem nos três sistemas, mas as representações de

¹⁸ Entretanto, vale a pena lembrar que alguns, como é o caso de Hanly (1995) entendem que a teorização metapsicológica pulsional deve ser objeto de validação empírica, apontando para o fato de que a adesão ao princípio veritativo da coerência é muitíssimo problemática. Pessoalmente, critico tanto o uso de modelos estruturais- pulsionais como a busca do critério de correspondência ao nível psicológico de análise do fenômeno humano (Bleger, 1977).

¹⁹ Devo à Profa.Dra. Maria Emília Lino da Silva uma introdução didática, organizada e inteligente ao árido texto que Freud escreveu sobre as afasias. Foi exatamente a partir dos estudos que realizou sobre este problema que Freud chegou a negar a hipótese das localizações cerebrais, exatamente num período em que a neurofisiologia concentrava seus esforços na busca de evidência empíricas que a pudessem comprovar.

palavra não figuram no sistema inconsciente. É interessante citar o próprio Freud (1915):

“Cremos descobrir aqui qual é a diferença existente entre uma representação consciente e uma representação inconsciente. Não são, como havíamos suposto, inscrições distintas do mesmo conteúdo em diferentes lugares psíquicos, nem tampouco diversos estados funcionais da carga, no mesmo lugar. O que acontece é que a representação consciente integra a representação de coisa mais a correspondente representação verbal, enquanto que a inconsciente é só a representação de coisa. O sistema inconsciente contém as cargas objetivas de coisas, ou seja, as primeiras e verdadeiras cargas de objeto. O sistema pré-consciente nasce como consequência da sobrecarga da representação de coisa por sua conexão com as representações verbais a ela correspondentes. Teremos que supor que estas sobrecargas são as que trazem consigo uma organização psíquica mais elevada e tornam possível a substituição do processo primário pelo processo secundário dominante no sistema pré-consciente. Podemos agora expressar mais precisamente o que é que o recalçamento nega às representações rejeitadas na neurose de transferência. Nega-lhes a tradução em palavras, as quais permanecem enlaçadas ao objeto. A representação não concretizada em palavras, ou o ato psíquico não traduzido, permanecem então recalçados no sistema inconsciente” (Freud, 1915, pg. 1080).

Um texto bastante sugestivo, quando se quer pensar no conceito de representação, é o pequeno mas importantíssimo ensaio que Freud

(1911) publicou sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. Nele vai afirmar que, de acordo com o princípio do prazer, aquilo que se representa, nos primórdios da atividade mental, é o objeto desejado, sob forma de alucinação. A ineficácia da alucinação, entretanto, vai provocar a instauração de um segundo princípio de atividade psíquica, o da realidade, de modo que se deixará de representar apenas o que é requerido pelo organismo, passando-se a representar o real, mesmo quando desagradável. A partir desse ponto, o aparelho psíquico sofre importantes transformações, desenvolvendo capacidades voltadas para o reconhecimento da existência da realidade externa. Trata-se, portanto, de um processo que tem início na alucinação do objeto desejado e que desemboca no pensar. Será justamente o pensamento aquilo que, como mediação, vai permitir a postergação da satisfação dos impulsos e a aprendizagem progressiva da realidade. O organismo poderá, então, através de ações eficazes, desvios e adiamentos, chegar ao prazer. Um ponto fundamental, a ser ressaltado, é que o psiquismo seguirá funcionando simultaneamente de acordo com os dois princípios, pois, paralelamente à capacidade de pensar propriamente dita subsistirá, no fantasiar e no sonho, uma atividade sempre tributária ao processo primário. Laplanche e Pontalis (1967) explicam da seguinte maneira os modos de funcionamento do aparelho idealizado por Freud:

“[O processo primário e o processo secundário] são os dois modos de funcionamento do aparelho psíquico, tais como foram definidos por Freud. Podemos distinguí-los radicalmente a) do ponto de vista tópico: o processo primário caracteriza o sistema inconsciente e o processo secundário caracteriza o sistema pré- consciente- consciente; b) do ponto de vista econômico- dinâmico: no caso do processo primário, a

energia psíquica escoar-se livremente, passando sem barreiras de uma representação a outra segundo os mecanismos de deslocamento e condensação; tende a reinvestir plenamente as representações ligadas às vivências de satisfação constitutivas do desejo (alucinação primitiva). No caso do processo secundário, a energia começa por estar 'ligada' antes de escoar de forma controlada; as representações são investidas de uma maneira mais estável, a satisfação é adiada, permitindo assim experiências mentais que põem à prova os diferentes caminhos possíveis de satisfação. A oposição entre processo primário e secundário é correlativa da oposição entre princípio do prazer e princípio da realidade” (Laplanche e Pontalis, 1967, pg. 474-475)

Nos primórdios da vida, o bebê humano, pensa Freud (1911), estaria sob a regência de um único princípio, o do prazer. Sua condição existencial é de fragilidade e dependência absoluta em relação à mãe. Esta deve cuidar de sua sobrevivência, providenciando a satisfação de suas necessidades. Desta forma, um estado de tensão, causado pela fome, é interrompido por uma vivência de satisfação proporcionada pela figura materna. Nesta vivência, a imagem do objeto que possibilitou o alívio fica ligada à imagem do movimento reflexo que gerou a descarga da tensão. Em momento futuro, novo aparecimento de tensão levará ao reinvestimento da imagem e uma alucinação será produzida. Com o desenvolvimento, o bebê seguirá uma via de abandono da tentativa de obter satisfação através da alucinação, entrando em cena o segundo princípio do funcionamento mental, o da realidade, a partir do qual se diferenciarão os sistemas consciente e inconsciente. Ao contato com a realidade, o bebê passará a tolerar o não atendimento imediato das pulsões. O pensamento servirá como mediação entre a apresentação

da necessidade e a ocorrência da satisfação. Enquanto o princípio do prazer busca a “identidade de percepção”, o princípio da realidade busca a “identidade de pensamento”. Diz Freud (1911):

“A decepção ante a ausência da satisfação esperada motivou logo o abandono desta tentativa de satisfação por meio de alucinações, e para substituí-la teve que decidir-se o aparelho psíquico a representar as circunstâncias reais do mundo exterior e tender à sua modificação real” (Freud, 1911, pg. 403)

Durante a vigência absoluta do princípio do prazer, o bebe não perece porque, ainda que se limite a descargas motoras através do choro e do movimento desordenado de braços e pernas, tem sua sobrevivência garantida pela mãe. O mesmo comportamento que provê a descarga sinaliza à mãe o estado do bebê. Esta descarga será, posteriormente, usada para a modificação da realidade através de ações eficazes. Aquilo que virá a possibilitar o adiamento da descarga será o pensamento, o qual criará as condições de tolerância à tensão. Ou seja, em seu início, o pensamento é inconsciente, estando, neste sentido, ligado à representação de coisa ou imagem, mas, ao articular-se com os restos verbais, vai adquirir qualidades que o tornaram perceptíveis à consciência.

Muitas críticas tem sido feitas ao modelo freudiano de aparelho psíquico em função de uma inspiração nitidamente fisicalista (Politzer, 1928; Bleger, 1958;1977). Ainda que seja bastante compreensível que, a partir de sua formação e do horizonte científico e cultural de sua

época, não seja o caso de se surpreender com as escolhas freudianas, tais críticas são evidentemente pertinentes e indispensáveis para o desenvolvimento desta área de conhecimento. Terei ocasião de voltar a este assunto, que reputo da maior importância, porque entendo que a persistência de seu uso, ao final do século XX, só se justifica defensivamente. Os avanços da ciência e as transformações da cultura certamente permitem a elaboração de novos modelos, novas metáforas e novas concepções acerca do homem. Neste momento, por outro lado, interessa-me destacar o seguinte: ainda que grande atenção seja dedicada à construção de um modelo analógico, a gênese do processo psíquico da representação tem lugar, no pensamento freudiano, no contexto do estabelecimento de relação do bebê com a realidade externa.

Outros modelos psicanalíticos, de maior sofisticação, foram articulados a partir desta primeira formulação. Um exemplo extremamente importante é, reconhecidamente, a teorização bioniana sobre o pensar. Considerado que a função psíquica materna está diretamente implicada na gênese da capacidade de pensar, este autor desenvolve idéias já implícitas em Freud, ressaltando o apoio transformador fornecido pela pessoa da mãe à atividade representacional do bebê. Será o que denomina função alfa da mãe, a qual, identificada com seu filho, elaborará sensações dolorosas infantis que não chegam a se transformar em representantes psíquicos sem sua ajuda²⁰.

²⁰ Um maior detalhamento acerca da teoria bioniana do pensamento deve ser buscada em Bion (1962;1973), Spillius(1988),Hinshelwood (1992) e Bléandonu,1993. Entre nós, o ensaio de compreensão elaborado por Lino da Silva (1988) corresponde a um trabalho didático de notável rigor.

As contribuições bionianas não podem, de nenhum modo, ser subestimadas, na medida em que respaldam, com consistência clínica e rigor teórico, a modelização elaborada a partir de paradigmas estruturais – relacionais (Greenberg e Mitchell), evidenciando, em detalhe, como o outro preside a organização do psiquismo humano desde seus primórdios. A teorização de Bion (1962) sobre o pensar, ainda que inegavelmente criativa, é reconhecidamente tributária do desenvolvimento de uma nota de rodapé do artigo de Freud (1911), onde este último observa que sua especulação sobre o funcionamento inicial do aparelho psíquico implicaria na não sobrevivência do bebê, não fora o fato da ficção de um organismo presidido pelo princípio do prazer ser concretamente complementada pelos cuidados maternos²¹. Tenho, entretanto, a impressão de que, para efeitos da fundamentação teórica do presente trabalho, as complexas questões envolvidas podem ficar mais claras se se focalizar a questão da realidade que, como vimos, é colocada desde o início, como o fator que obriga o desenvolvimento da capacidade representacional.

No último capítulo da “Psicanálise do cotidiano”, intitulado “Realidade e real na obra freudiana”, Herrmann (1997)²² volta-se

²¹ Numa direção outra, as contribuições winnicottianas parecem, ao enfatizar a importância da figura materna na instauração e sustentação da experiência de ilusão, essencial para o desenvolvimento emocional primitivo, ser um outro desenvolvimento original da mesma nota de rodapé do texto freudiano em questão.

²² É importante salientar que os termos real e realidade são usados por Herrmann de modo diverso daquele que entre nós tem sido feito por Moratto (1996). Esta, recorrendo “às etimologias”, tão a seu gosto, assinala que a palavra real, derivando de res (coisa em latim) e rai (propriedade em sânscrito), tem seu significado ligado às preocupações práticas ou atividades diárias. O termo realidade, a seu ver, refere-se à condição de estar plenamente consciente e vivo. Segundo Herrmann (1992), lidamos, no cotidiano, com identidade/ realidade, enquanto criação representacional que nos aproxima/ separa do reino do contágio afetivo, real humano primordial.

expressamente para uma análise da teoria da realidade de Freud, assinalando a presença de duas diferentes concepções. Partindo da constatação da inexistência de um grande texto freudiano especificamente dedicado a este tema, propõe-se a apreendê-lo tomando como ponto de partida incontáveis referências e pressupostos que surgem ao longo de diferentes trabalhos. Entretanto, a argumentação de Herrmann (1997) pode ser bem acompanhada tomando-se, como base, o ensaio sobre os princípios do funcionamento psíquico (Freud, 1911).

Herrmann (1997) demonstra, com clareza, que Freud trabalha com uma noção perceptualista de realidade, que se fundamenta na função judicativa que visa discernir entre realidade e imaginação. Utiliza, portanto, uma distinção que é, de fato, o eixo organizador da psicopatologia psiquiátrica. Para diferenciar realidade e imaginação, Freud toma a percepção como paradigma das demais funções psíquicas, entendendo que a relação entre o sujeito e a realidade será de adaptação, seja mediante transformações de si, seja mediante transformações de situação de realidade. Um aparelho psíquico concebido como moto perpétuo que tende à obtenção de prazer contínuo e indiscriminado defronta-se com uma realidade externa que lhe é pré-existente. Como consequência, tornar-se-á imperativo o desenvolvimento e capacidades de reconhecimento desta realidade, com vistas à obtenção do maior prazer possível, através da adoção de comportamentos pragmáticos e eficientes, sem o que estaria condenado à alucinação. Um ponto deve, segundo Herrmann (1997) ser imediatamente ressaltado: o perceptualismo é um modo reducionista de lidar com o mundo. Trata-se de uma forma talvez aceitável quando se transita pelo campo das ciências naturais, mas se

revela francamente insuficiente tanto no campo das ciências humanas e da filosofia, como em termos de experiência humana pessoal. Uma realidade interna duplicaria uma realidade externa, numa espécie de espelhamento, correspondendo, portanto, ao que se pode denominar realismo ingênuo.

Defende Herrmann (1997) a tese de que Freud veio a assumir esta concepção por necessidades didáticas inerentes à situação que a psicanálise enfrentou inicialmente para se apresentar como saber válido e respeitável no elenco das ciências. Teria havido necessidade de pugnar pelo reconhecimento da importância da vida mental, para o quê teria sido adotada uma estratégia de estabelecimento de contraste entre duas ordens de realidade, a interna e a externa. Como espelhamento, ainda que eventualmente distorcido, a vida mental estaria conquistando certo respeito. Entretanto, uma consequência não de todo inócua teve lugar, na medida em que, para ressaltar a importância do inconsciente, veio Freud a usar o conceito de realidade de um modo que negava a complexidade que lhe é inerente.

Opera-se, portanto, no freudismo, com um esquema que opõe duas “objetividades” : a fisiologia e a realidade. No início da vida, ocorreria um predomínio da fisiologia, funcionando a mãe como uma espécie de complementar fisiológico, atendendo às necessidades do bebê de forma inclusive anti-social, num sentido amplo do termo. Entretanto, como a mãe inevitavelmente falhará, será justamente nesta falha que se instaurará uma ruptura que dará razão para o estabelecimento da relação da pequena mônada com a realidade, noção que realiza o chamado mito do homem natural e isolado, que Bleger (1977) justificadamente combate.

Herrmann (1997) não deixa de indicar que o pressuposto básico desta construção teórica é a idéia de que existe uma contradição de base entre as necessidades da fisiologia e o mundo social. A fisiologia é uma realidade, da que não se poderia duvidar quando se lembra de que é exatamente em virtude dela que a alucinação não é uma solução eficaz para o aplacamento das necessidades. O mundo social é outra realidade, a qual, mediante processos específicos, se instala no interior do próprio psiquismo, de modo coercitivo²³. Em última instância, a desconsideração da realidade externa ameaça a própria existência do indivíduo. Nas palavras de Herrmann (1997):

“ ... a sociedade está em contradição com a necessidade fisiológica, pelo menos em certa medida, e representa o lado da submissão, da adequação das necessidades às possibilidades concretas de satisfação, da restrição da liberdade de fantasia, enfim. Destaste, as pulsões fisiológicas ficarão emparedadas por dois muros de coerção social, o externo, proveniente do meio, e o interno, resultante de sua introjeção: a introdução da sociedade no psiquismo, a introjeção de valores, será uma aquisição difícil, um constrangimento tão grande quanto o da adequação externa às injunções da coletividade. Por sua parte, a necessidade fisiológica carrega também o peso de ser real, no sentido muito preciso de não se poder contornar pela fantasia de auto- satisfação, como Freud não deixa de assinalar. Vem daí que a realidade também ocupe os dois lados da oposição

²³ Winnicott pensa de modo diferente a relação do indivíduo com a realidade externa, considerando que a coerção ambiental é patogênica mas evitável.

fisiologia- sociedade, e que sejam ambas fonte da atividade de fantasia: a primeira, a título de impulsionador orgânico, a segunda, na medida em que a fantasia é introdução de representações sociais na psique” (Herrmann, 1997, pg. 231).

Entretanto, lançando mão da ferramenta conceitual por êle depurada, denominada teoria dos campos, que corresponde a uma operacionalização daquilo que é fundante na psicanálise, ou seja, seu método, Herrmann (1997) vai prosseguir buscando, justamente nas falhas e brechas da teorização freudiana explícita sobre a realidade, uma teoria implícita. Sua empreitada é legitimada pela crença em que “... a disciplina criada por Freud está muito mais no uso que ele lhe dá ao procurar descobrir os sentidos psíquicos de manifestações particulares, do que nas formulações abstratas e gerais da psique humana” (Herrmann, 1997, pg. 235). Demonstra, deste modo, evidente afinidade com o pensamento de Politzer (1928) que, combatendo resolutamente as teorizações abstratas, que afastavam o reconhecimento da dramática inerente ao viver, proclamava a genialidade da afirmação freudiana de que toda e qualquer conduta humana tem sentido.

Deixando, portanto, de apegar-se às formulações metapsicológicas e fiando-se na originalidade e no poder heurístico do método psicanalítico, Herrmann (1997) vai buscar esta outra teoria implícita da realidade, retomando, para melhor conduzir o leitor, a noção basilar de inconsciente. Abandona a idéia de inconsciente como o mundo das representações fantásticas sob a égide do processo primário, considerando que é inaceitável que a lógica deste tipo de

mundo interno pudesse construir um pensamento que, como vimos, nasceria exatamente da necessidade de levar em conta as exigências do mundo externo. Apresenta, assim, uma visão do inconsciente como “lógica emocional” do processo psíquico, que não se confunde com os produtos conscientes propriamente ditos. Opõe, desta feita, ao inconsciente freudiano, que é concebido como uma espécie de segunda consciência oculta, um inconsciente virtual, não substancial, constituído por uma série de pressupostos e regras lógico- emocionais, segundo as quais o pensamento é construído. Tal concepção harmoniza-se com a recomendação de Bleger (1977) no sentido de que não se venha a confundir o evidente reconhecimento da existência de certos fenômenos com sua reificação ou substancialização, como é frequente quando o pensamento está regido por uma metafísica positivista.

“... existem fenômenos que chamamos de mentais; deles deriva-se o conceito de ‘mente’ , que passa logo a ter independência e vida própria, de tal maneira que o fenômeno concreto está contido ou resulta de um hipotético funcionamento de uma abstração, instituída em enteléquia. Para nós, há fenômenos mentais, mas não há uma ‘mente’; há fenômenos e valores espirituais, mas isso não implica que haja um espírito. Desta forma, os dois tipos de fenômenos, concretos e simbólicos, deram lugar a um dualismo substancial; da pluralidade fenomênica fez-se uma transposição a um dualismo substancial. É como se se descrevesse, por exemplo, o raio e o trovão não como fenômenos ligados a um mesmo acontecimento e sim dependente, cada um deles, de uma especial e particular categoria substancial, entre as quais se postulam correlações muito complexas e discutidas (...) Para nós, a pluralidade fenomênica tem sua unidade no fenômeno

da própria conduta, no funcionamento altamente aperfeiçoado do sistema nervoso central, e no ser humano considerado sempre como pessoa, em cada uma de suas manifestações, vinculado em sua condição humana ao meio social” (Bleger, 1977, pg. 26)

Como uma espécie de reverso ou negativo fotográfico, o inconsciente nunca é o que a consciência recupera, pois se trata de operar com duas diferentes lógicas, a lógica da concepção e a lógica do concebido, uma das quais inerentemente inalcançável, ainda que não impensável, claro está. O fato é que quando examinamos qualquer lembrança, idéia, devaneio ou ato humano, nunca é possível chegar de modo direto à ordem produtora da experiência, mas só à organização de seus produtos. A razão pode, portanto, operar sobre o concebido, o qual pode estar, de fato, bem articulado nos termos da lógica do concebido. Se, no entanto, pretende ultrapassar este ponto, a razão já se torna racionalização, que é aqui entendida de modo amplo, como a extrapolação paradigmática que acontece toda vez que uso a lógica do concebido, que pode dar conta do pensado, para lidar como pensar, que é uma das formas do viver, em um dado momento²⁴.

Estas considerações sobre o inconsciente tem, no entender de Herrmann (1997), importantes repercussões para a psicologia como ciência, pois, se entendermos que o inconsciente é a lógica do ato de concepção, que preside todo e qualquer gesto humano, no amplo

²⁴ Winnicott (1971) distingue entre a fantasia e o fantasiar, apontando que enquanto a primeira faz parte do viver, a outra é uma atividade dissociada, um não viver. O verdadeiro sonhar, como a fantasia, é uma forma de vida. Nesta linha, nem sempre o pensar é fuga da vida, mas

sentido que Winnicott confere ao termo, como manifestação humana inelutavelmente preñe de sentidos, caberá à psicologia ser o campo do saber voltado à elucidação desta lógica de concepção²⁵. As palavras de Herrmann (1997) são claras:

“O inconsciente é a razão do meu pensar, oposta, aqui sim, à lógica do pensamento já produzido e à sua articulação com outros pensamentos. Ora, da mesma maneira que esta última razão é razão do mundo real e aponta para a lógica das coisas, o inconsciente , enquanto razão em negativo do ato de concepção, aponta igualmente para uma lógica das coisas, para um mundo real(...) creio que não cometemos violência contra a teoria psicanalítica ao afirmar que ela traz implícita a idéia de que o mundo referido pela lógica de concepção e aquele que a lógica do concebido aponto são um e mesmo. Duas são as razões, é claro, mas não são propriamente alheias, trata-se do contrário de uma duplicidade positivo- negativo que conhecemos como sistema campo- relação; a razão inconsciente sendo o campo da razão do concebido. Já o mundo que acusam, um e o mesmo, é isso que conhecemos por real” (Herrmann, 1997, pg. 241).

Estas idéias trazem como corolário a consideração de que a vida psíquica é naturalmente tanto consciente como inconsciente, na medida

apenas o pensar dissociado . Não atentar para esta diferença pode levar a uma perigosa condenação da atividade representacional.

em que o produto é consciente e a produção inconsciente, sendo verdade que algumas manifestações, pelas suas próprias características, - os sintomas, os atos falhos e os sonhos - deixam entrever, com mais facilidade do que outras, a produção. Entretanto, pode-se afirmar que todas as manifestações simbólicas ou mentais, desde a imaginação mais primitiva até o pensar mais abstrato, pensam o real.

Herrmann (1997) encontra a teoria freudiana implícita do real quando faz trabalhar seus escritos, transpondo as formulações relativas a um aparelho intrapsíquico individual para o entendimento da psique enquanto produção de sentido. De minha parte, só posso aprovar tal transposição, uma vez que venho discutindo-a desde que focalizei a necessidade metodológica de pensar um sujeito coletivo, no âmbito das pesquisas sobre representações sociais, a fim de escapar à falsa discussão acerca da articulação entre o individual e o social, concebidos como dimensões ontologicamente diferenciadas. De fato, as formulações freudianas são verdadeiramente instigadoras quando lidas sem as amaras da definição de uma validade restrita ao âmbito individual. Esta teoria implícita é, no entender de Herrmann (1977), verdadeiramente brilhante e surge, em toda sua vitalidade, não propriamente das considerações metapsicológicas, mas a partir dos casos clínicos e das interpretações culturais,

Neste sentido, Herrmann (1997) se apercebe da possibilidade especulativa de pensar um aparelho psíquico “mundanizado”,

²⁵ Herrmann (1997) acredita que outras ciências, tais como, por exemplo, a antropologia cultural, a sociologia, a linguística e a semiótica também devam se ocupar de aspectos da lógica da concepção.

considerando que o real humano emerge desde intensidades pulsionais cegas e primitivas que se atualizam na horda patriarcal primeva. Desde este estado inicial de indiferenciação – estamos ainda longe da possibilidade de emergência do indivíduo propriamente dito - chega-se através de um longo e custoso processo, à constituição de um “ego social” (Herrmann, 1997, pg. 242), que se instaura no que poderíamos imaginar como uma zona limite entre “dois ids”, vale dizer, entre o corpo biológico e o corpo social.

“Quando a sociedade pensa, e só então, concebe-se a geração do ego. O ego humano, portanto, dá-se no limite entre dois ids, e dá-se como razão duplamente determinada, pelo corpo pessoal e pelo corpo social. Em meio a ambos, a razão comparece como brinquedo, tentando conciliar forças que a superam de muito. O sujeito individual tenta manter-se à tona da subjetividade social que o gera, para logo em seguida tentar engolir-lo , como era costume do velho deus Saturno (...) O mundo seria então um id, sede de pulsões cegas e primitivas, que aos poucos se havia de diferenciar num ego social, regido pelo superego de suas instituições” (Herrmann, 1997, pg. 242-243).

Tanto indivíduo como sociedade estão, aqui, sendo vistos desde a perspectiva psicológica de análise (Bleger, 1977) como sujeito humano. Trata-se, desde a visão antropológica freudiana, de um sujeito “recém-evoluído”, que só mantém uma certa diferenciação em relação ao real psíquico originário se lançar mão de uma defesa específica: a atividade representacional. É exatamente aqui que fica claro o motivo pelo qual a representação deve ser pensada, a partir do referencial psicanalítico,

como a forma mais geral de defesa contra o contágio afetivo. Paira sobre este homem freudiano a ameaça de retorno a um estado desorganizado e fusionado, a um espécie de magma indiferenciado, uma vez que está sempre presente uma tendência a fundir-se ao não-eu, no abandono da diferenciação e da autorepresentação. Similarmente, a sociedade também funcionaria como um ego, engajado em constante empenho contra tendências de retorno à desorganização primordial. A bem da clareza, vale a pena reproduzir um fragmento do texto freudiano:

“O fenômeno mais singular e ao mesmo tempo mais importante da formação da massa consiste na exaltação ou intensificação da emotividade dos indivíduos que a integram. Pode-se dizer, opina MacDougall, que não existem outras condições nas quais os afetos humanos alcancem a intensidade a que chegam na multidão, Ademais, os indivíduos de uma multidão experimentam uma voluptuosa sensação de entregar-se ilimitadamente a suas paixões e fundir-se na massa, perdendo o sentimento de sua delimitação individual. MacDougall explica esta absorção do indivíduo pela massa atribuindo-lhe o que denomina ‘princípio de indução direta das emoções por meio da reação simpática primitiva’, isto é, a aquilo que com o nome de contágio dos afetos já nos é conhecido na nossa qualidade de psicanalistas. O fato é que o dar-se conta dos signos de um estado afetivo é susceptível de provocar automaticamente o mesmo afeto no observador. Esta obsessão automática é tanto mais intensa quanto maior é o número das pessoas nas quais se observa simultaneamente o mesmo afeto Então, o indivíduo chega a ser incapaz de manter uma atitude crítica e se deixa invadir pela mesma emoção. Mas ao compartilhar a excitação

daqueles cuja influência já atuou sobre si, aumenta por sua vez a dos demais, e deste modo se intensifica por indução recíproca a carga afetiva dos indivíduos integrados na massa” (Freud, 1921, pg. 1149).

Na teoria freudiana do real, o mundo parece ser dotado de psiquismo. Se esta idéia não for bem compreendida, pode dar margem a perigosas analogias, a reducionismos psicológicos passíveis de serem usados de forma distorcida e legitimadora de práticas eticamente discutíveis, contra os quais há que se adotar atitude rigorosa. Tal rigor é garantido, antes de mais nada, pelo reconhecimento de que a perspectiva psicológica de análise não é mais do que um dos recortes metodológicos possíveis, incapaz, evidentemente, de dar conta da complexidade do real. Não se está, portanto, imaginando que outras perspectivas analíticas sejam prescindíveis ou menos importantes.

Digna de exame é a idéia de que o inconsciente, como real psíquico, não corresponde a determinada seção de um cérebro metafórico mas que é a “própria alma do mundo” (Herrmann, 1997, pg. 245), a articular sentidos concretos, sociais e culturais. A teoria implícita do real, no freudismo, nada tem a ver, portanto, com um realismo ingênuo, na medida em que postula uma psique externa produtora de sentidos emocionais. Assim, o que se entende como dimensão psíquica individual tem origem no real, que nunca pode ser pensado como ontologicamente alheio ao psiquismo .

“Se a psique nasce no real e este continua ser uma estrutura produtora de sentidos, mesmo depois da invenção do indivíduo humano moderno, devemos considerar com seriedade a existência de um contínuo psíquico, do qual a interioridade do sujeito singular seria uma

porção sequestrada, mas sempre em diálogo com o todo” (Herrmann, 1997, pg. 245).

Deste modo, conta-se com um detalhamento, freudianamente embasado, que justifica a concepção blegeriana da conduta como totalidade imersa na complexidade do mundo. Recortes metodológicos são requeridos pelas limitações humanas na aquisição do conhecimento, mas diferenciações ontológicas onde só existem diferenças no âmbito das manifestações, tornam-se inaceitáveis. Entretanto, Herrmann (1997) prossegue, lembrando que, como Freud tinha muito medo de banalizações que originassem misticismos superficiais, não podia contemporizar com transposições demasiado ligeiras e seu pensamento, o que parece ter norteadado a necessidade de cortar relações com o pensamento junguiano. Há, no pensamento psicanalítico, uma continuidade entre psique individual e psique do real, mas esta continuidade se faz dialética e não positivamente. Assim, o inconsciente, como virtualidade geradora de sentido, não é, de modo algum, nem individual nem coletivo. O inconsciente é real humano, movimento criador de sentidos, que, ao ser representado, aparece como realidade e como rotina do cotidiano. Vale a pena retornar ao texto freudiano:

“A psicologia das massas, segundo nos é conhecida pelas descrições repetidamente mencionadas – o desaparecimento da personalidade individual consciente, a orientação dos pensamentos e dos sentimentos em um mesmo sentido, o predomínio da afetividade e da vida psíquica inconsciente, a tendência à realização imediata das

intenções que podem surgir, toda esta psicologia, repetimos, corresponde a um estado de regressão a uma atividade anímica primitiva, tal e como a atribuiríamos à horda pré- histórica... Haveremos de dizer que a psicologia coletiva é a psicologia humana mais antiga! Aquele conjunto de elementos, que isolamos de todo o referente à massa para constituir a psicologia individual, não se diferenciou da antiga psicologia primitiva, a não ser mais tarde, muito pouco a pouco, e ainda hoje em dia, tão só parcialmente” (Freud, 1921, pg. 1168).

Pode ser interessante repensar, nesta altura, a idéia psicanalítica da representação como aquilo que permite ao homem lidar com a realidade, dentro da teoria perceptualista (Freud, 1911) , ou como aquilo que defende o homem, recém- saído da horda primitiva para a civilização (Freud, 1921) do contágio afetivo que anula os limites da separatividade pessoal. Entende-se, assim, porque Herrmann (1992) vai considerar a representação, em sua função inerentemente defensiva, como uma espécie de escudo, que de um lado figura a realidade e de outro a identidade. Freud usou a metáfora do escudo protetor algumas vezes em sua obra. Está especialmente presente em “Mais além do princípio do prazer” (1920), mas prefigurava claramente no ensaio de 1911, quando se refere à necessidade de dispositivos que capacitem o organismo a afastar-se dos estímulos provenientes da realidade. De acordo com Saldanha (1986), outros autores psicanalíticos, tais como Spitz, Mahler e Khan, também tem feito uso desta imagem . Entretanto, optei, no contexto do presente trabalho, utilizá-lo a partir da forma proposta com Herrmann (1992), que deve, segundo entendo, ser mais claramente articulada com os conceitos de sujeito e de conduta.

Realidade e identidade são as faces que compõem o escudo representacional que permite/impede o contato com o real humano²⁶. Acerca do real, como produção incessante do ser, Herrmann (1979) nos vai oferecer não uma metapsicologia abstrata, mas uma admitida metafísica não mecanicista, que é uma especulação oriunda o uso do método psicanalítico no dispositivo de análise propriamente dito.

Esta metafísica, como construção fictícia, não é mais do que a amplificação da própria situação analítica em escala universal, espécie de projeção ontológica do ato psicanalítico. Visando investigações, dentro e fora do enquadre clínico padrão, que pretenda fazer uso da teoria dos campos, não tem pretensões outras, afinal, como brinca Herrmann (1991), não temos nenhuma garantia de que o demiurgo tenha sido analisado. Em todo o caso, esta metafísica pode ser heurísticamente inspiradora de novos modos de pensar e agir. Como ponto de partida, seu autor propõe que consideremos que no interior do real, enquanto produção do ser, surgisse algo absolutamente novo e singular: o fenômeno humano. Tal fenômeno, que abrangeria indivíduo e cultura, aconteceria como o sequestro de uma porção do real, que já seria, no mesmo movimento, um redirecionamento em busca de retorno, como se a pequena porção tomasse o todo real como objeto, almejando uma reintegração. Em outros termos, “... esta parte segregada e diferenciada produz seu ser por meio de um movimento de apetência constante, isto é, deseja o real” (Herrmann, 1991, pg. 148). A

²⁶ É importante salientar, aqui, que meu contato com a teoria herrmanniana da representação foi precedido por uma série de trabalhos de campo sobre a representação social da loucura, que me mostravam que sempre que se tentava apreender a visão do sujeito coletivo acerca da louco, encontrava-se, concomitantemente, sua identidade.

interioridade humana, como porção sequestrada do real, recebe, nesta metafísica, o nome de desejo:

“Desejo é o real em sua função geradora, na medida em que a interioridade do homem o aprisiona e que, pela via das emoções, dirige-se constantemente à totalidade do que foi sequestrado; sendo a consciência lugar de apreensão emocional do mundo, o modo de o real representar-se a si mesmo. Por desejo entenderemos, doravante, toda eficácia anímica, que movimento o homem em direção ao mundo, especialmente ao mundo humano” (Herrmann, 1991, pg. 149).

O desejo, sendo uma porção do real, é inapreensível. Corresponde à matriz virtual das emoções e segue regras de produção, as quais podem ser dedutivamente captadas mediante o uso do método psicanalítico, que, em sua ação, pode nos trazer, de modo invertido, o desenho do desejo. Aliás, o que visa toda pesquisa psicanalítica, e esta não é uma exceção, é precisamente o desenho do desejo. O desejo é, em suma, o produtor da lógica que cria e ordena as relações emocionais. É no campo do desejo, ou, dito de outra forma, no inconsciente, que se fabrica o mundo humano da cultura (Herrmann, 1991).

O real se faz humanizado como realidade/identidade, faces constitutivas da representação enquanto escudo protetor. De que, afinal de contas, protegeria o homem? Sabemos que Moscovici (1961) admitira que a representação social serve para diminuir a angústia inerente à condição humana. A resposta de Herrmann (1992),

coincidindo de certo modo com esta formulação, mas mergulhando numa análise mais exigente, é enfática: a representação salva o sujeito do contágio afetivo, das intensidades pulsionais circulantes na horda primitiva (Freud, 1921) e, em última instância, da loucura. Deste modo, conclui-se, de modo curioso, que a relação entre representação social e loucura, buscada em várias pesquisas, não é uma articulação exterior, como aquela que existe entre representação e outros objetos sociais. Entre representação e loucura existe um vínculo de caráter essencial.

O fato é que trabalhos mais recentes, no campo de pesquisa da representação social da loucura, evidenciaram que este é um objeto verdadeiramente especial. Como já mencionei, a partir de trabalhos empíricos, Morant e Rose (1998) chegaram a apontar que o pressuposto básico da teoria moscoviciana, de acordo com o qual a representação serve para tornar o desconhecido familiar, parece não se efetivar no que tange à loucura. Assim, tem-se a impressão de que a incompreensibilidade e estranheza atribuídas ao louco remetem aos próprios limites da estruturação representacional. A loucura seria o irrepresentável, aquilo que a representação visa combater.

Curiosamente, pode-se constatar que a psicanálise, utilizada basicamente enquanto método de pesquisa sobre produção de sentido, vai indicar com precisão a existência de um nexos essencial entre representação e loucura, no mesmo sentido da reflexão elaborada por Morant e Rose (1998). Chega-se, deste modo, a uma formulação que de modo algum coincide com a visão moscoviciana, a meu ver porque a teoria das representações sociais não cortou inteiramente laços com a tradição positivista (Crochik, 1994), enquanto só uma visão dialética (Bleger, 1977; Ogden, 1996) pode explicar como estes dois termos se

criam, negam e se preservam em movimento incessante. Em suma, será, no meu entender, revendo as concepções de Herrmann (1992) à luz da dialética que poderemos obter um esclarecimento maior acerca do complexo e contraditório vínculo através do qual representação e loucura se unem/ separam uma da outra.

Inspirando-se em um trecho do poema homérico em que é oferecida uma minuciosa descrição do escudo de Aquiles, Herrmann (1992), aproveitando-se da beleza poética, introduz de modo rigoroso e evocativo suas idéias sobre a função da representação. Aquiles corre pelo campo de batalha, comportando-se ferozmente, como exigem as circunstâncias. Conserva, no entanto, sua identidade como representante da vida civilizada, portando uma peça forjada pelo deus Hefesto, na qual se encontram gravadas, em cinco camadas, cenas que representam a cultura a que pertence, tornando-se, deste modo, para além do furor, representante de sua terra, de seus ancestrais, suas obras e costumes. Assim, é apresentada a idéia de que a vida do homem civilizado depende de uma diferenciação “laboriosa” entre o que, a partir de inspiração freudiana, pode-se denominar reino profundo do contágio e plano superficial da representação.

O reino do contágio é constituído pelos temas e enigmas fundamentais da vida humana, incluindo o nascimento, a morte, a fome, o sexo e “...o impulso de agarrar-se aos semelhantes num abraço fundente”(Herrmann, 1992, pg.169). Subjacente à organização da vida cotidiana, o contágio corresponderia ao máximo contato entre os homens, no qual estariam anuladas as distinções que basicamente nos orientam na trajetória vital. O fato é que apenas uma fina película

*separa o sujeito do contágio afetivo - e da loucura que nele se encerra .
Esta película é a superfície representacional.*

A loucura é, antes de mais nada, a perda dos contornos que permitem a experiência de ser um eu separado de tudo o que é não eu. Evidentemente, entre eu e não- eu existe um nexo dialético recorrente, na medida em que o eu só existe enquanto criado, negado e preservado pelo não- eu e vice-versa (Ogden, 1996). Ainda que não esteja teorizando em termos assumidamente dialéticos, fazendo uso metafórico do escudo, Herrmann (1992) proporciona uma visualização imaginativa do complexo processo em jogo. Deste modo, pensa que a proteção é conferida do seguinte modo: por um lado, a subjetividade seria revestida por uma película que demarca limites internos, o que constituirá a identidade; por outro lado, a relação desmedida entre os homens, na qual os motivos humanos – morte, guerra, fome, paixão - estão em perpétua ativação, será limitada como realidade. Tem-se aí, portanto, definida a representação exatamente como a atividade que, permitindo a existência de um eu que já emergiu da fusão primeva, suprime a loucura, enquanto fenômeno basicamente despersonalizante que, tendendo à indiferenciação fusional, conspira, evidentemente contra a atribuição de significado. Afinal de contas, sentidos podem emergir quando se articulam diferenciação e vínculo.

“De imediato, há que se reconhecer que o mergulho nos grandes temas da vida e da morte, sobretudo a convivência íntima e desprotegida com a lógica de concepção do real humano – as regras produtoras de sentido, imersas e ocultas no estofado da cultura, ativas na sociedade e no indivíduo, como campos organizadores - desfazem a

diferenciação cuidadosa entre o eu e o mundo, ao mesmo tempo que impossibilitam nossa razão comum e quotidiana de funcionar satisfatoriamente. Pulando a cerca da representação, o homem vai ao encontro da loucura. Loucura, como adiante poderemos constatar, é o estado de fusão e confusão entre identidade e realidade, ou , com mais rigor, a condição de contágio, em que o sujeito se desfaz no real, retorna às origens. No entanto, o estado puro de loucura nos é desconhecido, não por inexperimentável, porém porque, inviabilizando a superfície representacional (identidade e realidade) esquiva-se de toda e qualquer comunicabilidade. Nossa é a linguagem da representação. A impossibilidade radical de comunicação da experiência de pura dissolução no real faz com que o nome loucura venha a ser mais comumente empregado para designar a recuperação defeituosa de um mergulho no real, do que o mergulho em si mesmo. Vale dizer, a palavra loucura acusa as representações enganosas que proliferam quando o sujeito, que perdeu as representações de si e do mundo, é forçado a refazê-las apressada e arbitrariamente para continuar a viver em sociedade” (Herrmann, 1992, pg. 175/176).

Percebe-se, deste modo, que a representação contém, inerentemente, uma intensidade afetiva oriunda do desejo/ temor de fusão completa com o real, a qual anularia a própria diferenciação, e portanto, a identidade e a realidade. Trata-se, a meu ver, de uma contradição interna, que demanda uma visão dialética para melhor elucidação. Mais adiante, Herrmann (1992) vai definir mais detidamente o contágio:

“Nosso problema, bem se vê, é o de distinguir representação de contágio. Que vem a ser contágio? Simplesmente a porta dos fundos do desejo, onde este é solidário com seu real de origem. A palavra contágio é pesada, admito. Lembra doença, especialmente doença venérea. Acontece que é bem isso que tenho em mente. Quando contato entre os homens é demasiado próximo, nos estados afetivos mais quentes, algo se transmite, que não é de um nem do outro, também não é uma doença em um sentido estrito; a proximidade humana, sexual, belicosa, laboriosa, cria uma nova entidade subjetiva, um desejo comum irrepresentável pelos parceiros em separado, que os contagia de real. Daí dizer-se que a paixão é cega, caolha pelo menos. Para fins de representação, trata-se de uma doença, ainda que seja a mais bela e inspiradora das vicissitudes do encontro humano. A história do contágio, quer dizer, do encontro dos homens no real, é paralela e antagônica à da representação; seria permissível, imagino, concebê-la como a antítese dialética da evolução da pausa homérica para a representação, caso a dialética tivesse algo a ver com a psicanálise e se coubesse aí algum tipo de síntese” (Herrmann, 1992, pg. 184-185)

Este texto, literariamente vigoroso, merece um exame mais detido. Palavras fortes podem ajudar na compreensão, obscurecer o sentido ou, como bem sabe o autor, revelar sentidos insuspeitados. Penso que o ponto nodal é a palavra contágio, que Herrmann (1992) retira do texto freudiano (Freud, 1921), como convém lembrar, no qual figura como contágio afetivo. Penso que usar contágio isoladamente dá origem a certos mal entendidos, pior acontecendo se um peso maior for atribuído ao termo afetivo. Trata-se precisamente da referência a um estado mental que se caracteriza por uma tendência fusional que

conspira a favor do apagamento de todas as distinções que permitem a constituição do sujeito enquanto tal e a atribuição de sentido . Não entendo bem a referência ao venéreo, neste contexto, pois o erotismo clama pela diferenciação que é simbolicamente e ludicamente anulada em seu clímax, clama por sentido. Penso, com Bergeret (1974), que aqui tratamos de um fenômeno mais fundamental e certamente muito menos sofisticado que o erotismo, que , afinal de contar, pode ser concebido como um canal de realização simbólica do desejo fusional. Concordo plenamente com a afirmação de que a representação é paralela e antagônica ao contágio afetivo e à loucura, entendendo que a psicose clínica não corresponde à loucura propriamente dita, mas a uma organização de defesa e recuperação possível . A idéia central, no entanto, a preservar é bem esta: a loucura é a perda dos limites identitários pelo mergulho desprotegido no real.

Um ponto, entretanto, merece reparo: a referência de Herrmann (1992) à (im)possibilidade de articulação entre psicanálise e pensamento dialético. Penso que uma visão dialética é fundamental para a compreensão do que aqui está envolvido na medida em que realidade e identidade são pólos de uma totalidade indissociável emergem em criação , negação e preservação recíproca, não sendo passíveis de ser concebidos independentemente (Ogden, 1996). Deve, deste modo, chamar-se a atenção para o fato de que a representação, tal como proposta por Herrmann (1992) pode ser considerada como uma unidade de opostos. Lembro que, a partir de Hegel, a dialética passou a ser vista não apenas como conjunto de leis que presidem apenas a lógica do pensamento, mas também os processos reais (Kojève, 1947; Marcuse, 1978; Inwood, 1997) Evidentemente, ninguém está obrigado a aceitar uma visão filosófica dialética, mas existem

evidências que indicam que não é de modo algum incompatível a articulação da psicanálise, quando não se refugia defesivamente em metapsicologias abstratas, com a dialética, como bem demonstrou Politzer (1928).

Deste modo, a representação serve tanto para manter o real suportavelmente à distância, como para apresentá-lo sob a forma tolerável que conhecemos como realidade. De um lado apresenta uma face identitária, cuja utilidade é fornecer os contornos algo extremamente precioso: o eu. Esta superfície identitária, por seu turno, cola-se, como avesso, à superfície da realidade, que é a representação do mundo. O eu e a realidade tem, portanto, a mesma e única origem: o real. Diz Herrmann (1992):

“Nossa vida civilizada, como a de Aquiles, carrega o mesmo destino seguro, o encontro marcado com a morte, mais ou menos breve. Suas paixões e seus ressentimentos são os nossos: um amigo morto, uma mulher roubada, fúria impotente e, no fundo, o mesmo súplice pedido de consolação à deusa mãe. Os grandes temas da fusão com o real estão em nós presentes; destarte armamo-nos com o escudo da representação, ainda conhecendo que não terá grande valia quando a fusão final da morte vier cobrar sua dívida. No meio tempo, seu valor é considerável. A convexidade externa figura o mundo real em forma plana e selecionada, é aquilo que denominamos realidade; por consequencia, a face côncava, interna, limita um espaço solidário ao anterior, convergente na mesma figuração, porém invertido, cujo nome é identidade. Não nos chega a proteger o calcanhar da alma contra a fervente pulsação do real em que esta se atola, não evita a paixão nem

a desilusão, escapam-lhe nascimento e morte, inúmeras condições de contágio afetivo simplesmente o circundam; mas, ao fim e ao cabo, o escudo da representação é um ornamento bonito de carregar” (Herrmann, 1992, pg. 171)

Quando se diz que a representação cumpre função defensiva, muitos pensam que é inerentemente falsa. A questão é um pouco mais complexa. De fato, a representação é sempre construção, resultante da articulação entre o eu e o sistema cultural, o que não significa exatamente falsidade mas parcialidade. Assim, sendo, muito do reino do contágio afetivo está simplesmente escotomizado, enquanto, por outro lado, a construção não aparece como tal, de modo que identidade e realidade são vividas como absolutamente naturais e dadas. Ocorre que o campo, de acordo com a qual são produzidas a autorepresentação e as imagens do mundo, deve operar de modo imperceptível. Ou seja, o escudo funciona exatamente quando creio completamente. Ao contrário, se o sujeito chega a perceber que a realidade é invenção, é fabricação, defrontando-se desprotegidamente com a lógica da concepção, pode desrealizar e despessoalizar-se. De fato, encarando-se corajosamente a condição humana, chega-se a admitir que as representações, como construções, são inevitavelmente instáveis:

“Existem despessoalizações, desrealizações, a loucura é o vizinho silencioso de cada ato humano. Algo deve manter solidárias as duas superfícies virtuais, de maneira a que o sujeito se possa reconhecer ao longo do tempo, em condições normais; embora ocorra

igualmente perder-se de si próprio quando transpõe um misterioso limite” (Herrmann, 1992, pg. 185)

A realidade e a identidade correspondem a um achatamento, empobrecimento e superficialização do real humano, na medida em que todos os vestígios da lógica de concepção devem ser o mais cuidadosamente possível apagados. De fato, o sujeito não suporta, em sentido radical, o contato direto com o real. Há que haver a mediação representacional, na maior parte do tempo. Este real não é, evidentemente, a materialidade das coisas (Herrmann, 1992), como quereria um perceptualismo ingenuamente positivista. O real que verdadeiramente interessa consiste precisamente na produção humana de sentidos e é essencialmente descompasso entre a totalidade e aquela porção sequestrada que é o desejo humano. A vida humana transcorre, deste modo, em inevitável desencontro entre a apetência desejante e as possibilidades reais de sua realização. A contribuição oferecida pela representação, tendo em vista tornar a condição mais suportável, consiste na produção incessante de imagens e idéias que a cada momento iludem acerca da possibilidade de uma satisfação que sempre escapa. Herrmann (1992) compara a superfície representacional com um “play-ground”, no qual a atenção a eventuais frustrações e desilusões é constantemente desviada pela promessa de um novo jogo ou brinquedo. Acrescenta que a superfície serve, portanto, para consolar o ser humano das dores e mazelas inerentes à sua condição.

De todo o modo, sendo construções, realidade e identidade não mantém, entre si, relações de independência e exterioridade. A

realidade não existe independentemente do sujeito humano, como algo a ser apreendido de modo objetivo, pois é construção laboriosamente produzida pela subjetividade humana. Por outro lado, inexistente uma subjetividade monádica, anterior a todo e qualquer contato com a realidade, pois a personalidade se realiza através de condutas, simbólicas, corporais e de atuação no mundo externo (Bleger, 1977) que inevitavelmente se referem ao mundo.

O texto de Herrmann (1992) assinala com suficiente clareza a complexidade das questões envolvidas. Um ponto, entretanto, merece ser destacado. Chegou a uma definição mais ampla, mas , simultaneamente, mais precisa do que aquela usada no contexto da teoria das representações sociais. Enquanto nesta última as representações parecem ser, afinal de contas, complexos ideo-afetivos que os indivíduos elaboram coletivamente, na sociedade contemporânea, discretamente relacionados a diferentes objetos sociais – de modo que, por exemplo, Rouquette²⁷, possa indagar se existe ou não existe uma específica representação, por exemplo, sobre a automedicação ou a caça - , em Herrmann (1992) o termo assume uma significação muito mais ampla, que abrange tudo o que o ser humano possa criar - senso comum, ciência, religião, arte, mitos, etc. - na tentativa de viver sem entrar em contato direto e imediato ao real. Como superfície que traz realidade e identidade, em cada uma de suas faces, a representação remete, de saída, a algo totalizante, fazendo- nos crer que qualquer mudança afeta o todo, o que nos leva à compreensão do

²⁷ Tive a oportunidade de participar de uma mesa redonda de evento promovido pelo Geres, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, coordenado pela Profa.Dra. Antonia Regina Furegato Rodrigues, sobre representação sociais, quando pude constatar que suas concepções se dão no contexto de um pensamento ainda fortemente marcado pelo positivismo.

porque pode ser muito difícil modificar representações. Assim, mesmo quando, em alguns trechos, mormente quando se refere ao processo analítico, no qual o termo é usado no plural, oferece-nos sempre a impressão de estar lidando com algo que envolve unidade e totalidade, algo que afeta a própria inserção do sujeito no mundo, e nunca com conteúdos discretamente distribuídos em qualquer tipo de localidade, intrapsíquica ou social. Desta feita, tem-se a impressão de que, no contexto de sua obra, existe estreito parentesco entre a noção de representação e aquela de símbolo ou metáfora. A representação, por conseguinte, abrangeria, em seu pensamento, inclusive os chamados símbolos apresentativos (Langer, 1947).

Fica, assim, óbvio, que a idéia de simplesmente abandonar a atividade representacional ou o seu estudo (Spink, 1996) é completamente inexecutável. Entretanto, quando estudiosos competentes fazem tal tipo de afirmativa, talvez estejam dando expressão a concepções ainda não de todo elaboradas mas possivelmente úteis. Pelo menos, é o que se pode conjecturar quando lembramos que grande parte do sofrimento que motiva a busca de psicoterapia resulta do estabelecimento de um modo de relação inflexível e estereotipado com as representações de si e do mundo. De uma certa forma, pode-se entender que a maior parte do trabalho terapêutico visa combater aderências representacionais específicas, tanto revelando que a realidade é representação como possibilitando o estabelecimento de um vínculo mais livre com a mesma, na medida em que, como construção, não é essencialmente imutável. De outro perspectiva, pode-se falar da oportunidade de vinculação lúdica com identidade/ realidade, assunto que tem recebido grande atenção na teorização winnicottianamente inspirada, e sobre o qual retornarei.

No momento, vale retomar, mais claramente, a idéia de que a representação é, essencialmente, conduta do homem, não se reduzindo o sujeito ao conjunto de suas representações. Parece, entretanto, haver uma tendência generalizada a entender a representação de modo reificado, abstraído e descontextualizado, ainda que sejam frequentes as declarações em contrário. A meu ver, é exatamente este tipo de visão o que, compreensivelmente, gera temor acerca do poder da representação. Deste modo, fica claro que é fundamental que não se perca de vista o estatuto ontológico da representação enquanto conduta.

Como manifestações simbólicas de subjetividades individuais ou grupais, as representações não causam ou determinam atos ou práticas. Consistem, isto sim, em momento ou aspecto de um fenômeno unitário total e complexo. Sendo a conduta uma totalidade, concebe-se que a manifestação em uma área, por exemplo mental ou de atuação no mundo externo, implique necessariamente as outras, no sentido de uma coexistência. Esta, entretanto, não exclui o predomínio de uma específica área em um dado momento ou a escolha de uma determinada área como objeto de atenção e estudo, que é justamente o que permite qualificar uma pertinência de condutas específicas a uma determinada área²⁸. Há, contudo, um ponto importante a ser afirmado, o qual diz respeito à possibilidade das manifestações nas três áreas se darem segundo modos coincidentes ou contraditórios. O que se pensa

²⁸ Pode ser conveniente recordar que trabalho com a idéia que Bleger (1977) adota, a partir de Pichon- Rivière, segundo a qual é adequado distinguir três áreas de manifestação da conduta, correspondentes aos fenômenos mentais ou simbólicos, aos corporais e aos de atuação no

pode, assim, estar em concordância com o que se sente e o que se faz, mas nem sempre. Condições humanas nas quais o simbolizado não coincide, por exemplo, com a atuação, caracterizam o que Bleger (1977) vai denominar dissociação da conduta. No âmbito individual, a dissociação é o dia a dia da clínica psicológica, enquanto, no âmbito coletivo, é o que explica que o discurso possa guardar uma relação bastante complexa com as práticas, que de modo nenhum é de causalidade exterior, oscilando entre a coincidência e a configuração contraditória de um estado dissociativo.

Quero, no momento, retomar a questão relativa ao modo de pensar a representação em função dos modelos teóricos escolhidos para pensar a conduta. Sabe-se que os modelos não são inócuos. Revelam concepções implícitas e condicionam a aceitação de consequências que trazem potencialmente consigo. São úteis, mas podem encerrar perigos. Se a intenção que preside sua concepção é sempre a de aproximação à complexidade fenomênica, é fundamental o reconhecimento de que podem afastar de uma visão mais condizente com a produção de um conhecimento efetivamente passível de ser colocado a serviço do ser humano.

Modelos fisicalistas do psiquismo, tais como as teorias tópicas e pulsionais, podem contribuir para a manutenção de crenças que, em última análise, favorecem uma visão isolada e abstrato do homem, que sustenta certas práticas enquanto abole outros. A “antipsiologia” seria,

— mundo externo, denominadas respectivamente áreas um, dois e três. As áreas marcam uma pluralidade fenomênica que tem sua unicade no fenômeno total e unitário da conduta humana.

portanto, adequada, na medida em que este tipo de construção evidencia a permanência num aquém da psicologia:

“Entre a física, ‘ciência da terceira pessoa’ , e a psicologia, ‘ciência da primeira pessoa’, não existe lugar para um ‘terceira ciência’ que estude os fatos da primeira pessoa em terceira pessoa, que, despojando-os de sua originalidade, quisesse seguir sendo a ciência especial que unicamente poderia justificar a relação que justamente rejeita” (Politizer, 1972, pg. 46).

Deste modo, torna-se relativamente fácil demonstrar como certos modelos psicanalíticos, concernentes em especial às tópicas e teorias pulsionais, podem contribuir para a manutenção de crenças que, em última análise, favorecem uma visão isolada e abstrata do homem que sustenta certas práticas e abole outras (Castelnuovo, 1992).

Se a representação for considerada como conteúdo de um aparelho psíquico coisificado, estar-se-á , obviamente, operando a um nível altíssimo de abstração. A abstração é inerente à construção do conhecimento, não há como negá-lo, mas deve ser mantida a níveis adequados, condizentes com os usos pretendidos. A psicanálise, como ciência humana, volta-se, primordialmente, para uma utilização clínica, no sentido mais amplo do termo, seja qual for o âmbito, individual ou coletivo, de usa concretização. Não vejo vantagem em disputar encima de termos, quando as idéias podem estar claras. Para mim, clínica é compromisso com o humano. Não tenho objeções a se chamar esta atividade de psicologia social, ou clínico- social. Os termos devem ser, a meu ver, instrumentos que colaborem com o viver e certas questões podem estar mais comprometidas com políticas e interesses

institucionais do que com qualquer outra coisa. De todo modo, concordo com Bleger (1977) quando defende o abandono de teorizações que façam apelo a objetos físicos para, em seu lugar, sejam propostos modelos mais próximos do mundo propriamente humano. A antropomorfização, ao nível psicológico de análise, é uma exigência e não uma falha. Conseqüentemente, ao reconhecer a coexistência, no interior da obra freudiana, de modelos fisicalistas e de modelos humanizados, Bleger (1977) decidiu-se, sem vacilação, pelos últimos.

Buscando explicar a emergência da metapsicologia abstrata, que todos reconhecem ter duvidosa utilidade no momento do encontro clínico, Bleger (1977) chama a atenção para o fato de que se torna possível apenas quando se opera um afastamento significativo entre o campo da experiência e a teorização. Em seus próprios termos, observa a existência lamentável de um divórcio entre a dinâmica teórica e a prática clínica, quando a psicanálise paga pesados tributos à inspiração fisicalista e abandona a dramática fundante do encontro.

“ Ao estudar a conduta de uma pessoa, a primeira aproximação da psicologia foi totalmente formal, classificando as características da atenção, memória, juízo, vontade, etc., mas com isso se reduz o fenômeno psicológico a seus elementos formais e se desencarna a conduta de seus elementos vitais, humanos, como parte do decurso de uma vida. Freud se coloca desde o começa de maneira totalmente distinta porque estuda o sintoma em sua relação com a vida do enfermo. Mas a única informação ‘de fora’ dos acontecimentos de sua vida, tampouco dá totalmente o sentido e a compreensão do sintoma; isto se consegue quando o sintoma é relacionado com os fatos tal como foram subjetivamente vividos, vivenciados, pelo enfermo, e o sintoma

fica explicado em função e como parte da conduta humana. É a isso que chamamos dramática que é, em última instância, a descrição, compreensão e explicação da conduta em função da vida do paciente, em função de toda sua conduta” (Bleger, 1977, pg. 112)

Em seu campo operacional, a psicanálise trabalha, evidentemente, em termos de dramática, na medida em que se conversa sobre nada mais nada menos do que a vida. Fatos, situações, vivências, acontecimentos humanos constituem o seu assunto e contexto. A dramática, enquanto vida humana, conjunto do que cada um faz e sofre ao longo de sua história, é, para Bleger (1958) a base fundamental da psicanálise. Entretanto, a metapsicologia faz uma indesejável transposição dos acontecimentos humanos para explicações baseadas em entidades abstratas:

“Tal é o caso se se diz que o paciente é agressivo ou afetuoso porque Tanatos predomina sobre Eros ou vice versa. A pessoa e os fatos humanos são substituídos por verdadeiros entes mitológicos: a diferença com a mitologia clássica radica em que esta última situa os deuses em um âmbito especial, o Olimpo, enquanto que a mitologia que se tornou dinâmica situa-os dentro de nós. Aparecemos como encarnações de enteléquias e o mundo resulta da exteriorização do movimento de tais enteléquias” (Bleger, 1958, pg. 116).

O enquadre dramático de estudo da conduta humana se define como o uso de experiências humanas para explicar e compreender

outras experiências humanas, sem apelo a forças ou aparelhos. Um exemplo pode esclarecer. Quando se pensa que as relações humanas derivam de pulsões, como encontramos na teoria clássica da libido, fazemos uma experiência humana derivar de uma abstração, o que é muito diverso de considerar o vínculo em termos de pura dramática, vale dizer, como experiência humana. O próprio Freud declarou, mais de uma vez, o propósito de se manter fiel ao que aqui se denomina enquadre dramático, sendo significativo que o tenha feito inclusive no contexto de proposta de compreensão de uma conduta psicótica :

“Haverei, pois, de declarar-me satisfeito se conseguir referir com alguma segurança o nódulo do delírio a uma origem em motivos conhecidos e humanos (Freud, 1911, pg. 673)

A abordagem dramática pode ser realizada de diferentes modos. Quando a utilizou, Freud ateve-se basicamente à experiência do passado infantil, constituindo um eixo histórico- genético de explicação. Entretanto, a investigação dramática não há que necessariamente privilegiar o passado, podendo ser realizada tanto em termos atuais como prospectivos. O que se há de observar sempre é a exigência metodológica de uso e conservação da descrição psicológica, como experiência ou acontecimento humano, sem recorrência a reducionismos neurológicos, físico- químicos ou metapsicológicos.

A meu ver, aqui estão delineadas idéias muito importantes. Em primeiro lugar, considero fundamental o reconhecimento de que a complexidade do fenômeno humano, inerentemente transbordante, não

seja passível de ser apreendida, em sua totalidade, nem pela psicanálise nem por nenhum campo do saber. Aquilo que o psicanalista pode captar está, de modo inevitável, seja na clínica- social ou no atendimento individual, localmente determinado pela experiência transferencial. Esta é, evidentemente, um encontro, que se dá em certo enquadre. Guarda, com todos os encontros humanos, a característica de acontecimento dramático (Bleger, 1958;1977), vale dizer, é sempre inerentemente impregnado de significado. Entretanto, contém sua especificidade, definida pelos objetivos do encontro, pelos papéis assumidos pelos participantes, pelos motivos que o presidem, etc.. A teorização, realizada a partir daí, deve operar a um nível de abstração que não é nulo mas condizente com seus propósitos.

Por considerar fundamental a fidelidade à perspectiva psicológica no entedimento e compreensão da conduta, opto por dar ênfase à dramática que implicitamente preside a concepção herrmanniana da representação, em vez de utilizar de modo direto a teorização freudiana sobre o tema. Volto, assim, dando prosseguimento à exposição, à cena de Aquiles correndo pelo campo de batalha, enquanto Homero interpõe uma longa e minuciosa descrição das cinco camadas gravadas em seu escudlo. Se imaginássemos um cineasta presente naquele exato momento, seria possível pensar na filmagem em termos de uma tomada próxima do próprio escudo, na qual poderia aparecer como objeto estático e recortado do contexto, à moda da percepções da paciente de Secheraye (1950). Se a câmara se afastasse suficientemente, revelando Aquiles e o campo da batalha, toda a movimentação, vozes humanas, sons e ruídos, outra seria a visão, o significado se restabeleceria. Certamente, o olhar do espectador convergiria indenticatoriamente para a figura do herói.

Lembro, então, que o escudo tem um sentido no contexto da batalha e esta naquele ainda maior da guerra e assim por diante. O herói teria sido presenteado por sua mãe, a ninfa Tétis, com um escudo que o deus coxo Hefesto fabricara e ornamentara com desenhos gravados em cinco camadas, que figurariam a terra, o mar, o céu, o sol e as grandes constelações, bem como cenas da vida humana, incluindo situações de paz e de guerra, agricultura, pastoreio, dança e música... Evidentemente, como objeto de defesa, o escudo dispensa as gravações. Entretanto, estas, além de enfeitarem-no, cumprem de modo evidente a função de sinalizar quem é e a que mundo pertence Aquiles, trazendo identidade e realidade dialeticamente indissociáveis.

Na situação analítica, o paciente traz suas representações. Fala do que pensa acerca das coisas e do mundo, revelando quem é. Fala de si, mostra em que mundo vive, qual é a sua realidade. A conversa entre analista e paciente vai incidir exatamente sobre as representações, enquanto vivem um encontro que é sempre misteriosamente transbordante em relação à comunicação representacional que aí tem lugar. No dizer de Ogden (1996), o encontro humano é inerentemente misterioso e comum:

“.. é a experiência de combater nossa auto- identidade estática por meio do reconhecimento de uma subjetividade (uma eu-dade humana) que é outra para nós. O confronto com a alteridade não nos dará descanso; essa percepção de outra eu-dade, uma vez registrada, não nos permitirá permanecer quem éramos e não poderemos descansar até termos de alguma forma aceitado seu ataque ao que fôramos antes de sermos interrompidos por ela.” (Ogden, 1996, pg. 3)

Assim, reconhecendo que a experiência humana, que é sempre coexistência, vida em comum, nos ultrapassa, vamos trabalhando a partir das representações, sejam elas conversas, poemas, gestos, rabiscos, desenhos ou qualquer outra produção humana. Todas as formas são modos de presentificação, que já estão, no momento mesmo em que são esboçados, superados pelo mistério e pela complexidade da coexistência de seres humanos historicamente enraizados. Existem muitos modos de aproximar-se do que acontece no encontro analítico, dada sua complexidade. Interessa-me, particularmente, focalizar dois aspectos: de um lado como se pode compreender o encontro e de outro como se pode entender o papel da representação neste encontro, não perdendo de vista o interesse pela transformação de representações e de vínculo com representações.

Um interessante modo de abordar o encontro analítico, fornecido por Ogden (1996), pode ser usado para compreensão aproximativa do encontro humano. Trata-se de concepção nitidamente inspirada na articulação dialética dos conceitos de transicionalidade e uso do objeto (Winnicott, 1971)²⁹. Nesta linha, acredita que no encontro o analista precisa estar preparado para “destruir” e “ser destruído” simbolicamente pela alteridade, de modo tal a não acontecer uma completa colisão de subjetividades, que levaria o par à loucura. Na dialética do encontro, o analisando não é objeto de uma investigação, mas sujeito participante, do mesmo modo como o analista não é um

²⁹ Winnicott (1971) entende que a sanidade é alcançada quando se pode experienciar a destrutividade pareada à sobrevivência do objeto, o que indica que este último existe fora da área de onipotência do sujeito.

mero observador. Existe, no vínculo criação/ destruição intersubjetiva, uma interdependência , que é experiência constitutiva da mutação/ permanência do que foram até aquele momento.

“O analista dá voz e participa da criação da experiência que é o passado vivo do analisando, e, dessa maneira, não só escuta sobre a experiência do analisando, mas vivencia sua própria criação desta. O analista não vivencia o passado do analisando; ele vivencia sua própria criação do passado do analisando gerada na sua vivência o terceiro analítico(...) Simultaneamente, o analisando vivencia seu próprio passado vivo como criado intersubjetivamente no terceiro. O analisando não vivencia novamente seu passado; o analisando vivencia seu passado como sendo criado pela primeira vez no processo de estar sendo vivido no e por meio do terceiro analítico. Trata-se, portanto, de um passado que só poderia ser criado por esse par analítico particular, por intermédio desse terceiro analítico particular. Na medida em que se trata de uma experiência vivida no e por meio do terceiro analítico, nunca se está absolutamente só consigo mesmo (e com a nossa experiência passada), já que nossa experiência está sendo criada com outra pessoa. Essa característica da situação analítica cria as condições para uma recontextualização fundamental de experiências do analisando, até então clivadas, impossíveis de integrar e de utilizar.” (Ogden, 1996, pg. 5)

Retomo aqui um uso livre o conceito de sujeito em Badiou (1993), compreendendo- o sobretudo como fidelidade a um evento que, quando autenticamente transformador, implica necessariamente, transformação

*do mundo, já que identidade e realidade são as duas faces solidárias de uma mesma superfície. Auto-representações estáticas, bem como visão positivista e ingenuamente realidade, são abandonadas em favor da assunção da vida como movimento e da subjetividade como descentramento em renovada produção, diferenciando-se nitidamente de concepções que simplesmente negam o sujeito*³⁰

A abordagem dialética do encontro aponta para questões interessantes. Seu ponto forte é, a meu ver, o reconhecimento de que se trata de um trabalho intersubjetivo, que transcorre no nível psicológico de análise (Bleger, 1977), mantendo-se como conversa sobre motivações e razões humanas, que se ligam a acontecimentos vitais. A idéia de que se recria o passado, entretanto, é discutível, se não for objeto de certa consideração, pois, como mostra Bleger (1977) a utilização de um enquadre dramático, que se mantém próximo à experiência do encontro, não implica, logicamente, apelo ao passado. Do que parece se tratar, mais exatamente, é da transformação do sujeito diante de suas representação, o que é bem diferente de dizer que em psicanálise se trabalha “com representações”. A verdade é que Ogden (1996) reconhece, afinal de contas, que o trabalho analítico visa combater a auto-identidade estática, vale dizer, um determinado modo do sujeito se vincular à representação. Como se dá este processo pelo qual as subjetividades se defrontam? Em que difere, como quer Ogden (1996), de todos os outros acontecimentos intersubjetivos humanos? Difere exatamente porque o analista fará uso do método psicanalítico,

³⁰ Entendendo que existe uma relação fundamentalmente dialética entre consciente e inconsciente, rejeito a concepção lacaniana que opera uma disjunção radical entre significante e significado, resultando na concepção de um sujeito “acéfalo” (Lacan, 1954). Concordo, assim,

“escutando”³¹ o paciente em campo diverso daquele usualmente em vigor no cotidiano, questão acerca da qual terei oportunidade de me deter no próximo capítulo. O efeito deste tipo de escuta será, exatamente, o combate a aderências representacionais que resultam na auto representação e na representação da realidade como naturais e essencialmente fixas e imutáveis.

Contrapondo à aderência, adição ou idolatria da representação, noções tais como as de uso e trânsito, parece fluir bem a evocação dos fenômenos transicionais e do objeto transicional, que, de acordo com a exata formulação de Winnicott (1951) não é bem o objeto, mas o modo como o objeto é usado³². Trata-se de uma importante distinção que, quando aplicada à questão das representações, pode resolver as aflições daqueles que, impressionados com as críticas ao representacionismo, imaginam ser possível voltarem-se contra a atividade representacional. Parece-me, no entanto, que o que se encontra em jogo são as formas vinculares através das quais as representações podem ser usadas. Como algo a ser reverenciado e cultuado a partir de posturas submissas ou como produções, escudos, que podem ser usados e, quem sabe, trocados? Neste momento vem misturar-se à imagem de Aquiles a do discípulo Zen que precisa aprender a abandonar a jangada após a travessia do rio, para poder subir desembaraçadamente a montanha. Talvez se esteja a caminho de ligar, individual e coletivamente, de modo mais verdadeiro com as

com Ogden (1996) quando afirma que sujeito lacaniano não é apenas descentrado, mas radicalmente desconectado.

³¹ As aspas visam ressaltar que o analista não trabalha apenas com o discurso verbal, mas com a conduta do paciente dramaticamente considerada.

múltiplas situações de vida, se não aderirmos demasiado defensivamente a representações específicas ou à própria atividade representacional. Entretanto, literalmente falando, abandonar a atividade representacional, além de impossível, seria remeter-se ao impensável, à loucura.

O oposto de uma adesão ingênua que idealiza a representação, não podendo sequer concebê-la como construção, é sua total desvalorização. São extremos igualmente perigosos. A idealização do pensar quer esquecer que o fenômeno humano é inerentemente transbordante, o que tem como consequência um amesquinhamento de que são vestígios as abordagens positivistas no campo das ciências humanas. Por outro lado, a desvalorização é suicida, inviabilizando até mesmo os discursos, evidentemente representacionais, que apregoam sua inutilidade. O desprezo ao pensar pode ter consequências nefastas, não há como se esquecer disto num país onde se deixa de reconhecer a importância do saber e a cultura são constantemente atacados, tanto por meio da negação de instrução a largos contingentes populacionais como pelos constantes obstáculos enfrentados pelas instituições voltadas à produção do conhecimento.

No contexto de um trabalho voltado para a distinção entre o sonho, a fantasia, o fantasiar e o viver, Winnicott (1971) mostra com muita nitidez que aquilo que se há de evitar não são a imaginação e o pensamento, enquanto condutas humanas, mas o uso dissociado da atividade simbólica, que a desvincula do vier autêntico.

³² Interessante esclarecimento neste sentido é fornecido por Grolnick (1993) quando relata a iniciativa de empresários americanos que, impressionados com a idéia de Winnicott, pensaram na possibilidade de *fabricar e vender objetos transicionais!*

Abordando a questão da transicionalidade, Hirschson e Copit (1997) perguntam pela possibilidade de constituição do sujeito que, como algo mais do que um conjunto de representações, seja capaz de esboçar um gesto verdadeiramente poético. Entendo que é necessário distinguir que a consideração do vínculo que o sujeito estabelece com a representação não implica, muito ao contrário, em reduzi-lo à sua autorepresentação. Penso que o homem parece ser apenas um conjunto de representações quando é abordado pela via do conhecimento intelectual dissociado. Entretanto, se não se perde vista que o homem é um ser do real, que se move a partir daquele setor sequestrado que se chama desejo, reconhece-se que ainda que só possamos saber daquilo que é fundante através do filtro representacional, que torna o real suportável como identidade/ realidade, não é o caso de esquecer que o que existe abaixo da superfície da representação é o mistério humano (Herrmann, 1998) . O escudo de Aquiles não voa ou paira, por si só, na travessia do campo de batalha. Aquiles, o ser humano, o empunha. Esquecer disto é loucura.

Acredito que possam acontecer visitas ao mistério da vida. Há modos mais dolorosos, porque desprotegidos, como a loucura. Há outros mais seguros, como a arte. A paixão é um forma arriscada, experiências de encontro podem ser mais seguras. A mística é, segundo alguns, uma trilha possível, que não ousa avaliar. Em todo o caso, penso que a arte, amplamente concebida a partir das concepções winnicottianas acerca viver criativo, possa ser um caminho favorável ao advento do gesto poético. É exatamente neste ponto que valorizo as formulações de Herrmann (1987) quando enfatiza a

necessidade de conhecimento e domínio do método como forma de conquista de liberdade criativa pelo analista. Algo semelhante se passa no campo das artes. O pianista que conhece o instrumento e a técnica pode, se estabelecer um vínculo inventivo com a realidade, alcançar a liberdade para criar. O poeta é poeta não por desconhecer o idioma. Analogamente, o conhecimento do método e de seus limites pode permitir ao analista um trabalho suficientemente solto e criativo que, pela via da experiência de expectativa de trânsito, permita ao analisando a liberação de um gestualidade autêntica, que se insere num modo de experimentar a vida que transcende as aderências e submissões a sistemas representacionais. Como o músico improvisador do jazz, que conhece as escalas por onde transita, de modo a poder deixar que o novo emergja, o analista conhecedor do método não se comporta como um aplicador de teorias prontas. Poderá, deste modo, permitir-se uma ação livre e inovadora pontuada por "... inúmeros movimentos distintos, aproximações e recuos, conversa e silêncio, interjeições e explicações, tantas serão suas atitudes quantas forem as formas evocadas pelo analisando" (Herrmann, 1987, pg. 19).

O brincar merece certa atenção na medida em que pode ser visto como a condição que funda a possibilidade de vinculação não submissa à conduta representacional e às representações particulares. As contribuições de Winnicott são preciosas porque chega a estabelecer uma teoria do brincar, em vez de simplesmente usar o brinquedo como um equivalente de comunicações verbais a ser decifrado em seu sentido verdadeiro. Quando a transicionalidade é abordada sem excessiva adesão à moldura desenvolvimentista, em que é geralmente alocada (Grolnick, 1993), o intejogo que se estabelece entre a mãe e o bebê, a partir da primeira mamada teórica, pode ser usado como

modelo dramático a ser transposto para o entendimento da condição humana. Vale a pena retomar uma formulação classicamente conhecida:

“Minha reivindicação é a de que, se existe necessidade deste enunciado duplo, há também de um triplo: a terceira parte da vida de um ser humano, parte que não podemos ignorar, constitui uma área intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que interrelacionadas. É costume fazer referência ao ‘teste de realidade’ e efetuar uma distinção clara entre apercepção e percepção. Reivindico aqui um estado intermediário entre a inabilidade do bebê e sua crescente habilidade em reconhecer e aceitar a realidade. Estou, portanto, estudando a substância da ilusão, aquilo que é permitido ao bebê e que, na vida adulta, é inerente à arte e à religião, mas que se torna a marca distintiva da loucura quando um adulto exige demais da credulidade dos outros, forçando-os a compartilharem uma ilusão que não é própria deles. Podemos compartilhar do respeito pela experiência ilusória e, se quisermos, reunir e formar um grupo com base na similaridade de nossas experiências ilusórias. Esta é a raiz natural do grupamento entre seres vivos.” (Winnicott, 1975, pg. 15).

Evidentemente, encontramos-nos diante de uma formulação altamente densa e sofisticada, que aborda questões que se articulam,

de modo complexo, abrangendo desde a concepção da realidade até a consideração da gênese e manutenção das associações humanas. Refere, inclusive, a idéia de que as identidades estejam inerentemente relacionadas à elaboração e compartilhamento de representações sociais, se forem entendidas, com o que concordo, como articulações discursivo-imagéticas de experiências coletivas.

Entretanto, um primeiro aspecto, a merecer detida consideração, refere-se à opção winnicottiana por representar essa dimensão vivencial, que denomina transicional e ilusória, como uma área ou lugar que se localiza entre duas outras. Trata-se, evidentemente, de uma metáfora tópica, não na linha da profundidade freudiana, mas de índole cartográfica, escolhida pelo menos parcialmente em função do autor ter-se mantido sempre interessado em manter uma interlocução fundamental com a tradição psicanalítica que, como se sabe, é profícua em metáforas de localização. Contrapor a dimensão transicional ao 'interno' e ao 'externo' pode ser facilitador do diálogo, na medida em que as representações psicanalíticas aludem a aparelhos e a lugares frequentemente. Ora, um problema inerente ao uso de representações é o risco de se ficar aderido a elas. O ponto é , para dizer concisamente, vir, em função da aderência, a equivocar-se em vez de apenas iludir-se, no sentido preciso que este termo assume na teorização winnicottiana.

Autores reconhecidamente entusiasmados com as idéias winnicottianas tem compreendido que suas teorizações espaciais , em contínua referência e tensão com as idéias freudianas e kleinianas, devem ser celebradas como uma terceira tópica (Lins, 1998), inscrita na teoria das relações objetais. Deste modo, enfanzando a importância do objeto externo, teria este autor reconstruído a noção de subjetividade

teorizando o self em inevitável complementaridade ao objeto, lançando as bases para o estabelecimento de uma metapsicologia intersubjetiva. Os diferentes espaços estariam povoados por objetos diversos: objetos subjetivos, transicionais e externos. Merece reparo o fato de que tal teoria se preste a um olhar de tipo positivista, que escotomiza a complexidade envolvida, podendo fazer uso de uma teoria de realidade meramente perceptualista. Ao contrário, a formulação do objeto transicional conduz à necessidade de revisão do realismo perceptualista que o positivismo pode acatar sem susto.

Apressadamente considerada, a reivindicação da terceira área pode ser interpretada como acatamento da teoria da realidade que fundamenta o artigo sobre os princípios do funcionamento psíquico (Freud, 1911). Entretanto, a teoria explícita da realidade, em Freud, é um tanto problemática, positivista e ingênua, enquanto, nas entrelinhas se pode captar uma visão mais sofisticada (Herrmann, 1997). Qual é a teoria da realidade de Winnicott? Sem pretender resolver esta questão, creio ser importante assinalar que se pode encontrar, em sua obra, pelo menos duas teorias: uma, que parece nortear a cartografia proposta, que visa não contestar o que é aparentemente aceito por seus pares, em adesão ao que em Freud está explícito, enquanto a própria conceituação dos fenômenos transicionais aponta para outra concepção, de índole assumidamente construcionista.

Evidentemente, não escapava a Winnicott (1990) o fato de estar tocando uma questão fundamental, ainda que fizesse suas colocações para psicanalistas contando com sua anuência no sentido de admissão indiscutível de dois tipos de realidade, a interna e a externa. Afinal, o freudismo, enquanto teorização universalizante da psique humana,

clamou, essencialmente, pelo reconhecimento da realidade psíquica. Deste modo, na última parte de um capítulo intitulado “Estabelecimento da relação com a realidade externa”, trata da “filosofia do real “ (Winnicott, 1990). Neste pequeno texto, composto por três reduzidos parágrafos, admite que o problema da existência do mundo natural independente do espectador humano é filosoficamente importante e aflitivo para o ser humano comum. Posto isso, volta-se para a “primeira mamada teórica” e para o contato inicial com a mãe, para, a partir daí, distinguir três destinos possíveis: o daqueles que tiveram experiências afortunadas, o dos que tiveram- nas medianamente afortunadas e o dos desafortunados. É só para o segundo grupo que o problema filosófico seguirá sendo tão vital quanto a subsistência física e a obtenção de amor, na medida em que vêm pesar sobre si o temor da perda da capacidade de se relacionar. Para os últimos, a situação seria tão grave que se constituem como candidatos ao desenvolvimento de uma doença esquizóide. Só os primeiros estariam de fato capacitados a manter a ilusão de que encontrarão, na realidade, aquilo de que precisam. Imagina o seguinte monólogo para aqueles que pertencem a esse grupo:

“Eu sei que não há nenhum contato direto entre a realidade externa e eu mesmo, há apenas uma ilusão de contato, um fenômeno intermediário que funciona muito bem para mim quando não estou cansado. A mim não importa nem um pouco se aí existe ou não um problema filosófico” (Winnicott, 1990, pg.135)

Como se vê, relaciona a sanidade e a capacidade de conviver ludicamente com o mistério da vida. Concordo com esta tese, mas acho fundamental rejeitar a idéia de que a fortuna possa ter sido decidida, de uma vez por todas, durante o período de lactação. Um mal início tem seu ônus. Esta noção deve ser enfatizada quando se está engajado em trabalho psicoprofilático, e atenuada quando se trata de atendimento psicoterápico.

Entretanto, a transicionalidade dá margem evidente para se pensar a realidade como produto da atividade humana, capaz de engendrar, a partir do espaço potencial, a realidade interior e a exterior, como representação bifacetada identidade/ realidade. Neste sentido, prefiro, particularmente, usar imagens não demasiadamente vinculadas à discriminação de espaços abstratos, que façam apelo fácil a diferentes conteúdos, sejam eles representações, de palavras ou de coisas, sejam eles objetos, subjetivos, transicionais ou externos, na medida em que se tornam facilmente apropriáveis desde uma visão positivista de ciência.

A transicionalidade permite uma revisão do vínculo que o sujeito estabelece com a conduta representacional. Existe uma dimensão da experiência humana onde se dá um brincar primordial e também o uso de símbolos, mediação pela linguagem e toda a vida cultural. Nesta dimensão não temos um homem mônada abrindo-se a custo para o mundo, sob a pressão da necessidade e a ineficácia da alucinação³³,

³³ Exemplo da persistência desta concepção, contrária ao que venho defendendo, apoiada em Bleger e Herrmann, é fornecido por Castoriadis (1981) quando diz: “*Creio que o que se tem inicialmente é uma espécie de mônada psíquica a-social e anti-social. Quero dizer que a*

mas o homem como gesto, cuja eficácia depende do movimento do outro.

Vale notar que a idéia de um espaço potencial não está inerentemente ligada à uma concepção propriamente cartográfica. Huizinga (1938), ao tentar definir em que consiste o brincar levanta, entre outras questões, o fato de tomar tempo e se passar em um lugar:

“A limitação do espaço é ainda mais flagrante do que a limitação no tempo. Todo jogo se processa e existe no interior de um campo previamente delimitado, de maneira material ou imaginária, deliberada ou espontânea. Tal como não há diferença formal entre o jogo e o culto, do mesmo modo o ‘lugar sagrado’ não pode ser formalmente distinguido do terreno do jogo. A arena, a mesa do jogo, o círculo mágico, o templo, o palco, a tela, o campo de tênis, o tribunal, etc., todos tem a forma e a função de terrenos, de jogo, isto é, lugares proibidos, isolados, fechados, sagrados, em cujo interior se respeitam determinadas regras. Todos eles são mundos temporários dentro do mundo habitual, dedicados à prática de uma atividade especial” (Huizinga, 1996, pg. 13).

A meu ver é bastante produtivo pensar o espaço potencial como um espaço de jogo fechado, entro do qual vigoram certas regras³⁴, a da

espécie humana é uma espécie monstruosa, inapta para a vida, tanto do ponto de vista psicológico como do ponto de vista biológico...”(pg.44)

³⁴ Alguns autores, entre os quais Pontalis (1975), que traduziu “O brincar e a realidade” para o francês, preocupam-se em distinguir play e game, enfatizando a presença ou ausência de regras.

vida humana. Os mundos da natureza e humano ocupam o mesmo espaço físico, mas são diferentes terrenos. Bleger (1977) a esta questão quando aborda o conceito de campo da conduta, distinguindo a existência de três campos: o geográfico ou ambiental, o psicológico e o campo da consciência, admitindo que o primeiro tenha uma existência autônoma ao humano, enquanto o campo psicológico já é o mundo humanizado. O ponto importante a ser assinalado é que a noção de espaço potencial talvez seja melhor entendida como mundo humano do que como território fronteiro. O mundo humano é complexo e nele diferentes regras podem vigorar em diferentes momentos. É aqui que creio ficar melhor a noção de campo, tal como é proposta por Herrmann (1991;1992). Afinal, a vida comum é um campo, ou conjunto específico de regras, onde prevalecem as chamadas leis do bom senso, que é como é conhecido o senso comum. Com certeza, grande parte das pessoas pensa que o melhor que pode acontecer é passar a maior parte da vida nesta dimensão. Entretanto, jogar apenas este jogo ao longo da vida é, evidentemente, empobrecedor, enquanto não poder participar dele nunca é trágico.

Deste modo, pode-se pensar as contribuições de Winnicott (1951;1971) incluindo-as numa visão construcionista que permite uma releitura da realidade externa como realidade compartilhada, cultural e representacional, que não é onde vivemos durante algum tempo, mas onde vivemos o tempo todo. Nosso é um mundo transicional, sendo a

Não concordo com a importância que atribuem a esta distinção, pois os chamados jogos livres não se caracterizam exatamente por ausência de regras, mas pelo fato de estarem presididos por um sistema de regras que tem certa frouxidão como norma. Um bom exemplo é o Jogo do Rabisco, que não deixa de ter suas regras. Quem já tomou chá “de brincadeira” sabe que existem regras. Quando Winnicott pede, em variadas ocasiões, que não se tente resolver certos paradoxos, está, de certo modo, solicitando respeito às regras.

vida humana evidente travessia cercada de indagações e mistérios. Não significa adotar um construcionismo radical que negue a autonomia do real³⁵, mas a admissão de que só podemos ter um acesso “filtrado” ao real, através da realidade. Então, é compreendendo a realidade como construção representacional, cuja gênese deve ser buscada no espaço potencial, que se pode fazer um melhor uso das contribuições de Winnicott (1971), entre as quais encontramos delicadeza e poesia, como quando, dirigindo-se a jovens mães, recomenda a apresentação da realidade “em pequenas doses” e de modo tal a permitir a experiência de ilusão (Winnicott, 1957), que torna a vida humana um pouco mais fácil. Esta realidade que a mãe apresenta é, certamente, o mundo humano e nunca a face terrível e silenciosa de espaços desumanizados onde o evento eterno são as agonias impensáveis.

Quando Winnicott (1957) fala de apresentação da realidade em pequenas doses, não está pensando em uma mônada adormecida que vem a ser despertada pela violência da necessidade não passível de ser alucinatoriamente aplacada. O que tem em mente me parece diverso, uma vez que concebe a vida do bebê como uma sucessão de experiências absolutamente radicais e intensas, que pode ser tida como uma versão do reino freudiano do contágio afetivo (Freud, 1921). A experiência ilusória permitiria à criança suportar a intensidade de sua experiência emocional. Conquanto refira-se ao bebê, claro está que se pode perfeitamente transpor estas idéias para a compreensão da condição humana, na medida em que a representação pode ser aquela superfície ilusória que permite que tenhamos acesso protegido e

³⁵ Significa talvez apenas tentar se encaixar entre os mais afortunados bebês de Winnicott (1990) que não se importam com isso.

filtrado ao real. A ilusão é fundamental para que se possa viver de acordo com a realidade consensual, esconjurando a loucura, vale dizer, o desmesurado, o desproporcional, o infinito das agonias impensáveis. Entretanto, no mesmo movimento dialético, o contato com o real pode ser estabelecido, transicionalmente, através da vinculação lúdica com a atividade representacional.

As idéias de Winnicott são, como não poderia deixar de ser, construção representacional que visa dar conta de acontecimentos clínicos. Malgrado suas limitações, apresenta aspectos verdadeiramente inovadores, entre os quais ressaltei, para efeitos do que aqui interessa, a ênfase que dá à relação eminentemente lúdica, criativa e construcionista que o homem mantém com a realidade. Tais idéias podem ser usadas para repensar as teorizações de Herrmann (1992) acerca do valor da representação como 'invocação- exorcismo' do real.

Para Herrmann (1991) o real, enquanto produção incessante do ser, é inapreensível. O real humano é produção de sentido, inerentemente transbordante. A realidade é construção e corresponde a uma das faces da representação. Seu avesso é a identidade, que é representação do desejo. A meu ver, estas são formulações teoricamente prudentes e límpidas. Podem ser consideradas metafísicas, à condição de se lembrar de que se trata de uma metafísica sui generis, que se alicerça em solo psicanalítico, extraída que é do próprio método.

Em termos explícitos, Winnicott parece distinguir diferentes tipos de realidade , a interna, a externa e a transicional. Desta última brotaria

a cultura humana, a arte e a religião, herdeira que é das experiências ilusórias e do brincar infantil. A realidade externa muitas vezes parece vinculada a um positivismo perceptualista. Entretanto, o termo real é empregado para designar um sentimento, um tipo especial de vivência, que parece se relacionar basicamente com a experiência de sentido, uma espécie de avesso do que se pode chamar de experiência da vida enquanto absurdo. Real corresponde a sentir-se vivo, por oposição a meramente sobrevivendo. Estamos aqui num campo muito mais poético do que propriamente teórico.

Entretanto, parece, como vimos, que o real herrmanniano aproxima-se do que, no texto de Winnicott, aparece sob a designação de agonias impensáveis. As contribuições de ambos podem ser articuladas, de saída, porque estar vivo é, claramente, uma alusão ao fato de estarmos, em última instância, ligados ao reino do contágio e das intensidades, no qual mergulhos diretos levam à perda dos contornos identitários. Por outro lado, todo corte radical de comunicação com esta dimensão do ser nos lança num cotidiano insosso e normótico que, no extremo, deságua na perda de sentido. A realidade, tendo a identidade como avesso, é a construção que permite invocar- exorcizar o real impensável da condição humana.

O real penetra a obra de Winnicott (1963) através das agonias. No texto, que preparou para prefaciar “O Brincar e a realidade”, Pontalis (1975) considera que “Fear of breakdown” é o complemento e arremate primoroso de uma obra certamente original. A tese central do artigo é a de que o colapso temido no futuro já aconteceu, sem ter sido simbolizado. Não se trata, portanto, de um trauma oculto na memória, nem de algo que tenha sido objeto de recalçamento ou de clivagem, em

suma, não aceita que os conceitos psicanalíticos clássicos possam dar conta do tipo de ausência implicada neste medo. Para Pontalis (1975), o ponto fundamental é o reconhecimento de Winnicott (1963) de que o que vai determinar o funcionamento psíquico e o pensamento é justamente aquilo que é impensável.

“Aquilo que não foi vivido, experimentado, aquilo que escapa a toda possibilidade de memorização está no âmago do ser (...) Ou ainda: a lacuna, o branco, são mais reais do que as palavras, as lembranças, as fantasias que tentam recobri-lo ” (Pontalis, 1975, pg. XII).

No pensamento winnicottiano, o colapso é a possibilidade de enlouquecimento, que se expressará pelo temor às agonias primitivas: retornar à não integração, à não personalização, à não realização e à não vinculação com os objetos³⁶, em relação a que a enfermidade psicótica, propriamente dita, constitui uma defesa. Novamente, no entanto, alocando o que observa numa moldura desenvolvimentista e individualista, Winnicott (1963) parece fazer referência a pessoas menos afortunadas que teriam recebido maternagem pouco adequada. A solução proposta será o oferecimento de uma oportunidade de viver, na transferência, na reação às falhas e equívocos do analista, a agonia que no passado teria acontecido sem ter sido experienciada.

Penso, entretanto, que este fenômeno clínico poderia receber outras leituras. Aquilo que é atribuído à maternagem deficiente não

³⁶ O vínculo com o objeto exige uma mínima diferenciação eu- não/eu.

poderia ser pensado como questão humana nova e presente, em variados graus e modos, na vida de todos? De um certo modo, é o que Winnicott (1963) admite, de passagem, quando comenta que o medo do enlouquecimento pode indicar a existência de fenômenos universais, o que coteja com a observação de que todos conhecem a insanidade, mesmo que cada detalhe dela possa não nos estar incomodando.

Numa outra perspectiva, também é possível pensar que o aparecimento deste medo seja produto do próprio caminhar da análise, uma vez que parece ser mais comum “após o tratamento haver efetuado considerável progresso” (Winnicott, 1994, pg. 71). Ou seja, será que, em função do próprio andamento do processo analítico não se chegaria a bordear os limites da representabilidade e a vislumbrar, em consequência, a possibilidade da loucura? Evidentemente, não é preciso estar em análise para enlouquecer, mas certamente na análise, como processo de desestabilização de representações, podem acontecer acidentes. O apelo a uma explicação do tipo falha ambiental, transferencialmente reeditada, forneceria uma moldura ilusória, mas simbolicamente eficaz (Secheraye, 1950) no sentido de conter o processo. Entretanto, não permite uma conclusão acerca da plausibilidade da construção desenvolvimentista.

Em todo o caso, o que aqui mais interessa é tanto o achado clínico referente ao temor do enlouquecimento, bem como o assinalamento de uma impossibilidade de continência representacional. A hipótese que atribui a etiologia à incapacidade do lactente é psicanaliticamente palatável. Por outro lado, é possível pensar que outras situações, em diferentes momentos da vida, possam colocar o indivíduo em contato direto demais com o impensável, sem que tenha

havido deficiência ambiental no início da vida. Em todo o caso, o que a prática psicanalítica parece demonstrar é que, como construção, a representação é relativamente frágil.

Uma interlocução com Safra (1996^a;1996b) parece desejável. Suas teorizações sobre a transicionalidade ultrapassam de modo criativo as leituras desenvolvimentistas mais limitadas do texto winnicottiano, o que lhe tem permitido declarar-se como autor pessoalmente comprometido com o “assassinato de Winnicott” (Safra, 1999b), em honra a seu espírito avesso a dogmatismos e servilismos de toda sorte. É assim que tem assumida uma postura crítica no que se refere ao que denomina uso sistematizado do pensamento de Winnicott, atendo-se a utilizar as formulações referentes à relação mãe-bebê apenas como referência, sem desconsiderar que há que se compreender o homem sem reducionismos, a partir de sua dimensão sociocultural, com o que estou de pleno acordo. Deste modo, fundamentado na atividade clínica, reconhece que as problemáticas contemporâneas talvez já não sejam as mesmas que suscitaram a reflexão de Winnicott, o que, evidentemente, vai exigir, para além de qualquer simpatia ou adesão eventual, novas teorizações.

Em seus trabalhos, Safra vem tematizando particularmente a experiência estética, compreendida não apenas no sentido específico da criação artística, mas como algo precisamente referido à sensorialidade e inerentemente presente no encontro entre seres humanos. Liga, então, o estético à possibilidade de experiências que possam transformar a vida, o que, a seu ver, introduz a consideração do sagrado como dimensão essencial diversa da religião:

“O sagrado se encontra na intimidade, se encontra na solidão, se encontra na morte... O sagrado se encontra no indizível...” (Safra, 1999, pg. 6)

Entendo que o sagrado, em seu vínculo essencial com a sensorialidade e a não representabilidade, evoca sentidos que nos remetem ao reino do contágio afetivo e do mistério, vale dizer, ao real, dos quais nos protegemos através da atividade representacional. Concebida como defesa, ou mais precisamente, como filtro, é através dela que “evocamos- exorcizamos” (Herrmann, 1992) o que não tem medida, o que não tem fim, o que anula todas as diferenciações que permitem a manutenção da identidade/ realidade.

Em função de sua leitura de Langer (1947), Safra (1996) vai diferenciar representação e simbolização, reservando ao primeiro termo uma significação achatada, que o limita, aparentemente, à linguagem discursiva cotidiana e ao pensamento positivista na filosofia e na ciência. Sabe-se que o cotidiano é o campo que tem como pressuposto o sentido único da palavra (Herrmann, 1991) e que opera procedendo a uma redução de sua equivocidade inerente. Entretanto, é importante não confundir o campo cotidiano, que opera redutoramente, com uma análise mais acurada da linguagem verbal. Provavelmente usando o termo representação sob uma acepção restritiva, Safra (1996) pode afirmar que quando ocorre o que denomina “uma articulação de formas simbólicas em campo sensorial” tem lugar uma verdadeira ultrapassagem da dimensão representacional. Entretanto, se

estivermos usando o conceito, desde uma concepção mais ampla, que engloba sob o termo representação desde a conversa cotidiana até as articulações simbólicas em campo sensorial, certamente concordaremos em admitir que o que há que ser superado não é a representação em si mesma mas um determinado tipo de uso dissociado da representação, que conspira contra o reconhecimento da essência significativa e dramática da vida.

Entretanto, seguindo sua linha de pensamento, Safra (1996), referindo-se ao trabalho de Lévi-Strauss sobre a eficácia simbólica, lembra que o curandeiro usava mitos e objetos culturais, a partir dos quais se constituía uma linguagem capaz de possibilitar a expressão de estados psíquicos que não seriam formulados de outro modo. A idéia é a de que o discurso por encadeamento conceitual não teria poder transformador. Prosseguindo nesta linha, Safra (1996) vai entender que os símbolos diferem das representações, indicando que o objeto transicional é o que vai introduzir o bebê na possibilidade de uso de símbolos:

“O objeto transicional é a primeira possessão não-eu e o primeiro acesso ao símbolo. A criança, mesmo não alcançando os fenômenos transicionais, poderá eventualmente utilizar-se de símbolos. Porém, segundo Winnicott, a aceitação de símbolos será deficiente, o que acarretará empobrecimento da vida cultural (...) Podemos compreender o objeto transicional como um objeto parcial, o seio, por exemplo; como uma representação do self da criança ou ainda como uma representação da mãe. No entanto, ele não pode ser reduzido a qualquer desses elementos. Tem importância em si, na medida em que possibilita uma organização, uma articulação simbólica na experiência da criança” (Safra, 1996, pg. 71)

Em termos do desenvolvimento da capacidade simbólica, o objeto transicional poderia ser visto como um proto- símbolo, que emerge no campo da transicionalidade como articulação de recortes da sensorialidade da criança. Todo um processo desenvolvimental correria, portanto, paralelo à aquisição da linguagem verbal. Pessoalmente, tenho dúvidas acerca deste tipo de divisão, que levaria a considerar que as diferenças essenciais seriam encontradas no tipo de representação, verbal ou não verbal, e não modo como se faz a vinculação entre o sujeito e o símbolo ou representação. Neste sentido, considero fundamental resgatar a visão winnicottiana segundo a qual o que importa não é o objeto, mas o uso do objeto. Nestes termos, entendo que o achatamento da dimensão verbal corresponde a um determinado tipo de uso representação, característico do campo do cotidiano. Creio que a forma mais precisa de se referir a este tipo de uso, que abole a equivocidade da palavra, seja uso dissociado da palavra. Para mim é claro que o campo do cotidiano pode reduzir qualquer símbolo ou representação, verbal ou imagética, através da dissociação, no sentido da abolição da equivocidade do símbolo.

Deste modo, posso concordar com Safra (1996), quando se apóia em Langer (1947) acerca da diferenciação entre símbolos discursivos e apresentativas, apenas com a condição de que se perceba que o que os diferencia é o modo de uso e não o fato de se darem de modo sucessivo ou simultâneo. Pode-se, de fato, distinguir dois tipos de uso, que eu prefiro denominar dissociado e dramático, entendendo que o que está em questão, no movimento dissociativo, é a separação entre o vivido e o simbolizado ou representado, como se uma espécie de

desequilíbrio se tivesse introduzido na função representacional de invocação/ exorcismo do real, fazendo a balança pender excessivamente para o lado exorcista.

A bem da clareza, pode ser interessante retomar o pensamento de Langer (1947), que parte do reconhecimento de que formas sensoriais são passíveis de articulação, vale dizer, de combinações tais como a palavra, vai chamar a atenção para o fato de que não podem ser utilizadas discursivamente, vale dizer, apresentando seus componentes de forma sucessiva, mas de modo simultâneo, passível de ser captado em um único ato de visão. Claro está que a autora pensa a sensorialidade em termos plásticos, excluindo a materialidade musical. Uma transcrição importante pode ser esclarecedora:

“Agora, consideremos a espécie mais familiar de símbolo não discursivo, um quadro. Como a linguagem, compõe-se de elementos que representam vários componentes respectivos do objeto; mas estes elementos não são unidades com significados independentes. As áreas de luz e sombra que constituem um retrato, uma fotografia, por exemplo, não possuem significação por si. Isoladas, considerá-las-íamos simplesmente borrões. Todavia são representantes fidedignas de elementos visuais que compõem o objeto visual. Entretanto, não representam, item por item, aqueles elementos que tem nomes, não há um borrão para o nariz, outro para a boca, etc.; suas formas, em combinações assaz indescritíveis, transmitem um quadro total no qual é possível salientar feições nomeáveis. As gradações de luz e sombra não podem ser enumeradas. Não podem ser correlacionadas, uma a uma, com partes ou características, mediante as quais nos seria dado

descrever a pessoa que posou para o retrato. Os ‘elementos’ que a câmara representa não são os elementos que a linguagem representa. São mil vezes mais numerosos. Por esta razão a correspondência entre um quadro de palavras e um objeto visível nunca pode ser tão estreita quanto aquela entre o objeto e a fotografia. Dada de pronto ao olho inteligente, incrível riqueza e pormenor de informação são transmitidos pelo retrato, no qual não precisamos nos deter a fim de construir significados verbais. Daí porque empregamos a fotografia, em vez da descrição, em um passaporte, ou na galeria de retratos de delinquentes” (Langer, 1989, pg. 102)

Desconsiderando, de saída, o problema que a música e a poesia trazem para este tipo de concepção, em função de sua óbvia natureza sucessiva e temporal, alguns comentários devem ser feitos. A análise desta extensão citação parece suficiente para demonstrar que uma certa imprecisão de termos pode estar originando um certo mal entendido. É evidente que a linguagem pictórica e visual difere do discurso verbal, como magistralmente demonstrou Freud (1900). Entretanto, o fato de se poder fazer tal reconhecimento não deve levar, de imediato, a concluir que os chamados símbolos apresentativos não sejam, eles também, produtos da mesma capacidade representacional humana. A meu ver, apenas uma posição positivista, ingenuamente tributária do campo do cotidiano, levaria a supor que, por contraposição aos símbolos apresentativos, os símbolos verbais estivessem inerentemente isentos da equivocidade que os caracteriza (Herrmann, 1991). Somente quem pudesse crer na existência de significados pré-existentes a toda experiência, “significados- coisa” alojados em algum espaço, dos quais a representação seria a cópia fiel, pode adotar uma

visão que possa entender o verbal de modo tão empobrecido. Diga-se de passagem, a invenção do método psicanalítico se deve exatamente a esta equivocidade, e não consiste, de modo nenhum, na busca do significado verdadeiro de uma comunicação, mas de uma abertura à multiplicidade de sentidos inerente a todo discurso ou conduta humana. É na conversa cotidiana que a ilusão do sentido único das palavras tem lugar de modo soberano. Entretanto, na visão positivista da ciência, esta ilusão ocupa um lugar muito grande. Nesta linha é bastante instrutiva a comparação de Herrmann (1991) entre interpretação psicanalítica verdadeira e execução verdadeira de uma composição musical. Em ambos os casos, verdade não significa univocidade e adequação do intelecto a um objeto alheio e pronto, mas criação e apropriação de aspectos essenciais da composição ou da condição existencial do paciente, facilitando a abertura de novas possibilidades de pensar-se, de ser e de viver.

A meu ver, a questão não diz respeito ao estabelecimento de distinções a partir da modalidade sensorial envolvida ou do uso da palavra, ainda que seja evidente que diferentes modos de expressão, como uma conversa cotidiana, um poema, um quadro, um arranjo floral ou uma composição musical, sendo todas manifestações da complexidade da conduta humana, revelem especificidades que talvez facilitem ou dificultem a expressão dos múltiplos aspectos da experiência humana. Em todo o caso, não é mesmo nova, na psicanálise, a noção de que o simbolismo é um modo de representação indireta e figurada de uma idéia, de um conflito ou do desejo (Laplanche e Pontalis, 1967). O ponto é que a distinção há que ser feita em outro registro, vale dizer, do uso da representação segundo modos dissociado ou não dissociado do viver. Resgatando-se a

questão do uso e da vinculação, a partir da formulação winnicottiana básica sobre os fenômenos transicionais, pode-se pensar na instauração de usos mais flexíveis e criativos das representações como meta essencialmente condizente com o espírito do método psicanalítico, esteja posto a serviço do indivíduo, na clínica psicanalítica, ou do coletivo, em processos de formação profissional, como o que no momento nos ocupa, ou em outras modalidades de pesquisa- intervenção social.

E aqui deve-se lembrar que seguidas vezes Winnicott (1949,1965,1968 e outras) abordou diretamente a questão da representação, em contextos comprometidos com preocupações clínicas referentes ao que veio denominar “exploração do intelecto”. Neste contexto parece estar se referindo à representação em sentido bastante estrito, como conteúdo psíquico que deve ser alocado, e não no sentido mais amplo através do qual se aproxima das noções de símbolo e metáfora, o que não nos impede de realizar uma leitura mais abrangente.

Em seus próprios termos, aponta a possibilidade de dois usos da atividade representacional pela criança, um deles adequado e outro defensivo. Deu mais atenção ao fenômeno da exploração do intelecto secundária à ocorrência de uma grave falha materna, considerando que o intelecto não sobrecarregado precocemente pelo cuidado do indivíduo possa ser criativamente usado na busca do conhecimento do mundo e de si mesmo. Atribui, portanto, importância da atividade representacional, como capacidade que, quando não dissociada do sujeito, possibilita um melhor manejo da vida. Mesmo que não se esteja disposto a aceitar a explicação invocada acerca da falha

materna, o fato é que o autor parece estar se referindo a uma questão com a qual o clínico cotidianamente se defronta, vale dizer, como é que o paciente faz uso da capacidade intelectual. De um certo modo, o que se encontra, novamente, é a possibilidade de uso dissociado ou não dissociado do intelecto, fenômeno observável em indivíduos, mas que talvez seja, simultaneamente, algo mais amplo, na medida em que parece refletir o positivismo, que, como sabemos, ainda exerce profundas repercussões no pensamento científico e no senso comum.

Diz Bleger (1977) que a análise positivista conduziu, no âmbito da psicologia, a uma série de classificações e divisões, que resultaram em formalismo, abstração e “realismo”. Tradicionalmente, o intelecto e o afeto tem sido considerados esferas distintas. Entende-se que é intelectual todo o contato, relação e manejo dos objetos que se realiza de forma simbólica, em estado de preservação do juízo de realidade. Quando este falha, passa-se ao domínio do delírio. Por outro lado, o afeto é tradicionalmente visto como algo oposto ao intelecto, que pode levar à sua desorganização e ao descontrole da personalidade. Bleger (1977), entretanto, salienta que o afeto é sempre uma conduta, que tem organização própria, que inclui um vínculo, e não apenas um grau de desorganização da conduta intelectual. Deste modo, intelecto e afeto são abstrações colocadas em lugar de condutas que tem formas diversas de organização, sendo aspectos da experiência que coexistem com grau variável de predominância de um ou outro.

Então, o ideal de funcionamento intelectual dissociado da vivência afetiva concomitante e abstraído da dramática vital, que pareceriam contaminá-lo, corresponde a um modo particular de se pensar a condição humana, extremamente valorizado, mas de nenhum modo

essencial. No contexto deste ideal, o vínculo com a representação, enquanto produto da atividade dissociada, exige submissão e reverência. Existiriam representações verdadeiras, a reclamar completa submissão, sob a ameaça de atribuição de um rótulo diagnóstico, e representações falsas, que o bom senso mandaria rejeitar. Os afetos deveriam ser sempre amornados, para que “a cabeça fosse mantida no lugar”. Tudo isso forma um conjunto extremamente coerente, que torna a vida muito prática mas tediosa e sem sentido.

Fica, assim, evidente, que existe um modo dissociado de lidar com as representações, que é essencialmente defensivo. A psicopatologia, ao permitir a observação de fenômenos em que um certo exagero se expressa, pode ser extremamente instrutiva. Assim, Winnicott (1971) ao estudar o sonhar, o fantasiar e o viver, em analisando que facilmente entram em estados dissociados, pode fornecer interessantes idéias para se pensar estas questões. Afirma, a partir de exame cuidadoso de um caso clínico:

“Com inesperada clareza, percebeu-se que, enquanto sonhar e viver pertenciam à mesma ordem, o devaneio era de outra ordem. O sonho ajustava-se ao relacionamento com objetos do mundo real, e viver no mundo real ajustava-se ao mundo onírico, por formas que são bastante familiares, especialmente a psicanalistas. Em contraste, porém, o fantasiar continua sendo fenômeno isolado³⁷ a absorver energia, mas sem contribuir quer para o sonhar quer para o viver. Até

³⁷ Os gifos são meus.

certo ponto, o fantasiar permaneceu estático durante toda a vida dessa paciente...”(Winnicott, 1975,pg. 45)

Concebe, portanto, o fantasiar como uma atividade mental dissociada, que impedem-na de viver como uma pessoa total. Entretanto, o mais importante é sua afirmação, em relação a determinadas comunicações da paciente, no sentido de que “... poderiam constituir uma investigação imaginativa do mundo e do lugar onde sonho e vida são a mesma coisa... “(pg. 46). Entretanto, tais ocorrências eram usadas de um modo diferente, desconectado da vida:

“No fantasiar, o que acontece, acontece imediatamente, exceto que não acontece”. (Winnicott, 1975, pg. 47)

Ou seja, é o modo como a paciente se vincula à capacidade representacional e imaginativa que vai determinada se nos encontramos ou não diante de uma dissociação. Chega-se, assim, a um ponto interessante. Parece que a vida oscila, deste ponto de vista, entre dois tipos de dissociação: a dissociação a serviço de não viver, ou dissociação propriamente dita, e a dissociação lúdica, que permite suportar as incerterzas da vida e o estabelecimento de vínculos flexíveis com as representações, o que se pode denominar um viver transicional.

Considerando que a simbolização já intervém na criação do objeto transicional, Goldstein (1997) fornece idéias importantes para a

concepção de que o modo como a representação é usada é fundamental:

“O característico ‘como se’ que preside os fenômenos transicionais parece ser o protótipo do conceito que, em parte imaginário e em parte perceptual, sustenta a simbolização verdadeira, a sublimação e os vínculos com significação emocional prazerosa - que se trate de vínculos com idéias (ideologias), com coisas (talismãs, objetos protetores, objetos de criação artística), que se trata de pessoas (ídolos, magos, figuras protetoras”. (Goldstein, 1997, pg. 137).

Temos aqui pistas que indicam que o vínculo não dissociado é prazeroso exatamente porque é lúdico. Ou seja, ou nos relacionamos de modo “sério” e dissociado com a representação, e ela fica notavelmente achatada e empobrecida, ou fazemos um vínculo presidido pelo lúdico. Nesta segunda hipótese, ainda que a representação não perda a característica de filtro redutor, ainda mantém seu poder de evocação preservado. Como filtro, tanto obscurecem como revelam. Nossos olhos não suportam impunemente uma contemplação direta do sol, mas uma chapa fotográfica pode permitir a observação de um eclipse. Analogamente, impedidos de entrar em contato direto com o real, é possível que, ao ser obscurecido pela representação, possa revelar-se, de modo humanamente suportável.

Reca (1973) indica que a emergência do significado tem lugar no contexto do vínculo humano. Enfatiza que os símbolos existem na

experiência e nunca fora dela, concebendo-os como processo de transformação da experiência. Nesta linha, não se lida apenas com o sujeito da representação, enquanto a representação, sim, é conduta do sujeito. Bleger (1977) entende que é fundamental o retorno, em psicologia, ao ser humano, uma vez que não se estuda a psique ou a representação, dissociada e abstraidamente pensadas, mas a conduta .

Sendo essencialmente social, o sujeito humano desenvolve a capacidade para atividade representacional no interior da rede vincular que o constitui. Então, trata-se, em termos de enquadre de estudo, de evitar resolutamente a dissociação entre conduta e sujeito, entendendo a representação como um recorte metodológico necessário ao estudo da conduta, sem perder de vista que ontologicamente se lida com uma totalidade. Assim, as representações surgem profundamente entrelaçadas com a dramática da vida, individual e/ou coletivamente considerada. Não se pensa, simplesmente, pensa-se vivendo. Em última instância, não existem representações sociais, substancialmente falando, do modo como alguns teóricos pensam. O que existe de fato são as pessoas e as coletividades, imersas na dramática da vida.

Teoria dos Campos, Procedimentos Projetivos e Representações
Sociais

Certa vez, quando Luiza Erundina era prefeita da cidade de São Paulo, fui convidada por Araci Nallin³⁸, então coordenadora de um projeto relativo às pessoas deficientes, a fazer um trabalho com profissionais da Secretaria Municipal de Higiene e Saúde. Uma interessante situação se observava naquela ocasião. Os movimentos representativos de pessoas deficientes tinham obtido alguns ganhos, entre os quais se encontrava o reconhecimento de seu direito a receber atendimento em unidades de saúde abertas ao público em geral, toda vez que sua condição não exigisse cuidados especiais. Deste modo, um cego passava a poder ser atendido, como qualquer pessoa, pelo dermatologista da unidade mais próxima à sua casa, ou um paraplégico podia buscar atendimento oftalmológico mais acessível, como qualquer cidadão, rompendo a prática usual de encaminhar todos os deficientes para alguns serviços específicos, na cidade, fossem quais fossem suas queixas num dado momento. Entretanto, a alegria inicialmente provocada pela nova medida se viu rapidamente diminuída quando se constatou que os trabalhadores de saúde, médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, etc., negavam-se a prestar atendimento, ou faziam-no a contragosto, quando o paciente era portador de deficiência física ou sensorial. Os movimentos foram pegos de surpresa por esta reação, bem como o programa de atendimento, que tinham, até então, imaginado que os profissionais universitários, pelo seu esclarecimento, não oporiam qualquer resistência. Tratava-se, contudo, de uma questão coletiva que, evidentemente, tinha a ver com o modo como representavam a pessoa deficiente. O que acontecia é

³⁸ Araci Nallin, de saudosa memória, apresentou uma brilhante tese de mestrado ao Instituto de Psicologia da UPS, intitulada “Reabilitação em Instituição: Suas Razões e Procedimentos”, que foi posteriormente publicada pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Esse trabalho é hoje considerado uma referência básica em seu tema.

que, malgrado seu reconhecimento teórico dos direitos destas pessoas, em sua qualidade de cidadãos, não queriam atendê-los. A medida era justa, mas , no que se referia aos profissionais, declaravam-se simplesmente acostumados com outra clientela.

Tanto a coordenadoria como os movimentos queriam que as representações dos profissionais fossem transformadas, com o objetivo de modificar as práticas associadas. Percebiam, contudo, que o discurso dos profissionais era *em tese* favorável à medida, mas que isto não implicava aceitação do atendimento que lhes era proposto. Concordei em realizar um trabalho no sentido de elucidar o inconsciente relativo das representações, explicando que não me propunha a convencê-los a aderir a outras representações.

Na primeira fase do trabalho, que foi objeto de uma publicação (Tofolo, 1994) , reuni um grupo de quase trinta profissionais, provenientes de diferentes serviços. Após um trabalho de aquecimento grupal, solicitei-lhes que se dividissem em pequenos grupos e que, num prazo de vinte minutos, inventassem e ensaiassem “peças de teatro” sobre o atendimento a uma pessoa portadora de deficiência, a serem apresentadas ao grupo total. Realizadas as apresentações, que provocaram risos e manifestações diversas, em clima descontraído, o grupo passou a conversar envolvidamente sobre os temas abordados. Nesta altura, tanto o trabalho em pequeno grupo, como a apresentação e assistência das “peças” provocava uma participação nitidamente mais solta, de modo geral. Nas dramatizações tinham sido trazidas situações nas quais os pacientes eram vistos sempre como congenitamente afetados e incuráveis, comportando-se de modo inadequado e irrealista quanto às suas possibilidades de recuperação,

enquanto os familiares eram mostrados como briguentos, ignorantes e pouco colaboradores. Os próprios profissionais eram representados como incompetentes e despreparados. Assinalamentos sutis, na linha da apreensão fora do campo, de que o presente trabalho é todo um detalhamento, foram suficientes para levantar associações e comentários acerca da angústia que sentiam por fantasiar que os deficientes iriam aos serviços para demandar nada mais nada menos do que a cura de um deficiência incurável, o que os deixava basicamente irritados. A conversa seguiu na linha do reconhecimento de que se sentiam impotentes porque entendiam as deficiências como uma espécie de ponto final, de concretude insuportável, a impedir que a vida valesse a pena. Como pudemos observar nessa e em outras ocasiões (Tofolo e Machado, 1993), as idéias relativas à origem congênita eram defensivamente usadas contra o conhecimento, que a vida prática proporciona, segundo o qual existem deficiências adquiridas, de modo que está sempre presente como risco. De fato, uma expressiva parcela é constituída por vítimas de acidentes automobilísticos ou de armas de fogo. Assim, havia uma camada motivacional, na qual o medo da deficiência era igualado ao medo do deficiente, como se algum risco de contágio estivesse presente.

Ainda que esta intervenção tenha sido focal, foi possível fazer um seguimento, observando-se maior aceitação da tarefa nas semanas que se seguiram ao trabalho. Entendo, baseada em experiências deste tipo, que claramente mostram que o ponto fundamental não é o combate a uma postura supostamente assumida por ignorância, mas a atenção a uma resistência à mudança ditada por angústias. Deste modo, fica claro que representações com intensa carga emocional só se modificam a partir da elucidação de seu substrato lógico- emocional inconsciente, o

que me afasta dos rumos predominantemente adotados pelos teóricos das representações sociais. Este é um exemplo do trabalho de transformação de representações sociais que temos realizado e que tem norteado o sentido que atribuímos à tarefa básica de ensino da psicopatologia. O modo como isto tem sido feito envolve o uso da teoria dos campos e de procedimento projetivos, que espero esclarecer neste capítulo.

A partir do entendimento das representações sociais como condutas humanas específicas, vale dizer, como manifestações simbólicas de subjetividades grupais, é possível propor seu estudo desde uma perspectiva que visa, primordialmente, a elucidação da lógica- emocional inconsciente, segundo a qual estão estruturadas. O termo psicodinâmica, estritamente compreendido na acepção recomendada por Bleger (1977) tem sido usado para qualificar este tipo de análise(Vaisberg, 1995), configurando o que tenho denominado uma perspectiva psicodinâmica de pesquisa de representações sociais.

Bleger (1977) aponta que no contexto da psicologia o termo dinâmica tem sido usado com diferentes significados , que devem ser discriminados. Uma primeira acepção usa o termo em seu significado básico de oposição ao que é estático, implicando a noção de que a conduta humana é um processo e não uma coisa, problematizando , deste modo, a mera transferência de modelos e métodos que são aplicáveis ao conhecimento do que é inerte ou mecânico. Uma segunda acepção entende que o termo se refere à redução do fenômeno às forças que o determinam. Neste segundo caso, há um claro parentesco com as teorizações da mecânica, para a qual todo movimento é causado por forças externas e independentes dos objetos

movidos. Segundo Bleger (1977), tanto a teoria freudiana das pulsões, como a concepção topológica de K.Lewin, são bons exemplos de teorizações dinâmicas fisicalistas. Diferem, todavia, na medida em que para Freud as forças originam os fenômenos, enquanto para Lewin derivam das interrelações que, a cada momento, se estabelecem entre elementos coexistentes em um campo, de modo que no caso do primeiro cabe dizer que faz uso de um enquadramento de estudo dinâmico- causal, enquanto o segundo trabalho em enquadramento dinâmico- vetorial. Num terceiro sentido, o termo pode ser reservado ao estudo das motivações da conduta, entendidas não como forças abstratas, e sim como significados contextualizados nas concretas condições da coexistência humana. Segundo a visão de Bleger (1977), esta terceira acepção coincide com o enquadramento dramático de estudo anteriormente proposto por Politzer (1928), que significa, sucintamente, realizar o estudo de toda e qualquer conduta, em âmbito individual ou coletivo, sempre em termos de experiência subjetiva, ou seja, enquanto acontecimento dotado de sentido humano. Coincide, assim, exatamente, com o que Bleger (1977) tem distinguido, em termos do nível de análise das ciências humanas, à perspectiva psicológica. Este enquadramento dramático implica a exigência metodológica de que sejam usados termos e modelos de compreensão de tipo essencialmente psicológico, não admitindo reducionismos quer neurológicos, físico- químicos ou mesmo mitológicos, entre os quais inclui algumas conceituações metapsicológicas.

As pesquisas sobre a psicodinâmica de representações sociais, que tenho realizado, observam estritamente as exigências do enquadramento dramático, visando a investigação do inconsciente relativo ou campo estruturante, tanto quando trabalho em enquadre

pedagógico como quando realizo intervenções psicoprofiláticas . Assim, tornam-se desejáveis procedimentos de pesquisa que não apenas permitam o conhecimento das representações , como também propiciem ou facilitem transformações a partir de um trabalho de apreensão de seu inconsciente relativo, em tudo análogo ao paradigma clínico. A clínica psicodinâmica permite a expressão subjetiva, a interpretação e a mudança, gerando ensinamentos, como modalidade específica de aplicação do método psicanalítico (Herrmann, 1991) que podem ser transpostos para o âmbito sociodinâmico (Bleger, 1977), articulando vinculadamente investigação e intervenção.

A etapa inicial do trabalho requer a expressão do sujeitos, a partir da qual o inconsciente relativo pode ser deduzido. Considerando que as representações sociais, como formas de pensamento/ sentimento (Devereux, 1958), são constituídas por esta espécie de avesso, torna-se desejável o uso de procedimentos que possam facilitar sua apreensão. Tradicionalmente, reconhece-se que a interpretação onírica, a psicanálise clínica, através do procedimento da associação livre de idéias, e os procedimentos projetivos são meios que viabilizam uma expressão que faculta uma produtiva utilização do método psicanalítico. Evidentemente, informações acerca de representações sociais podem ser recolhidas a partir de qualquer um destes três meios, bem como de outros, tais como produções artísticas ou da mídia. De todo modo, toda expressão individual deve ser vista como caso genérico, ou seja, como representativa dos grupos a que pertence, na medida em que se rejeita o mito do homem isolado (Bleger, 1977). Este mito é um dos pressupostos do pensamento positivista, segundo o qual o ser humano é originalmente não social, vindo a assimilar mediante apreciável esforço a necessidade de relacionar-se com os outros. Tal

suposição cria a questão psicológica acerca de como esta natural inclinação isolacionista é vencida, permitindo o estabelecimento de relação com os demais. O conceito de sujeito, em Bleger (1977), consiste no reconhecimento primordial de sua natureza essencialmente sociocultural, de modo que inclusive o alto grau de individualidade que chega a desenvolver é um produto social.

A meu ver, do ponto de vista pragmático, os procedimentos projetivos oferecem muitas vantagens no sentido de sua aplicabilidade à pesquisa – intervenção, em contextos pedagógico e psicofilático (Vaisberg e Machado, 1997). Constatamos, entretanto, que malgrado seu potencial, tem sido subutilizados cientificamente, no âmbito sociodinâmico. Aparecem em pequeno número de trabalhos, embora a idéia deste tipo de emprego seja relativamente antiga (Henry, 1967). Este estado de coisas explica-se, a meu ver, pelo fato da psicologia projetiva requerer experiência em psicologia clínica, o que, como se sabe, não se adquire facilmente. Por outro lado, a riqueza e expressividade do material passível de ser deste modo obtido justifica o convite aos clínicos no sentido de trazerem uma contribuição metodológica para equipes de pesquisadores desta área de conhecimento.

De acordo com Proshansky (1967), quando, no campo da pesquisa social, são estudados grupos ou questões problemáticas, ou seja, quando se pode esperar dificuldades na livre expressão dos sujeitos, devem ser utilizadas *técnicas encobertas de pesquisa*. Tais dificuldades são de mais de um tipo. Por exemplo, existem situações nas quais os sujeitos não são capazes de articular idéias e sentimentos de acordo com o modo ao qual estão culturalmente acostumados os

pesquisadores. Procedimentos especiais, pelo seu caráter indireto, podem evitar distorções oriundas das limitações dos sujeitos na utilização de modos discursivos características de camadas sociais mais instruídas do ponto de vista formal. Outras vezes, os sujeitos se expressam de modo “politicamente correto”, porque conhecem as expectativas sociais acerca de determinados temas, omitindo ou propositalmente modificando seu discurso (Kirk e Miller, 1986). Em outros casos, o interesse de pesquisa aconselha o uso de procedimentos especiais porque se sabe, a partir de conhecimento psicanalítico, que os sujeitos, por definição, não tem acesso aos determinantes inconscientes de seu pensamento. Ou seja, quando estão vivendo sua conduta estão inevitavelmente impedidos de conhecer o campo que a sustenta (Herrmann, 1991). Esta particularidade da condição humana, que pode e deve ser abstraída em certas situações e de acordo com determinados interesses, humanos ou de pesquisa, certamente é o que se pretende considerar quando temas socialmente problemáticos são abordados psicodinamicamente. De fato, a adoção desta perspectiva analítica implica, precisamente, a consideração de determinações inconscientes, o que requer o uso de procedimentos que ensejem e facilitem a expressão.

As chamadas técnicas encobertas podem ser identificadas pelo fato de, em um primeiro momento, *não deixarem visível sua aplicação, ou não deixarem visíveis os objetivos de uma aplicação percebida*, com a finalidade de não criar situações que, no limite, inviabilizariam a própria realização da pesquisa. Por exemplo, uma psicóloga pode querer pesquisar a representação que os psiquiatras tem do trabalho psicológico. Evidentemente, uma pergunta direta não é o caminho mais

curto para obter uma resposta, enquanto através de outros procedimentos esta representação tanto pode ser identificada como ter seu inconsciente relativo daí deduzido. Não ignoro que questões éticas devam ser enfrentadas e exaustivamente debatidas quando as técnicas de pesquisa são encobertas. Entretanto, o fato é que, em muitos casos, o fornecimento de informações completas e detalhadas aos sujeitos de pesquisa, *em momento anterior à coleta*, pode levar à impossibilidade real de estudo de certos fenômenos, os quais podem apresentar um profundo interesse ético e humano, de um amplo ponto de vista.

Parece interessante distinguir as técnicas encobertas de pesquisa de acordo com seu grau de visibilidade. Quando a técnica é minimamente visível, os sujeitos nem percebem que estão sendo investigados. Como exemplo, pode-se citar certo tipo de pesquisa participante, classicamente conhecida, em que antropólogos se faziam passar por pacientes, alegavam queixas que motivavam uma internação psiquiátrica, durante a qual observavam e anotavam sua experiência bem como o comportamento dos demais internados e do pessoal profissional. Por outro lado, os procedimentos que se caracterizam pelo fato de os sujeitos saberem que estão sendo estudados, mas não *como* isto está sendo feito, podem ser considerados como técnicas encobertas maximamente visíveis. Nestes casos, os sujeitos percebem a presença do investigador, bem como sua atividade de pesquisa, mas não a natureza do meio que se utiliza ou a finalidade do estudo. Uma ampla gama de procedimentos encobertos maximamente visíveis corresponde precisamente aos procedimentos projetivos, os quais, em muitos casos, revelam-se como os mais convenientes por dois diferentes tipos de razão. De um lado

porque a massa de informações proveniente das técnicas encobertas não projetivas pode ser muito volumosa, tornando sua organização bastante difícil. Os procedimentos projetivos originam material expressivo, de modo mais facilmente passível de ser organizado e metodicamente interpretado. De outro lado, porque, sendo maximamente visíveis, facilitam a resolução de problemas éticos, na medida em que os sujeitos podem concordar em participar das atividades de pesquisa aceitando o fato de não poderem ter todas as informações acerca de seus objetivos *anteriormente à própria participação*. Instala-se, desse modo, um enquadre de características lúdicas, que considerarei mais detidamente a seguir.

Cabe, entretanto, solicitar uma definição mais precisa dos procedimentos projetivos enquanto modalidade específica de investigação encoberta. De acordo com Proshansky (1967), seu traço fundamental é o fato das expressões dos sujeitos não serem compreendidas apenas a partir do significado que eles próprios conscientemente atribuem ao que é dito, como ocorre usualmente na conversação cotidiana, na qual, de acordo com o senso comum, e sim *interpretada em termos de alguma conceituação psicológica pré-estabelecida*. Importariam menos, para este autor, os meios utilizados do que o modo como será tratado o material, de sorte que é até certo ponto secundário se aos sujeitos é solicitado que interpretem situações, respondam a perguntas ou questionários, completem estórias em quadrinhos, narrem estórias sobre gravuras, desenhem, dramatizem, façam dobraduras, colagens, etc.. Também é secundário, em termos de definição, a determinação do grau de estruturação da tarefa ou dos estímulos apresentados, sendo coerente o abandono da idéia de que os procedimentos projetivos se definem pelo fato de serem pouco

estruturados. O grau de estruturação tem efeito, obviamente, sobre a maior ou menos liberdade expressiva concedida ao sujeito, no sentido de impor seus próprios significados e organização ao que se lhe apresenta, mas, de todo modo, o grau de estrutural não é o que define o caráter projetivo do instrumento. Desenhos livres e desenhos temáticos prestam-se igualmente a tratamento projetivo, ainda que sejam tarefas que apresentem diferentes graus de estruturação.

Ao entender que nem os meios concretamente utilizados, nem o grau de estruturação da tarefa, definem o caráter projetivo de um procedimento, Proshansky (1967) de fato ampliou desejavelmente a conceituação dos instrumentos projetivos. No entanto, sua idéia acerca do modo como se faz a interpretação merece um melhor detalhamento acerca de modo, na prática, se viabiliza o abandono dos significados que o próprio sujeito atribui às suas comunicações. Se este ponto não fica devidamente esclarecido, chega-se facilmente ao mal – entendido, largamente difundido, de acordo com o qual a interpretação projetiva se assemelha à mera aplicação de uma teoria, no sentido de uma *decifração do verdadeiro sentido daquilo que foi dito*. Evidentemente, tal crença é absolutamente ingênua e insustentável, correspondendo a uma visão inteiramente deturpada da psicanálise atual. Faz-se, deste modo, imprescindível o exame da utilização do método psicanalítico e da situação projetiva no estudo de manifestações ou de produtos de manifestações humanas.

Para fornecer material projetivo, os sujeitos concordam em ser investigados psicologicamente, desconhecendo como e por que suas respostas serão interpretadas. Percebem a situação como uma espécie de jogo, sabendo que desconhecem regras que o outro conhece. O

conceito winnicottiano de transicionalidade (Winnicott, 1951) pode ser aqui invocado para esclarecimento dos processos subjetivos subjacentes ao uso dos procedimentos projetivos, como já adiantou Shentoub (1981), ainda que restringindo-se ao Teste de Apercepção Temática. Desde seu ponto de vista, é possível explicar o processo projetivo como uma *forma sofisticada de brincar*, de modo que o seu paradigma não é mais o teste psicométrico, mas a hora ludodiagnóstica e o jogo do rabisco. Em campo transicional, perguntas são formuladas e respondidas através de imaginação simbólica. Deste modo, tenho proposto que se aplique o conceito de procedimento projetivo a *tudo o que, a partir de uma forma sofisticada de brincar, propicie conhecimento acerca da subjetividade mediante o uso, pelo pesquisador, de método de escuta que subverta o acordo consensual dos significados cotidianos e de teorias psicológicas que permitam, na qualidade de interpretantes, atribuição de novos significados às produções emergentes* (Vaisberg, 1995).

Herrmann (1991) veio a realizar um trabalho minucioso de depuração de seus aspectos fundamentais, chegando a elaborar o que veio a ser conhecido como “teoria dos campos”. É absolutamente fundamental acrescentar que não se trata, de modo algum, de uma nova teoria, mas antes de uma organização conceitual que permite um manejo metodológico mais livre e consciente. Suas palavras são esclarecedoras:

“A teoria dos campos é antes de tudo um veículo de comunicação conceitual. Serve para comunicar a clínica psicanalítica com a teoria, as teorias entre si, os diferentes sistemas psicanalíticos – que impropriamente se conhecem também por teorias (teoria kleiniana,

teoria lacaniaca, etc.) sendo porém pacotes fechados que contém temas típicos, teorias sobre eles, estilo clínico particular, técnicas, jargão e instituições de ensino - e a Psicanálise com outras ciências humanas, bem como servindo para comunicá-la com a realidade social. Se você me compreende, a teoria dos campos não é propriamente um setor da Psicanálise, porém uma forma de utilizá-la inteira; não só nas áreas que por tradição se consideram psicanalíticas, como também naquelas que não se consideram assim, mas que são objeto de psicanálises possíveis, ainda que inexistentes” (Herrmann, pg.7, 1992).

Curiosamente, é relativamente comum, na conversa entre profissionais analíticos, uma crítica à teoria dos campos que a considera como pretensão a estabelecer o que deve e o que não deve ser considerado psicanalítico, a partir do que o seu uso é visto como sinal de “adesão”. Do meu ponto de vista, este tipo de crítica é fruto de entendimento distorcido, oriundo, provavelmente, dos efeitos pouco salutares que o ambiente escolástico – institucional da psicanálise frequentemente promove. Exemplo deste tipo de crítica é fornecido por Figueira (1989) que, pretendendo psicanalisar a afirmação de Herrmann acerca do método como “invariante” de todas as teorias e escolas psicanalíticas, o que, aliás, está claramente contido em Freud e na esmagadora maioria dos autores, conclui que o que denomina “fascinante metáfora da invariância” é uma espécie de golpe para tomar o poder institucional. Segundo seu raciocínio, a aceitação desta metáfora exigira a imediata constituição de uma autoridade burocrática a decidir o que é legítima psicanálise a partir da teoria dos campos. Ouso pensar que é o fato de conceber a psicanálise como inevitavelmente atrelada às sociedades particulares o que desvirtua

tanto a análise de Figueira (1989) como, o que é muitíssimo mais grave, a própria possibilidade de produção e renovação do conhecimento psicanalítico. A idéia obsessiva de determinação do que é ou não é psicanálise adquire radicalidade e importância prática exatamente em contextos que funcionam usando ameaça de excomunhão para controle de seus membros. Idéias provindas de estudiosos autóctones e vivos parecem ser vividas, por muitos, como extremamente ameaçadoras, mesmo quando, como é o caso, não reivindicam a superioridade de um sistema sobre outro, mas, ao contrário, forneçam uma instrumentalização logicamente extraída de escritos por todos aceitos, como é o caso da Interpretação dos Sonhos (Freud, 1900).

Ora, o que Herrmann (1991) de fato realizou tem o sentido de um claro repúdio aos argumentos de autoridade, num movimento de busca de precisão e rigor, compatível com um uso mais independente e maduro³⁹ do intelecto. Estudou detalhadamente a obra freudiana, bem como diversos desenvolvimentos teóricos psicanalíticos. Chegou, assim, a demonstrar como diferentes teorizações são produto de um método específico de “escuta” , de consideração das manifestações humanas, aplicável independentemente de quão bizarras possam parecer à primeira vista. Evidentemente, alguns estudos deixariam de ser considerados psicanalíticos a partir dessa ótica. Um exemplo óbvio são pesquisas positivistas que testam hipóteses que são concebidas a partir da experiência clínica. Entretanto, decidir se uma determinada pesquisa é ou deixa de ser psicanalítica é uma questão de menor importância, quando se trabalha em instituição universitária, que não

³⁹ Lembro aqui as idéias de Fairbain (1970), para quem o desenvolvimento humano se constituiria em tres etapas: dependência infantil, independência (ilusória) e dependência madura. A dependência madura é a consciência da importância do outro, da vida em comum, da coexistência, não implicando, todavia, na adoção de comportamentos submissos.

define a pertinência em função de adesões representacionais, sejam religiosas, políticas, estéticas ou outras. O cotidiano da universidade mostra que trabalhos de testagem positivista de enunciados psicanalíticos podem ser realizados, ao lado de outros que correspondem melhor ao que, à luz das considerações de Herrmann (1991) seriam considerados psicanalíticos, mesmo quando abordassem questões que tradicionalmente não tem recebido a atenção de psicanalistas, desde que fizessem uso do método. O ponto principal, que Figueira (1989) deixa de considerar, e que nos interessa primordialmente, no contexto do presente trabalho, é o ganho em termos de flexibilidade no modo de vinculação às diferentes teorias, evitando dispêndio inútil de empenho humano em questões escolásticas que, sob a aparência de busca do conhecimento, ocultam luta pelo poder, via embates teóricos. Não menos importante é a possibilidade de usar o método fora do “setting”, na resolução de desafios e problemáticas humanas que naturalmente extrapolam o enquadramento clínico padrão. O uso da teoria dos campos é definido como busca do inconsciente relativo a partir do qual está lógico – emocionalmente estruturada a representação (Herrmann, 1991). A adoção desta modalidade de análise vem permitir a abordagem da transformação de representações em âmbito sociodinâmico, a partir da utilização de todo um conhecimento eficaz que a clínica psicanalítica vem acumulando há cerca de um século.

De minha parte, acho que um acurado estudo da psicanálise sustenta a tese defendida por Herrmann (1991) acerca da anterioridade lógica do método em relação às diferentes teorias que povoam o universo doutrinário psicanalítico. Sua contribuição harmoniza-se

essencialmente com o espírito crítico, independente e renovador que, a meu ver, deve nortear a instituição universitária, mesmo quando as condições sociopolíticas caminham em direção contrária ao reconhecimento da importância do pensamento e da produção/utilização do saber, como, infelizmente, vem acontecendo em nosso país.

A meu ver, uma analogia com a formação musical pode ser elucidativa acerca do que visa a teoria dos campos. Se oferecermos um piano para uma pessoa qualquer percuti-lo criativamente, dificilmente se ouvirá algo de fato interessante. Isso ocorre em função da complexidade e sofisticação do instrumento, produto de uma longa evolução na história da música ocidental. Para improvisar ao piano, é importante ter conhecimento musical. Evidentemente, não é a antiga metodologia de ensino que via o bom instrumentista apenas como um reproduzidor fiel da intenção registrada dos compositores maiores, mas uma formação que, informando sobre fundamentos, facultava um fazer criativo. Método, mais do que caminho, é um conjunto de indicações de como realizar a caminhada, traçando percursos próprios. Resgatar o fazer de Freud adquire sentido quando se pensa que fidelidade não é o perpetuamento repetitivo do que o mestre enunciou, mas correta compreensão do significado fundamental de suas buscas. Deste modo, o que pretendo, reconhecendo a coerência e o valor da teoria dos campos, é usar suas proposições de modo livre e crítico, no intuito de pensar um ensino de psicopatologia que contribuía produtivamente para a formação profissional.

As reflexões herrmannianas tiveram início na constatação de que a teoria psicanalítica caminhou, a partir de Freud e eliminadas as dissidências, para a aceitação das formulações dos discípulos institucionalmente autorizados, o que posteriormente deu origem a formações discursivas em torno das quais se tem reunidos tribos ou seitas, sendo as principais aquelas que se congregam ao redor de Melanie Klein, Bion, Winnicott, Lacan, Kohut e Hartmann (Green, 1992). Estas escolas refletem, como todos reconhecem facilmente, não apenas divergências teóricas mas também lutas pelo poder institucional. De todo o modo, tornam inteiramente pertinente a pergunta acerca da existência de uma ou de muitas psicanálises. Um caso bastante atual, está sendo protagonizados por Loparic (1996;1997), que, entre nós, tem gasto muito empenho na demonstração de que o pensamento winnicottiano corresponde a uma mudança paradigmática em relação à psicanálise que o antecede. Não deixa de ser uma preocupação curiosa para os tempos atuais, nos quais parece estar ficando cada vez mais compreensível a complexidade da construção do conhecimento analítico. Por outro lado, não pode deixar de saltar aos olhos que, na qualidade de filósofo, parece faltar à Loparic uma sensibilidade prática e clínica que lhe permita levar em conta o fato notório de que a teorização freudiana, no âmbito clínico, se fez a partir do atendimento a pacientes neuróticos, enquanto Winnicott esteve o tempo todo profundamente interessado em patologias graves, que incluem psicóticos e borderlines, e tem por horizonte a consideração das agonias impensáveis (Winnicott, 1963).

Assim, a psicanálise atual se caracteriza pela multiplicidade de abordagens, teorias e escolas. Sendo prática extremamente difundida,

é de supor que apresente algum tipo de eficácia. Como explicar a conjunção da diversidade com esta suposta eficácia? Partindo de indicações freudianas, segundo as quais a teoria seria formação discursiva destinada a conferir inteligibilidade e coerência a dados obtidos através do uso do método, nos domínios terapêutico e cultural, Hermann (1991) cuida de verificar se o aspecto invariante seria o método psicanalítico. Assim, a constatação de que as teorias e modelos específicos são secundárias ao método é, a meu ver, completamente diversa da adesão a uma determinada escola, pois a teoria dos campos não é, de modo algum, um nova metapsicologia, nem implica na aceitação compulsória de nenhuma metapsicologia específica, autorizada ou alternativa. Por outro lado, não se há de esquecer que não é impossível estabelecer um posicionamento idólatra em relação ao próprio método, como com qualquer objeto. Neste caso, o que está em jogo é um tipo de risco presente em toda vinculação humana a sistemas representacionais. De um certo modo, parece-me, entretanto, que é um pouco mais difícil, cultuar um instrumento do que um sistema escolástico. De minha parte, pretendo manter uma fidelidade consciente ao espírito de uma psicanálise que, mediante o emprego do método, privilegie explicações menos abstratas e mais voltadas para a vida humana enquanto dramática (Bleger, 1958;1977), evitando qualquer inversão de valores no sentido do esquecimento de que tanto método como explicação servem para cuidar da vida.

Na situação clínica padrão, o paciente fala do mundo e da vida, revelando quem é. Conta sobre si mesmo, expondo ao analista em que mundo vive. A conversa entre analista e analisando incide exatamente sobre as representações, enquanto um encontro humano, sempre transbordante em relação à comunicação total, verbal e extraverbal, vai

tendo lugar. Sabendo que a experiência humana inerentemente nos ultrapassa, vai-se trabalhando com as representações, sejam elas conversas, poemas, gestos, rabiscos, desenhos ou qualquer outra produção humana. Trabalha-se, enfim, com diferentes modos de presentificação, que já estão, no mesmo momento em que se esboçam, ultrapassados pelo mistério e pela complexidade do viver. O que acontece, na análise, em termos da representação e do modo como o sujeito se vincula à representação? Herrmann (1991) responde:

“Assim se passam as coisas na análise. O paciente propõe um tema, relata, comenta, esperando que seu analista siga-o no mesmo campo. Este, contudo, ao interpretar, exhibe-lhe o mesmo relato noutra campo, provocando estranheza, repugnância, irritação. O paciente ouve-o, pois entre eles existe uma relação emocional, forte o bastante para manter a ligação e fazer aceitar a agonia do trânsito a outro campo. Dado o nome, captado o sentimento em fantasia, há uma quietude compensadora, tudo volta ao lugar. O paciente penetra o campo da interpretação, pode agora pensar e falar ordenadamente. A transferência, elementos propiciador da ruptura de campo, volta a organizar-se em forma de interpretação” (Herrmann, 1991, pg. 106)

A apreensão da idéia contida neste trecho requer alguns esclarecimentos, o primeiro dos quais diz respeito ao próprio conceito de campo. Entendemos que toda relação, toda representação, todo gesto, toda conduta (Bleger, 1977) comporta um campo, que seria, de certo modo, o seu avesso. Tratar-se-ia de uma *matriz virtual produtora de sentido* que, via de regra, opera silenciosamente. Herrmann (1991)

dá um exemplo bastante ilustrativo: suponhamos estar diante da televisão ligada, sem som, e darmos com imagens de agitada contorção de corpos humanos, diante da qual ocorre a idéia imediata: que loucura é esta? O acionamento do regulador do volume, informando acerca de uma conhecida marcha carnavalesca, ensina que o campo que dá sentido àquelas manifestações é o Carnaval e não a Loucura.

Ora, é justamente o campo o que, em sua virtualidade, sustenta a representação, revelando, quando perde sua invisibilidade e é apreendido (Herrmann, 1989), que a representação é produto, é montagem. A psicanálise consiste exatamente no desvelamento da condição ontológica da representação, de sua desnaturalização, por assim dizer, o que se dá através de uma operação específica, denominada “ruptura de campo”. Os campos se dão a conhecer exatamente e apenas quando são rompidos. Quando neles estamos mergulhados, não nos é dado saber deles. Pode-se, deste modo, reconhecer facilmente que o campo corresponde à generalização lógico-operacional do conceito psicanalítico de inconsciente, de modo que parece adequado denominar diferentes campos como inconscientes relativos ou operacionais.

“Um campo, seja o da conversa, seja o de um jogo, seja o de qualquer relação humana, só é realmente visível quando não está em vigência; do contrário, esconde-se no avesso da relação sustentada. Se eu mantenho tal relação, seu campo é- me. Como percebê-lo? Pendurado no vazio, o campo de uma comunicação desvenda-se posteriormente em preconceitos, supostos gerais, omissões e negações. A captação desses constituintes do campo não joga um

papel menor na eficácia terapêutica; por ela o paciente apropria-se aos poucos da estrutura determinante de sua consciência. Não em estado puro, é evidente, que uma essência não tem estado puro, mas através de encarnações particulares, dotadas de poder expressivo na generalidade abstrata: uma ficção verdadeira. Esse é o sentido mais próximo do tão falado autoconhecimento. Este, e não uma coleção de afirmações definitórias, pretendo veículo de verdade interna” (Herrmann, 1991, pg.108)

Fica, deste modo, claro, que a psicanálise não está em busca do sentido inconsciente único e verdadeiro, mas que cabe à cada interpretação evocar uma proliferação de representações possíveis, o que, deste modo, leva o paciente à perda da crença em uma única forma de ser, vendo-se, doravante, como capaz de transformação. O que a psicoterapia psicanalítica promove é, enfim, a abertura para um trânsito por possibilidades de representação e, por tal caminho, de liberação para novas formas de viver, que contarão com limites identitários, cujo avesso é o inconsciente.

Um estado curioso acontece quando, em análise, o paciente deixa de saber como representar-se, quando uma representação já não lhe serve, mas ainda não pode ancorar sobre uma nova alternativa. Herrmann (1991) vai denominar este estado “expectativa de trânsito”, entendendo que o paciente estaria como que solto numa brecha entre duas representações. Evidentemente, esta situação produz desconforto, que motiva a busca de uma solução. Duas opções aparecem, de diferente valor. Uma delas consiste em aderir a auto-representações que coincidam com as crenças teóricas do analista, o

que, é escusado dizer, apesar de acontecer com certa frequência, é desastroso. A outra corresponde a representar-se como paciente psicanalítico, ou seja, como alguém que “... reservasse uma parte de si para a experiência analítica, enquanto outra respira aliviada” (Herrmann, 1991, pg 145).

Se o estado de expectativa de trânsito mereceu esta denominação, não me parece haver um conceito, nos escritos hermannianos, deste particular estado, que evoca claramente uma dissociação psíquica, ainda que sem ressonâncias psicopatológicas. O fato é que, após algumas experiências de ruptura, a lucidez acerca da precariedade dos campos parece exigir uma condição pessoal específica. Ainda que não se possa conhecer, em um dado momento, qual é o campo que sustenta a representação ou a relação que está ocorrendo, obviamente as experiências de ruptura vão transformar a visão de mundo e a experiência de vida. Indagado, o autor declarou, em comunicação pessoal ⁴⁰ que é possível alcançar certa serenidade quando se aprende a conviver com a inerente relatividade e precariedade dos campos. Haveria aí, paradoxalmente, lugar para uma certeza forte, a de não estar se equivocando, que seria o contraponto da sensação mais ou menos dissimulada de desconfiança que sempre ronda o auto-engano. Concordando com tais ponderações, julgo que a questão ainda não está suficientemente respondida. Como conseguimos viver quando entendemos a relatividade inevitável e essencial das representações? Não poderia a insegurança e a angústia

⁴⁰ Refiro-me a sessão de supervisão realizada em 5 de julho de 1999, responsabilizando-me pelo entendimento que alcancei das declarações de Herrmann.

atingir níveis muito desconfortáveis? Afinal, não competia à representação tornar o estranho familiar, diminuindo a insegurança do viver? Em que tipo de enrascada estaríamos nos metendo com esse projeto psicanalítico?

Reservar uma parte de si para a experiência analítica enquanto outra respira aliviada evoca, como acabo de dizer, um estado dissociativo. Este fenômeno tem sido descrito e estudado em três condições: em condições psicopatológicas, na atividade do psicanalista, como dissociação instrumental (Bleger, 1979) e na atividade lúdica e artística, com especial visibilidade na arte dramática. Estará a conquista de uma relativa sanidade ligada à instauração de um estado dissociativo especial, que se liga ao brincar? Esta é um questão muitíssimo importante porque, na medida em que se pretende modificar os vínculos que os alunos mantêm com as representações da loucura, venham do senso comum ou de diferentes teorias psicopatológicas, torna-se imprescindível a reflexão acerca das condições psicologicamente requeridas para que o processo se dê da forma mais desejável e harmônica, sem incremento notável de angústias e defesas.

O brincar é reconhecidamente uma dimensão tão importante da conduta humana que se chegou a afirmar que a expressão “homo ludens” poderia ser bem usada para designar a espécie (Huizinga, 1938). No campo da psicanálise, o brincar está profundamente associado às formulações teóricas de Winnicott (1975), que chegou, pensando que a psicanálise é “... *uma forma altamente especializada de brincar*” (pg. 63), a descrever a própria psicoterapia nos seguintes termos:

“A psicoterapia se efetua na sobreposição de duas áreas de brincar, a do paciente e a do terapeuta. A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntas. Em consequência, onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que o é” (Winnicott, 1975, pg. 59)

Entendo, assim, que o trabalho analítico de ruptura de campo, que não se confunde com um ingênuo deciframento de suposto significado inconsciente fixo e pré-existente, tendo como efeito a promoção do trânsito entre representações e desfazendo aderências restritivas, é possibilitado pela capacidade de brincar, amplamente considerada. O uso da teoria dos campos na análise de produções de desenhos-estória com tema por um sujeito coletivo assume, assim, a feição de uma brincadeira. Cada estória é lida seguindo os passos recomendados: deixar que surja, tomar em consideração e completar o desenho (Herrmann, 1991). O brincar já começa quando decidimos considerar que estamos diante não de produções individuais, ainda que tenham sido produzidas por indivíduos, mas diante de variadas associações de um sujeito coletivo, no caso, o estudante de psicologia. O primeiro passo – deixar que surja - corresponde à prática da atenção equiflutuante⁴¹. Um bom jeito de pensar nisso é lembrar de jogo tipo

⁴¹ De acordo com Laplanche e Pontalis (1967), a atenção equiflutuante é o “... modo como, segundo Freud, o analista deve escutar o analisando; não deve privilegiar a priori qualquer elemento do seu discurso, o que implica que deixe funcionar o mais livremente possível a sua própria atividade inconsciente e suspenda as motivações que dirigem habitualmente sua atenção. Esta recomendação técnica constitui o correspondente da regra de associação livre proposta ao analisando.” (pg. 74)

“olho mágico”, nos quais uma nova figura visual pode se formar se deixarmos de focalizar a página como o fazemos normalmente. A expressão do poeta – distraídos venceremos – é outra forma de descrever esta forma de estabelecimento de comunicação com o sujeito em que se está interessado (Leminsky, 1987). A observação deste primeiro passo, torna possível que aquilo que se destaca “seja tomado em consideração” e que “seu desenho se complete” através do interjogo dialético das fantasias, compreendidas amplamente como sentidos potenciais de toda conduta humana (Herrmann, 1991).

Evidentemente, o uso da teoria dos campos para interpretação dos desenhos-estórias com tema não deve ser pensado, de modo algum, como busca dos motivos inconscientes de cada indivíduo, enquanto apreensão de fantasias alocas em um suposto espaço intrapsíquico. Não estamos, de modo algum, em busca do levantamento de hipóteses autobiográficas, ainda que seja impossível deixar de entrever algo acerca daquele que faz o desenho. O ponto importante, entretanto, é lembrar que o inconsciente que aqui nos interessa é o campo estruturante das obras consideradas como produções do sujeito coletivo, inconsciente este concebido como virtualidade eficaz e avessa às condutas, representações e relações.

Na medida em que trabalho com a teoria dos campos, adoto critérios de verdade nela implícito, que a bem da clareza convém mencionar. Como se verá, após cada desenho-estória, dupla produção gráfica e narrativa, produzirei novos textos. É como se as produções projetivas, como metáforas, gerassem em mim, como destinatária dessas comunicações, outras metáforas, como se fantasias gerassem, ressonantemente, outras fantasias. Usando o conceito de fantasia na

acepção precisa de sentido potencial, em nenhum momento se nutre a pretensão de acesso ao verdadeiro sentido inconsciente de cada desenho-estória. Não se uso, deste modo, um critério veritativo que implique adequação entre a interpretação e um objeto qualquer a que supostamente se refira. Além disso, não será o material seguinte o que confirmará cada interpretação. No caso, isso é ainda mais evidente do que na sessão analítica uma vez que a ordem das produções é aleatória. Em todo o caso, é importante lembrar que não é nunca a comunicação seguinte, e sim a interpretação seguinte, o que confirma o acerto de uma interpretação dada. A complexidade do tema justifica uma longa citação:

“O modo de ser da verdade psicanalítica reside na possibilidade de interpretações de segunda ordem, que tomem a sequência material/interpretação/ material, como fantasia a interpretar. Em condições satisfatórias do processo analítico, ocorrem séries de interpretações cada vez mais abrangentes, guardando entre si uma relação de coerência. Isto é, uma série de interpretações de primeira ordem deve permitir o encontro de um sentido unitário, expresso por uma interpretação de segunda ordem; enquanto, por sua vez, uma série de segunda ordem encontrará sua unidade expressa numa interpretação de terceira ordem, e assim por diante. Em condições insatisfatórias, a cadeia se rompe, faltando um sentido comum às interpretações, ou tal sentido sendo tão amplo e distante do material que este último passa a ser-lhe indiferente. Uma interpretação de qualquer ordem só poderá contar para esse sistema veritativo na medida em que sua eficácia terapêutica e na de seu valor em reunir as séries de ordem inferior, produzindo um conhecimento novo sobre este

paciente em particular – donde se exclui o uso imediato de organizações teóricas que digam respeito a todo e qualquer paciente. Isto é, como não se pode crer na substancialidade e observação do inconsciente, ou das propriedades da consciência de um modo geral, o único recurso veritativo da interpretação é a série mesma das interpretações; se nelas incluo um elemento que se repete, ou em que creio, sempre acabarei concluindo pela veracidade do que lá pus, porque ele comparecerá em todos os elos da cadeia interpretativa, confirmando-se sucessivamente. Só a absoluta especificidade salva-nos da tautologia” (Herrmann, 1991, pg. 99-100)

Não é possível considerar, deste ponto de vista, se uma interpretação isolada é verdadeira ou falsa. Apenas quando integrada em diferentes séries interpretativas, este julgamento poderá ser feito. Deste modo, pode-se dizer que o critério de verdade mais adequado, neste contexto, é o da coerência retrospectiva. O assunto é didaticamente resumido por Herrmann (1991) em cinco itens:

“ 1- A veracidade da interpretação reside no próprio processo interpretativo, e em nada mais. A veracidade no processo analítico é função relacional das interpretações;

2- Nada havendo para termo de comparação, a veracidade é o trânsito coerente entre ordens diversas, isto é, ‘verdade da coerência’

;

3-A eficiência, enquanto valor da verdade, repousa na interpretação das modificações imprimidas às associações do paciente. É interpretação da eficácia;

4- Em síntese, a veracidade da interpretação reside na introdução eficiente de mudanças no fluxo associativo – que denotam, interpretativamente, a abertura para novas formas de representar-se emocionalmente - por influência de uma apreensão essencial do discurso, artisticamente expressa; e isto quando a coerência da série for atestada por interpretações posteriores. Resumindo: a veracidade da interpretação é interpretativa;

5- Por último, o ponto de fuga da veracidade interpretativa, que a dimensiona radicalmente, é reversibilidade entre método e inconsciente, que se deduz do fato de que só se pode saber do inconsciente pela reversão dos passos metodológicos que o descobrem, sendo que estes não explicariam a eficácia clínica se não se identificassem realmente, mas de forma invertida, com o próprio inconsciente. Esta idéia perigosíssima é o cerne do conceito de Campo Psicanalítico” (Herrmann, 1991, pg. 101).

Apesar da visível intenção esclarecedora, a complexidade do assunto exige um exame mais detido destas proposições, tanto pensando-as no contexto da clínica como, mais especificamente, no âmbito da atual pesquisa de representações sociais mediante o uso dos desenhos-estórias. De saída, o autor assume explicitamente que se alinha com aqueles que julgam, à luz dos desenvolvimentos filosóficos atuais, que o critério de correspondente, que tem vigorado no campo das ciências naturais e certamente norteia o senso comum, não pode ser usado em psicanálise. É verdadeiramente impossível verificar se

uma interpretação, ou um conjunto de interpretações, é verdadeira ou falsa, usando algo externo como padrão de verificação.

O rigor e a precisão não são passíveis de ser alcançados por esta via, de modo que o critério veritativo da coerência é aquele que honestamente condiz com a própria natureza do campo de estudo. Para alguns (Hanly, 1995), trata-se de um critério perigoso, na medida em que se sabe que algumas criações humanas, notadamente coerentes, são exatamente os delírios. Ora, esta é, a meu ver, uma afirmação equivocada, apenas compreensível, quando proferida por um psicanalista, quando este se coloca desde um ponto de vista tributário ao positivismo e aderido à idéia de possibilidade de alcance de objetividade. Afinal de contas, perceber com clareza a inadequação do critério de correspondência, no campo psicanalítico, não significa abrir mão total do rigor e cair na total arbitrariedade. Ao contrário, penso que sonhar com aquilo que não é passível de ser alcançado pelo intelecto humano pode representar desperdício de empenhos que podem ser mais construtivamente utilizados dentro de uma visão mais realista acerca dos limites inerentes à capacidade humana de conhecimento.

De todo o modo, é importante ressaltar, com corretamente assinala Hanly (1995) que o critério de correspondência combina com uma visão psicanalítica que trabalha a partir de construções metapsicológicas que exigem o conceito de pulsão. Realmente, tais teorizações, pelo de um tipo de fisicalismo, que lhe é inerente, articulam-se satisfatoriamente a partir da idéia de verificação empírica. Coisa bastante diversa ocorre quando a teorização psicanalítica faz uso de modelos explicativos nos quais os motivos envolvidos não são propriamente causas e sim razões humanas. Em outros termos, cada

um desses critérios fica melhor colocado se a formulação teórica é de tipo dinâmico- causal ou dinâmico- relacional (Bleger, 1977), havendo possibilidade de mais de uma compreensão verdadeira, coerente, abrangente e unificada sobre os motivos humanos que presidem determinada conduta.

Conforme assinala Hanly (1995), os psicanalistas tem aderido ao uso do critério de coerência , alinhando-se , deste modo, a concepções hermenêuticas para as quais as ciências humanas correspondem a uma organização fenomênica que se coloca em nível diferente daqueles que regem níveis precedentes, tais como o físico- químico e o biológico. Trabalham na mesma linha de Todorov (1996), quando propõe uma diferenciação entre ser, viver e existir, considerando que a compreensão da existência, que é eminentemente humana, faz exigências que ultrapassam aquelas que satisfazem o conhecimento do ser e do viver. Uma epistemologia hermenêutica traz implicitamente a idéia de negação do determinismo psíquico, strictu sensu, em favor da assunção de que o sujeito humano tem capacidade de se criar e de se transformar. Nesta linha de pensamento, não se pensa que as interpretações sejam eficazes porque cheguem a exercer influência causal sobre o paciente, e sim por propiciarem condições para a novas formas de autocompreensão e de representação do mundo, agindo, portanto, no domínio intersubjetivo do sentido e da compreensão (Hanly, 1995). O psicanalista não lidaria, portanto, com *atos nem com observação de atos*, mas com interpretações de narrativas, que, no sentido amplo do termo, se expressam não apenas através da conduta verbal. Longe disto significar, como quer Hanly (1995) a negação do determinismo psíquico, pode-se considerar, com Bleger(1977), que

corresponde a uma depuração do determinismo, que ao nível humano de análise nada mais é do que motivação.

É evidente que esta discussão, de caráter aparentemente epistemológico, tem ressonâncias muito mais amplas. O que subjaz a elas é uma concepção do sujeito humano, seja ele visto como um ser que se submete a forças que lhe são alheias, seja ele concebido como sujeito capaz de autotransformar-se e transformar o mundo através de incremento de conhecimento sobre o humano. O que um autor como Hanly (1995), que vê grandes riscos na adoção de um critério veritativo de coerência, parece ignorar, é que a psicanálise não está a trabalhar em níveis infrahumanos de organização da complexidade fenomênica (Bleger, 1977), onde reina, evidentemente a causalidade. Entretanto, trazer para o nível humano, em suas diversas perspectivas, uma noção organizadora dos níveis predecessores tem o efeito de ignorar aquilo que aí mais interessa: a criatividade humana, a possibilidade humana de transformação da história, individual e coletivamente pensada. Na minha opinião, não existe desastre maior do que a negação da condição humana. O homem é seu corpo, não há dúvida, mas certamente não é apenas seu corpo. Ao nível humano de organização fenomênica, o homem habita seu corpo, mas já não é mero corpo, ainda que, como indivíduo, não o vá transcender. Não há dúvida, no entanto, que outras formas de transcendência verdadeiramente acontecem, de modo que homens deixam obras com as quais os pósteros podem dialogar por séculos, ou participam de acontecimentos que mudam a face da Terra. A metapsicologia pulsional, ousou afirmar, talvez seja não exatamente uma bruxa, mas o sintoma de um titubeio compreensível em um neurologista genial do século dezenove.

Herrmann (1991) deixa claro que, ainda que não haja forma de saber se *uma* determinada interpretação está correta, é possível avaliar um conjunto de interpretações, umas em função das outras, considerando não apenas sua coerência como também sua eficácia, a ser apreendida no próprio fluxo das associações do paciente. Evidentemente, não se trata de receber a anuência do paciente em relação a uma dada sentença interpretativa, mas de detectar se ocorrem transformações no sentido da apresentação de novas formas de autorepresentação e de representação do mundo. Não se tratará de chegar a uma forma *mais verdadeira* de autorepresentar-se, até porque a identidade é um processo em contínua transformação, e nunca uma coisa inerte, mas de alcançar um modo de ser que se caracteriza por uma nova vinculação com a atividade representacional. Ou seja, articulam-se harmoniosamente a coerência e a eficácia clínica.

Cabe, entretanto, perguntar: e no caso de estarmos lidando não com a clínica individual e sim, como é o caso, com um processo coletivo de aprendizagem? Creio que as afirmações de Herrmann (1991) sobre as condições veritativas continuam basicamente válidas. Deste modo, o critério da coerência se articula ao critério da eficácia, entendida enquanto capacidade de transformação de representações dos alunos acerca da loucura, que se evidenciará através de sua conduta ao longo da vida profissional. Evidentemente, teremos dificuldade, em função da complexidade da questão, de fazer um seguimento que a situação clínica permite facilmente. Mas, em tese, este seguimento pode ser feito, ainda que exija um alargamento do tempo a ser considerado. No nosso caso específico, observamos mudanças nas representações, que se atualizam na participação de diversas atividades discentes, no sentido de uma diminuição do medo

do louco, sem desconsideração acerca da importância da loucura, o que, de um certo modo, é a inversão da posição inicial, que se caracteriza pelo medo do louco e negação maníaca da problemática do enlouquecimento.

DESENHOS- ESTÓRIAS DE ESTUDANTES E SENTIDOS
POTENCIAIS

Vítima de uma educação musical que entendia que a boa execução instrumental consistia em realizar a mais precisa cópia da partitura, e nada mais, demorei certo tempo para me dar conta do que vinha a ser, exatamente, uma invenção. Trata-se de uma das mais belas formas de expressão musical, que se caracteriza pelo entrelaçamento de várias linhas melódicas que, compartilhando a mesma tonalidade, desenvolvem-se independentemente, configurando um efeito conjunto que pode atingir uma extraordinária harmonia. Há flexibilidade de movimentos, há surpresa, há criação. Entretanto, como existe a tonalidade, nem todo som pode aí ter lugar. As mais belas invenções foram compostas por Bach e seu espírito era o do chamado improviso contrapontístico ou arte de compor para várias vozes ou instrumentos.

Penso que o uso do método psicanalítico tem muito a ver com as invenções musicais. As comunicações do paciente evocam fantasias, enquanto sentidos potenciais, em ambos os participantes, que se vão articulando na composição de um conjunto. A beleza assim alcançada guarda relação com a possibilidade de desenvolvimento de condições pessoais que permitam viver de modo mais livre, criativo e desembaraçado de adesões representacionais restritivas. A beleza emana da renovação de ser, fazer e pensar, que o encontro especial ensejou.

Entretanto, é importante lembrar que nem todo som pode figurar numa dada composição. Algumas notas apresentam-se conduzindo ao repouso harmônico. Outros sons causam tensões que clamam por resolução. Existem

ainda aqueles que nem sequer podem aparecer, pois teriam o efeito de puro ruído. Segundo se diz, até as plantas conhecem a veracidade das invenções de Bach e de Mozart... Não indo tão longe, é óbvio que a aplicação de critérios veritativos condizentes com a produção de conhecimento em níveis inferiores ao humano é muito discutível quando o que está em pauta é a dramática da vida (Bleger, 1977). Cabe lembrar que, se todas interpretações são criação, isso não significa que sejam todas esteticamente aceitáveis. Em outros termos, tal como os sons, na música, as interpretações são livres, mas não arbitrárias. Deste modo, o que aqui pretendo fazer é uma demonstração de como o método psicanalítico, operacionalizado através da teoria dos campos (Herrmann, 1992), pode ser usado para a composição de um todo verdadeiramente capaz de levar a alguma compreensão, em termos de dramática humana, a respeito das representações e do conhecimento intuitivo que os alunos trazem sobre a loucura.

O procedimento de desenhos-estórias com tema consiste na solicitação de um desenho especificado em termos temáticos: desenhe uma pessoa gorda, um hospital, um menino de rua, uma criança problema, uma escola, o fórum, etc.. Em seguida, pede-se à pessoa que vire a página e, no seu verso, invente uma estória sobre o que desenhou. Crianças, adolescentes e adultos dispõem-se bastante facilmente a fazer uso deste instrumento, em aplicações individuais ou coletivas. Quando o grupo é grande, usualmente cada indivíduo cria um desenho-estória. Em grupos pequenos, cinco ou até seis pessoas

podem desenhar e imaginar a estória em conjunto. De todo o modo, as produções podem ser, a seguir, utilizadas pelo grupo no sentido de elaborar suas experiências. Usualmente as pessoas são explicitamente dispensadas de identificar os desenhos-estórias, ou qualquer outra produção projetiva, na medida em que todas as manifestações são consideradas como expressão do que existe no grupo.

Como exemplo, posso lembrar uma pesquisa-intervenção em que tive a oportunidade de coordenar psicólogas que trabalharam com cuidadoras de creches municipais (Tsu et alii, 1992). Na ocasião, pediu-se às pagens que desenhasssem e inventassem estórias sobre crianças problemáticas. Cada uma fazia seu desenho-estória para, numa segunda etapa, mostrar e explicar a produção ao grupo e receber comentários das demais participantes. Foi possível, a partir desse material, perceber alguns aspectos bastante interessantes, entre os quais se destacava a idéia de que a criança-problema não era suficientemente amada pela mãe *porque era mandada para a creche!* O ponto importante era não apenas o fato de serem elas as pessoas encarregadas do cuidado da criança, mas também sua condição de mães trabalhadoras que deixavam seus próprios filhos em outras creches. Questões emocionais, que não tinham sido trazidas à tona através de outras abordagens, revelaram-se mais facilmente através do uso de procedimentos projetivos. A elucidação do inconsciente relativo pôde revelar que o cuidado dispensado aos filhos de outras pessoas, ao lado do “abandono” dos próprios filhos, tinha importantes repercussões no modo como se vinculavam às crianças e aos seus problemas.

A proposição de um procedimento projetivo corresponde ao estabelecimento de um enquadre transicional grupal, de feições

reconhecidamente lúdicas. Tanto a obediência às instruções já é, em si, uma espécie de brincadeira, como o modo como o profissional vai “escutar” as produções enquanto comunicações emocionais. “Ao vivo”, o processo pode ser muito veloz. Aqui, vou propositalmente desacelerá-lo com vistas a possibilitar uma discussão detalhada. De um certo modo, é como se estivesse usando o recurso do “replay”, quando a clínica tem a velocidade do verdadeiro futebol. Sabemos bem, ao finaliza o replay, que, enquanto analisamos minuciosamente a jogada, o jogo verdadeiro segue em frente. Aqui farei algo análogo. O que de fato será visto detidamente são os movimentos iniciais do encontro do professor com a produção projetiva, que, na dinâmica da vida, são rapidamente alcançados por renovadas manifestações de parte a parte.

A utilização da teoria dos campos, nesta “análise-replay” de produções de desenhos-estórias com tema por um sujeito coletivo, assume a feição de uma brincadeira, que tem suas regras. Cada estória é lida seguindo os passos recomendados: deixar que surja, tomar em consideração e completar o desenho (Herrmann, 1991). Como o interesse não é terapêutico-individual, mas formativo-grupal, as produções individuais são consideradas como associações de um sujeito coletivo. É claro que foram realizadas por indivíduos, que vão inevitavelmente revelar aspectos de si, uma vez que a representação é realidade/identidade⁴². Ou seja, o interesse pelo sujeito coletivo, cujo conhecimento pode auxiliar no manejo do enquadre transicional de

⁴² Sempre me impressiono, quando analiso material obtido por esta via de investigação, ao constatar o quanto da identidade do sujeito é revelado sempre que se está disposto a acolher representações sobre determinado objeto social, seja a loucura, a deficiência, a obesidade, etc..

aprendizagem, torna o levantamento de hipóteses autobiográficas individuais não pertinente. O inconsciente que aqui interessará é o campo estruturante relativo às obras consideradas, inconsciente este concebido como virtualidade eficaz e avessa às condutas, representações e relações.

Todo o processo é presidido pelo cultivo da atenção equiflutuante. As mesmas recomendações psicanalíticas, no sentido de permitir ao paciente que o que venha à mente seja comunicado de modo solto, livre e sem censura, conhecidas como associação livre, tem sua contrapartida na assunção deste especial estado de atenção por parte do analista. Um bom jeito de pensar nisso é lembrar de jogos do tipo “Olho mágico”, nos quais uma nova figura pode se formar se deixarmos de focalizar a página do modo como normalmente o fazemos. Outra expressão, que pode sugerir este passo, é o título do livro do poeta Paulo Leminsky(1987) : “Distraídos venceremos”. Vencer, no caso, é estabelecer uma comunicação, um contato, com este sujeito coletivo, a partir de suas representações sobre a loucura.

Após cada desenho - estória, dupla produção gráfico-discursiva, produzirei textos a partir das fantasias associativas que vierem a evocar. É como se as produções, como metáforas, tivessem o dom de chamar por outras metáforas, como se as fantasias dos alunos dessem origem a outras fantasias, conceito este que está sendo usado, neste contexto, como equivalente à realidade do campo

psicanalítico. Em nenhum momento se tem a ilusão ou a pretensão de estar acessando o sentido verdadeiro de cada produção, que, a rigor, é sempre uma obra aberta gerando novos sentidos. Insisto: isto não quer dizer que toda e qualquer fantasia associativa caiba, como nem todo som pode caber numa invenção em fá maior. Trabalha-se, portanto, com um critério de harmonia ou coerência, que advém, principalmente, do fato de ser uma comunicação entre humanos que tentam se compreender ao nível da dramática da vida. Não se usa, portanto, critério de verdade que implique adequação entre a interpretação e um objeto independente a que supostamente se refira. Afinal, os desenhos-estórias *ainda estão acontecendo* enquanto houver alguém que entre em contato com eles.

Em texto explicitamente voltado para o esclarecimento do que se passa entre analista e analisando no contexto da clínica psicanalítica individual, Ogden(1996) propõe um entendimento segundo o qual analista e analisando são recíproca e dialeticamente criados, destruídos e preservados, como subjetividades, durante o processo, ao mesmo tempo em que emerge um outro sujeito, o terceiro analítico. Este terceiro termo é criado e sustentado, no processo de mútua negação e reconhecimento de analista e analisando como duas subjetividades separadas, e reflete ambos, de distintas maneiras. Com intenção didática, Ogden (1996) refere-se à experiência de leitura, mostrando como um encontro intersubjetivo dialético acontece entre autor e leitor. Estas colocações são interessantes na medida

em que mantém certa analogia com a situação em que me encontro como analista-leitora das produções projetivas. Diz Ogden (1996):

“Ler não é uma simples questão de examinar, ponderar ou até pôr à prova as idéias e experiências apresentadas pelo escritor. Ler implica uma forma de encontro muito mais íntima. Você, o leitor, precisa permitir que eu o ocupe – seus pensamentos, sua mente, já que não tenho outra voz para falar a não ser a sua(...) Um evento humano muito mais interessante está em jogo. Um terceiro sujeito é criado pela experiência de ler. Sujeito este não redutível ao escritor nem ao leitor. A criação de um terceiro sujeito (que existe em tensão com o escritor e o leitor separados) é a essência da experiência de ler, e como será desenvolvido neste volume, é também o núcleo da experiência psicanalítica” (Ogden, 1996, pg. 1)

A partir de seu encontro, escritor e leitor, como seres históricos e culturais, criam-se um ao outro como sujeitos que até o momento não existiam. Trata-se, para ambos, de um evento transformador, no qual a experiência de uma auto- identidade permanentemente imutável é colocada em cheque pelo encontro com outra subjetividade que, uma vez percebida, causará uma perturbação a ser elaborada. Na mesma linha, o encontro entre os alunos e o meu pedido no sentido de que produzissem os desenhos- estórias, já nos transformou, como subjetividades confrontadas. O que aqui se segue é, portanto, uma

invenção, no sentido musical, na qual diferentes vozes se unem originando algo que não existia anteriormente ao encontro - enquanto os sujeitos envolvidos já não são os mesmos, ainda que possam se reconhecer, no sentido rigoroso do termo. Processo análogo terá lugar quando a subjetividade do leitor entrar em contato com a invenção resultante. Deste modo, é fundamental assumir que a análise que aqui se fará é absolutamente singular, como é da natureza dos encontros humanos, consistindo o rigor na busca da maior transparência na narrativa que posso fazer, como autora, de suas vicissitudes, confluências e descaminhos.

Lembrando que a representação é constituída por identidade e realidade, como faces contrapostas de uma mesma superfície, pretendo chegar, ao final da invenção, a responder algumas questões que dizem respeito a quem é o sujeito coletivo e em que mundo vive, quando lançamos um olhar a um personagem deste mundo: o louco. Certamente se poderá chegar a teorias implícitas sobre a loucura, produzidas por certa configuração subjetiva, a partir de seus interesses afetivo- emocionais (Vaisberg, 1997). Para além da apreensão de teoria implícita/ configuração subjetiva, como representação do louco, visarei, em última instância a elucidação da lógica emocional de sua concepção.

Do lote total de desenhos- estórias de um ano letivo, tomo uma certa porção, sem prévio exame. Deste modo, situo- me, mediante um artifício, em posição análoga a que ocupo quando acolho um paciente, vale dizer, em estado de abertura para me encontrar com ainda não sei

bem quem... Passo, então, a dialogar com a primeira estória que, inadvertidamente, é examinada antes do próprio desenho⁴³.

“João Carlos aos trezes anos começou a sentir o peso. Era muito, muito grande. Era um peso muito, muito pesado. João Carlos tinha certeza - não, não é que tinha certeza. Só se tem certeza quando há primeiramente várias possibilidades. João Carlos só podia ser um defensor, um paladino, um cavaleiro medieval. Ele só podia ser a última esperança do mundo. Ele tem uma tarefa muito mais que difícil. Mas ele tenta, ele é um bom combatente. Ele sabe disso, mas às vezes se sente fraco, muito fraco, e é preciso correr mais para recuperar o tempo perdido” (S1).

Esta estória acompanha um desenho interessante, feito de um modo que indica um certo domínio técnico. Uma marionete, segurada por uma mão suspensa, que lhe comanda os movimentos. Curiosamente, o boneco é um daqueles manequins usados por estudantes de desenho para sensibilizar-se no estudo das proporções corretas do corpo humano. Não deixo de ser levada por uma associação de tipo transferencial: a professora pediu, no primeiro dia de aula, o desenho de uma pessoa louca? Quando o campo da relação é o pedagógico, a professora é a autoridade que comanda este momento que, paradoxalmente, pede que desenhem como quiserem, sem nem mesmo identificar-se

⁴³ Cada desenho estória recebe uma identificação: S1, S2, e assim por diante.

individualmente como autor da produção, mas que desenhem. Ocorre, aparentemente, a superposição de dois diferentes campos: desenhe uma pessoa louca, do jeito que quiser, se quiser, mas não deixe de atender à instrução da professora. S1 parece de saída denunciar esta contradição, quando faz um boneco de madeira comandado por uma mão oculta. Lembro facilmente do Pinóquio, o menino de pau, que um carpinteiro construiu. Louco é o manequim de maneira comandado ou louca é a situação deste manequim, comandado por uma mão obscura, imensa, desproporcional. A mão do destino? A mão da sociedade? E também a mão da professora, autoridade que exige algo dele? Um bem proporcionado boneco de madeira que se debate em sua falta de alternativas que é, paradoxalmente, a última esperança do mundo. Estaria falando das expectativas e pressões familiares sobre os jovens, no sentido de que façam um bom caminho, de que não decepcionem, de que paladinamente defendam os ideais? Interessante notar que a marionete é prisioneira de uma mão, gigantesca, é verdade, mas ainda uma mão reconhecidamente humana. Não são de outro tipo os comandos a que obedece, maquinais, por exemplo. Pode ser até a mão de Deus, desde que se trate de um Deus antropomórfico, dos pais, da sociedade. Pensando bem, a mão é até mais humanizada do que o próprio marionete, mais real, mais verdadeira. De fato, o boneco não parece ter alento. Fico impressionada com queixas relativas a falta de liberdade e excesso de pressões externas. Uma relação de domínio e submissão é o que o desenho-estória evoca. O jovem fala do louco, fala da

situação escolar, fala dos pais, fala da sociedade... Resolvo deixar este desenho e conhecer a segunda produção, como se fosse nova associação de idéias sobre o louco.

Tomo o desenho S2 e vejo um rosto evanescente, desenhado com traços tênues e apagados, dentre os quais se destaca o traçado das sombrancelhas. A expressão é visivelmente entristecida. Parece que o desenhista ou a pessoa desenhada quase não estiveram por aqui...

“Uma pessoa muito simples, trabalhadora, cidadão comum que se confunde com os demais num vagão de metrô. Um dia surta. Bebe um pouco mais do que de costume, no bar em que costumeiramente parava após o serviço, e não consegue voltar para casa. Vagando perdido pelas ruas, é encaminhado por alguma entidade pública a um hospital conveniado à prefeitura. Se tiver documentos e sorte a família o encontrará ” (S2)

A identidade da pessoa está mal definida, confusa entre os demais usuários do metrô. É um pai de família? É um jovem? Sabemos que não é uma criança, provavelmente não é um velho... O que traz é o cidadão comum, que leva uma vida de qualidade ruim. Está evocando um cotidiano sem graça, sem beleza, sem perspectivas. Lembro da música do Chico Buarque – “todo dia ela faz tudo sempre igual” . Repete-se o trabalho, repete-se o metrô, repete-se o bar e um pequeno descuido, um gole a mais (descontrole impulsivo?), revela toda a fragilidade da vida construída. Se

souber quem é, ou seja, se tiver documentos, identidade, a família o encontrará e tudo voltará ao normal. Mas terá, em seu descuido, perdido os documentos e se condenado a vagar pelo mundo deixando de saber quem é e perdendo contato com os seus? O que a estória anterior trouxe em termos de falta de possibilidades de escolha é aqui posto como um dilema claro: ou se está atrelado a uma rotina sem graça e sem perspectiva ou se entra na loucura. Um pequeno gesto tem o poder de arrancar o indivíduo da primeira opção e lança-lo na segunda. O que é mais louco: o gole a mais ou a vida normal? S2 não responde. Entende-se que os traços podem ser tênues do mesmo modo como se pode compreender a marionete: nas duas estórias se fala da impossibilidade de ser e expressar-se enquanto presença marcante, enquanto subjetividade plena.

A terceira produção (S3) traz o cidadão bem adaptado, bem vestido, corporificado, conferindo um aspecto “diurno” à possibilidade de adequação social. Jeitão de quem tomou banho pela manhã e se vestiu para chegar disposto ao trabalho. O aspecto é mesmo “clean”, as vestimentas são “unisex”, masculinizadas: uma camisa de mangas curtas, uma calça e um cinto. O rosto é afeminado ou feminino? Não é possível dizer. A adequação social é sutilmente quebrada pela insinuação de indiferenciação sexual. Em todo o caso, a expressão facial é cordial, olha de frente com um meio sorriso. Talvez falte espontaneidade, talvez seu sorriso seja de um tipo promocional que pode aparecer em fotos publicitárias. Enfim, toda a adequação é quebrada por

um “balão” de pensamento que carrega um ponto de interrogação. Sobre o que se pergunta?

“É uma pessoa normal, com as dúvidas normais do seres humanos, particulares, dela mesma. Isso não a impede de ser feliz ou trabalhar, isso não acarreta em males maiores do que a si mesma, pois seu problema, sua “doença mental” se refere a si mesma. É uma pessoa normal” (S3)

Se em S1 louca é a condição humana e em S2 pode-se enlouquecer quando, a partir de um cotidiano banal e repetido, toma-se um gota a mais, em S3 observa-se um esforço para separar o mundo social, onde se pode ser feliz e trabalhar, do mundo individual, da esfera privada, onde as dúvidas normais podem gerar doença mental. O louco é uma pessoa normal, que está bem adaptada e pode trabalhar sem prejudicar ninguém. A loucura é uma questão interna. As duas possibilidades, adaptar-se ou enlouquecer estão recolocadas, em diversa disposição. Enquanto em S2 a loucura e a normalidade se sucedem no tempo, aqui coexistem no mesmo momento, um externo adaptado e um interno perplexo e interrogativo. Então, a doença não parece ter a ver com a vida que se leva concretamente, na linha do tipo de trabalho ou da vida amorosa, mas em função do aparecimento de dúvidas. Curiosamente, a dúvida que o desenho expressa é: trata-se de um homem ou de uma mulher? Ou seja, trata-se de uma dúvida relativa a um importante aspecto da identidade. Curiosamente, a figura parece agradável e confiável, ainda que não se tenha informações sobre uma dimensão fundamental.

Começo a pensar que o sujeito coletivo que estou construindo, com a colaboração dos alunos, é um terceiro analítico interessante, que não parece estar vivendo a necessidade imperiosa de separar-se radicalmente do louco. Parece entender a loucura como atributo humano, como potencialidade presente no horizonte de todos. Por outro lado, está falando da impossibilidade de uma vida verdadeira, espontânea, já que sua cordialidade parece apenas superficial?

O próximo desenho, S4, provoca um impacto. A figura parece pulsar: um eletrochoque, um surto, um episódio lisérgico, loucura explícita? Enfim, um desenho com certa “energia”. Uma segunda olhada pode fazer divisar uma suástica, constituída pelas pernas e braços em articulação com o corpo. Nota-se, a seguir, que a figura está enquadrada. Então, duas ordens parecem se contrapor: uma ordem de rigidez, que é central, e uma ordem de explosão e movimento, que é periférica. Representação de uma conjunção entre coartação e pobreza, de um lado, e produtividade apenas superficial, de outro? Diz a estória:

“ Esta pessoa está fechada e presa em si mesma. Seu mundo é pequeno, sufocante e isolado. Ela sempre foi uma pessoa expansiva no passado (quando criança) mas sempre foi rejeitada e colocada em último plano. Nunca foi importante para ninguém. As pessoas, e principalmente seus pais, o desprezavam. Ela era considerada um empecilho, um fardo para seus pais. Sempre foi muito carente e nas inúmeras tentativas de busca de afeto, ela não tem êxito. Sem poder compartilhar o seu pensamento com ninguém, fechou-se em si mesma e criou um mundo que consegue satisfazer suas expectativas. Um

mundo que independe de qualquer coisa do mundo externo. Foi a forma que a pessoa encontrou de viver sem mais frustrações” (S4)

A loucura é aqui descrita como questão puramente afetiva, como fruto da falta de amor familiar durante a infância. Separadamente do desenho, a estória faria pensar numa figura introvertida e tímida, alguém sem espaço para expressar sua presença e suas necessidades. Entretanto, os traços do desenho são fortes, denotam expansão, energia e vitalidade. A caligrafia também impressiona, o que raramente acontece. Trata-se de uma caligrafia uniformemente linear, que transmite a impressão de auto- controle acentuado. A estória fala do mundo externo frustrante e do reconhecimento defensivo do mundo interior. Aqui, diferentemente do que temos visto nas produções anteriores, o mundo não é representado como exigência de adaptação, o que seria compatível com o que se pode esperar de um sujeito coletivo brasileiro que terá cerca de vinte anos de idade e cursa o nível superior de ensino. Se em S1 vimos um mundo exigindo um paladino, aqui o mundo é concebido como fonte de satisfação ou de frustração afetiva. Observa-se uma evidente infantilização, de modo que seu estado é explicado em termos do que aconteceu “quando era criança”. Teria nascido expansivo e depois se fechado devido à frieza afetiva do ambiente familiar. Fala de uma ordem interior, viva e espontânea, que teria sido inibida por um exterior rígido.

Entretanto, o desenho curiosamente opera uma inversão. Uma ordem exterior, móvel, pulsante e quase espetacular, encobre um interior rígido e coartado. Os olhos – espelhos da alma – estão curiosamente tampadas por tinta esferográfica, de um certo modo ocultando a figura. A teoria explícita evoca algo na linha delinquencial,

que ocultaria um ser ensimesmado pela falta de amor. Os olhos dão uma estranha impressão de ausência, possivelmente repercutindo a ausência afetiva parental?

Surge agora o desenho (S5) de uma figura que lembra um herói oriental futurista. O uniforme traz um emblema no qual figura o mapa mundi. Dois traços separam as mãos do corpo e não há pés. Sob os grandes olhos, semelhantes aos dos desenhos japoneses, duas “bolsas-olheiras” conferem à figura um ar abatido e cansado. Cabelos ralos e revoltos destoam da correção uniformizada e, em conjunto com as olheiras e o abatimento, emprestam uma humanidade comovente. Como um todo, lembro-me de um personagem do seriado “Jornada das Estrelas” que condensa um oriental e o médico da expedição, em estado de grande fadiga.

“Esse é um homem que se perdeu no mundo de tantas ações, tantas palavras em sentido e não pode fazer nada. Suas mãos com o tempo viraram apenas duas pequenas mãos e dentro de si guardava (como diz o poeta) o sentimento do mundo. O mundo girava muito rápido, e as pessoas não se importavam mais com as relações humanas, tinham relações maquinárias com os homens. Esse homem é fruto do mundo moderno, das cidades que não tem céu à noite, mas apenas escuridão. Este homem se sente desprotegido, ele está nu no mundo. Não imagino um história para esse homem. Ele não tem história” (S5)

Fico com a impressão de que um ciclo se fecha. A marionete, o bêbado perdido, o cordial duvidoso, o loucão sem afeto dos pais, o futurista depressivo... A estória é a do homem contemporâneo, que se

vê numa condição de desenraizamento , de falta de conexão, com um mundo que se desumanizou. Não há lugar para sentimentos, que devem ser guardados dentro de si. Entre a poesia e a máquina, o que parece ocorrer é a perda de si mesmo. Perdendo o mundo, o homem se perde. Há uma perspectiva teorizante nesta produção. Pode-se dizer até que é como se teorizasse a partir das produções anteriores, que apontavam para a existência de duas possibilidades existenciais, adaptação social e loucura, se bem esteja sempre presente a insinuação de que enquanto a loucura pode ser perda de referenciais identitários (S2), a adaptação pode ser algo pior e mais louco, como transformar-se em um manequim de proporções manipulado (S1). Estou diante de alusões à “perda da alma”? S1 é um Pinóquio dizendo que não é um menino de verdade? Entendo que o campo que gera este estreitamento de opções é a cidade da civilização globalizada. Interessantemente, esta teoria pode abarcar inclusive a produção contrastante de S5, uma espécie de Rambo que vinga sua infância sem amor. É o campo da vida urbana atual que sustenta a loucura que está sendo descrita até aqui. Nesta teoria, a loucura não é vista como evento interno, pessoal, mas pensada em termos de uma “louca vida humana”. O indivíduo é visto mais como vítima que, em sua nudez e desamparo, guarda ainda um poeta. Claro está, aqui o louco não é o “outro”, mas o humano no tempo de hoje. Deste modo, até o momento são poucos os indícios sintomáticos: a bebedeira, a dúvida , o isolamento afetivo ou algum nível de violência expresso pelo desenho de S4. Como vítima de um mundo externo absurdo, portando dentro de si uma alma de poeta, este louco é capaz de suscitar empatia , numa linha de identificação relativamente tranquila. O louco não é o estranho, o não familiar...

O próximo desenho (S6), em que se tem uma figura humana cercada por cabeças, bolinhas, cruzinhas, estrelas e riscos, lembra-me uma ilustração popular nordestina, tipo literatura de cordel. Associo-o com cenas do filme “Central do Brasil”, em que o interior nordestino é mostrado em sua beleza pobre e crua. Sou levada ao clima de Vidas Secas de Graciliano Ramos. Lembro-me de raízes, de empregadas domésticas recém chegadas do nordeste, de comida com farinha de mandioca – novamente raiz. Viajando em minhas fantasias associativas, surpreendo-me com a estória lacônica :

“Pessoa que tem um emprego e uma rotina estável; sai de casa todo o dia no mesmo horário, pega o carro, vai para o trabalho e volta no fim do dia. Tem mulher e filhos. Tem muitas idéias” (S6)

Outra versão do “Cotidiano” do Chico Buarque? Uma vida conformada e sem sentido, que aproxima a normalidade, enquanto existência desprovida de sentido, da loucura? Lembro-me da paciente de Sécheraye (1950) que mostra claramente como a perda do significado do mundo humano é a loucura. Entretanto, S6 está dizendo que o achatamento da vida é a loucura. Há, entretanto, uma cisão mundo interno e realidade social, pois a submissão assumida não atinge a produção ativa das idéias. Louco é viver adaptadamente. Como diria Fernando Pessoa: “Queriam-me casado , fútil, cotidiano e tributável?” As idéias são preciosidade a serem guardadas? A pobreza da estória me leva de volta ao “Central do Brasil”, ao nordeste, à literatura de cordel, à economia de palavras. E fico pensando se aqui não há uma idéia norteadora (nordesteadora?) que dá sentido a estas comunicações: a idéia de desperdício de potencialidades. O contraponto do empobrecimento e superficialização é o desperdício.

Desperdiça-se o poeta, prisioneiro do interior, interior lindo e sofrido, que não pode acontecer no mundo. De repente, tenho a imagem de uma ciranda, uma dança de roda na qual todos se dão as mãos: a marionete, o bêbado perdido, o cordial duvidoso, o Rambo sem afeto, o futurista depressivo, o nordestino cheio de idéias... É para aí que me leva esta invenção a tantas vozes? Para uma invenção- ciranda, atirada a partir da beleza bachiana para o terreiro, para o exterior, para figuras encarnadas de cirandeiros?

S7 corresponde a um desenho infantilizado. Uma figura masculina, que poderia ser um garoto ou um adolescente, cabelos curtos, calça e camisa, dedos da mão bem diferenciados. Nada chama muito a atenção, a não ser o fato de um dos pés ter saído maior do que o outro e ter sofrido uma “correção” com a própria caneta esferográfica. A correção não salvou o desenho, mas informa que o desenhista percebeu seu erro. Terá sido desenhado um menino bem adaptado que sucumbiu às pressões do mundo moderno, vive preso à rotina, sem sequer se dar conta dela? O que significa este pé machucado/ corrigido?

“Ele era um sujeito absolutamente normal até a morte da esposa, a qual amava muito. Desde então começou a ter fobia de carros (devido ao acidente automobilístico que matou a esposa) e não consegue ficar muito tempo sem chorar, o que o fez perder o emprego e sua vida social! É uma pessoa angustiada que vive no passado, baseado nas lembranças da esposa” (S7)

Surpresa! Volto a página para me certificar de que não houve engano. O menino do desenho é mesmo o viúvo desconsolado !

Entretanto, a figura evoca a história de um menino que machucou o pé e não pode brincar... Na estória, a loucura é associada à perda e colocada em um contexto biográfico pessoal, cronologicamente organizado, o que até o momento não tinha aparecido. Aqui, ainda que rápida, há uma narrativa cujas lacunas o leitor pode preencher com facilidade. Então a loucura é algo que acontece quando se enfrenta a tragédia. Não é resultado de uma rotina achatada pela falta de perspectivas, nem algo inerente à condição humana num mundo contemporâneo tecnológico e maquinal. É possível viver bem, desde que não se seja apanhado pelo infortúnio que, afinal, é estatisticamente menos provável de acontecer do que o seu oposto. Contando uma tragédia, a estória tranquiliza por dois motivos. Em primeiro lugar, porque se a loucura acontece quando sobrevem uma fatalidade, quando as coisas vão bem escapa-se da loucura. Por outro lado, parece que esta loucura assusta menos porque é facilmente compreensível. Trata-se do exagero de uma reação de luto, que parece ter deixado o viúvo tão desamparado afetivamente quanto um pequeno órfão. O único sintoma é o choro, nada mais. Curiosamente, reparo, quase ao final destes comentários, que o destino se cumpriu sob a forma de um acidente automobilístico. O automóvel é aqui tomado como objeto absolutamente banal e cotidiano? Ou é referência à máquina, à tecnologia do mundo contemporâneo? Saímos, ao que parece, do campo da vida urbana atual, que desperdiça /empobrece o potencial humano, para entrar no campo da fatalidade? Mas de que fatalidade se trata? A fatalidade da separação dos amantes pela morte acidental, deixando como resultado um menino- viúvo desconsolado... Impossível deixar de fazer associações triangulares, edípicas... O casal desfeito, o menino abandonado... O campo da fatalidade se articula ao edípico?

S8 traz uma figura de feições bastante expressivas, bem diferente de S7. Trata-se de uma cabeça de mulher, com olhar perdido, absorto e fixo em algo que lhe absorve a atenção. Lembro-me dos olhos tapados do Rambo S4 e tenho aqui o seu oposto. Em S8 o olhar fala de uma vida interior, de lembranças, reflexão, pensamento... O olhar ao longe fala de perspectiva, de profundidade. S4 tem um olhar “achatado”, um não- olhar. De fato, o olhar do desenho S8 é o seu ponto forte, que combina com os cabelos despenteados, a feminilidade mantida do rosto, as rugas sofridas da testa... Estranhamente, no então, a cabeça está acoplada a uma espécie de caixa que corresponde aos ombros e nada mais é desenhado. Deste modo, os ombros retos anunciam uma espécie de caixa- corpo que não se completa. Não sei se por causa do viúvo anterior, o fato é que me lembro de caixão...

“Filha de pai músico, falecido aos trinta anos. Mãe atualmente inválida (sofreu derrame). Irmão surtado, irmã que deu o golpe do baú. Aos dezesseis anos engravidou, o parto da criança foi complicado. Depois de cinco anos de casamento, pôs fogo em todos os móveis da casa e fugiu com o filho para uma favela. Nunca teve tratamento adequado e mora hoje com os pais do ex- marido

(que são espíritas e acreditam que sua ‘doença ‘ seja uma ‘posse’ de um espírito em seu cérebro) ” (S8)

Curiosamente, a figura já evocou caixão e o tema da morte aparece duas vezes: sob a narrativa do falecimento do pai, quando provavelmente S8 era menina, e através dos sogros espíritas que, como tais, comunicam-se com espíritos dos mortos. Trata-se, como no caso anterior, de uma narrativa biograficamente situada. Não estamos

mais diante de uma única tragédia que abala uma vida estruturada. Estamos diante de toda uma desestruturação vincular, que não parece transcorrer necessariamente no mundo de hoje. A situação lembra Nelson Rodrigues. O pai e a mãe parecem personagens desencontrados. O jovem artista, talvez um marginal, talvez um boêmio, e a velha senhora hemiplégica, não lembram facilmente um casal! O surto do irmão é cotejado com o golpe do baú. Loucura casar-se por esse motivo? As opções são a psicose ou a psicopatia? Em todo o caso, no ambiente emocionalmente carregado pela morte, pela invalidez, pela doença e pelo interesse, acontece a busca do amor e prazer, o sexo, o casamento e o filho. Inexplicavelmente, ou seja, de modo bastante diferente do que vimos em S7, destrói violentamente os móveis, símbolo do casamento, salvando apenas o filho e mergulhando na pobreza. Não aparece nenhuma indicação que forneça uma pista acerca dos motivos pelos quais sua situação conjugal estaria tão insuportável. É impossível deixar de lembrar de Caetano Veloso : “Quando eu chego em casa nada me consola, você está sempre aflita... Eu quero tocar fogo nesse apartamento...” Insatisfação, amargura, frustração... Os sogros a acolhem porque são espíritas... Parecem pertencer a um mundo diferente daquele de onde vem... Um ato falho: não fala em possessão espiritual, mas em posse. Posse, golpe do baú, favela, fogo nos móveis... A loucura do drama rodrigueano em que as alternativas são a loucura ou o golpe do baú...Versão feminino do dilema da normalidade e loucura? Golpe do baú, configurando a loucura da conveniência e do interesse, contratando com a loucura de casar com alguém com quem se transou por ímpeto e de quem se engravidou sem querer (aos dezesseis anos?) Aqui parece surgir o esboço de uma nova teoria: fica louco quem cede aos ímpetos ao invés de raciocinar friamente sobre as próprias conveniências?

Uma segunda leitura imediata me faz pensar, usando o desenho-estória anterior como interpretante, nos casais e separações... O primeiro casal é separado, a irmã casa para dar o golpe do baú, o que equivale a dizer que não chega a se constituir, propriamente, um casal, o casamento é uma farsa... A união da moça é impulsiva e precipitada... Finalmente, certa proteção é obtida junto a um casal parental que se comunica com os mortos... O drama tem ressonâncias edípicas e se articula à morte e separação.

A ciranda se amplia: a marionete, o bêbado perdido, o cordial duvidoso, o Rambo, o futurista depressivo, o nordestino desperdiçado, o viúvo- menino desconsolado, a incendiária atormentada... Um deslizamento desde considerações amplas sobre as condições de vida humana no mundo atual para as biografias pessoalmente marcadas por dramas de relacionamento, paixões e tormentos ...

O desenho S9 chama atenção. Há uma árvore, na qual uma figura humana está recostada. Os traços lembram desenhos em quadrinhos. A pessoa é desenhada com traços extremamente simples e a cabeça não tem cabelos. Bastante marcada a boca, que apresenta os cantos para baixo, e os olhos fechados, com o detalhe dos cílios bem marcados. Não fora o traçado da boca, e talvez antes de vê-lo, suscita a idéia de um descanso agradável em um bosque.

“Era uma pessoa sem localização espacial por uma lesão cerebral, e como estava já velha, a família começou a ter muito trabalho com ela pois ela vivia se perdendo e assim a internaram em uma instituição psiquiátrica” (S9).

Novamente, surpresa! O desenho faz apelo à liberdade do parque, mas o conteúdo da história remete à internação! Lembro aqui dos primeiros desenhos que falam de um mundo difícil, especialmente do futurista depressivo, que guarda em si o sentimento do mundo, e este belo mundo do bosque, que não pode ser aproveitado porque a pessoa está lesionada e desorientada. A figura não traz sinais de envelhecimento, mas a história faz apelo não propriamente à loucura mas à perda do juízo por efeito da passagem do tempo e da consequente doença orgânica. A loucura é colocada, pelo jovem estudante, como algo que pertence ao mundo do envelhecimento, da doença e da morte. Então, louca não é a vida que se leva neste mundo, mas a da pessoa desafortunada que tem um fim de vida triste. É evidente um movimento defensivo, na medida em que a possibilidade da loucura, corretamente concebida como perda de referências, é afastada no tempo e entendida como efeito específico de lesão neurológica. Ou seja, se eu sou jovem e não tenho lesão cerebral, este assunto não me diz respeito... Lembro aqui de um jeito comum de lidar com a morte, que é achar que vai acontecer daqui muito tempo, que talvez eu tenha sorte e não venha a enfrentar uma doença muito sofrida, etc.. Não deixo de pensar que aqui, precisamente, o medo da loucura aumentou.

S10 oferece um desenho interessante. Uma jovem de sexo feminino, olhos destacados e belos, cabelos lisos mas volumosos, em comprimento médio. Os pés também são femininos, delicados. As mãos estão cruzadas sobre o peito. Veste uma blusa e uma calça que também serviriam para um rapaz, mas é decididamente muito feminina.

“Esta é uma menina normal que um dia gostou muito do seu namorado, a um ponto em que sentia que não conseguiria viver sem ele (seu amor se transformou numa necessidade, numa dependência). Quando seus pais o conheceram melhor, por alguma razão, não gostaram dele e proibiram o namoro. A menina, então, no auge do desespero, matou seus pais” (S10).

Susto! Diferentemente da produção anterior, em que a loucura é distanciada através da lesão cerebral e da velhice, aqui tem-se uma representação que a aproxima das condições de vida dos próprios alunos: jovens, em idade de conhecer namorados (as), morando com os pais e deles dependendo... A “psicopatologia” aparece sob a forma de um desregramento, da paixão, da dependência, ao apego desmesurado. A ameaça de perda leva ao gesto homicida, sem mediações. O susto sobrevem porque não aparecem termos de passagem, tais como tentativas de conversa, de fuga, de obediência, ou outras. A passagem ao ato é direta, tanto no âmbito do conteúdo como no da própria forma da narrativa. Um casal é sumariamente exterminado porque impede a constituição de um outro casal... O campo edípico é novamente invocado...

Sucedem-se, na invenção- ciranda, campos da louca vida urbana, da fatalidade e da paixão. O velho lesionado constitui-se como personagem através do qual a loucura é negada. Correspondendo ao momento de maior medo, acaba sendo paradoxalmente o de maior proximidade com o temido, porque oferece uma estória na qual o significado e o vínculo, em termos dramáticos, foram decididamente abolidos.

S11 oferece um desenho simples que marca certa estranheza e alheamento. A identidade sexual não é marcada, os braços estão cruzados e o olhar parece perdido, não focalizado.

“Dificuldade de relacionamento com as pessoas, inclusive com os familiares. Estes, por não compreenderem as atitudes do filho, os acessos de violência, tratam-no como se fosse um estranho ou dão um tipo diferente de atenção daquela dada aos seus irmãos. Este não faz questão de apresentá-lo aos amigos e ele prefere se isolar dos acontecimentos. É introspectivo e ao mesmo tempo aparente ter uma força no comportamento, personalidade (apesar da inconstância), que intimida as pessoas” (S11).

S11 intimida as pessoas com sua força e violência. S10 mata os próprios pais por paixão e S8 incendeia a própria casa. Em dois desses casos, a violência está ligada a acontecimentos biográficos. Aqui, não fica claro se a causa dos problemas é a falta de compreensão dos pais e irmãos, na mesma linha do Rambo, ou se as dificuldades tem mais a ver com um modo de ser introspectivo. Ou seja, parece haver uma oscilação entre a teoria da loucura violenta como falta de afeto dos familiares e uma outra que entende que fatores absolutamente internos, pessoais e mesmo desconectado dos acontecimentos levariam a pessoa à loucura. Neste segundo caso, a incompreensão dos familiares só acentuaria um problema de natureza interna.

S12 é uma mulher de olhos grandes e longos cabelos lisos e escuros. Suas vestes são femininas, conservadoras e discretas: a saia vai até os tornozelos. As mangas são compridas. Os pés estão

estranhamente voltados para o mesmo lado, ou seja, de perfil, enquanto a figura é frontal.

“Esta mulher tem trinta e cinco anos. Sua família suspeitou que havia algo de errado com ela porque ela não conseguia se sobressair nos estudos. Não conseguiu se alfabetizar. Foi levada ao médico. Este diagnosticou problemas mentais graves. Não se sabe o porque desses problemas genéticos - se decorrem de problemas genéticos ou se foram causados por uma meningite que acometeu tal mulher quando esta tinha tenra idade. Com o tempo, a situação da mulher foi-se agravando, sendo ocasionais ataques epiléticos. Atualmente, vive numa clínica especializada, tomar forte dosagem de remédio, tem um olhar que mostra claramente que é uma doente mental, mas tem uma pelo jovem, o que faz com que pareça que tem menos idade” (S12)

Nesta produção a loucura é meramente transformada em doença neurológica, de tipo infeccioso ou congênito. Desta forma, deixa de ser problema abordável ao nível humano de análise. O que seria uma biografia transforma-se num prontuário. Evidentemente, opera-se uma redução que tem como corolário a legitimação da exclusão: a mulher deve viver numa clínica especializada e não em sociedade. Percebe-se, portanto, um novo afastamento defensivo da loucura, que deixa de envolver angústias existencial, mas apenas perda da capacidade cognitiva e ataques epiléticos. Quem desenha está na faculdade, passou em um vestibular muito concorrido, já se sobressaiu nos estudos, nada tem a ver com a loucura.

Lembro da dança de roda composta pelos personagens que vão aparecendo e não deixo de pensar que a moça S12 deve dar as mãos à

pessoa velha e lesionada de S9). S 11 sequer daria as mãos... E S10? Mãos assassinas cruzadas sobre o peito...

S13 é uma figura muito estranha, uma mistura de inseto com ser espacial, com capacete e botas. Não dá medo, está mais para figura de estórias em quadrinhos. Não deixo de lembrar da Metamorfose de Kafka e com isto em mente vou à estória:

“Esta pessoa é uma criação de sua própria imaginação, não existe nem para si mesmo, o seu ser é o próprio espaço, os objetos, é tudo. Ela é a própria criação- joaninha” (S13)”

Uau! Um mergulho na loucura enquanto perda de referenciais eu / não – eu e mergulho no real, um misturar-se ao todo do mundo, uma adesão a uma identidade delirante que simboliza essa mistura existencial... Se S12, com S9 se defendem no reducionismo neurológico e na internação segregadora, S13 literalmente voa... Do mundo para a natureza, do humano para o inseto, curioso inseto que tem nome de gente. Inseto que não dá medo, que não dá nojo, que ninguém quer matar... Mas quem se transforma em joaninha? Talvez o marionete... Ou o herozinho deprimido, que explodiu seu sentimento de poeta reintegrando-se na natureza... A natureza idílica, amigável, prazerosa é o avesso do mundo urbano desumanizador e exigente. Retornamos, por caminhos outros, à louca vida urbana?

S14 faz uma figura bem próxima à margem inferior do papel, o que me faz perceber que os desenhos anteriores tendem a ocupar predominantemente a porção superior. É uma figura não definida sexualmente, talvez mais masculina, calça, camisa e cinto, cabelos

negros de comprimento médio, olhos bem abertos, meio arregalados e boca fechada em sorriso. A expressão, combinando o sorriso com os olhos, é meio estranha:

“Quando criança ele sofreu muito por não conseguir se relacionar com as outras pessoas. Era visto como diferente e estranho. Até que sua família que também o rejeitara, abandonou-o em um hospital psiquiátrico” (S14)

Aqui a loucura é psicológica, e não neurológica, como em S12 e S9, mas assim mesmo interna e inexplicável, ocasionando nos demais sentimentos de estranheza. o isolamento social parece ser o sintoma primário. Críticas são feitas à família, que rejeita, e ao hospital, que é o lugar dos abandonados. Tem-se a impressão de que o autor não está tão fortemente defendido, a ponto de não mencionar ou deturpar o problema, mas certamente não deseja grande envolvimento com a questão. Casam-se, assim, a teoria do isolamento com uma motivação para afastar-se do assunto. Em todo o caso, cumpre destacar que, ainda que não esteja lançado mão de um reducionismo claro, o nível psicológico está apenas esboçado, porque aparece de modo a dificultar o entendimento das ocorrência em termos de dramática pessoal. Penso na situação de alguém que esteja bem próximo a um espelho, numa posição que lhe permita ver o ambiente refletido, sem condições de enxergar o próprio reflexo.

No alto da folha, como que dependurada, nem chão nem apoio, S15 traz um corpo desenhado com “palitos”, encimado por uma cabeça claramente feminina. A impressão de algo dependurado é dominante,

até porque as pernas e os braços estão desenhados como duas letras v invertidas.

“É uma pessoa que desde pequena teve problemas de socialização, não gostava muito de brincar com outras crianças, mas tinha grande imaginação e habilidade nas suas brincadeiras. Em decorrência disso, acabou sendo colocada numa classe para alunos especiais. Sua vida não mudou muito, continua sendo pouco sociável” (S15).

A estória cai num padrão semelhante à anterior. A questão é interna, inexplicável e se manifesta como manifestação de relacionamento com os demais. A classe especial na medida em que pouco pode contribuir para uma situação vista como irreversível, aparentemente substitui o hospital psiquiátrico. Observa-se a preocupação em relatar a preservação da capacidade da imaginação, aparentemente excluindo a possibilidade de déficit intelectual e acentuando o defeito psicológico emocional primário. Aqui, também, figura não se vê...

A produção S16 traz um homem nu da cintura para cima, peito peludo e umbigo à mostra, rosto com imperfeições de pele, uma grande cicatriz, olhos esbugalhados, cabelos curtos, rugas na testa, orelhas pontudas. No braço direito uma marca lembrando um torquinete e uma injeção.

“João nasceu em 1970, numa pequena cidade do interior paulista. Sua família parecia normal, a não ser por um estranho caso de suicídio ocorrido com seu avô, nenhum caso de comportamento anormal.

Quando criança era extremamente pacífico, aluno aplicado e bem relacionado com os colegas. Aos vinte anos mudou para São Paulo iniciando seus estudos de psicologia na Universidade de São Paulo. Apenas no terceiro ano de faculdade começou a apresentar comportamento anormalmente irritado e declarar que os professores o perseguiriam. O quadro piorou rapidamente sendo internado após um ano do aparecimento dos sintomas iniciais, quando declarou que seu pai, já falecido, estava conspirando com os anjos para mandá-lo para o inferno o mais rápido possível. Já tentou escapar várias vezes, quando capturado sempre alega que o torturam no hospital” (S16).

S 16 inicia sua narrativa em tom muito semelhante ao adotado pelos romances policiais escritos para adolescentes que, de uns anos para cá, substituem, nos ensino médio e fundamental, boa parte da antiga literatura daqueles que são considerados os grandes escritores da língua portuguesa. Usa um truque comum nestes tipos de obras: muda de plano, abandonando o que parecia de fato ficcional para voltar abruptamente para o terceiro ano do curso de psicologia e compor um “delírio” persecutório. Ameaça, portanto, fazer uma ruptura de campo, subvertendo o campo proposto, que é transicional e projetivo, pelo plano do cotidiano universitário. As ressonâncias transferenciais são óbvias: estando, no momento, “nas mãos” da professora, atendendo sua instrução, pretende assustá-la revelando-se, de fato, um louco, como pessoa que se sente perseguida pelo pai falecido. Lembro aqui dos índios Mohave, estudos por Devereux, que consideram que interferências dos mortos sobre os vivos são perfeitamente possíveis. Refugio-me entre os Mohave para me proteger? Preciso de sua cosmovisão para não me assustar? Lá, entre os índios, a estória de S16 “não colaria”. Seria preciso lançar mão de outros recursos para

passar a impressão de loucura. Finalmente, dá uma última volta e completa a estória situando-se como torturado no hospital psiquiátrico. Assim, pode-se distinguir quatro lances narrativos em que joga com o motivo do delírio, contrapondo situações prováveis, improváveis ou impossíveis, numa bonita configuração. Não apela para teorizações, mantendo-se obedientemente no plano narrativo, conforme as instruções. Então, é interessante notar que perspassa toda uma tensão relativa ao relacionamento com figuras paternas e/ou revestidas de poder: o avô “suicidado”, o pai falecido que o persegue, a professora que o assusta e a quem ele quer assustar... Por outro lado, focaliza uma questão fundamental na consideração de alguém como louco: o da aceitabilidade ou inaceitabilidade de suas crenças. Assinala, também, como a não aceitação pode ocasionar a segregação, sem , contudo fazer nenhuma alusão a possível preocupação com o sofrimento. Em todo o caso, é importante salientar como mergulhou na loucura, aparentemente, trazendo-a para a própria situação pessoal, mas, como se pode constatar pela forma da narrativa, com total domínio da situação. O campo conjuga migração do interior para a metrópole e drama relacional entre diferentes gerações.

S17 desenha uma cabeça, metade do rosto sombreado, metade na luz, o olhar perdido ao longo. Escreve pouco, à guisa de estória:

“Isolamento causado por paranóia. Precoce. (S17)”

Em texto bastante econômico, em que se furta de verdadeiramente contar uma estória, S17 adota uma forma de expressão que guarda certa harmonia com o que quer relatar: o isolamento, a dificuldade de comunicação. O desenho também faz

apelo à existência de dualidade, de conflito entre opostos, de um lado claro e outro sombrio, indicando que muito não é conhecido ou compreendido. Trata-se de uma produção que guarda certa semelhança com aquelas que invocam o plano psicológico sem vinculá-lo à dramática da vida, como algo essencialmente incompreensível e inexplicável.

O desenho seguinte, S18, traz uma pequena figura humana, praticamente careca, com fios espetados, que mais lembra um personagem de quadrinhos. Calça e camiseta configuram uma vestimenta sexualmente indefinida. Em camisa de força, um dos braços está para cima, tocando a orelha oposta, e o outro cruza o peito para supostamente repousar ao nível da coluna lombar. Dentes a mostra num sorriso estranho, transmite sensação de perplexidade.

“Esta pessoa nasceu assim. Não é má, apenas tem problemas de relacionamento social. Na presença de estranhos, fica ansioso, enlaçando os braços em volta do seu corpo. Foi criado em meio a uma família de classe média baixa, era o caçula. Sempre foi tratado normalmente, sem ‘paparicação’ , mas também sem maus tratos. Frequentou a escola algumas vezes. Passava os recreios sozinho”
(S18)

O tema de uma inexplicável incapacidade de estabelecimento de vínculos retorna. Há um cuidado de não permitir qualquer conexão entre acontecimentos de vida e a conduta, sendo claramente defendida a tese de defeito congênito - “nasceu assim”. Condições normais lhe foram oferecidas: família comum e escola. Não houve paparicação... Insinuação antiga de que uma criança, quando muito mimada, pode

ficar “estragada”? Caso em que os pais seriam, obviamente, os responsáveis. Entretanto, não há como compreender seu comportamento. Trata-se de uma visão claramente defensiva: existiriam duas espécies de pessoas, as que nascem loucas e as outras, entre as quais o aluno- autor evidentemente se coloca.

S19 traz um homem com uma blusa sem gola fechada por um fileira de seis botões. Será um paletó ou um pijama? Olhos abertos, cabelos curtos e cacheados, parece uma figura comum:

“Jovem de classe média, sofreu alguma grave doença durante a infância e adquiriu retardamento mental. Desde então passa por acompanhamento em instituições de ensino especializadas e profissionais autônomos. Vive com a família” (S19).

A loucura é aqui simplesmente evitada através das categorias de doença grave na infância e retardamento mental. De uma certa forma, S19 fugiu ao tema, defensivamente, preferindo entender que esta pessoa, contando com um ambiente familiar acolhedor e cuidador, é vítima de uma fatalidade absurda, que não guarda nenhum sentido com o todo da vida da personagem. O plano psicológico e dramático é simplesmente desvinculado da problemática da loucura.

No próximo desenho, S20, parecem cinco figuras humanas. Quatro delas são graficamente bastante esquemáticas e “sobrevoadas” o meio da folha, de mãos dadas e sorridentes. Pés e corpo esquemáticos comporiam mais um humano neste grupo, mas o autor abandonou a idéia e riscou- o . No canto inferior esquerdo, de perfil, apoiado em um

muro, cabisbaixo, uma figura masculina vestindo calças, camiseta e botas, transmite certa tristeza:

“Pessoa com enorme dificuldade de se ajustar socialmente, sempre viveu sua vida sozinho. Com grandes crises depressivas, se acha inferior aos outros e, portanto, indigno de conviver com eles. Porém, sente vontade de se ajustar, e essa dualidade causa grande sofrimento. Suas raras tentativas de ajuste são tímidas, e como tal, acabam por ser mal sucedidas” (S20).

Esta estória tem, como primeiro efeito sobre mim, a percepção de que até o momento não aconteceram alusões à possibilidade de melhora da condição de vida das figuras desenhadas. Estou no vigésimo desenho- estória e só neste momento alguém se lembrou de que pode estar presente o desejo de viver de outra forma. Penso nas produções anteriores e me dou conta de quão definitivas são, parecendo apontar sempre para situações insolúveis: o mundo é o que é ou as pessoas são o que são. Onde foi parar a esperança de mudança? O ponto é importante, já que todas as formas de psicoterapia dependem, obviamente, da idéia de que a realidade seja passível de transformação. Ainda que não apareça uma explicação, neste desenho- estória se entra em contato com uma pessoa, que, aliás, é mais “encarnada” do que as demais figuras esquematizadas. Aqui entende-se que a conduta da figura expressa a existência de problemas relacionais e é passível de inteligibilidade.

Num corredor cheio de portas, alinham-se em fila cinco figuras humanas bem desenhadas, aparentemente uniformizadas, em um

corredor cheio de portas. Suas expressões são preocupadas. Trata-se de um grupo de médicos e enfermeiras?

“Ao finalizar o desenho, me chamou a atenção o fato de não ter desenhado os corpos por inteiro. O rosto está mais em evidência, o crânio, o cérebro, enfim, a mente é o que interessa. O doente mental, seguido por médicos ou por outros doentes mentais, tem uma aparência comum, porém uma expressão de grande infelicidade. É um ser que sofre visivelmente. Ele se encontra no corredor de um hospital psiquiátrico” (S21)

O que seria uma estória começa com comentários e considerações nas quais se coloca não como autor, mas como um examinador do desenho. Estaria fazendo um esforço para não se misturar à própria produção gráfica? Para não seguir irresistivelmente a figura do louco, num certo fascínio? Um tipo que lembra o flautista de Hamelin. Aliás, seria esse um dos temas implícitos nesta produção, o da atração que a loucura, como um abismo, exerce sobre todos? Mas de que loucura fala, a loucura da despersonalização ou a loucura da normalidade, da submissão à dinâmica de um mundo desumanizado e sem sentido? O maior perigo é aderir ao cortejo que adentra o hospício ou àquele que congrega os normais que se contentam com uma vida meramente adaptada? O fato é que o autor se recupera emocionalmente a ponto de chegar não propriamente a uma narrativa, mas a uma descrição menos distanciada da cena na qual consegue perceber a existência de vinculação entre loucura, sofrimento e infelicidade que, como temos visto, não é facilmente abordada pelo sujeito coletivo. Retorna-se, mais uma vez, ao campo da louca vida urbana na sociedade contemporânea massificada.

Em termos sequenciais, inicialmente tomamos contato com produções que lidaram, basicamente, com a loucura como contraponto da vida no mundo humano. A esta série pertence a marionete, o bêbado perdido, o cordial interrogativo, o heroizinho de olheiras, o desenho nordestino, o cortejo final. Pelo avesso, a criação – joaninha também está aqui presente. O mundo é cruel, o louco é vítima dele, e, deste modo, posso compreendê-lo. Estamos todos juntos porque, afinal de contas, louco é o mundo.

Finalizando esta primeira série, O líder da fila é uma produção complexa que focaliza a loucura como mergulho fascinado na não diferenciação. O coletivo parece atrair irresistivelmente, como a música do flautista de Hamelin. Lembro-me da massa, de que fala Freud, do reino do contágio... O cortejo parece seguir, engrossando suas fileiras, passando diante de portas sempre iguais numa alusão aos apagamento dos traços distintivos. A loucura é adentrar na doença mental, no hospício, ou, o seu contrário, misturar-se massificadamente aos demais, com perda de contornos identitários?

A homicida apaixonada, a incendiária e o viúvo desconsolado correspondem, no meu entendimento, a outra série, de tipo dramático-biográfico, que tanto realiza uma contextualização motivacional. Entretanto, algumas importantes diferenças aparecem. Deste modo, o homicídio dos pais por amor é mais violento, mas ao menos informa sobre o pensamento do moça desesperada, enquanto o relato do incêndio doméstico é muito menos claro em termos das motivações que

o presidiram. Por outro lado, a morte ligada a separação ou extermínio de casais está presente nas três produções. O casal termina na estória do viúvo, deixando como saldo um órfão- viúvo. A apaixonada extermina o casal parental, que se manifestara contrário à sua paixão. O casal da incendiária só fica junto sob forma dos sogros espíritas. Ora a morte é uma fatalidade, como no caso do acidente automobilístico, ora é fruto do descontrôle passional, de todo modo tem efeito irreversível não só para os mortos, mas também para quem sobrevive.

Idéias persecutórias, como fenômenos internos, aparecem na produção do aluno de psicologia(S16) e na produção meio sombreada (S17). O Rambo (S4) alude ao fechamento afetivo e a distúrbios de conduta motivados pela falta de amor e carinho na infância, numa linha igualmente acusatória. O aluno de psicologia também é perseguido pelo pai. Deste modo, condições de retraimento ganham contornos mais dramáticos , porque, de forma mais ou menos clara, uma dinâmica de ódio e vingança, perseguição e acusação, ainda permite uma compreensão em termos de motivos e razões humanas.

Uma terceira sequência é formada por produções que falam sobre lesão cerebral, meningite retardamento mental, configurando uma espécie de fuga, nada musical, ao tema (S9,S11 e S19). Fogem da dramática, anulam e biografia, transformam a história de vida em prontuário psiquiátrico. É como se seus autores, diante do aumento da angústia , tivessem escolhido fugir usando uma rota gasta e há muito aberta. O pensamento ocidental científico e positivista fica muito à vontade neste ambiente. Pode-se dizer que são, antes de mais nada,

produções defensivas, “antipsicológicas” . No entanto, foram produzidas por pessoas que optaram exatamente por estudar psicologia...

Uma quarta série aproxima produções que dizem respeito a uma tendência psicológica essencial ao isolamento (S14;S15 e S18). Lembram a impossibilidade de visão de si mesmo, perda de contato com o outro e com o eu. De uma certa forma, parece ser um grupo que tentou a rota de fuga anterior, pela via do reducionismo neurológico, mas não chegou a completá-la. A dramática é explicitamente negada, não existem motivos ou razões humanas, não há como entender... Existe simplesmente a recusa a ser. Autismo, negação do vínculo e do significado. Um contraponto a esta série é S20, que localiza a dificuldade de contato num contexto pessoal em que existe desconforto. A figura exhibe uma clara ambivalência entre poder ou não entrar na esfera de uma coexistência mais plena. Não se compreende, mas se expressa.

Em suma, chegamos à percepção de quatro diferentes campos: a louca vida urbana, paixão violenta, doença neurológica e isolamento imotivado. Nosso sujeito coletivo é alguém que olha criticamente a vida contemporânea, apontando para a desconsideração do humano, do sentido, do sentimento e da emoção... Entretanto, não parece nutrir esperança na transformação da realidade. Conseqüentemente, não se vê, de modo algum, como agente de mudança. Entende que, por vezes, o exagero da paixão e o descontrole dos impulsos podem levar a ações violentas... Parece que tal eventualidade acontece predominantemente no contexto da frustração amorosa, pois não há sinais de outras paixões... Acredita que problemas neurológicos impedem que alguns se constituam como pessoas no sentido pleno da

palavra e meramente sobrevivam de um modo desprovido de sentido . Finalmente, constatam perplexamente que outros simplesmente não querem fazer parte do mundo humano, não querem manter vínculos. Não há explicação para o fato, na medida em que explicar já é atribuir significado e, portanto, lidar com nexos associativos. No avesso dessa realidade, que atribui à loucura, revela-se uma subjetividade analítica, lúcida e crítica, mas fundamentalmente desesperançada e impotente. É como se realizassem apenas a primeira metade da conhecida expressão que Basaglia usava, ao final dos anos sessenta, exortando ânimo naqueles que batalhavam pela reforma psiquiátrica: “contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática!”. Será que o heróizinho abatido poderia ser capaz de fazer acontecer seu sentimento de poeta? Será que o nordestino ressecado e empobrecido poderia explodir em vida e ação no mundo? Promessas...

Epílogo

A pesquisa psicanalítica segue caminhos verdadeiramente interessantes. Trabalhemos na clínica psicanalítica padrão, na clínica social psicoprofilática ou em enquadre transicional de aprendizagem, nossa posição é sempre a de um viajante que está acostumado a se defrontar com novas paragens, mas que verdadeiramente nunca aqui esteve antes. Em suas recomendações referentes à pesquisa psicanalítica, Lino da Silva (1993), coerente com o pensamento bioniano, incentiva uma abordagem inicial ao campo, definindo tão somente o interesse de pesquisa, sem hipótese previamente estabelecida, sem recenseamento anterior de toda a literatura pertinente, na busca de um estado interno compatível com a atenção equiflutuante. Expressa assim exigências do método psicanalítico, que espero ter observado cuidadosamente.

O que a partir daí deve se descortinar é a possibilidade do pesquisador ter sido verdadeiramente capaz de entrar em contato com a alteridade daqueles que tem estudado. No caso, trata-se de poder acolher as representações que os alunos trazem para o curso, para trabalhar pedagogicamente a partir daí, e não daquilo que supostamente aí deveria ser encontrado. Mais ainda, trata-se, na medida em que se aceita a idéia do inconsciente como virtualidade produtora de sentidos a sustentar toda representação, de conhecer o inconsciente relativo representacional, ou seja, seu campo (Herrmann, 1992). É a elucidação dedutiva do campo o que poderá levar à realização da representação como montagem, como resultado de trabalho humano, ou seja, como construção passível de mudança. Desta forma, em um mesmo movimento de conscientização, torna-se viável tanto

a transformação de representações específicas como a do vínculo que se estabelece com toda a atividade representacional. Como construção, as representações nos “aproximam/ afastam” do real, mas nenhuma delas nos dá notícia absolutamente fidedigna da verdade última, ainda que isto não signifique que uma dada representação seja equivalente a qualquer outra.

O que o pequeno exercício, à moda do “replay” futebolístico, pode revelar é suficiente para um contato inicial com os campos estruturantes das produções, ou seja, aquilo que Herrmann (1991) pode chamar de “completamento do desenho” do desejo ou inconsciente. Creio ser acertado afirmar que foram encontrados quatro diferentes campos: o campo da doença neurológica, o campo do isolamento imotivado, o campo da paixão violenta e o campo da louca vida contemporânea. Seu conhecimento é o que vai permitir um trabalho pedagógico sob medida para este grupo, norteando tanto a escolha do material ficcional como a dos caminhos de elaboração teórico- vivencial da aprendizagem.

O primeiro campo que se descortinou, no material estudado, é o que estou chamando de louca vida contemporânea. Trata-se de um campo que temos encontrado em pesquisas de grupos mais jovens, tais como colegiais, vestibulandos e universitários, e também entre professores secundários da área de ciências humanas que trabalham em escola pública (Tsu, 1988;Tsu,1991;Tsu, 1994; Tsu,Reis e Fidalgo,1994;Vaisberg,1996b;Vaisberg,1977). Suas representações consistem na admissão da loucura como possibilidade humana, da qual não se excluem de modo radical, ocorrendo inclusive inclusões

explícitas. Entretanto, atribuem-na ao tipo de vida característico da sociedade contemporânea nos grandes centros urbanos. Pensa-se, deste modo, que a realidade social é capaz de oprimir o ser humano a ponto de levá-lo à loucura.

Como se viu, vários desenhos-estórias, entre o material considerado, estruturam-se a partir deste campo. O que talvez melhor expresse esta condição é o do pequeno herói de olheiras profundas:

“Esse é um homem que se perdeu no mundo de tantas ações, tantas palavras sem sentido e não pode fazer nada. Suas mãos com o tempo viraram apenas duas pequenas mãos, e dentro de guardava (como diz o poeta) o sentimento do mundo. O mundo girava muito rápido e as pessoas não se importavam mais com as relações humanas, tinham relações maquinárias com os homens. Esse homem é fruto do mundo moderno, das cidades que não tem céu à noite, mas apenas uma escuridão. Esse homem se sente desprotegido, ele está nu no mundo. Não imagino uma história para esse homem. Ele não tem história”

A meu ver, esta é a produção mais próxima ao campo que, em outras, tais como a da joaninha, permanece muito mais velado. Traz nitidamente a idéia de que, apesar da realidade ser escura, algo de fundamentalmente íntegro permanece preservado : o sentimento do mundo. No desenho, este sentimento aparece sob a forma de uma etiqueta identificatória colocada acima do coração. Ou seja, já é uma aproximação entre duas ordens antagônicas: a do

sentimento e a da uniformização, que faz de cada um não mais uma singularidade e sim um mero elemento numa engrenagem mais complexa.

A comparação deste material com aquele obtido em trabalhos anteriores aponta, no entanto, para certas peculiaridades. Um primeiro ponto a destacar diz respeito ao fato de não aparecerem indícios acerca de possibilidade de alteração deste quadro sombrio, aspecto que compartilha com os demais grupos jovens pesquisados e que se contrapõe ao grupo de professores secundários, que se destacam por manifestar, se não um grande entusiasmo, pelo menos a noção de que mudanças se fazem necessárias. Este é um aspecto que extremamente preocupante, na medida em que indica um posicionamento crítico que se deixa desvitalizar por um fundo desesperançado e depressivo. Este fundo, claro está, é fruto do tipo de vida social e política que tem sido levada, nas últimas décadas, neste país. Afinal os alunos são filhos daqueles foram jovens na década de sessenta... Trata-se, a meu ver, de um quadro profundamente entristecedor, que aponta para o desperdício de potencialidades. O desenho – estória “nordestino”, que traz um homem normal submetido a uma vida monótona e sem sentido, que tem muitas idéias, que não acontecem (S6), faz o contraponto que indica como a normalidade, em um mundo louco, é, essencialmente, perda e, o que é pior, resignação com a perda. Digo isso porque se há de convir que é uma coisa é a aceitação das perdas inerentes à

condição humana, tais como o envelhecimento e a morte, e outra é o conformismo com perdas que decorrem da vida tal como tem sido humanamente inventada e vivida.

Um segundo grupo apresentou produções que se sustentam a partir do campo da paixão violenta. Apela, portanto, à idéia de loucura por excesso, que é muitíssimo conhecida no pensamento ocidental. aproximando-se, curiosamente, da medicina alienista, da qual a psiquiatria é herdeira (Bercherie, 1980). Esta medicina, que procedia a minuciosas descrições clínicas, atribuía a causalidade da grande maioria dos casos de alienação a desequilíbrios oriundos de excessos passionais. Paixões vivas e prolongadas, fortemente contrariadas, bem como excessos de todo o gênero, que incluíam irregularidade de costumes e modos de vida, constituíam as chamadas causas morais. Para Pinel e seus discípulos, a vida desregrada, em interação com a constituição da personalidade do indivíduo, daria origem aos mais diferentes quadros de doença mental. Por exemplo, excesso de paixão em homens morenos levaria à descompensação por excitação, enquanto, em mulheres loiras, sobreviria a melancolia. Nesta linha de pensamento, o asilo, como instituição reeducadora é a melhor conduta terapêutica. Entendendo as concepções dos ideólogos como indicações precisas de que os conteúdos do espírito dependeriam das percepções e sensações, Pinel conclui que o excesso das paixões pode ser modificado a partir do provimento de um ambiente que, isolando o paciente de suas percepções habituais, que teriam engendrado a

doença, controle suas condições de vida (Bercherie, 1980). Nesta linha, inaugurará um asilo cujo ambiente se caracterizará por severa disciplina paternal, regulada por uma lei médica pautada num jogo de ameaças e recompensas, demonstração de solicitude e firmeza, com o intuito expresso de submeter o paciente. Pinel exorta seus discípulos a serem firmes no sentido de subjugar o paciente e reeducá-lo através de um domínio a ser obtido em virtude da excelência física e moral do próprio médico. Pelo respeito e confiança, o alienado chegaria, deste modo, a mudar o círculo vicioso de suas idéias (Bercherie, 1980). Na opinião de Pinel, a reeducação poderia levar à cura da alienação.

Os desenhos-estórias que tem como campo a violência das paixões falam de homicídio e provocação de incêndio. Acontecem, como vimos, em contextos biográficos e sempre se reportam à vida do casal. Contém, ainda, claras ressonâncias edipianas, na medida em que aludem, mais ou menos claramente, a triangulações. Correspondem às produções que mais claramente se situam num enquadre dramático e podem, deste modo, ser comparadas àquelas que temos encontrado quando a pesquisa focaliza pacientes (Tsu e Machado, 1988; Tsu et al, 1988; Tsu e Tofolo 1990; Borges, 1995; Machado;1995; Pereira,1997). Ou seja, são produções que assinalam a existência de uma íntima conexão entre a loucura e os desencontros e contrariedades da vida afetivo-amorosa. Sendo carregados de fatalismo, também não deixam margem para a possibilidade de

transformação. Ao mesmo tempo em que tratam a loucura como coisa humana, ainda que ligada ao excesso, estas produções deixam margem para escape quando trazem implícita a possibilidade de não se ter encontros tão radicais com o destino. É de notar o fato destas histórias não trazerem referência à possibilidade de internação, ainda que terminem de modo desesperançado.

Outros dois campos ainda apareceram, guardando entre si certa ligação. Um deles aponta claramente para a causalidade orgânica da doença mental, falando de meningite, retardamento congênito e lesão cerebral. De um certo modo, opera uma negação da loucura enquanto tal, reduzindo-a à doença mental. Mantém, deste modo, evidente afinidade com posicionamentos tais como o de Scheneider (1951) quando diz que somente o corpo pode transformar a alma de modo grotesco. Coincide com o que se pode encontrar quando são pesquisados normais que não tem contato com loucos (Tsu, 1988; Tsu, Reis e Fidalgo, 1994), que podem usar tais noções de forma defensiva. Aqui as alusões à segregação são explícitas, o que leva a pensar que uma das regras produtora deste campo seja o temor de contaminação. Aqui o louco é tratado como um outro verdadeiramente diverso, um não- semelhante. A exclusão se dá de saída, na medida em que é negada a possibilidade de compreensão das condutas a partir de motivos ou razões humanas. O contraste com o grupo anterior deixa muito claro que, enquanto aqueles são excessivos, mas compreensíveis, estes são incompreensíveis.

Finalmente, o último campo a considerar é aquele do isolamento imotivado. Trata-se de um grupo bastante interessante, que nega a motivação psicológica compreensível sem, no entanto, apelar para o reducionismo biológico. De um certo modo, é como se o próprio desenhoe-stória se apresentasse como uma “performance” deste isolamento, deste não saber de si e do mundo. Então, ainda que aparentemente parecido com o grupo anterior, corresponde ao seu avesso, no sentido de um certo mergulho no não saber ou não poder saber da loucura. Ao mesmo tempo em que cumprem as instruções, evadem-se delas. Revelam a percepção correta da loucura como desvinculação do humano, negação da coexistência, que, paradoxalmente, está presente na hipótese do reducionismo biológico.

A partir desses campos, desenham-se os contornos de um sujeito coletivo que há que ser auxiliado em seu encontro com o sofrimento humano no enquadre transicional da aprendizagem. Seu medo de contágio, sua perplexidade, sua percepção acerca da dramática da vida relacional bem como sua apreensão diante das exigências enlouquecedoras do mundo, configuram-se revelando forte angústia mas também certa abertura e lucidez. Entretanto, estes quatro campos parecem se reportar a um outro e mais abrangente campo, o da desesperança ou inevitabilidade. O mundo é assim, a doença neurológica é incurável, o isolamento é imutável, as paixões deixam-nos em suspenso. Não

aparecem desfechos modificadores, não aparecem mudanças. Estamos diante de um sujeito deprimido e desesperançado, que contratrasferencialmente apelará para uma parceria depressiva ou teimosamente capaz de crer na vida e na possibilidade de construção social do mundo enquanto lugar em que se possa não apenas sobreviver mas sobretudo viver criativa e autenticamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdo, C.H.N. Ensino de psicopatologia nas instituições. In L.C. A . Ricotta Caderno de Psicodrama: Psicodrama nas Instituições. São Paulo, Ágora, 1990.

Abram, J. The language of Winnicott. London, Janson Aronson Inc., 1997

Abric, J.C. Experimental study of group creativity: task representation, group structure and performance. European Journal of Social Psychology, I,311-326,1971.

Abric, J.C. and Kahan,J. The effects of representations and behavior in experimental games.European Journal of Social Psychology, II,2, 129-144,1972.

Abric, J.C. L'étude expérimentale des représentations sociales. In D. Jodelet Les représentations sociales. Paris, PUF, 1989.

Abric, J.C. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In Ch. Guimelli (org) Structures et transformations des représentations sociales. Paris, Delachaux et Niestlé,1994.

Abric, J.C. Pratiques sociales, représentations sociales. In J.C. Abric Pratiques sociales et représentations. Paris, PUF, 1994.

Abric, J.C. Les représentations sociales: aspects théoriques. In J.C. Abric Pratiques sociales et représentations. Paris, PUF, 1994.

Abric, J.C. Avant-propos. In J.C. Abric Exclusion sociale, insertion et prevention. Saint-Agne, Eres, 1996.

Adorno, T.W. e Horkheimer, M. Dialética do esclarecimento. Rio, Zahar, 1985.

Allansdottir, A. , Jovchelovitch, S. e Statopoulou, A. Social representations: the versatility of a concept. Papers on Social Representations, 2, 3-10, 1993.

Andrade, L.Q. Terapias expressivas: uma pesquisa de referenciais teórico-práticos. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1993.

Andrade, O. G. Cuidado ao idoso com sequela de acidente vascular cerebral: representações do cuidador familiar. Dissertação de Mestrado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 1996.

Andrade, M.A.A. A identidade como representação e a representação da identidade. In A.S. P. Moreira e D.C. O Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia, AB, 1998.

Anzieu, D.; Dejarano, A.; Kaes, R.; Missenard, A. e Pontalis, J.B.
Le travail psychanalytique dans les groupes. Paris, Dunod, 1972.

Arruda, A. Introdução . In A. Arruda Representando a alteridade.
Petrópolis, Vozes, 1998.

Ayesteran, S. e Paez, D. Representación social de la enfermedad
mental. Revista de la Asociación Espanola de Neuropsiquiatria, 16:
95-124, 1986.

Badiou, A . Para uma nova teoria do sujeito. Rio, Relume-
Duramá, 1993.

Bercherie, P. Histoire et structure du savoir psychiatrique.
Belgique, Navarin, 1980.

Bergeret, J. Personnalité normale et pathologique. Paris, Dunod,
1974.

Besançon, G. Manuel de psychopathologie. Paris, Dunod,1993.

Birraux, A . De l'utilité et des limites du concept d'identité pour le
psychanalyste. Bulletin de Psychologie, 50 (428) 181-184, 1997.

Bléandonu,G. Wilfred R.Bion : Vida e obra. Rio, Imago, 1993.

Bleger, J. Psicoanálisis y dialéctica materialista. Buenos Aires, Paidós, 1958.

Bleger, J. Psicohigiene y psicología institucional. Buenos Aires, Paidós, 1966.

Bleger, J. Psicología de la conducta. Buenos Aires, Paidós, 1977.

Bleger, J. (1979) Temas de psicología: entrevistas e grupos. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

Bleger, J. Psicanálise do enquadramento psicanalítico. In J. Bleger Simbiose e ambigüidade. Rio, Francisco Alves, 1988.

Bion, W. R. Atenção e Interpretação. Rio, Imago, 1973.

Bion, W. R. (1962) Estudos psicanalíticos revisados. Rio, Imago, 1988.

Bohoslawski, R. Orientación profesional: la estrategia clínica. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

Borges, T.W. Sofrimentos da vida: a loucura no cotidiano de mulheres. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia da USP, 1995.

Castelnuovo, A. Teoria psicanalítica, trabalho multidisciplinas e realidade latino-americana. Percurso, 5 (9), 30-35, 1992.

Castoriadis, C. Psicanálise e sociedade I . In C.Castoriadis As encruzilhadas do labirinto/2. Rio, Paz e Terra, 1987.

Chauí, M. Democracia e cultura: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1982.

Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Coorde. Organização Mundial de Saúde. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

Clémence,A.; Doise,W. e Lorenzi-Ciodi, F. Prises de position et principes organisateurs de représentations sociales. In Ch.Guimelli Structures et transformations des représentations sociales. Paris, Delachaux et Niestlé, 1994.

Codol, J.P. Représentation de soi, d'autrui et de la tâche dans une situation sociale. Psychologie française, 14, 217-228, 1969.

Copit, M.S. e Hirschon, C. M. Psicanálise: uma ciência pós-moderna? In M.E. L. (org) Investigação e Psicanálise. Campinas, Papirus, 1993.

Christakis , N. e Davou, B. Représentations sociales de la santé et de la maladie chez des d'enfants de dix ans: quelques données et réflexions. Bulletin de Psychologie, 50 (429), 277-282, 1977.

Crochik, J.L. O conceito de representação social: a questão do indivíduo e a negação do outro. *Psicologia-USP*, 5 (1-2) pg.173-195,1994.

Crochik, J.L. Preconceito, indivíduo e cultura. São Paulo, Probel, 1995.

De Rosa, A .M. S. The development of social representations of “madman” and models of relations towards the “madman” from childhood to adulthood using experimental and control drawing tests, chromatic and structure indexes to pfister test and social distance scales. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 5, 416-417, 1985.

De Rosa, A.M S. The social representations of mental illness in children and adults. In W.Doise e S. Moscovici (org) *Current Issues in European Social Psychology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

De Rosa, A M.S. e Iaculo ,G. Struttura e contenuti della rappresentazione sociale del malato mentale in bambini, genitori ed insegnanti. *Rassegna di Psicologia*, 1,1988.

De Rosa, A.M. S. From theory to metatheory in social representations. *Social Science Information*, 33(2), 273-304, 1994.

De Rosa, A .M.S. e Smith, A . H. Représentations sociales polémiques et styles d’influence minoritaire, la communication

publicitaire de Benetton. Bulletin de Psychologie, 51 (436),399-416, 1998.

Devereux, G. Cultural thought models in primitive and modern psychiatric theories. Psychiatry,359374,1958.

Devereux,G. Two types of modal personality models. In B. Kaplan (ed) Studing personality cross-culturally. Evanson, Row Perterson, 1961.

Devereux,G. (1963) Primitive psychiatric diagnosis: a general theory of the diagnostic process. In G. Devereux Basic Problems of Ethnopsychiatry, Chicago, The University of Chicago Press, 1980.

Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-IV . American Psychiatric Association. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data,1994.

Durkheim, E. Répresentations individuelles et représentations colletives. Revue de Metaphisique et de Morale, 6,273-302,1898.

Duveen, G. e Lloyd,B. Social representations and the development of knowledge. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

Ettinger, E. Hannah Arendt Martin Heidegger. Zahar, Rio, 1996.

Fairbain, W. R.D. Estudio psicoanalitico de la personalidad. Buenos Aires, Paidos, 1970.

Farias, F. L. R. A representação social do usuário de drogas pelo usuário de drogas. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 1997.

Farr, R. Les représentations sociales. In S. Moscovici (ed) Psychologie sociale. Paris, PUF, 1984.

Farr, R. Les représentations sociales: la théorie et ses critiques. Bulletin de Psychologie, 45, 183-188, 1992.

Farr, R. The theory of social representations: whence and whither? Papers on Social Representations, 2, 130-138, 1993.

Farr, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In P. Guareschi e S. Jovechevich Textos em representações sociais. Petrópolis, Vozes, 1994.

Farr, R. As raízes da psicologia social moderna. Petrópolis, Vozes, 1998.

Figueira, S. A. Invariância: fascinante metáfora. In S. A. Figueira Interpretação: sobre o método da psicanálise. Rio, Imago, 1989.

Flament, C. L'analyse de similitude: une technique pour les recherches sur les représentations sociales. Cahiers de psychologie cognitive, 1 (4), 375-395, 1981.

Flament, C. From the bias of structural balance to the representation of the group. In R. Farr and S. Moscovici (eds) Social representations. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

Flament, C. Structure et dynamique des représentations sociales. In Jodelet, D. (ed) Les représentations sociales. Paris, PUF, 1989.

Flament, C. Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In Abric, J.C. Pratiques sociales et représentations. Paris, PUF, 1994a.

Flament, C. Aspects périphériques des représentations sociales. In Ch. Guimelli Structures et transformations des représentations sociales. Paris, Delachaux et Niestlé, 1994.

Fleming, M. Ideologia e práticas psiquiátricas. Porto, Afrontamento, 1976.

Foucault, M. Histoire de la folie à l'âge classique. Paris, Plon, 1961.

Freire, P. Apresentação. In S.L.Mello Trabalho e sobrevivência. São Paulo, Ática, 1988.

Freud, S. (1900) La interpretación de los sueños. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S (1907) La organización genital infantil. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1911a) Los dos principios del suceder psíquico. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1911b) Observaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia autobiográficamente descrito. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1913) Sobre um sonho em um conto procurar

Freud, S. (1915) La repression. Metapsicología. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1915) Lo inconsciente. Metapsicología. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1916) Introducción al psicoanálisis. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1919) Sobre la enseñanza del psicoanálisis en la universidad. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1920) Mas allá del principio del placer. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1921) Psicología de las masas. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud S. (1923) El yo y el ello. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1926) Psicoanálisis y medicina. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1926) Discurso a los miembros de la sociedad B'nai B'rith. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1927) El porvenir de una ilusión. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1932) División de la personalidad psíquica. Nuevas aportaciones al psicoanálisis. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1932) Una concepción del universo. Nuevas aportaciones al psicoanálisis. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Freud, S. (1938) Esquema del psicoanálisis. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.

Gabbard, G. Psiquiatría psicodinámica en la práctica clínica. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.

Gillman, S. L. Disease and representations: images of illness from madness to AIDS. New York, Cornell University Press, 1988.

Goffman, E. (1961) . Manicomios, prisiones e conventos. São Paulo, Perspectiva, 1974.

Goffman, E. (1963) Estigma . Rio, Zahar, 1980.

Goffman, E. Sintomas psiquiátricos y orden público. In L. Forti (ed) La otra locura: mapa antológico de la psiquiatria alternativa. Barcelona, Tusquets, 1982.

Goldmann, L. El sujeto de la creación cultural. In Varios Sociologia contra psicoanalisis. Barcelona, Martinez Roca, 1974.

Goldstein, R.Z. O objeto transicional de Winnicott: uma categoria objetal na teoria e na clínica? In J. Outeiral e S. Abadi Donald Winnicott na América Latina. Rio, Revinter, 1997.

Gonçalves Filho, J. M. Humilhação social – um problema político em psicologia. Psicologia-USP, São Paulo, 9(2), 11 –67, 1998.

Green, A. Teoria das representações. In A. Green Conferências brasileiras. Rio, Imago, 1990.

Green, A. Préalables à une discussion sur la fonction de la théorie. Revue Française de Psychanalyse, 51 (2), 507-514, 1992.

Greenberg, J.R. e Mitchell, S.A. As relações objetais na teoria psicanalítica. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

Grolnick, S. O trabalho e o brinquedo : uma leitura introdutória. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

Guimelli, Ch. Transformation des représentations sociales, pratiques nouvelles et schèmes cognitifs de base. In Ch. Ghimelli (org)

Structures et transformations des représentations sociales. Paris, Delachaux et Niestlé, 1994.

Hanly, C. O problema da verdade na psicanálise aplicada. Rio, Imago, 1995.

Harré, R. Some reflections on the concept of social representation. *Social Research*, 51, 927-938, 1984.

Harré, R. Review of social representations. *British Journal of Psychology*, 76, 138-140, 1985.

Henry, W.E. A técnica de apercepção temática no estudo de grupos e problemas culturais. In H.H. Anderson e G.L. Anderson Técnicas projetivas do diagnóstico psicológico. São Paulo, Mestre Jou, 1967.

Herrmann, F. O momento da psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 14, 149-166, 1980.

Herrmann, F. Convergência das várias teorias psicanalíticas. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 20, 553-565, 1986.

Herrmann, F. Quatro notas brevíssimas sobre o método psicanalítico. *Ide*, 14, 17-20, 1987.

Herrmann, F. Interpretação: a invariância do método nas várias teorias e nas práticas clínicas. In S. A. Figueira Interpretação: sobre o método da psicanálise. Rio, Imago, 1989.

Herrmann, F.(1979) Andaimos do real: o método da psicanálise. São Paulo, Brasiliense, 1991a.

Herrmann, F. Clínica psicanalítica: a arte da interpretação. São Paulo, Brasiliense, 1991b.

Herrmann, F. Problemas na orientação de teses de psicanálise. Psicanálise e Universidade. Atas do Primeiro Encontro de Pesquisa Acadêmica em Psicanálise, São Paulo, PUC, pg32-49, 1991c.

Herrmann, F. O divã a passeio: à procura da psicanálise onde ela parece não estar. São Paulo, Brasiliense, 1992a.

Herrmann, F. Sobre o futuro da ação. In M.A.D'Incao (org) Doença mental e sociedade. Rio, Graal, 1992b.

Herrmann, F. A recompensa merecida. Ide, 28, 1996. (sobre o inconsciente recíproco)

Herrmann, F. Psicanálise do cotidiano. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

Herrmann, F. Psicanálise da crença. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

Herrmann, F. O que é psicanálise: para iniciantes ou não... São Paulo, Psyche, 1999.

Herrmann,F. e Herrmann,L. Da interpretação na teoria dos campos: condições e consequências. In J.O. Outeiral e T. O. Thomaz Psicanálise brasileira. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

Herzlich,C. Représentations sociales. In S. Moscovici (org) Introduction à la psychologie sociale. Paris, Larousse, 1972.

Herzlich,C. Santé et maladie: analyse d'une représentation sociale. Paris, E.E. H.E.S.S.,1992.

Herzlich,C. e Pierret, J. Illness and self in society. John Hopkins University Press, 1987.

Hinshelwood, R.D. Dicionário do pensamento kleiniano. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.

Hirschzon, C.M. e Copit, M. S. Transicionalidade: a psicanálise do final do século XX. In J. Outeiral e S. Abadi Donald Winnicott na América Latina: teoria e clínica psicanalítica. Rio, Revinter, 1997.

Horta, A . L. M. Significando a vivência do casal em crise por ter um filho cardiopata: desmoronamento ou construção de um castelo? Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 1998.

Huizinga, J. Homo ludens. São Paulo, Perspectiva, 1996.

Ibanez Gracia, T. La construccion del conocimiento desde una perspectiva socioconstruccionista. In M. Montero (org) Conocimiento, realidad y ideologia. Venezuela, Avepso, 1990.

Inwood, M. Dicionário Hegel. Rio, Zahar, 1997.

Ionescu, S. Catorce enfoques de la psicopatologia. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1994.

Jahoda, G. Critical notes and reflections on social representations. European Journal of Social Psychology, 18, 195-209, 1988.

Jaspers, K.(1913) Psicopatologia geral. Rio, Atheneu, 1987.

Jodelet, D. Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie. In S. Moscovic(ed)
Psychologie sociale. Paris, PUF, 1984.

Jodelet, D. Folie et representations sociales. Paris, PUF, 1989^a

Jodelet, D. Representations sociales: un domaine em expansion. In Les représentations sociales. Paris, PUF, 1989b.

Jodelet, D. Représentations sociales de la maladie mentale et insertion des malades mentaux. In J.C.Abric Exclusion sociale, insertion et prevention. Saint Agne, Eres, 1996.

Jodelet, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In A .Arruda Representando a alteridade. Petrópolis, Vozes, 1998.

Joffe, H. “Eu não”, “O meu grupo não”: representações sociais transculturais da aids. In S. Jovchelovitch e P. Guareschi. Textos em representações sociais. Petrópolis, Vozes, 1994.

Joffe, H. The shock of the new: a psycho-dynamic extension of social representations theory. *Journal for The Theory of Social Behavior*, 26 (2), 197-220, 1996.

Joffe, H. Degradação, desejo e ‘o outro’. In A . Arruda Representando a alteridade. Petrópolis, Vozes, 1998.

Jovchelovitch, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In S. Jovechelovitch e P. Guareschi Textos em representações sociais. Petrópolis, Vozes, 1994.

Jovchelovitch,S. In defence of represenations. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 26 (2), 121-136, 1996.

Jovchelovitch, S. Re(des)cobrimdo o outro – Para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In A . Arruda (org) Representando a alteridade. Petrópolis, Vozes, 1998.

Kaes,R. Images de la culture chez les ouvriers français. Paris, Cujas, 1968.

Kaes, R. Cronique d’um groupe. Paris, Dunod, 1977.

Kaes, R. Eléments pour une psychanalyse des mentalités. Bulletin de Psychologie, 34, 451-463, 1980.

Kaes,R. Representation and mentalization: from the represented to group process. In R.Farr and S. Moscovici Social representations. Cambridge, Cambridge University Press, 1984a.

Kaes, R. Etayage et structuration du psychisme. Connexions, 44,11-48, 1984b.

Kaes,R. Psychanalyse et représentations sociales. In D. Jodelet (org) Les représentations sociales. Paris, Puf, 1989.

Khan, M. (1963) O conceito de trauma cumulativo. In M.Khan Psicanálise: teoria, técnica e casos clínicos. Rio, Francisco Alves, 1984.

Kilborne, B. George Devereux: In Memoriam. In L.B Boyer e S.A Grolnick The psychoanalytic study of society. Volume 12, London, Analytic Press, 1988.

Kojève, A . Introduction à la lecture de Hegel. Paris, Gallimard, 1947.

Kirk, J. e Miller, M.L. Reliability and validity in qualitative research. Beverly Hills, Sage, 1986.

Kusnetzoff, J.C. Introdução à psicopatologia psicanalítica. Rio, Nova Fronteira, 1982.

Lalande, A . Vocabulário técnico e crítico da filosofia. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

Lahlou,S. The propagation of social representations. Journal for the Theory of Social Behavior, 26 (2), 157-176, 1996.

Langer, S. Filosofia em nova chave. São Paulo, Perspectiva, 1989.

Lao Tse Tao te king . In M. Smedt Paroles du Tao. Paris, Albin Michel, s/d

Laplanche, J. L'enseignement de la psychanalyse à l'Université. In J. Laplanche Interpretar [com] Freud y otros ensayos. Buenos Aires, Nueva Vision, 1978.

Laplanche, J. e Pontalis, J.B. Vocabulário da psicanálise. Lisboa, Presença, 1967.

Lebovici, S. Psychanalyse et psychopathologie de l'enfant: rester psychanalyste. Revue Française de Psychanalyse ,56 (2), 387-412, 1992.

Leminski, P. Distráidos venceremos. São Paulo, Brasiliense, 1987.

Levi, P. Se questo è un uomo. Torino, Giulio Einaudi Editore, 1989.

Levi, P. É isto um homem? Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

Lévinas, E. O humanismo do outro homem. Petrópolis, Vozes, 1993.

Lévinas, E. Entre nós: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis, Vozes, 1997.

Lino da Silva, M.E. Pensando o pensar com W.R.Bion. São Paulo, M.G., 1988.

Lino Silva, M.E. Pensar em psicanálise. In M.E. L. Silva (org) Investigação e psicanálise. Campinas, Papyrus, 1993.

Lino Silva, M.E.. Uma aventura: a tese psicanalítica – entrevista com Fábio Herrmann. In M.E.L. Silva Investigação e Psicanálise. Campinas, Papyrus, 1993.

Lino Silva, M.E.. Os avatares da função analítica. Percurso, 7 (12),21-26, 1994.

Lino Silva, M.E.. Natureza e delimitação da pesquisa acadêmica em psicanálise. Psicanálise e universidade. Atas do segundo encontro de pesquisa acadêmica em psicanálise. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1994.

Loparic, Z. Winnicott e o pensamento pós-metafísico. In I..F.M. Catafesta D.W.Winnicott na Universidade de São Paulo. São Paulo, Instituto de Psicologia da USP, 1996.

Loparic, Z. Winnicott e Melanie Klein: Conflito de Paradigmas. In I.F.M. Catafesta A clínica e a pesquisa no final do século: Winnicott e a universidade. São Paulo, Instituto de Psicologia da USP, 1997.

Machado, M.C.L. Universo em desencanto: conceitos, imagens e fantasias de pacientes psiquiátricos sobre loucura e/ou doença mental. Tese de Doutorado. São Paulo, Univesidade de São Paulo, 1995.

Machado, M.C.L. e Vaisberg, T.M.J.A . Prisão, refúgio ou arapuca? Representações de pacientes internados sobre a instituição psiquiátrica. In CONGRESSO INTERNO DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,3,São Paulo, 1995. *Resumos*. São Paulo, 1995, pg 138.

Madeira, M. C. e Gomes, A .L. A. Representações sociais: teorias e campos de aplicação. Resumos da Jornada Internacional sobre Representações Sociais: Teoria e Campos de Aplicação .Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998

Major, R. L'hysterie: rêve et revolution. *Revue Française de Psychanalyse*,37 (3), 303-312, 1973.

Manual de diagnóstico e estatística de dirtúrbios mentais DSM-III-R. São Paulo, Manole, 1989.

Marcuse, H. Razão e revolução. Rio, Paz e Terra, 1978.

Markova, I. e Wilkie, P. Representations, concepts and social change: the phenomenon of aids. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 17, 389-409, 1987.

Markova, I. Towards na epistemology of social representations. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 26 (2), 177-196, 1996.

Maudinet, M. Folie et citoyenneté. Thèse de doctorat. Paris, EHESS, 1996.

Melo, S.A . A transfiguração criativa da realidade. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1999.

Mello, S. L. Trabalho e sobrevivência. São Paulo, Ática, 1988.

Mello, S.L. O fio da navalha. In I. F. M.. Catafesta A clínica e a pesquisa no final do século: Winnicott e a universidade. São Paulo, Instituto de Psicologia da USP, 1997.

Mello Filho, J. Donald Winnicott, 19 anos depois. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 24 (2), 227-247, 1990.

Miles, A. The mentally ill in contemporary society. Oxford, Martin Robertson, 1981.

Miranda, F.A. N. Doença mental: sexualidade negada? Dissertação de Mestrado, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 1996.

Miranda, F. A . N. , Carvalho, A . M. , Miranda, C.A . S. e Rodrigues, A . R. F. Aplicação de procedimentos projetivos na apreensão de representações sociais sobre enfermagem psiquiátrica no primeiro dia de aula. Resumos da Jornada Internacional de Representações Sociais, pg. 229, Natal, 1998.

Moliner, P. Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des représentations sociales. In Ch. Guimelli (org) Structures et transformation des représentations sociales. Paris, Delachaux et Niestlé, 1994.

Morant, N. Representations of mental ilnees : a study of british and french mental health rofessional. London, University of London , 1996

Morant, N. e Rose, D . Loucura, multiplicidade e alteridade. In A . Arruda (org) Representando a alteridade. Petrópolis, Vozes, 1998.

Morato, H. T. P. Aprendizagem significativa e supervisão: um recorte possível. In R.M.L.L.Carvalho (org) Repensando a formação do psicólogo: da informação à descoberta. Campinas, Alinea, 1996.

Moreira, A . S. P., Cavalcanti, M.S.L. , Rodrigues, A . R.F. e Cardoso, R. J. Representação social dos diagnósticos de enfermagem. Anais do Simpósio Internacional de Diagnósticos de Enfermagem, pg. 147, São Paulo, 1995.

Moscovici, S. La psychanalyse, son image et son public. Paris, PUF, 1961.

Moscovici, S. Attitudes and Opinions. Annual Review of Psychology, B14, 231-260, 1963.

Moscovici, S. Preface à Claude Herzlich Santé et Maladie. Paris Mouton, 1969.

Moscovici, S. L'âge des foules. Paris, Fayard, 1981.

Moscovici, S. The phenomenon of social representations. In R.M. Farr and S. Moscovici (eds) Social representations. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

Moscovici, S. The phenomenon of social representations. In R. Farr e S. Moscovici (eds) Social representations. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

Moscovici, S. Notes toward a description of social representations. European Journal of Social Psychology, 18, 211-250, 1988.

Moscovici, S. Comuunications et représentations sociales paradoxales. In J.C. Abric Exclusion sociale, insertion et prevention. Saint-Agne, Eres, 1996.

Moscovici, S. Apresentação. In Arruda, A . Representando a alteridade. Petrópolis, Vozes, 1998.

Moscovici, S., Lage, E. e Nafrechoux, M. Influence of consistent minority on the responses of a majority in a color perception task. *Sociometry*, 32, 365-379, 1969.

Moscovici, S. e Vignaux, G. Le concept de thématas. In Ch. Guimelli *Structures et transformations des représentations sociales*. Paris, Delachaux et Niestlé, 1994.

Newman, A. *Non-compliance in Winnicott's words*. London, Free Association Books, 1995.

Ogden, T. A developmental view of identifications resulting from maternal impingements. *International Journal of Psychoanalytic Psychotherapy*, 7, 486-507, 1979a.

Ogden, T. On projective identification. *International Journal of Psycho-Analysis*, 60 (3), 357-374, 1979b.

Ogden, T. On the nature of schizophrenic conflict. *International Journal of Psycho-Analysis*, 61 (4), 513-534, 1980.

Ogden, T. On potential space. *International Journal of Psycho-Analysis*, 66 (2), 129-142, 1985.

Ogden, T. The transitional oedipal relationship in female development. *International Journal of Psycho-Analysis*, 68 (4), 485-498, 1987.

Ogden, T. On the dialectical structure of experience: some clinical and theoretical implications. *Contemporary psychoanalysis*, 24, 17-45, 1988.

Ogden, T. On the concept of an autistic-contiguous position. *International Journal of Psycho-Analysis*, 70 (1), 127-140.1989.

Ogden, T. Os sujeitos da psicanálise. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1996.

Paz, R. Psicopatologia: sus fundamentos dinamicos. Buenos Aires, Nueva Vision, 1976.

Pereira, M.A. . Representações sobre a dor psíquica. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1977.

Pessotti, I. A loucura e as épocas. São Paulo, Ed.34, 1994.

Pessotti, I. O século dos manicômios. São Paulo, Ed.34, 1996.

Pichon-Rivière, E. El proceso grupal. Del psicoanálisis a la psicología social. Buenos Aires, Nueva Vision, 1980.

Pinto, O.L. Ensaio sobre o silêncio, a cura e o desencontro. In Sagawa, R.Y. A teoria dos campos na psicanálise. São Paulo, HePsyché, 1999.

Politzer,G. (1928) Critica de los fundamentos de la psicología. Barcelona, Martinez Roca, 1972.

Pontalis, J.B. Trouver, accueillir, reconnaitre l'absent. In D.W.Winnicott Jeu et réalité: l'espace potentiel. Paris, Gallimard, 1975.

Proshansky, H.M. Las técnicas proyectivas em la investigacion operativa: diagnostico y medicion encubiertos. In L.E. Abt e L. Bellak Psicologia Proyectiva. Buenos Aires, Paidos, 1967.

Quiroga, A . P. Enfoques y perspectivas em psicología social. Buenos Aires, Cinco, 1987.

Raty, H. A world without mental illness: concepts of mental health and mental illness among a student group. Social Behavior, 5, 315-326, 1990.

Reca, T. Psicologia psicopatologia psicoterapia. Mexico, Sigloveintiuno, 1973.

Rorty, R. A filosofia e o espelho da natureza. Rio, Relume Dumará, 1984.

Rose, D. Social representations of madness on british television. Phd Thesis, London, London School of Economics, 1996.

Rose, D. Television, madness and community care. *Journal of Applied Community and Social Psychology*. 1997.

Rossi, C. A realidade da realidade. In Sagawa, R.Y. A teoria dos campos na psicanálise. São Paulo, HePsyché, 1999.

Rouquette, M.L. Une classe de modèles pour l'analyse des relations entre cognèmes. In Ch. Guimelli (org) Structures et transformations des représentations sociales. Paris, Delachaux et Niestlé, 1994.

Rouquette, M.L. e Guimelli, Ch. Approche du noyau central: propriétés quantitatives et structurales. In Ch.Guimelli (org) Structures et transformations des représentations sociales. Paris, Delachaux et Niestlé, 1994.

Sá, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In M.J.Spink (ed) O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo, Brasiliense, 19-45, 1993^a.

Sá, C. P. Sobre a circunscrição do conceito de representações sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*, 6, 107-113, 1993b.

Sá, C. P. Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socioculturelles et comportement. *Papers on social representations*, 3 (1), 40-46, 1994.

Sá, C.P. Núcleo central das representações sociais. Petrópolis, Vozes, 1996.

Safra, G. A vassoura e o divã. *Percurso*, 17, pg.69- 74, 1996.

Safra, G. Experiência estética na constituição da transicionalidade. In I.F.M.Catafesta D. W. Winnicott na Universidade de São Paulo. São Paulo, Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP, 1996.

Safra, G. As faces estéticas do self. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Safra, G. Intervenções transicionais. Palestra proferida em 28/04/1999 na “Ser e Fazer”: Oficinas Terapêuticas de Criação do IPUSP. São Paulo, Universidade de São Paulo, gravada em áudio, 1999.

Safra, G. Em busca da sagrada singularidade da natureza humana. *Jornal do CRP- São Paulo*, 17 (115/116), pg. 4-6, 1999.

Sagawa,R.Y. Um percurso constitutivo da teoria dos campos na psicanálise. In Sagawa, R.Y. (org) A teoria dos campos na psicanálise. São Paulo, HePsyché, 1999.

Saldanha, M. A . C.B. O escudo protetor. *Revista Brasileira de Psicanálise*,20, 83-100, 1986.

Santos, B.S. Um discurso sobre as ciências. Porto, Afrontamento, 1987.

Santos, B.S. Introdução à ciência pós-moderna. Rio, Graal, 1989.

Santos, M.F.S. Representação social e identidade. In A..S. P. Moreira e D.C. Oliveira (org) Estudos interdisciplinas de representação social. Goiânia, AB, 1998.

Schneider, K. Psicopatologia geral. Madrid, Paz Montalvo, 1951.

Simon, R. Psicologia clínica preventiva. São Paulo, Vetor, 19

Sperber, D. L'étude anthropologique des représentations: problèmes et perspectives. In

Jodelet, D. Les représentations sociales. Paris, PUF, 1989.

Secheraye, M.A . Introduction à une psychothérapie des schizophrènes. Paris, PUF, 1988.

Secheraye, M. A . (1950) Memórias de uma esquizofrênica. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s/d.

Serino, C. Entre "normal" et "différent". Aspects du lien soi/autrui dans le processus de représentation sociale. In. G.Bellelli (ed) La représentation sociale de la maladie mentale. Naples, Liguori, 1987.

Shentoub, V. TAT: test de créativité. *Psychologie Française*, 26 (11), 66-70, 1981.

Simon,R. *Psicologia Clínica Preventiva*. São Paulo, Vetor, 1983.

Spillius, E.B. *Melanie Klein today*. London, Routledge, 1988.

Spink, M.J. *Psicologia da saúde: a estruturação de um novo campo de saber*. In *Vários Psicologia e saúde: repensando práticas*. São Paulo, Hucitec, 1992.

Spink, M.J. *O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

Spink,M.J. *Representações sociais: questionando o estado da arte*. *Psicologia e Sociedade*,8 (2),166-186, 1996.

Solomon, P. e Patch, V.D .*Manual de psiquiatria* .São Paulo, Atheneu/Edusp, 1975.

Swain, G. *Le sujet de la folie*. Toulouse, Privat, 1977.

Swain, G. e Gauchet, M. *La pratique de l'esprit humain: l'institution asilaire et la révolution démocratique*. Paris, Gallimard, 1980.

Szazs,T. (1961) El mito de la enfermeda mental. Buenos Aires, Amorrortu, 1976.

Talbott,J.A., Hales,R.E. e Yudofsky, S.C. Tratado de psiquiatria. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.

Teixiera Coelho,J. Moderno pós-moderno. São Paulo, Iluminuras, 1995.

Todorov, T. A vida em comum. Campinas, Papirus, 1996.

Todorov,T. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

Tofolo,T.M.J.A . O uso do procedimento de desenhos-estórias com tema em pesquisa sobre representação social da doença mental. In Encuentro Latinoamericano de Psicologia Marxista y Psicoanalysis, 3, Havana, 1990. *Libro de Resumenes*. Havana, Facultad de Psicologia/ Universidade de la Havana, pg.54, 1990.

Tofolo,T.M.J.A . Uma mistura de gentes: representações de servidoras psiquiátricas sobre sexualidade no hospital psiquiátrico. In CONGRESSO DE PSICOLOGIA – CONPSIC, 2, São Paulo,1991. *Anais*. São Paulo, Conselho Regional de Psicologia – 6ª região, 1992, pg. 320-322.

Tofolo, T.M.J. A . Representações sociais de portadores de deficiências e do papel profissional. Boletim de Psicologia, 44 (100-101), pg 55-60, 1994.

Tofolo, T.M.J.A . e Borges, T.W. Representações de servidoras psiquiátricas sobre doença mental, hospital psiquiátrico e seu papel profissional. In CONGRESSO GAÚCHO DE PSIQUIATRIA, 1, Gramado, 1991. *Programa*. Gramado, s.ed. 1991, pg 44.

Tofolo, T.M.J.A . e Machado, M.C.L. Estudo de representações de profissionais de saúde sobre deficiências através do uso do procedimento de desenhos-estórias com tema. Congresso Interno do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2, São Paulo, 1993. *Resumos*, São Paulo, 1993a, p. L 25.

Tofolo, T.M.J.A . e Machado, M.C.L. Concepções etiológicas de alcoolistas sobre vivências alucinatórias. In CONGRESSO INTERNO DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2, São Paulo, 1993, *Resumos*, São Paulo, 1993^b, p. L26.

Tofolo, T.M.J.A . , Vieira, R.M.T. e Garcia, V.G. O uso do procedimento de desenhos- estórias com tema na investigação da representação social da criança problema em professores de creches municipais. In CONGRESSO IBEROAMERICANO DE PSICOLOGIA, Madrid, 1992. *Libro de resúmenes*. Madrid, s.ed., 1992, pg 221.

Trinca, W. Investigação clínica da personalidade: o desenho livre como estímulo de apercepção temática. Belo Horizonte, Interlivros, 1976.

Trinca, W. Apresentação e Aplicação. In W.Trinca (org) Formas de investigação clínica em psicologia. São Paulo, Vetor, 1993.

Tsu,T.M. J.A . Assassinos e loucos: representações de homicidas sobre doença mental. *Ciência e cultura*, 43 (7),pg 853-854, Suplemento, 1991.

Tsu, T.M.J.A . Busca de internação em hospital psiquiátrico: análise do discurso dos acompanhantes. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia.

Tsu, T. M .J. A . Herança e vida: estudo de representações de professores secundários sobre doença mental. [Apresentado ao 1º Congresso de Psicologia CONPSIC, São Paulo, 1988).

Tsu, T.M. J. A . Representações de colegas sobre doença mental. *Ciência e Cultura*, 43 (7), 857-858, 1991.

Tsu,T.M.J. A . Concepções etiológicas de colegas sobre doença mental através do uso do procedimento de desenhos- histórias com tema. In REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 46, Vitória, 1994.*Anais*. Vitória, Universidade do Espírito Santo, pg.853, 1994^a.

Tsu,T.M.J.A .Study of representations of students (15-18) on mental illness by means of drawing and telling stories procedure. 2nd International Conference of Social Representations. Rio, pg.27, 1994.

Tsu,T.M.J.A .e Borges, T.W. Dupla exclusão: o paciente psiquiátrico aidético. *Ciência e Cultura*, 43 (7), 859-860, 1991a.

Tsu, T.M.J. A . e Borges, T.W. Representações de psicólogos sobre seu papel profissional no hospital psiquiátrico. In CONGRESSO INTERNO DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1, São Paulo, 1991. *Resumos*, São Paulo, 1991b, p. N2.

Tsu, T.M.J. A . e Machado, M.C.L. Bebida e desejo: o uso do procedimento de desenhos –estórias na investigação de representações sociais de alcoolista. In CONGRESSO INTERNO DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1, São Paulo, *Resumos*. São Paulo, 1991^a, p. Z4.

Tsu, T.M.J.A . e Machado, M.C.L. A tentação do primeiro gole: estudo de representações de alcoolistas sobre alcoolismo e internação psiquiátrica. *Ciência e Cultura* , 43 (7), 855-856, 1991b. Suplemento.

Tsu, T.M.J.A . e Machado, M.C.L. Vida cruel e coração magoado: estudo de representações de pacientes psiquiátricos sobre doença mental. [Apresentado ao 1. Congresso de Psicologia – CONPSIC, São Paulo, 1988]

Tsu, T.M.J.A ., Reis, A .O .A . e Fidalgo, M.P. The quality of being genius or mad: television employes social representations about mental illness. 2nd International Conference of Social Representations. Rio, pg. 215, 1994.

Tsu, T.M.J. A . e Tofolo, V. Concepções etiológicas de pacientes psiquiátricas. *Psicologia-USP*, 1(2), 155-166, 1990.

Tsu, T.M.J.A . et al Mexericos do sangue: representação de familiares de pacientes psiquiátricos sobre doença mental. In REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA, 19, Ribeirão Preto,1989.*Programas e Resumos*. Ribeirão Preto, Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1989^a, p150.

Tsu, T. M.J.A . et al. Representações do hospital psiquiátrico por familiares de pacientes internados. In REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA , 19, Ribeirão Preto, 1989. *Programas e Resumos*. Ribeirão Preto, Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1989b, p.151.

Vaisberg,T.M.J. A. Representações sociais de portadores de deficiências e do papel profissional. *Boletim de Psicologia*, XLIV,100/101, pg 55-60, 1994.

Vaisberg,T.M.J.A . O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais: projeção e transicionalidade. *Psicologia-USP*, 6 (2), 103-127, 1995.

Vaisberg, T.M.J.A . O uso de procedimentos projetivos na pesquisa sobre representação social: a perspectiva clínica. In Carvalho, R.M.L.L. *Repensando a formação do psicólogo: da informação à descoberta*. Campinas, Alinea, 1996^a

Vaisberg, T.M.J.A . La victime innocente : représentations d'adolescents brésiliens sur la maladie mentale. *Resumés de la*

Troisième Conference Internationale sur les Représentations Sociales .
Aix- e n- Provence, pg 74,1996b.

Vaisberg, T.M.J.A. Investigação de representações sociais. In
W.Trinca (org) Formas de investigação clínica em psicologia. São
Paulo, Vetor, 1997.

Vaisberg, T.M.J.A . La utilizacion del objeto “teoria”:
desconstrucción y cambio de representaciones sociales de estudiantes
de psicologia sobre la enfermedad mental. Memorias de la Cuarta
Conferencia Internacional sobre Representaciones Sociales. Mexico, pg
88, 1998.

Vaisberg, T.M.J.A . Arteterapia para crianças. Pediatria Moderna,
1999. (no prelo).

Vaisberg, T.M.J.A. e Machado, M.C.L. Transicionalidade e ensino
de psicopatologia: pensando “aulas práticas” com Winnicott. In
I.F.M.Catafesta D.W.Winnicott na Universidade de São Paulo. São
Paulo, Instituto de Psicologia da USP, 1996.

Vaisberg, T.M.J.A . e Machado, M.C. L. Psicoprofilaxia grupal na
clínica winnicottiana. In I.F.M.Catafesta A clínica e a pesquisa no final
do século: Winnicott e a Universidade. São Paulo, Instituto de
Psicologia da USP, 1997.

Vaisberg, T.M.J.A . e Machado, M.C.L. A cigarra e a formiga : representações de colegas sobre o aluno- problema.In CONGRESSO INTERNO DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,4, São Paulo, 1998. *Resumos*. São Paulo, 1998,p. 135.

Wagner, W. Descrição, explicação e método na pesquisa de representações sociais. In S. Jovchelovitch e P. Guareschi (org) *Textos em representações sociais*. Petrópolis, Vozes, 1994.

Wagner, W. Fields of research and socio-genesis of social representations. *Social Science Information*, 33 (2), 199-228, 1994.

Wagner, W. Queries about social representations and construction. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 26 (2), 95-120, 1996.

Voutsinas, D. Em relisant Georges Politzer. *Bulletin de Psychologie*, 45 (408), 725-735,1992.

Winnicott, D. W.(1945) O desenvolvimento emocional primitivo. In D.W. Winnicott *Da pediatria à psicanálise: textos selecionados*. Rio, Francisco Alves, 1978.

Winnicott, D.W. (1949) A mente e sua relação com o psique-soma. In D.W.Winnicott *Da pediatria à psicanálise: textos selecionados*. Rio, Francisco Alves, 1978.

Winnicott, D. W. (1951) Objetos e fenômenos transicionais. In D.W.Winnicott Da pediatria à psicanálise: textos selecionados. Rio, Francisco Alves, 1978.

Winnicott, D. W. (1957) O mundo em pequenas doses. In D.W.Winnicott A criança e o seu mundo. Rio, Guanabara Koogan, 1982.

Winnicott,D.W. (1960) Teoria do relacionamento paterno-infantil. O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.

Winnicott, D.W. (1962) Os objetivos do tratamento psicanalítico. O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.

Winnicott, D.W.(1963) O medo do colapso . In C. Winnicott, R. Shepherd e M.Davis Explorações psicanalíticas: D.W.Winnicott. Porto Alegre, Artes Médicas,1994.

Winnicott, D. W. (1965) Uma nova luz sobre o pensar infantil. In C.Winnicott, R. Shepherd e M. Davis Explorações psicanalíticas: D.W. Winnicott. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

Winnicott, D.W. (1968) O pensar e a formação de símbolos. In C. Winnicott, R. Shepherd e M. Davis. Explorações psicanalíticas: D.W. Winnicott. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

Winnicott,D.W. (1968) O uso de um objeto. Revista Brasileira de Psicanálise, 5, 273-283, 1971.

Winnicott, D.W. (1970) Sobre as bases para o self no corpo. In Winnicott,C., Shepherd,R. e Davis, M. Explorações psicanalíticas: D.W. Winnicott. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

Winnicott,D.W. (1971) Playing and Reality. New York, Basic Books, 1971.

Winnicott, D.W. Localização da psique no corpo. In D.W.Winnicott Natureza Humana, Rio, Imago, 1990.

Zanni, B. The mentally ill person and others: social representation and interactive strategies. In I.Markova e R. Farr (eds) Representations of health, illness and handicap. Harwwod Academic Publications, 1995.